



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 141

QUINTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1989

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 154ª SESSÃO, EM 18 DE OUTUBRO DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Governador do Distrito Federal

— Nº 103/89-DF (nº 93/89, GAG, na origem), comunicando haver vetado totalmente o Projeto de Lei do DF nº 54/89, que reestrutura a Categoria Funcional de Assistente Jurídico do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 1973, fixa a sua retribuição e dá outras providências.

1.2.2 — Ofício do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 113/89, encaminhando ao Senado Federal o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 74/88, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 3.557, de 17 de maio de 1959, e dá outras providências.

1.2.3 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Decreto Legislativo nº 10/89 (nº 132/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o Texto da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José), celebrado em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, por ocasião da Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos. (Redação final.)

— Projeto de Decreto Legislativo nº 12/89 (nº 137/86, na Câmara dos Deputa-

dos), que aprova o texto da Convenção nº 146 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, sobre Férias Remuneradas Anuais da Gente do Mar, adotada em Genebra, em 1976, durante a 62ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. (Redação final.)

— Mensagem nº 168/89 (nº 391/89, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a República Federativa do Brasil, a contratar operações de crédito externo, nos valores de até, Can\$ 10,631,011.00 e Us\$ 1,500,000.00 ou seu equivalente em outra moeda junto à Export Development Corporation — EDC e Theratronics Internacional Limited, destinadas a financiar a importação de equipamentos de radioterapia para o Programa de Reequipamento de Hospitais de Oncologia. (Concluindo pelo Projeto de Resolução nº 73/89).

— Emendas nº 1 e nº 2, de Plenário, ao Projeto de Lei do DF nº 29, de 1989, que extingue órgãos e cargo, altera a estrutura da administração do Distrito Federal, e dá outras providências.

1.2.4 — Requerimento

— Nº 555/89, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 42/89 (nº 3.589/89, na Casa de origem), que dispõe sobre os feriados de 12 de outubro de 2 de novembro.

1.2.5 — Discurso do Expediente

SENADOR LEITE CHAVES — Encontro nacional de prefeitos em Brasília.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Presença na Casa da Srª Maria Alacogue Bezerra de Figueiredo, suplente convocada da representação do Estado do Ceará, em virtude de licença concedida ao titular, Senador Afonso Sancho.

1.2.7 — Prestação de compromisso regimental e posse da Srª Maria Alacogue Bezerra de Figueiredo

1.2.8 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA ALACOQUE BEZERRA — Considerações sobre sua posse no Senado Federal.

SENADOR GOMES CARVALHO — Emissão de títulos além do permitido, pelo Governo Federal.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Suscitando questão, respondida pelo Sr. Presidente, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 37/89, que aprova o ato que outorga permissão a Ivai Emissora FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Resposta do ex-Governador Waldir Pires à carta do Ministro Jader Barbalho ao Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães.

1.2.9 — Apreciação de matéria

— Requerimento nº 552/89, lido em sessão anterior, de urgência para o Projeto

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO

Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 17,04

Exemplar Avulso NCz\$ 0,11

Tiragem: 2.200 exemplares.

de Lei da Câmara nº 43/89 (nº 1.456/89, na Casa de origem), que cria a 17ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, e dá outras providências. *Aprovado.*

1.2.10 — Comunicações

— Da Senadora Alacque Bezerra, referente à sua filiação partidária e nome parlamentar.

— Do Senador Gomes Carvalho, que se ausentará dos trabalhos da Casa no período de 20 a 22 do corrente.

1.2.11 — Requerimento

— Nº 556/89, do Senador Meira Filho, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei do DF nº 29/89, que altera a estrutura da administração do Distrito Federal, extingue órgãos e dá outras providências, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte. *Aprovado.*

1.2.12 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 337/89, de autoria do Senador Divaldo Suruagy, que dispõe sobre a realização, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, de levantamento populacional no intervalo entre os censos decenais, e dá outras providências.

— Projeto de Resolução nº 74/89, de autoria do Senador Mauro Benevides e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a remuneração do Vice-Governador do Distrito Federal e dá outras providências.

1.2.13 — Comunicação da Presidência

— Prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 74/89, lido, anteriormente.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1989 (nº 113/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permis-

são à Ivai Emissora FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná. *Aprovado. À promulgação.*

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1989 (nº 57/89, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das convenções sobre pronta notificação de acidente nuclear ou emergência radiológica, aprovados durante a sessão especial da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, de 24 a 27 de setembro de 1986. *Aprovado nos termos do parecer do Senador Leite Chaves. À Comissão Diretora para redação final.*

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 1989 — Complementar, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que fixa as alíquotas máximas dos impostos sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos e sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência municipal, nos termos do inciso I do § 4º do art. 156 da Constituição Federal. *Aprovado nos termos de substitutivo. À Comissão Diretora para redação do vencido para o turno suplementar.*

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Senhores Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6º do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos. *Votação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1989 (nº 2.236/89, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a redação do inciso I, alínea b, do art. 32 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para incluir o Município de José de Freitas na jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Teresina, Piauí. *Aprovado. À sanção.*

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1988, de autoria do Senador Leite Chaves,

que susta o Decreto nº 96.991, de 14 de outubro de 1988, que "atribui competência para autorização de pagamentos e recebimentos por meio de outras instituições financeiras". *Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.*

Projeto de Lei do Senado nº 166, de 1989 — Complementar, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que exclui da incidência do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza a exportação para o exterior dos serviços que menciona, nos termos do inciso II, § 4º, do art. 156 da Constituição Federal. *Aprovado com emendas. À Comissão Diretora, para a redação final.*

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1989, que dispõe sobre a regularização ou desconstituição de parcelamentos urbanos implantados no território do Distrito Federal, sob a forma de loteamentos ou condomínios. *Apreciação adiada nos termos do Requerimento nº 557, de 1989.*

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1989, de autoria do Senador Olavo Pires e outros Senhores Senadores, que modifica o § 3º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Aprovado o prosseguimento da tramitação da matéria.*

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 172, de 1989 (nº 398/89, na origem) de 9 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Mattoso Maia Amado, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Coreia. *Apreciação em sessão secreta.*

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 174, de 1989 (nº 403/89, na origem), de 14 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado

a escolha do Senhor Júlio Gonçalves Sanchez, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau. *Apreciação* em sessão secreta.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 179, de 1989 (nº 457/89, na Casa de origem), de 30 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Régis Novaes de Oliveira, Embaixador do Brasil junto à Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Malta. *Apreciação* em sessão secreta.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 185, de 1989 (nº 515/89, na origem), de 11 de setembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Sérgio Damasceno Vieira, Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam. *Apreciação* em sessão secreta.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 186, de 1989 (nº 516/89, na origem), de 11 de setembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares, Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda. *Apreciação* em sessão secreta.

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 187, de 1989 (nº 509/89, na origem), de 8 de setembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cherubim Rosa Filho, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga que se abrirá, em novembro vindouro, com a aposentadoria compulsória do Senhor Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar Antonio Geraldo Peixoto. *Aprovado*.

1.3.1 — Apreciação de Matéria

— Requerimento nº 555/89, lido no Expediente da presente sessão. *Rejeitado*, após usarem da palavra os Srs. João Menezes, Jutahy Magalhães, Mansueto de Lavor, Cid Sabóia de Carvalho, Antônio Luiz Maya, Áureo Mello, Meira Filho, Marcondes Gadelha e Jarbas Passarinho.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MARCONDES GADELHA — Incorporação à FAB da primeira aeronave AMX, produzida no País em cooperação tecnológica com a Itália.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Dia Mundial do Médico.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Discurso do Presidente José Sarney na 44ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA — Transcrição do artigo publicado no jornal *Diário do Comércio*, sob título "Convenção vai regular uso do amianto no País".

SENADOR MAURO BENÉVIDES — Encontro, em Brasília, de Prefeitos e Vereadores, em defesa de dotações do Fundo de Participação dos Municípios.

SENADOR RONAN TITO — Convocando ao Plenário os Srs. Senadores para votação de matéria.

SENADOR MARCONDES GADELHA — Solicitação aos Srs. Senadores para que acorriam ao Plenário para votação de matéria urgente.

O SR. PRESIDENTE — Solidarizando-se com o pronunciamento do Sr. Francisco Rollemberg em homenagem aos médicos.

1.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com a Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 155ª SESSÃO, EM 18 DE OUTUBRO DE 1989

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Requerimentos

— Nº 558/89, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 44/89, que cria o Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Goiás, a respectiva Procuradoria, e dá outras providências.

— Nº 559/89, de urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 210/89, que dispõe sobre o critério de reajustamento do valor das obrigações relativas aos contratos de alienação de bens imóveis não abrangidos pelas normas do Sistema Financeiro da Habitação, a que se refere a Lei nº 7.774, de 8 de junho de 1989.

2.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR RONAN TITO, como Líder — Liberação de verbas para os pequenos agricultores.

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Indicação do Dr. Wadico Waldir Bucchi para o cargo de Presidente do Banco Central.

2.2.3 — Requerimento

— Nº 560/89, de autoria do Senador Mário Maia, solicitando seja considerado como de licença para tratamento de saúde o período de 2 a 17 do corrente. *Aprovado*.

2.2.4 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADORES MARCONDES GADELHA E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, como Líderes — Indicação do Dr. Wadico Waldir Bucchi para o cargo de Presidente do Banco Central.

2.3 — ORDEM DO DIA

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 178, de 1989 (nº 440/89, na origem), de 24 de agosto do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Wadico Waldir Bucchi, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. *Aprovado*, após usar da palavra o Sr. Leite Chaves.

2.3.1 — Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

— Requerimentos nºs 558 e 559/89, lidos no Expediente. *Aprovados*.

2.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Senador João Menezes, proferido na sessão de 16-10-89.

4 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nºs 244, 245 e 246, de 1989.

5 — DIRETORIA GERAL DO SENADO FEDERAL

— Extrato de Contrato nº 50/89.

6 — ATA DE COMISSÃO

7 — MESA DIRETORA (Relação dos Membros)

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos Membros)

9 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (Relação dos Membros)

Ata da 154ª Sessão, em 18 de outubro de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Iram Saraiva e Pompeu de Sousa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Antonio Luiz Maya — Alexandre Costa — João Lobo — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Lyra — Teotônio Vilela Filho — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Ruy Bacelar — José Ignacio Ferreira — Gerson Camata — Ronan Tito — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Maurício Corrêa — Meira Filho — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Lelte Chaves — Gomes Carvalho — Sílvio Name — Jorge Bornhausen — Nelson Wedekin.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 39 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem

DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

MESSAGEM Nº 103, DE 1989-DF (Nº 93/89-GAG, na origem)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Execlência para comunicar que, nos termos do § 1º, art. 10, da Resolução nº 157 de 1988, do Senado Federal, decidi vetar, no todo, o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 54, de 1989, que "Reestrutura a categoria Funcional de Assistente Jurídico do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 1973, fixa a sua retribuição e dá outras providências, pelas seguintes razões:

O parágrafo único do art. 134, da Constituição Federal impõe a organização da Defensoria Pública do Distrito Federal por meio de lei complementar e somente após a edição da mesma é que seria lícito ao Distrito Federal dispor sobre este tipo de serviço.

Um exame mais acurado do projeto *sub examen* revela-nos que o mesmo não se limi-

ta, como nos induz a ementa, a simples reestruturação da Categoria Funcional de Assistente Jurídico do Plano de Cargos do Distrito Federal, fixando, ainda, a sua retribuição, pois ao dar outras providências incorreu o projeto ao exercício do veto total, tendo em vista que o art. 4º invade a seara alheia numa flagrante usurpação de poder, ao dispor que:

"Art. 4º Compete à Categoria Funcional de Assistente Jurídico a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos."

Estávamos pois, atribuindo ao Assistente Jurídico as tarefas próprias e exclusivas de Defensor Público, nos exatos termos do art. 134 da Constituição Federal que estabelece ser da Defensoria Pública, a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, fato este que serviu para conspurcar a simples estruturação de uma carreira, e nem se diga que o simples veto a este dispositivo recolocaria o projeto em seus trabalhos normais da constitucionalidade, posto que correríamos o risco de termos uma carreira estruturada com cargos, salários, gratificações, mas sem atribuições, o que configuraria, no mínimo, um aspecto inusitado, e de certo modo intransponível.

A par da impropriedade já mencionada, o projeto abriria também uma exceção aos princípios orientadores das Carreiras de Nível Superior que compõem o Quadro de Pessoal do Distrito Federal, propiciando uma onda interminável de reivindicações de caráter isonômico, sem condições de ser suportada pelo Erário do Distrito Federal.

Cumpra salientar ainda, que a iniciativa de regulamentar e institucionalizar este tipo de serviço no Distrito Federal só será viável após a edição da já mencionada lei complementar, oportunidade em que teríamos o ensejo, em não sendo aproveitados os Assistentes Jurídicos do Distrito Federal nos quadros da Defensoria Pública, de dispor sobre a estruturação de tal categoria funcional.

Nestas circunstâncias, claro está que o projeto ao infringir o princípio da legalidade inserido no art. 37 da Constituição Federal não poderia merecer outro desfecho, senão o veto em sua totalidade, reservando-se a este Governo o direito de voltar a propor novo disciplinamento da questão, tão logo seja editada a lei complementar já aludida.

Isto posto, submeto a matéria à apreciação dessa Casa legislativa, na condição que lhe é atribuída no § 1º do art. 16, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, esperando a confirmação do mesmo.

Brasília, 17 de outubro de 1989. — *Joaquim Domingos Roriz.*

PROJETO A QUE SE REFERE AO VETO

Reestrutura a categoria funcional de Assistente Jurídico do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, fixa a sua retribuição e dá outras providências.

O Senado Federal decreta:

Art. 1º A categoria funcional de Assistente Jurídico, do Grupo Serviços Jurídicos, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, a partir de 1º de setembro de 1989, passa a ser constituída de:

Classe Especial

1ª Classe

2ª Classe

Art. 2º A categoria funcional de Assistente Jurídico é atribuída a seguinte remuneração:

Classe	Vencimento ou Salário
Especial.....	NCz\$ 4.676,73
1ª.....	NCz\$ 4.447,76
2ª.....	NCz\$ 4.278,71

Parágrafo único. É devida aos integrantes das Classes Especial, 1ª e 2ª, a Gratificação de Representação Mensal, nos percentuais de 190%, 185% e 180%, respectivamente.

Art. 3º São extintas, para os integrantes da categoria funcional de Assistente Jurídico, todas as gratificações percebidas na data da publicação desta lei.

Art. 4º Compete à categoria funcional de Assistente Jurídico a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Art. 5º A gratificação adicional por tempo de serviço a que fazem jus os integrantes da categoria funcional de Assistente Jurídico será calculada, na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de efetivo exercício, sobre o vencimento ou salário e a representação.

Art. 6º Os integrantes da categoria funcional de Assistente Jurídico passam a integrar o Quadro de Pessoal do Distrito Federal, sob o regime da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 7º Aplicam-se aos proventos e pensões que têm por base de cálculo os vencimentos da categoria funcional de Assistente Jurídico as disposições desta lei.

Art. 8º Os atuais ocupantes da categoria funcional de Assistente Jurídico serão aproveitados na categoria de que trata esta lei, da seguinte forma:

Situação Atual	Situação Nova
Classes C e Especial	1ª Classe
Classes A e B	2ª Classe

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

(*A Comissão do Distrito Federal.*)

Ofício

**DO SR. 1º SECRETÁRIO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**
Encaminhando à revisão do Senado au-
tôgrafos da seguinte matéria:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 74, DE 1988**

(nº 1.405-B/88, naquela Casa)

Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da
Lei nº 3.557, de 17 de maio de 1959,
e dá outras providências.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da
Lei nº 3.557, de 17 de maio de 1959,
e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 3.557,
de 17 de maio de 1959, passam a vigorar
com a seguinte redação:

"Art. 1º Será consignada, anualmen-
te, no Orçamento do Ministério da Educa-
ção, em favor da Campanha Nacional de
Escolas da Comunidade — CNEC, socie-
dade civil de fins educacionais, conside-
rada de utilidade pública pelo Decreto nº
36.505, de 30 de novembro de 1954, sub-
venção relativa ao número de turmas das
unidades escolares por ela mantidas em
todo o território nacional.

Parágrafo único. A subvenção a que
se refere este artigo será fixada à base
de NCz\$ 250,00 (duzentos e cinquenta
cruzados novos), reajustável anualmente,
de acordo com os índices oficiais da infla-
ção.

Art. 2º Para a consignação da sub-
venção de que trata o artigo anterior, a
Campanha Nacional de Escolas da Co-
munidade — CNEC, enviará, até o dia
15 de março de cada ano, ao órgão com-
petente do Ministério da Educação, a rela-
ção das unidades em funcionamento,
com os respectivos números de turma,
alunos e séries, devidamente atestados
pelo órgão competente do sistema Esta-
dual de Ensino respectivo, que emitirá
parecer sobre as condições da escola e
informará sobre o apoio e colaboração
prestados pelas escolas estadual e muni-
cipal.

Parágrafo único. A consignação or-
çamentária de que trata esta lei terá como
limite máximo o número de turmas de
1º e 2º graus, com mínimo de 35 (trinta
e cinco) alunos por turma, sendo atual-
mente 12.328 (doze mil trezentos e vinte
e oito) turmas existentes nas escolas vin-
culadas à CNEC."

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino de
1º e 2º graus mantidos pela Campanha Nacio-

nal de Escolas da Comunidade — CNEC po-
derão ter mais de uma turma, quando a soma
dos alunos de 2 (duas) turmas não for inferior
a 75 (setenta e cinco).

Art. 3º Aplicam-se às escolas menciona-
das nesta lei os dispositivos constitucionais
referentes à gestão democrática do ensino pú-
blico.

Art. 4º Quando da aprovação da lei pre-
vista no art. 213 da Constituição Federal, ficará
a continuidade do apoio financeiro previsto
no art. 1º da Lei nº 3.557, de 17 de maio
de 1959, condicionada ao cumprimento efeti-
vo das exigências que venham a ser nela esta-
belecidas.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de
sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em
contrário.

(*A Comissão de Educação.*)

Pareceres

PARECER Nº 250, DE 1989

Da Comissão Diretora

*Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 10, de 1989 (nº 132/86, na
Câmara dos Deputados).*

A Comissão Diretora apresenta a redação
final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10,
de 1989 (nº 132/86, na Câmara dos Deputa-
dos), que aprova o Texto da Convenção Ame-
ricana sobre Direitos Humanos (Pacto São Jo-
sé), celebrado em São José da Costa Rica, em
22 de novembro de 1969, por ocasião
da Conferência Especializada Interamericana
sobre Direitos Humanos.

Sala de Reuniões da Comissão, 16 de outu-
bro de 1989. — *Nelson Carneiro*, Presidente
— *Pompeu de Sousa*, Relator — *Antonio Luiz
Maya* — *Aureo Mello*.

ANEXO AO PARECER Nº 250, DE 1989

*Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 10, de 1989 (nº 132/86, na
Câmara dos Deputados), que "aprova o
Texto da Convenção Americana sobre Di-
reitos Humanos (Pacto São José), cele-
brado em São José da Costa Rica, em
22 de novembro de 1969, por ocasião
da Conferência Especializada Interame-
ricana sobre Direitos Humanos".*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção
Americana sobre Direitos Humanos (Pacto
São José), celebrado em São José da Costa
Rica, em 22 de novembro de 1969, por oca-
sião da Conferência Especializada Interame-
ricana sobre Direitos Humanos.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Con-
gresso Nacional quaisquer atos que possam
resultar em revisão da presente Convenção,
bem como aqueles que se destinem a estabe-
lecer-lhe ajustes complementares.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em
vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 251, DE 1989

Da Comissão Diretora

*Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 12, de 1989 (nº 137/86, na
Câmara dos Deputados).*

A Comissão Diretora apresenta a redação
final do Projeto de Decreto Legislativo nº 12,
de 1989 (nº 137/86, na Câmara dos Deputa-
dos), que aprova o texto da Convenção nº 146
da Organização Internacional do Trabalho —
OIT, sobre Férias Remuneradas Anuais da
Gente do Mar, adotada em Genebra, em 1976,
durante a 62ª Sessão da Conferência Interna-
cional do Trabalho.

Sala de Reuniões da Comissão, 16 de outu-
bro de 1989. — *Nelson Carneiro*, Presidente
— *Pompeu de Sousa*, Relator — *Aureo Mello*.

ANEXO AO PARECER Nº 251, DE 1989

*Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 12, de 1989 (nº 137/86, na
Câmara dos Deputados), que "aprova o
texto da Convenção nº 146 da Organi-
zação Internacional do Trabalho — OIT,
sobre Férias Remuneradas Anuais da
Gente do Mar, adotada em Genebra, em
1976, durante a 62ª Sessão da Confe-
rência Internacional do Trabalho".*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção
nº 146 da Organização Internacional do Traba-
lho — OIT, sobre Férias Remuneradas Anuais
da Gente do Mar, adotada em Genebra, em
1976, durante a 62ª Sessão da Conferência
Internacional do Trabalho.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Con-
gresso Nacional quaisquer atos que possam
resultar em revisão da presente Convenção,
bem como aqueles que se destinem a estabe-
lecer-lhe ajustes complementares.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em
vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 252, DE 1983

*Da Comissão de Assuntos Econômi-
cos sobre a Mensagem nº 168, de 1989
(Mensagem nº 391, na origem) do Senhor
Presidente da República submetendo à
aprovação do Senado Federal, proposta
do Senhor Ministro da Fazenda, para que
seja autorizada a República Federativa do
Brasil, a contratar operações de crédito
externo, nos valores de até Can \$
10,631,011.00 e Us\$ 1,500,000.00 ou
seu equivalente em outra moeda, junto
à Export Development Corporation —
EDC e Theratronics International Limited,
destinadas a financiar a importação de
equipamentos de radioterapia para o
"Programa de Reequipamentos de Hospi-
tais de Oncologia".*

Relator: Senador Aureo Mello

Com a Mensagem nº 168, de 1989, nos
termos do art. 52, inciso V, da Constituição
Federal, o Senhor Presidente da República
submete à deliberação do Senado Federal pe-
dido de autorização para contratar duas opera-

ções de crédito externo, no valor total de Can\$ 12.507.071,00 (doze milhões quinhentos e sete mil e setenta e um dólares canadenses), junto à Export Development Corporation — EDC e Theratronics International Limited, destinados a financiar a importação de equipamentos para o "Programa de Reequipamentos de Hospitais de Oncologia".

A operação terá as seguintes condições financeiras:

a) *Credor*: Export Development Corporation — EDC;

— *Valor*: Can\$ 10.631.011,00, destinados a financiar 85% do custo de aquisição de bens no mercado canadense;

— *Juros*: 9,35 a.a., exigíveis semestralmente;

— *Amortizações*: 20 prestações semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira 6 meses após o embarque final;

— *Comissão "flat"*: 0,75% sobre o valor do crédito, pagável 30 dias após a assinatura do contrato ou quando da emissão do certificado de autorização;

— *Comissão de compromisso*: 0,5% a.a. sobre os valores não utilizados, contados a partir da data da emissão do certificado de autorização;

— *Despesas gerais*: as razoáveis, limitadas a 0,1% do valor do crédito.

b) *Credor*: Theratronics International Limited;

— *Valor*: US\$ 1,5 milhões, destinados a financiar o sinal do preço dos equipamentos antes referidos;

— *Juros*: 7,8% a.a. acima da *LIBOR* semestral, exigíveis junto com as parcelas de principal;

— *Amortizações*: 4 parcelas semestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 5 meses após o desembolso, o qual somente poderá ocorrer quando emitidas as guias de importação da Cacex.

Com as informações e documentos anexados ao processo, constatamos que a operação financiará a:

— aquisição de aparelhos de Telecobaltoterapia novos;

— substituição de fontes de cobalto 60 (qualquer marca);

— aquisição de simuladores para radioterapia;

— aquisição de irradiadores de sangue;

— aquisição de computadores para planejamento de tratamento;

— aquisição de sistemas automáticos de dosimetria;

— aquisição de aparelhos de braquiterapia por "Afterloading" automático;

— aquisição de peças de reposição em geral.

Os equipamentos serão revendidos, mediante convênio, à instituições de diversas regiões brasileiras, de natureza pública, filantrópica e privada, compreendendo 27 entidades, sendo 24% do setor público, 56% do setor filantrópico e 20% do setor privado.

Segundo as informações do Ministério da Saúde, as instituições beneficiadas apresentam uma situação financeira compatível com

a presente operação, não devendo os seus encargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos futuros exercícios.

Por outro lado, não estamos seguros quanto a necessidade de autorização legislativa competente para permitir a concretização da importação, já que a mesma implicará em desembolsos de recursos orçamentários, ainda este ano e os mesmos não foram autorizados pelo Congresso Nacional.

No mérito, trata-se de uma operação do mais alto interesse público, porquanto ela financiará o reequipamento imediato da rede hospitalar de câncer do País, para combater mais eficazmente um dos males mais graves que afligem a humanidade.

Ante o exposto, opinamos pelo acolhimento da mensagem nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 73, DE 1989

Autoriza a República Federativa do Brasil, a contratar operações de crédito externo no valor total de até Can\$ 12.507.071,00.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil, através do Ministério da Saúde, autorizada a ultimar a contratação de créditos externos, no valor total de até Can\$ 12.507.071,00 (doze milhões, quinhentos e sete mil e setenta e um dólares canadenses), junto a Export Development Corporation — EDC e Theratronics International Limited, ambas do Governo canadense, destinados a financiar a importação de equipamentos de radioterapia para o Programa de Reequipamento de Hospitais de Oncologia.

Art. 2º A União poderá revender os equipamentos financiados pela presente operação, observada a legislação pertinente e as mesmas condições financeiras originais.

Parágrafo único. Os adquirentes de natureza privada, filantrópica ou lucrativa, deverão fornecer carta de fiança bancária no valor da operação de crédito, em valor que inclua as despesas de frete, seguro, comissões, taxas e outros encargos incidentes na aquisição original dos equipamentos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 1989. — *Raimundo Lira*, Presidente — *Áureo Mello* Relator — *Jorge Bornhausen* — *Mansueto de Lavor* — *Carlos de Carli* — *Ronan Tito* — *João Calmon* — *Gerson Camata* — *Nelson Wedekin* — *Dirceu Carneiro* — *Gomes Carvalho* — *Ronaldo Aragão* — *Aluizio Bezerra*.

PARECER Nº 253, DE 1989

Da Comissão do Distrito Federal sobre as Emendas nº 1 e nº 2, de Plenário, ao Projeto de Lei do DF nº 29, de 1989, Mensagem nº 47, de 1989-CN (nº 37-GAG, de 1989, na origem) que "extingue órgãos e cargo, altera a estrutura da administração do Distrito Federal, e dá outras providências."

Relator: Senador Ney Maranhão.

O presente projeto de lei, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, já foi exami-

nado e aprovado nesta Comissão na forma do substitutivo apresentado pelo Relator, nobre Senador Odacir Soares, em 19-9-89, passando a ter a seguinte ementa: "Altera a estrutura da Administração do Distrito Federal, extingue órgãos e dá outras providências".

O substitutivo foi aprovado em plenário no primeiro turno, tendo a Comissão Diretora apresentado a redação do vencido, em 2 de outubro de 1989, para o turno suplementar.

Nesta fase foram apresentadas duas emendas, ambas do nobre Senador Pompeu de Sousa. Em 10-10-89, anunciada a discussão da matéria, em turno suplementar, foi procedida a leitura das emendas em plenário. Encerrada a discussão, o projeto volta a esta Comissão para dar parecer sobre essas emendas.

A Emenda nº 1 inclui, no art. 6º do projeto, o inciso IX, mantendo, também, o cargo de natureza especial do Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

A Emenda nº 2 dá nova redação à alínea a do inciso III do art. 16, com o objetivo de mudar a denominação do BRB — Banco Regional de Brasília S/A, para BRB — Banco de Brasília S/A.

Tais proposições vêm suprir lacunas existentes no projeto e que permaneceram no substitutivo, lacunas essas perfeitamente justificáveis, uma vez que a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Emenda nº 1) foi criada pela Lei nº 40, de 1989, originária do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1989-DF, vindo a esta Casa, posteriormente, ao presente Projeto nº 29, de 1989-DF. Quanto à mudança de denominação do Banco Regional de Brasília S/A, para Banco de Brasília S/A, permanecendo a sigla BRB, já foi aprovado nesta Comissão, dia 11-10-89, o Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1988-DF, que trata desta matéria.

Diante do exposto, somos, no âmbito dessa Comissão, de parecer favorável à aprovação dessas duas emendas, e aproveitamos este momento de aprimoramento do substitutivo, para propor a inclusão no art. 4º do "Gabinete de Vice-Governador", que foi criado pela Lei nº 46, de 1989, do DF, originária do Projeto de Lei do Senado nº 48-DF, de 1989, vindo, portanto, a esta Casa posteriormente a este projeto, não tendo, por isto, constado nem do projeto, nem do substitutivo. Propomos, portanto, a seguinte emenda:

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º Integram ainda a estrutura básica da administração do Distrito Federal, o Gabinete do Governador, constituído do Gabinete Civil e do Gabinete Militar, o Gabinete do Vice-Governador e a Procuradoria Geral."

Sala das Comissões, 18 de outubro de 1989. — *Mauro Benevides* Presidente — *Ney Maranhão* — Relator — *Francisco Rollemberg* — *Pompeu de Sousa* — *Lourival Baptista* — *Márcio Lacerda* — *João Menezes* — *Chagas Rodrigues* — *Maurício Corrêa* — *Meira Filho* — *Wilson Martins*.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)
Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 555, DE 1989

Requeiro, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1989 (nº 3.589/89, na Casa de origem), que dispõe sobre os feriados de 12 de outubro e 2 de novembro.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1989.
— Edison Lobão — Jarbas Passarinho — Roman Tito — Chagas Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há, no Brasil, homem público algum que exerça mandato, dentro de circunstâncias as mais difíceis, senão mesmo amargurantes, como os prefeitos municipais. De um lado, os orçamentos pequenos e minúsculos, engolfados pela constante inflação e, de outro lado, as populações pobres, marginalizadas que, não tendo a quem recorrer, se dirigem, com constância e frequência, às Prefeituras e, por via de consequência, aos Prefeitos. Além do mais, nem a facilidade de fuga S. Exª têm, porque Prefeito é como móvel e utensílio: a municipalidade exige sempre o direito de saber onde eles estão. E assim, Sr. Presidente, Brasília recebeu, hoje, a visita de milhares de Prefeitos do País. Posso dizer, até, que vieram todos, porque os que não puderam vir se fizeram representar pelos que já se encontram em Brasília.

Muitos dos Senadores receberam telegramas como este, que recebi, em caráter urgente:

São Paulo/SP
Urgente PD16/10/89
Leite Chaves (PR)
Senado Federal: Anexo II; Bl. A, 1º andar,
Ala Tancredo Neves,
Gabinete 52
Brasília/DF (70160)

Senhor Senador,

Nós, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e municipalistas de todo o País, estaremos no próximo dia 18, às 10hs, no auditório Petrólio Portella, do Congresso Nacional, para sabermos a posição do que pleiteamos nos ofícios nºs 67 e 68/89, enviados respectivamente aos Presidentes da Câmara Federal e Senado Federal, acompanhados de minutas de emendas e projetos de lei complementares à Constituição Federal/88, sobre FPM, ISS, IVC, ITBI-IV, entre outros.

Ao convidá-lo para estar conosco naquele momento, insistimos também na sua presença na reunião dia 17, às 14hs, na sede da ABM, SAS quadra 5 — lote 5-A — bloco F, quando, com os presidentes de associações nacionais, estaduais e regionais, estaremos discutindo emendas para os projetos de leis complementares, que versam sobre o SUDS e desenvolvimento urbano, além das estratégias para o movimento do dia seguinte.

Com um abraço, saudações municipais. — *Lincoln Magalhães*, Coordenador do Conselho Brasileiro de Integração Municipal é Presidente da Associação Paulista de Municípios.

Ontem, Sr. Presidente, atendendo a convite, estive com eles na sede de sua organização aqui em Brasília, a ABM e hoje, pela manhã, no Auditório "Petrônio Portella".

Os prefeitos estão em situação de extrema angústia. No passado, as prefeituras não recebiam verbas, a não ser através do Governo Central, que as concentravam em suas mãos. Quando o regime militar de 1964 viu que os estelos em que repousavam seus fundamentos ruíam, passou a concentrar, em seu poder, a renda nacional. E os prefeitos viviam de "chapéu na mão" para receber aquilo que provinha da arrecadação; inclusive do Município. Hoje, Sr. Presidente, estranhamente, quando a Constituição descentralizou a receita, assegurou maior participação aos Municípios, dando-lhes, inclusive, maiores responsabilidades, os prefeitos se encontram em igual situação.

Sr. Presidente, trata-se quase de uma denúncia. As prefeituras, para receberem o Fundo de Participação, aguardam setenta dias. Com a inflação a 35 ou 36%, essas rendas já chegam sem significação ou sem nenhuma expressão econômica ou monetária.

Sr. Presidente, aqui estão eles. Quando os vi nessa luta incessante, meio desesperada, convidei-os a que viessem ao Senado Federal. E quero vincular esta Casa às suas reivindicações. Que o Senado Federal a eles se vincule nesta causa porque, de resto, é a mais expressiva causa nacional, a sobrevivência das municipalidades. Não se pode, Sr. Presidente, exigir de prefeitos e vereadores, sacrifícios maiores do que estão suportando; as mínimas necessidades não podem ser por eles atendidas. Prefeitos há que atendem a despesas públicas, do próprio bolso, pela pressão social, em atendimento às necessidades urgentes das populações que representam.

Soube, hoje, que o ilustre Presidente da República não recebeu os Prefeitos. Não creio que o Presidente José Sarney, que honrou esta Casa, nosso ex-colega, que esteve tanto tempo conosco, ao final de seu mandato — mandato difícil! — se recusasse a receber prefeitos.

Ninguém pode afrontar ninguém; ninguém pode ser mais respeitado do que um homem público no exercício da sua função e da sua meta. Esses Prefeitos não representam interesses próprios. Dou depoimento de que muitos deixam o cargo, ao final do mandato, po-

bres, sem emprego, sem função e sem condições de exercer as antigas atividades.

Pois, Sr. Presidente, nesta tarde, são os prefeitos do Brasil que aqui estão. Daqui a pouco, estarão milhares nesta Casa. E nós, o Senado, já que representamos os Estados e, por via de consequência, os municípios, não podemos ser insensíveis à sua luta.

Quero dizer aos Prefeitos — pessoalmente e em nome da Liderança do meu Partido, o PMDB, pela qual respondo também neste momento —, quero assumir o compromisso de ordenar o esforço desta extraordinária Casa no sentido de que pelo menos essas reivindicações sejam atendidas. Não podemos admitir que, depois de promulgada a Constituição, ocorra uma situação de flagelo, de desrespeito dessa natureza.

Sei que a Nação está exaurida em seus esforços e em suas reservas, mas Sr. Presidente, não há, a nível nacional, nenhum assunto que diga respeito aos interesses sociais que sejam tão urgentes, tão instantes quanto a situação das municipalidades.

Quero dar um depoimento aos Srs. Prefeitos e pedir que se unam a essa causa. O mais grave problema nacional é um só, para o qual as municipalidades devem se tornar sensíveis: a questão da dívida externa. Não há assunto mais grave e mais difícil do que esse. Pois saibam os Srs. Prefeitos que estão deixando de receber esses valores que dizem respeito ao Fundo de Participação, ao ISS, ao IVC, porque o dinheiro está sendo carreado para o pagamento de juros aos bancos internacionais.

Quero dar conhecimento a V. Exª de que há, em tramitação, nesta Casa, um projeto que visa à suspensão, por dez anos, do pagamento da dívida externa. Dez anos de suspensão e mais dez anos para pagamento. Ao fim dos primeiros dez anos, começa-se a pagar essa dívida. Mas, de que sorte? — Invertendo-se os pólos da posição de exigibilidade; ao invés de se pagar, primeiro, acessórios, juros e capital, pagar-se-á capital, juros e acessórios. Porque, numa situação normal de devedor e credor, é aquela a preferência de pagamento. Mas quando a situação se torna difícil, tem-se que inverter os pólos da equação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Prefeitos, como já disse, ao justificar o meu Projeto nesta Casa, ele é o mais jurídico, o mais cabível. A motivação é de ordem política, mas os seus fundamentos são jurídicos, e o Congresso Nacional não pode deixar de aprová-lo. Em que consistem os seus fundamentos, para justificar a prorrogação? Primeiro, que ninguém está obrigado ao impossível. Aqui está a prova, Sr. Presidente, de que o Brasil não pode continuar a pagar essas dívidas. Esses homens, os prefeitos do Brasil estão de "chapéu na mão"! Estão em situação pior do que a de pedintes; estão em situação de desespero, quando o Tesouro fica surdo inclusive ao cumprimento do dever constitucional!

Então a primeira fundamentação é esta: a de força em grau de evidência; segundo: quando uma cláusula contratual fica ao arbítrio de uma das partes, é nula. No caso, os bancos

podem aumentar ou diminuir os juros de acordo com a elevação do *prime rate* e da *libor*, que são as taxas internacionais; assim, eles elevam as taxas conforme a sua conveniência e a sua vantagem.

E a terceira é de ordem constitucional. Diz a Constituição que, dentro de um ano, a partir da promulgação, teria esta Casa a obrigação de constituir uma comissão para levantar as causas da dívida, encaminhando, de logo, aos tribunais aqueles que, direta ou indiretamente, concorreram para a sua formação. Se há suspeita sobre a dívida, como manter o seu pagamento antes de esclarecidas as graves dúvidas que a comprometem.

Houve gente que se aproveitou dessa dívida, que foi constituída não no interesse do País. Lembro-me de que, em 1976 e 1977, éramos pressionados a aceitar dinheiro externo, às vezes com finalidade indefinida e duvidosa. Não sabíamos quem era, mas sentíamos que tanto de parte dos prestanistas, quanto de parte daqueles que tomavam dinheiro emprestado, havia pessoas que mostravam interesses muito além dos limites que o interesse do País poderia justificar.

Pois, Srs. Prefeitos, a dívida, se continuar a ser paga, ensejará essa situação de dificuldades de margens cada vez mais crescentes.

Acho que seria o instante de os prefeitos do Brasil se aliarem a esta causa do não pagamento da dívida; é uma dívida ilegítima contraída em favor de outros interesses, e a nossa situação será de colapso crescente se não encontrarmos uma situação legal que suste ou suspenda o seu pagamento.

Agora, quero dizer aos prefeitos também que aqui, nesta Casa do Congresso Nacional, há pessoas que falam sobre a dívida, mas no instante de lutarem efetivamente pelo seu pagamento, aí negociam. Os próprios candidatos a presidente da República, todos eles falam sobre a dívida mas, na hora de assumirem a posição legal de impedir o seu pagamento, tergiversam, porque muitos estão comprometidos com os bancos externos e internos.

Saibam V. Ex^{as} que os bancos internos nacionais, com algumas exceções, são apenas braços estendidos dos interesses internacionais.

Então, quando vem ao Congresso Nacional um projeto juridicamente inatácável, como este, encontra ele dificuldade na sua aprovação. A própria Comissão, aqui constituída, estranhamente chegou a resultados comprometedores e vergonhosos.

Srs. Prefeitos, V. Ex^{as} estão no Senado e, aqui, muitos receberam seus telegramas. Gostaria de ser, a partir de agora, porta-voz de todos, dos prefeitos do meu Estado e dos prefeitos do País. Se as dificuldades continuarem, se os ouvidos se fecharem, se as responsabilidades não forem assumidas, aqui estaremos para reclamar. Chegará tempo, em que abstruiremos a aprovação de qualquer projeto importante. Se as prefeituras continuarem marginalizadas, elas que estão com apoio na Constituição para o recebimento dessas verbas, e não as recebem, nos levarão a impedir

a aprovação de qualquer outro projeto que as prefira.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a, nobre Senador Leite Chaves?

O SR. LEITE CHAVES — Com todo o prazer, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Leite Chaves, no momento em que V. Ex^a, no exercício da Liderança do PMDB, ocupa a tribuna do Senado Federal para registrar a presença, nas galerias e na tribuna de honra da Casa, de dezenas de prefeitos que hoje lotaram o "Auditório Petrônio Portella", na abertura deste importante Encontro que se realiza em Brasília, desejo, da mesma forma como fiz junto ao nosso Líder Ronan Tito, levar a manifestação da minha solidariedade a esse movimento tão bem inspirado, que objetiva sensibilizar os Poderes Públicos, de forma particular, o Congresso Nacional, para aprovação de diplomas legais que garantam, que resguarrem os interesses das municipalidades brasileiras. Em maio deste ano, eminente Senador Leite Chaves, tive a oportunidade de ocupar a tribuna do Senado Federal para reclamar que a Secretaria Geral do Tesouro reformulasse os cálculos do Fundo de Participação dos Municípios, a fim de que não se subtraísse das comunas brasileiras aquilo que lhes era devido e que tinha sido explicitado no texto da nova Carta Magna em vigor. Portanto, no instante em que V. Ex^a se reporta a esse movimento, que é legítimo, de pressão democrática sobre o Congresso Nacional, de parte dos Prefeitos, desejo saudar aqueles líderes que, de todas as comunas brasileiras, demandaram a Brasília, neste instante, e, daqui, levarão a certeza de que Senadores e Deputados, irmanados nesta luta, haverão de defender os interesses das edlidades do País. Esta, a nossa manifestação, nobre Senador Leite Chaves. (Palmas.)

O SR. LEITE CHAVES — Nobre Senador Mauro Benevides, agradeço a valiosa intervenção de V. Ex^a, bem como em nome de todos os prefeitos aqui presentes.

V. Ex^a é Presidente da Comissão do Distrito Federal, foi Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e é um homem de grande respeito nesta Casa. Querria, inclusive, contar com a sua ajuda para a seguinte: convocação, em caráter de urgência, dos Ministros do Planejamento e da Fazenda para prestarem depoimento na Comissão de Economia ou outra Comissão mais apropriada. A injustificada retenção do Fundo de Participação dos Municípios poderá caracterizar até crime de responsabilidade.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Leite Chaves?

O SR. LEITE CHAVES — Ouço, com todo o prazer, o aparte do nobre Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Nobre Senador Leite Chaves, sou testemunha do empenho de V. Ex^a em favor do fortalecimento da causa municipalista no Brasil.

Num encontro que realizamos, na cidade de Curitiba, Estado que V. Ex^a dignifica, falando em seu nome, aqui, no Senado da República, V. Ex^a teve uma participação atuante, colocando todo o prestígio que merecidamente goza, no Congresso Nacional em favor deste movimento. Na semana passada em companhia de Lincoen Magalhães, Presidente da Associação Paulista dos Municípios, e em nome de todos as entidades que fazem o Movimento Municipalista Nacional, estivemos com o nobre Senador Nelson Carneiro, Presidente do Congresso Nacional, e logo depois com o nobre Deputado Federal Paes de Andrade, no exercício da Presidência da República, solicitando desses dois eminente homens públicos o apoio imprescindível para a agilização da aprovação desses projetos, que regulamentam e disciplinam a aplicação do Sistema Tributário Municipal. V. Ex^a merece o nosso apoio. Congratulo-me em ver V. Ex^a ao nosso lado, nesta causa digna e tão justa aos interesses maiores do Brasil. E não poderia deixar de neste instante dar o meu depoimento a favor da vida pública de V. Ex^a, comprometida também com o Movimento Municipalista Brasileiro.

O SR. LEITE CHAVES — Nobre Senador Divaldo Suruagy, agradeço-lhe a intervenção. V. Ex^a, que foi Governador de Alagoas, é um Senador de projeção nesta Casa e um conhecido municipalista. V. Ex^a melhor do que ninguém aqui, conhece essa situação.

Aliás, é uma situação que assombra, que espanta.

V. Ex^a também foi prefeito e pode avaliar o que eu disse: a situação pungente das municipalidades, sobretudo as pequenas. De um lado esmagada por orçamentos cada vez minúsculos e sofrendo a pressão de populações pobres que recorrem primeiro ao prefeito, por ser a autoridade mais próxima. Agora, Sr. Presidente, os prefeitos não pedem, eles estão aí para exigir o cumprimento da Constituição que nós fizemos. A Constituição que foi elaborada por esta Casa e começa a ser descumprida no seu essencial, que é o repasse das verbas devidas às prefeituras pelo Poder Central. Vamos tratar deste assunto aqui reiteradamente, com constância. Sei da identificação de todos os Srs. Senadores com este problema. Temos que convocar os Ministros ao esclarecimento do fato e exigir o cumprimento da norma constitucional. É mais um fato para que Sua Excelência veja que qualquer pressão externa para pagamento de juros escorchantes não equivale nunca à responsabilidade que tem para transferir valores que se destinam à sobrevivência das municipalidades, das populações marginalizadas. Municípios, como existem no meu Estado, compostos em 70% de bóias-frias, onde a prefeitura é uma fonte de assistência social.

Sr. Presidente, é a primeira vez que vejo prefeitos de todo o País, virem a Brasília para pleitear — não estão ainda exigindo o que a Constituição lhes assegurou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Solicito a V. Ex^a conclua o seu discurso, com o qual estão de acordo todos os Srs.

Senadores. V. Ex.^a interpreta o pensamento geral da Casa. Infelizmente o Regimento pede que V. Ex.^a dê o aparte ao nobre Senador João Menezes, o último a pedir, e depois encerre a sua oração, porque temos que dar posse a uma nova Colega nesta Casa.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, atenderei a V. Ex.^a, só que V. Ex.^a está sob a pressão do tempo, e o que não dizer dos prefeitos que estão sob a pressão do seu dever?

Eu fiquei satisfeito em que V. Ex.^a se manifestasse solidário com essa luta e V. Ex.^a, um dos luminares desta Casa, que há muito tempo a honra, joga todo o empenho da Presidência nesse caso. Inclusive, gostaria que V. Ex.^a integrasse uma Comissão e fosse dela Presidente para tratarmos com o Presidente da República no caso. V. Ex.^a recebeu esse telegrama. Sr. Presidente, nós perderemos toda a seriedade se ao fazermos uma Constituição, com a expressão da que foi feita, a violentarmos, inclusive, no cumprimento de deveres inafastáveis como esse.

O Sr. João Menezes — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Com muito prazer, nobre Senador João Menezes.

O Sr. João Menezes — Nobre Senador Leite Chaves, hoje, pela manhã, presenciei um dos espetáculos cívicos mais marcantes que já vivi, que foi à reunião dos prefeitos e vereadores representando quase 4 mil e 200 municípios brasileiros. Realmente, foi algo fantástico, porque é uma maneira de despertar a opinião pública, os poderes, de que a nossa riqueza vem do interior. Se não agirmos assim, não damos proteção aos municípios do interior, não sairemos nunca deste grau de desenvolvimento. É preciso, realmente, que a Constituição seja cumprida. Temos um Brasil novo. O Brasil mudou. Os prefeitos não podem mais vir pleitear verbas para construir uma barragem, uma casa ou um colégio, porque agora a Constituição dá a eles esse direito. Então, é necessário que a Constituição seja cumprida. Realmente, assim estaremos praticando um ato essencial e necessário à nova mudança do Brasil, como está estabelecida no art. 156 e seguintes da Constituição Federal.

O SR. LEITE CHAVES — Muito obrigado nobre Senador João Menezes.

Sr. Presidente, vou terminar.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Nobre líder, com todo prazer lhe concedo o aparte e peço ao Sr. Presidente um pouco de tolerância, pois nem todos os dias estamos com os prefeitos do Brasil com uma causa de desespero.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.^a se recorda do episódio do dia 13 de maio. O Império parou para não deixar uma senhora esperando. Desta vez é uma Senadora que vai tomar posse, por isso é que interfeiri no discurso de V. Ex.^a.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, sei que temos tempo para a posse da ilustre Senadora, outros Srs. Senadores estão ausentes da Casa e querem estar presentes para assistir à posse, mas a República tem que parar também para ouvir os prefeitos. E quero mais ainda de V. Ex.^a, nobre Presidente, que V. Ex.^a presida a Comissão até a Presidência da República, pois é de extrema importância e urgência.

Sr. Presidente, os homens chegaram e não foram recebidos sequer pelo Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. O Presidente não os recebeu. Mesmo que se dissesse que não houve audiência, Sr. Presidente, é um fato inescusável.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tenho certeza de que os Srs. Senadores Ronan Tito e Marco Maciel darão breves apertes. Por isso, solicito a V. Ex.^a os conceda.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador Leite Chaves, logo de manhã no momento em que se instalava a reunião dos prefeitos do Brasil inteiro, o Líder do PMDB na Câmara, dos Deputados Ibsen Pinheiro, e eu, fomos até à Mesa, para nos colocarmos à disposição dos prefeitos. Depois de breve debate com a direção dos trabalhos da Associação dos Prefeitos, decidimos que às 17 horas, na sala do PMDB, na Câmara dos Deputados, teríamos uma reunião dos Líderes de Partido com os líderes dos Prefeitos, para estudarmos como viabilizar, no menor tempo possível, a votação das leis complementares e ordinárias que beneficiem as prefeituras. É sabido, é o óbvio ululante, que o homem vive e nasce, se desenvolve e produz dentro do município, e que, no dia em que resolvermos o problema dos 4.500 municípios do País, resolveremos o problema do Brasil. Tudo isso é óbvio. Diz o Dr. Ulysses Guimarães que o trágico do óbvio é o óbvio não ser praticado. Vamos tentar praticar o óbvio hoje. Vamos reunir com os prefeitos e tentar aprovar as medidas que possam transferir os recursos para que os nossos prefeitos não tenham dificuldades, como foi dito lá hoje, para pagar o 13º salário aos seus empregados. Parabéns V. Ex.^a pela oportunidade e pelo seu conteúdo do discurso.

O SR. LEITE CHAVES — Agradeço a V. Ex.^a, nobre Senador. A sua posição é muito importante para os prefeitos. V. Ex.^a é o líder da maior Bancada nesta Casa. É um homem dos mais lúcidos, eficiente. A partir da Comissão que V. Ex.^a se refere, sobretudo do Senado, temos que encontrar uma solução imediata para os municípios, porque, Srs. Senadores, não é um caso qualquer, é um caso do País, das suas raízes. Não são pequenos municípios, são pequenos, médios e grandes.

O Sr. Marco Maciel — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Marco Maciel — Nobre Senador Leite Chaves, quero na minha brevíssima intervenção, solidarizar-me com V. Ex.^a, e aduzir

dois argumentos. O primeiro diz respeito ao problema da distribuição da Receita tributária em nosso País. A meu ver, a Constituinte buscou melhorar a transferência da Receita para os Estados, e sobretudo para os municípios, mas não atingiu esse objetivo. Talvez até com a nova Constituição as distorções venham a se agravar. Não tenho dúvida alguma de que, por exemplo, isso vai acontecer com relação aos pequenos e médios municípios. Em segundo lugar, gostaria de dizer a V. Ex.^a, que ofereci à consideração do Congresso Nacional, e já se encontra em tramitação nesta Casa, prestes a entrar na Ordem do Dia, uma proposta de emenda constitucional, que se volta para melhorar os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios. Pretendo por este caminho melhorar sobretudo a situação dos municípios de menor desenvolvimento ou seja, aqueles municípios mais pobres que, conseqüentemente, dependem, e dependem muito, dos governos estaduais e do Governo federal. Portanto, encerro a minha breve intervenção, cumprimentando V. Ex.^a. Realmente, este é o momento para pensarmos — e quem sabe, usando os instrumentos de que o Congresso agora dispõe — em corrigir essas distorções e dar, conseqüentemente, ao País, a desejada Federação, porque a Federação no Brasil tem sido, infelizmente, extremamente desigual. É uma Federação meramente gráfica, do papel, que ainda não se incorporou à nossa realidade. É uma Federação meramente formal, posto que, sob o ponto de vista econômico e social, a Federação inexistente: as disparidades ainda são muito grandes em nosso País, em face, sobretudo, do péssimo perfil da distribuição de renda, principalmente com relação à distribuição interespaçial de renda.

O SR. LEITE CHAVES — Muito obrigado, nobre Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Fazendo soar as campanhas convido o nobre Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Paes de Andrade, para tomar assento à Mesa.

V. Ex.^a continua com a palavra.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, encerro, fazendo antes um registro e um apelo. É o registro da presença do Presidente da Câmara dos Deputados nesta Casa — aliás, nesta Legislatura, é a primeira visita que nos faz. A presença de S. Ex.^a é de grande significação para nós — uma visita cordial — e para os prefeitos muito significativa nesta hora.

Faço também um apelo a S. Ex.^a, o nobre Deputado Paes de Andrade, pois S. Ex.^a, melhor do que nós, melhor do que ninguém, conhece a situação das prefeituras, que é de preocupar. As prefeituras estão em situação de indigência e de desespero. S. Ex.^a testemunhou, hoje, isso no "Auditório Petrólio Portella", quando teve a oportunidade, inclusive, de dirigir a palavra aos prefeitos.

Sr. Presidente, V. Ex.^a que é o Presidente do Senado Federal e por conseguinte, do Congresso Nacional, e o nosso ilustre Presidente da Câmara, Deputado Paes de Andrade, pode-

riam assumir agora, publicamente, formalmente, essa responsabilidade.

Aliás, estou há longo tempo no Congresso Nacional e nunca vi um caso mais chocante do que este, a presença de todos os municípios do Brasil em Brasília, no Congresso Nacional, apenas para mostrar que eles não têm condições mais de exercer as suas mínimas funções, com poucas exceções apenas. E o que eles estão solicitando é que seja cumprido o dispositivo da Carta Constitucional que V. Ex^{as} promulgaram perante os olhos da Nação, que naquele instante teve o coração alentado de esperanças.

Srs. Prefeitos, a visita de V. Ex^{as} a esta Casa é honrosa. Tenho certeza de que esta Casa e a outra do Congresso Nacional se levantarão em favor das responsabilidades de que V. Ex^{as} são portadores.

Era o que tinha a dizer nesta tarde, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

(Durante o discurso do Sr. Leite Chaves, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Encontra-se na Casa a Sr^a Maria Alacoque Bezerra de Figueiredo, Suplente convocada da Representação do Estado do Ceará, em virtude da licença concedida ao Titular, o nobre Senador Afonso Sancho.

O diploma de S. Ex^a foi encaminhado à Mesa e será publicado de acordo com o disposto no Regimento Interno.

É o seguinte o diploma encaminhado à Mesa:



JUSTIÇA ELEITORAL

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

EXTRATO DA ATA GERAL

As 17 horas do dia 03 de janeiro de 1983

na sala de sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, sob a presidência do senhor desembargador Joaquim Jorge de Sousa Filho

presentes os senhores Juizes Francisco Nogueira Sales, Francisco Gilson Viana Martins, Agamenon Brito Leitão, Francisco César Amor Rocha, Silvrio Dobrowolski, José Cleber e o Procurador Regional, Dr. Farrila Ribeiro

foi feita a proclamação dos candidatos a cargos eletivos, concorrendo o cidadão Maria Alacoque Bezerra Figueiredo nas eleições realizadas no dia 15 de novembro de 1982, como candidato a SUPLENTE DE SENADOR com mandato de 8 (oito) anos e obtendo de 1 956 747 votos apurados, 1 120 069 votos.

Fortaleza, 03 de janeiro de 1983


Presidente do Tribunal Regional Eleitoral



JUSTIÇA ELEITORAL

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ declara eleito

SUPLENTE DE SENADOR, com mandato de 8 (oito) anos, pela legenda da

Agremiação Política, Partido Democrático Social

no pleito de 15 de novembro de 1982, o cidadão Maria Alacoque

que Bezerra Figueiredo, de acordo com a ata anexa.

Fortaleza, 03 de Janeiro de 1983

[Assinatura]
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Designo os Srs. Senadores Mauro Benevides, Divaldo Suruagy e Nabor Júnior para comporem a Comissão que deverá introduzir S. Ex^a no plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

Acompanhada da Comissão, a Sr^a Alacoque Bezerra dá entrada no recinto, prestando junto à Mesa o seguinte compromisso regimental:

"Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de senadora que o povo me conferiu e sustentar a União, a integridade e a independência do Brasil." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Declaro empossada Senadora da República a nobre Sr^a Alacoque Bezerra, que integrará, no Senado, a Representação do Estado do Ceará.

A partir deste momento S. Ex^a passará a participar dos trabalhos da Casa.

O Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A Mesa, em homenagem especial à nossa nova Colega, Senadora Maria Alacoque Bezerra de Figueiredo, aliás, em contraposição à conduta habitual, dá a palavra a S. Ex^a imediatamente.

Com a palavra a nobre Senadora Alacoque Bezerra.

A SRA. ALACOQUE BEZERRA (PFL —

CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero erguer minha voz, para que espiritualmente, chegue ao infinito, ao encontro do Senador Virgílio Távora, nosso amigo, cuja vivência deixou marco luminoso nesta augusta Casa, no Ceará e no Brasil inteiro.

Substituí-o o atual José Afonso Sancho, não havendo por isso de continuidade de ação, dada as qualidades inerentes à sua personalidade.

Licenciado para tratamento de saúde, coube a mim, como sua suplente, substituí-lo, missão esta que se reveste de mais alta responsabilidade, sem dúvida, superior ao meu merecimento.

"Há emoções que abrem talhos incalculáveis na alma da gente"

Esta frase de Paulo Setúbal deixou-me com o mesmo sentimento por ser este o meu "momento supremo", porquanto sou a primeira mulher cearense a ocupar uma cadeira no Senado da República.

Minha primeira saudação é para o Ceará, com o seu calor caldeante, calor que energiza, que cria, que confia e que guarda sua eterna esperança de viver.

É um mártir vivendo sob prenúncios de chuvas que as vezes não caem, e quando caem são de forma irregular, deixando em descalabro uma região e em súplicas cidades inteiras.

V. Ex^{as}, Srs. Senadores profundos conhecedores da realidade nacional, não ig-

noram as angústias que envolvem o Ceará.

A vida, disse Lacordaire, "É um movimento legítimo e natural em busca da felicidade".

Isso é mais que um sonho, é desejo natural de cada um. E, por que o Ceará, deve se recolher, se acomodar e não partir em busca de uma sobrevivência sadia, do útil do indispensável?

Sofremos todas as carências sociais.

Bastaria mais um pouco de atenção do setor público para com o Ceará e os problemas que atormentam o bravo povo cearense seriam solucionados.

É claro que o Ceará não quer favores, não pleiteia privilégios exige porém como Estado membro da federação, ser tratado em pé de igualdade com as demais unidades federadas.

Toda promoção humana só pode ser obtida por um eterno recomeçar.

Contam que Tamerlão, o conquistador oriental, observando uma formiguinha que tentava subir à mesa, e que recomeçava pertinazmente a tentativa após inúmeras quedas exclamou: "É assim que conquistarei a Europa". E foi esta a chave do seu grande sucesso.

Que haja distribuição avultada de recursos para o Dnocs, Sudene, Banco do Nordeste, órgãos que refletem o nosso desenvolvimento pois o bloqueio dos mesmos reverterá em parada para que os projetos que emanarão da grande região nordestina não adormeçam no letárgico sono do desânimo. Que abram suas comportas e despertaremos numa Canaã Prometida para o progresso de uma região e do Brasil inteiro.

A Bancada cearense no Congresso Nacional há muito desenvolve denodado esforço em prol da redenção econômica da terra da luz, mas, desgraçadamente, sem lograr o êxito desejado, pois até agora não foram conseguidos ao Nordeste os meios materiais para conquista de sua libertação.

O momento brasileiro é de grande preocupação, de incerteza e de dúvida; mas, apesar disso, o País está dominado pela esperança.

Um leque de presidenciáveis se nos apresenta com discursos mais plausíveis para solucionar nossos angustiantes problemas.

"Brasil, País do Futuro"...este vaticínio não se cumprirá espontaneamente ele será fruto da nossa operosidade atual e esta dependendo do valor humano dos indivíduos que compõem a nacionalidade.

A população brasileira perplexa atônita diria mesmo, desesperada em face da crescente e sufocante crise econômica e social que avassala o País está inteiramente voltada para o atual momento político brasileiro na esperança de um futuro melhor, à altura do merecimento deste povo forte, invencível e essencialmente bom.

Contudo, este amanhã promissor que todos desejamos para o nosso País somente surgirá quando a educação do povo for a meta prioritária dos governos. A consciência do bem comum emana da educação. Educar é fazer democracia. Democracia é fundamentalmente educação tanto quanto o progresso social

econômico e político razão por que esta meta deve estar nas mãos dos responsáveis pela formação de novas gerações que um dia terão sobre os ombros a ingente, porém, dignificante tarefa de conduzir o Brasil para o seu glorioso destino.

"A Pátria se forja no recesso do lar e nos bancos da escola".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço um instante a atenção de V. Ex^{as} para uma viagem emocional; ir a Juazeiro do Norte. Juazeiro do Padre Cícero, minha terra natal, que sofreu no seu início, injustiçada na sua adolescência, mas, vitorizando o presente, apesar dos seus grandes problemas. Juazeiro do Norte é, sem dúvida e sem favor, a representação viva do Nordeste brasileiro.

Habitam-na os estados de Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e parte da Bahia.

Fatos de natureza estranha de ordem psicológica, abriram caminho para aquela terra indomável solidária e generosa que se ufana de ser o santuário da fé do povo nordestino e abrigo dos seus romeiros.

Por que, no Ceará somente Juazeiro representava para aquela gente a segurança o lenitivo de males irremediáveis do espírito e do corpo? Lá estava à espera dos pobres dos miseráveis dos deserdados um virtuoso sacerdote, o Padre Cícero cujos episódios religiosos envolveram a sua personalidade em um halo de lendas e credências. Não se pode negar que muitos lá chegaram com a alma povoada de angústia, sofrimento e desespero. E encontraram tranquilidade, amor e perdão.

Por isso, Juazeiro é uma cidade diferente de todas as demais do Brasil porque se afigura a uma Constantinopla Nacional pela heterogeneidade do seu povo a religiosidade popular e a grande capacidade de trabalho.

Lendo a "Recordação da Casa dos Mortos", de Dostoiévsky, marcou-me profundamente essa frase: "Se quisermos reduzir um homem a farrapos, basta convencê-lo da inutilidade do seu trabalho". Se quisermos ao contrário, explosões de energia, bastará despertarmos do homem a confiança em si mesmo na sua capacidade de trabalho no seu valor de pessoa humana.

Assim desenvolveu-se Juazeiro do Norte a cidade que mais cresce no Ceará a mais habitada a mais dinâmica a mais progressista a mais religiosa com seus 89 anos exclusivamente dedicados ao Ceará e à Nação brasileira.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora Alacoque Bezerra?

A SRA. ALACOQUE BEZERRA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senadora Alacoque Bezerra, saúdo a presença de V. Ex^a no Senado da República e já neste momento ocupando a tribuna da mais Alta Casa Legislativa do País. V. Ex^a chega ao parlamento brasileiro para ocupar uma cadeira de que originariamente foi Titular o eminente Sena-

dor Virgílio Távora, de saudosa memória, e que está sendo ocupada com muito brilho e dedicação pelo ilustre Senador Afonso Sancho. O Senador Cid Sabóia de Carvalho e nós, conterrâneos de V. Ex^a, que vamos compor a Bancada do Ceará com a sua participação, desejamos saudá-la, e o faço neste instante por credenciamento do Senador Ronan Tito, Líder do PMDB, e o faço também em nome da nossa Bancada, absolutamente certo e tranqüilo de que durante a sua permanência no Congresso e no Senado a sua colaboração será realmente inestimável, para que ajudemos a consolidação do Estado de Direito que se iniciou em nosso País com a promulgação da Carta Magna de 5 de outubro de 1988. Saúdo, também, neste instante, na altura do discurso de V. Ex^a o povo de Juazeiro do Norte com a qual V. Ex^a tão bem se identifica, e, sem dúvida alguma é um povo que tem contribuído, ao lado dos nossos demais coestaduanos, para o progresso e para o desenvolvimento do Ceará. Faço votos, Senadora Alacoque Bezerra, que a atuação de V. Ex^a no Senado Federal seja marcada sempre pela preocupação constante de servir ao Ceará, servir ao Nordeste e servir ao País.

O Sr. Gomes Carvalho — Nobre Senadora Alacoque Bezerra permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. ALACOQUE BEZERRA — Pois não.

O Sr. Gomes Carvalho — Eu gostaria de saudar V. Ex^a, Senadora Alacoque Bezerra, não só pelas palavras ilustres do nosso Senador Mauro Benevides, mas principalmente porque V. Ex^a representa nesta Casa a continuidade de uma família que tantos bons serviços já prestaram ao Ceará e ao País, a família Bezerra. Gostaria de destacar, ainda, a presença, nesta Casa, da mulher moderna, da mulher que não se conforma com aquele dito popular, que "atrás de um grande homem existe uma grande mulher". V. Ex^a, por certo, acredita que ao lado de um grande homem existe uma grande mulher. Por isso, festejo a vinda de V. Ex^a, porque tenho certeza de que muitos bons serviços irá prestar à Câmara Alta do País.

A SRA. ALACOQUE BEZERRA — Esses apartes me deixaram realmente sensibilizada, e é com prazer que os incorporo ao meu discurso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ninguém mais que V. Ex^{as} poderão sentir e imaginar os problemas de uma cidade, consmopolita por princípio desassistida socialmente com carência em todos os setores.

Precisamos urgentemente de escolas: escolas básicas, com o primeiro grau completo, segundo grau e faculdades em várias áreas, para que o aluno com mais opção possa vocacionar-se para a vida.

À luz da verdade, mais de trinta mil crianças ficam à procura de vagas nas escolas sem as encontrar. O segundo grau, também em número insuficiente, é outro grande problema. São mais de mil universitários que buscam

lá fora os centros de estudo, enquanto mais que o dobro fica sem condições de um vestibular, por não ter meios de se deslocar a outros centros, aguardando-os por isso, um mísero salário mínimo nos balcões comerciais.

O quadro é desolador. E é com o coração voltado para essa juventude vibrante de entusiasmo que me dirijo ao Sr. Ministro da Educação, pedindo para Juazeiro Faculdades de Agronomia, Ciências Contábeis, Enfermagem, Educação Física, já que existe na região uma Universidade Carente — URCA.

O setor saúde, reconhecidamente precário, não atende à clientela da cidade.

A nossa agricultura é sobretudo rudimentar: a enxada, a foice, e o machado imperam na casa humilde do homem do campo. O agricultor abraça sua missão com muito sacrifício, desde a dificuldade creditícia até a ajuda técnica. Temos uma faixa agrícola fertilíssima pela situação e composição do solo, mas, infelizmente, pouco aproveitada. O vale do Carás, cujo rio represado forma um potencial hidráulico expressivo, necessita urgentemente de eletrificação para o processo de irrigação, pois só assim poderemos ter abundantes colheitas.

Em rápida análise retratamos aqui. Sr. Presidente e Srs. Senadores, a imagem do Ceará e de Juazeiro do Norte.

Espero que a minha voz tenha ressonância, e que não seja testemunha anônima numa época que exige definições e participação de todos, pois no momento histórico que vivemos não há lugar para os fracos, os tíbios, os indecisos, os acomodados.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora Alacoque Bezerra?

A SRA. ALACOQUE BEZERRA — Pois não.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Em nome do meu Partido, o PSDB, manifesto a nossa alegria por tê-la nesta Casa. Faço-o com muita satisfação, porque fui grande amigo — pelo menos assim me considero — do Senador Virgílio Távora, que deixou uma ausência enorme neste Senado Federal e que, por sorte, está sendo preenchida pelo Senador Afonso Sancho, e V. Ex^a, ao pronunciar este discurso, demonstra que o Ceará continua bem representado. Aceite, portanto, os votos de boas-vindas do PSDB.

A SRA. ALACOQUE BEZERRA — Muito obrigada. Incorporarei o aparte de V. Ex^a ao meu discurso.

O Sr. Mansueto de Lavor — Permite-me um aparte, nobre Senadora Alacoque Bezerra?

A SRA. ALACOQUE BEZERRA — Pois não.

O Sr. Mansueto de Lavor — Nobre Senadora Alacoque Bezerra, entrando neste Plenário e ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, era como se ouvisse a música do meu povo. Sou Senador por Pernambuco. No instante em que entrava em Plenário, ouvia V. Ex^a falando no meu Estado, Pernambuco, porque a sua região é a minha — sou nascido em Bar-

balha, vizinha de Juazeiro do Norte, do Padre Cicero. Há uma confluência, um intercâmbio, uma interação tal daquelas duas regiões, a região do sul do Ceará com a região do oeste de Pernambuco, de tal modo que os serviços públicos, os hospitais, as escolas de nível primário, de nível médio e de nível superior, de um lado e de outro da Chapada do Araripe, são freqüentados por cearenses e pernambucanos. Eu mesmo, como Senador, cada vez que preciso entrar em contato com os companheiros dos Municípios de Exu, de Salgueiro, de Serita, de Sítio dos Morais, de Araripina, de Ouricuri e de tantos outros municípios, tenho que me utilizar do Aeroporto de Juazeiro do Norte — Aeroporto Regional. Realmente, V. Ex^a chega aqui com mais uma voz cearense no Senado da República, substituindo o eminente, honrado e nunca esquecido Senador Virgílio Távora. E, ainda, mais, também substituindo agora, em licença, o eminente Senador Afonso Sancho. Só entre parênteses, Senadores, eu gostaria de dizer que essa prática de os Senadores Titulares cederem oportunidade aos seus Suplentes é a mais salutar possível. Na nova Constituição se procurou coibir essa prática, colocando outros obstáculos que não havia na Constituição anterior. Fui contra, mas fui derrotado, e espero que na revisão constitucional se abra a permissão para que, sempre quando necessário, os Suplentes possam vir aqui e assumir o posto de Senador da República. Suplente não é só para ajudar o titular na época da campanha eleitoral, porque se supõe, assim como Vice-Presidente da República ou qualquer cargo que exija um segundo ou um terceiro, na escala de sucessão, que o Suplente tenha o mesmo espírito público, a mesma capacidade, o mesmo amor ao povo que tem o Titular quando exerce aqui esse mandato. E é isso que a prática tem demonstrado cotidianamente. Temos, aqui, Suplentes que assumiram em definitivo, como é o caso do eminente Senador Afonso Sancho, e temos outros que transitam por aqui, que passam por aqui, por alguns meses, em licença de seus Titulares, Suplentes que marcam o seu mandato, mesmo por alguns meses, e deixam a melhor impressão. Então, espero que o tempo que V. Ex^a estiver aqui — e já sei que o Senador Afonso Sancho não vai ser Ministro, e, Deus querendo, que S. Ex^a se recupere o quanto antes e volte para assumir o seu posto — que o Ceará não irá, de maneira nenhuma, diminuir o peso da sua Representação; pelo contrário, vai ser enriquecido, porque, além de ter uma Senadora, tem aquilo que nos falta aqui: a presença feminina, com a sua sensibilidade, com a sua intuição, muito mais do que nós, e servindo ao seu povo. Louvo, ainda, V. Ex^a, porque tanto a sua terra, demonstra-se apaixonada pelo seu povo, e isto é fundamental para um Representante popular. Então, que Deus inspire V. Ex^a para que marque a sua passagem, o exercício do seu mandato como Senadora da República, a serviço do povo bravo do Ceará e da sua indomável gente do Cariri e de Juazeiro do Norte! (Palmas.)

A SRA. ALACOQUE BEZERRA — Muito obrigada pelo aparte, nobre Senador. Espero

inserir no meu discurso as suas elogiosas palavras.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite-me V. Ex^a, um aparte?

A SRA. ALACOQUE BEZERRA — Pois não.

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Senadora Alacoque Bezerra, eu também, com muita honra, trago as boas-vindas a V. Ex^a ao Senado Federal e ao selo da Bancada do Partido da Frente Liberal nesta Casa. Quero dizer a V. Ex^a do encantamento que sinto ao ver V. Ex^a se lançar, desde já é agora, ao seu novo mister. V. Ex^a, sem mais delongas, já começou a dizer a que veio, revolver intensamente a estrutura social deste País, e já suscitou questões importantes no campo da educação, da saúde, da assistência social e das produções primária e secundária na nossa Região. V. Ex^a já trouxe, à colação, os problemas do Ceará e, de uma forma muito particular da região do Cariri, onde pontifica aquela cidade-polo de extrema relevância que é Juazeiro do Norte. Nobre Senadora, V. Ex^a nos toca a sensibilidade por dois aspectos: por suscitar, em primeiro instante, as questões sociais e por também mostrar o seu espírito telúrico, a sua vinculação com a terra, a sua vinculação com o seu povo. Essas questões do Ceará também me dizem respeito de forma muito particular, porque sou oriundo daquela região. A minha cidade natal é quase fronteira com o Ceará e recebe influência, direta ou indireta, daquele núcleo de civilização fundamental do Semi-Árido, que é Juazeiro do Norte, e mais a cidade do Crato, que, com Barbalha, formam uma região muito característica e com uma vocação muito própria. Temos, nobre Senadora, um ano cheio de dificuldades e de muito trabalho, temos um desafio patriótico pela frente, e esta convicção, este entusiasmo com que V. Ex^a se lança ao trabalho nos dão bem a ideia da contribuição enorme que há de prestar ao Congresso Nacional e ao Senado Federal. Temos que concluir a elaboração da legislação complementar referente à Constituição, e uma quantidade enorme de matérias que ainda estão empilhadas nos escaninhos do Senado da República, tudo a nos desafiar. Contamos com V. Ex^a O Congresso Nacional conta com seu empenho. E esta Casa sabe que pode confiar em V. Ex^a. Afinal de contas, V. Ex^a continua uma tradição da Família Bezerra no Ceará, que tantos valores já emprestou à política brasileira e à causa da elevação dos padrões de participação política e do nível da qualidade de vida do nosso povo. Nossas saudações em nome da sua Bancada, do Partido da Frente Liberal.

A SRA. ALACOQUE BEZERRA — Muito agradecida e sensibilizada por suas palavras, nobre Senador. Espero que a minha voz tenha ressonância e não seja testemunha anônima numa época em que exigem definições e participação de todos, pois, no momento histórico que vivemos, não há lugar para os fracos, os tíbios, os indecisos e os acomodados.

A Nação está a convocar os brasileiros, sem distinção de espécie alguma, para reconquista dos seus grandes destinos. Modestamente, mais com a força patriótica e invencível da mulher brasileira, respondo, da mais alta tribuna da República, a esse chamamento: Presente.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gomes Carvalho.

O SR. GOMES CARVALHO (PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já tratei deste assunto na Casa e volto a facilitá-lo. Quero referir-me ao problema econômico, não só ocasionado pelos Planos Cruzados, Bresser e Verão. S. Ex^a, o Ministro Mailson da Nóbrega, faz, neste momento, e conclui, pela segunda vez, o acordo com os empresários. Esse derradeiro acordo, por certo, traz e trouxe uma inovação, a criação das Câmaras Setoriais.

É extremamente válido o esforço de S. Ex^a o Sr. Ministro, para tentar conter a hiperinflação.

A hiperinflação, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desarruma a economia e gera, sem dúvida alguma, a nossa auto-extinção. Temos exemplos recentes e muito próximos do que a hiperinflação é capaz.

Por isso, estou mencionando, neste momento, esse esforço da classe empresarial e do Governo em tentar conter a hiperinflação. No entanto, quero trazer bem alta a minha voz para me rebelar contra um fato recente. O Sr. Francisco Amadeu, a quem me vou referir, esteve na Comissão de Assuntos Econômicos, na manhã de ontem, quando essa Comissão, que também integro, aprovou o seu nome para a Diretoria da Política Monetária do Banco Central, declarou ontem, e os jornais de hoje publicaram, que o Governo emite títulos além do limite permitido, o que vale dizer que mais uma vez o Governo, no que diz respeito às normas e aos procedimentos econômicos, não vem cumprindo a sua parte.

Não é justo que parte da sociedade seja participe de um esforço para benefício de toda a sociedade brasileira. É preciso que o Governo cumpra também a sua parte.

Lamentavelmente, a emissão de títulos, além do permitido, é fator gerador de inflação. Não é possível o sacrifício de uns em detrimento do pouco esforço de outros. Por isso, de forma breve, mas eloquente, quero denunciar aqui, nesta Casa, na Câmara Alta do País, que é preciso que o Banco Central, a despeito do esforço da sociedade brasileira, cumpra igualmente a sua parte.

Sabemos das dificuldades que o Governo enfrenta. Mas, se o momento é de apreensão, se o momento é de reconstrução nacional, volto a insistir aqui, Sr. Presidente, que o Banco Central cumpra o preestabelecido, pois assim ele estará cumprindo a sua parte e fazendo com que não possamos conviver com a hipe-

inflação, que é o fantasma do momento atual para os brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(Durante o discurso do Sr. Gomes Carvalho, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiva, 1º Vice Presidente.)

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de voltar para uma questão que já foi objeto de questionamento pelo Senador Chagas Rodrigues, e, por isso, pedi a palavra neste momento, antes a Ordem do Dia.

Está incluído no item 1 da Ordem do Dia o Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1989, que aprova ato que outorga permissão à Ivaí Emissora FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Ocorre que o fundamento pelo qual esta matéria está incluída na Ordem do Dia é o art. 375, item V do Regimento Interno, que se refere à matéria de iniciativa do Presidente da República, matérias privativas do Presidente da República. No caso não é isso. Trata-se, isto sim, como se diz no *caput*, de projeto de decreto legislativo. Se dermos a esta matéria o trâmite sugerido pelo art. 375, item V, significa que ela vai obstar a tramitação de qualquer outra matéria constante da pauta.

Neste momento não tenho preocupação, mas, no ano que vem, ou daqui a pouco, teremos dezenas de concessões, e aí estaremos com o Senado Federal trabalhando exclusivamente em função dessas concessões.

O nobre Senador Chagas Rodrigues levantou ontem uma questão de ordem, que me pareceu com certa pertinência, e o Presidente, o Senador Nelson Carneiro, resolveu a questão com fundamento, também, em matéria regimental e constitucional.

Eu me permitiria lembrar que aqui há um aspecto que permitirá uma revisão parcial da decisão de ontem, porque ela baseou-se no art. 223, § 1º, da Constituição, que remete ao art. 64, § 2º ocorre que o art. 64, § 2º, refere-se a duas matérias: dá um prazo e determina o trâmite das leis que são de iniciativa do Presidente. O dispositivo em pauta se refere ao prazo de 45 dias, e aí, sim, estou de acordo — o Senado precisa deliberar no prazo de 45 dias, mas não se requer que, durante esse prazo, a pauta esteja sobrestada.

Sr. Presidente, peço a V. Exª que, antes de começar a Ordem do Dia, esclareça este ponto, porque vai formando jurisprudência, vai formando rotina legislativa, e, se não formos muito cuidados, vamos ter o Senado sob o império

de pedidos de concessão, que estarão limitando outras matérias. Esclareço, ademais, que não tenho nada contra o ato, neste momento; é outra questão. Eu até a discutiria, porque hoiwe um parecer oral — já discuti essa questão da outra vez —, mas agora há um parecer da Comissão, que devia ter sido ali emitido. Não quero tumultuar o procedimento legislativo, e sim apenas esclarecer. Peço a V. Exª dirima esta dúvida, porque da maior importância para os procedimentos do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Senador Fernando Henrique Cardoso, a Presidência expõe o seu entendimento à interpretação de V. Exª ao art. 375, inciso V, do Regimento Interno, que assim dispõe:

"Não sendo emitidos os pareceres no prazo fixado no inciso IV, aplica-se o disposto no art. 172, inciso II, alínea d, "

É o que V. Exª sustenta.

E a Presidência utiliza a Lei Maior, a Constituição, no art. 64, que é claro:

"A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 2º Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação."

Aqui, diz claramente que são as matérias de interesse do Poder Executivo. No entanto, a Presidência também entende que se pode apoiar no art. 223, e seu § 1º, da Constituição:

"Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem."

A Presidência entende que sobrestar as matérias da pauta para que uma emissora de rádio, uma emissora de televisão possa ter a sua concessão renovada, ou possa ser autorizada uma concessão; parar o País, parar a Nação, é estar, automaticamente, dando guarida ao que a Constituição Federal não esclarece, absolutamente. E, assim, decide que quarenta e cinco dias é o que determina a Constituição Federal para que se vote a matéria; no entanto, não exige que a pauta fique obstruída no que diz respeito à autorização ou renovação da concessão.

Assim entende a Presidência.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — V. Exª tem exatamente o meu entendimento. Daqui para a frente, não se aplica o que está dito aqui, ou seja, nos termos do art. 375, inciso V, senão o que se aplica a outra norma, que diz que o Senador deverá deliberar no prazo de 45 dias.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Aplica-se o § 2º do art. 64 da Constituição *in fine*.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Agradeço a V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra, de acordo com o art. 14, item VII, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª, com fulcro no Regimento Interno.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ontem, fomos surpreendidos, nesta Casa, pela leitura de uma carta do Ministro Jader Barbalho, dirigida ao Presidente Ulysses Guimarães, e como vai constar dos Anais do Senado, é necessário que também conste dos nossos Anais a resposta do ex-Governador Waldir Pires — é apenas um caso de justiça.

Passo a ler, Sr. Presidente, a resposta do ex-Governador Waldir Pires, publicada no *Correio Brasileiro* de ontem:

Tomei conhecimento, pela reportagem política do *Jornal do Brasil*, da carta do Dr. Jader Barbalho a Ulysses Guimarães.

Lamento seu tom, que revela pequenez de espírito. Nada tenho a ver com as posições do Dr. Jader, a quem não me referi. Tenho a ver com partido que deve ser coerente, para merecer respeito dos cidadãos nas horas de decisão nacional. Creio que a democracia brasileira precisa disto, para consolidar-se.

Não é a meu pedido que Ministro de Estado do Governo do Dr. Sarney não deve subir no palanque da eleição presidencial. Esta é uma decisão da Direção Nacional, decorrente da Convenção de março último, que me foi transmitida em carta, de maio deste ano: A campanha presidencial se organiza e desenvolve de forma inteiramente independente e desvinculada do atual Governo Federal e dos seus notórios representantes. Essa decisão deve ser cumprida. É lamentável que o Dr. Jader se agarre tão insistentemente à cadeira de ministro da Presidência, que, afinal, desserve, na política que subscreve, de arrocho dos benefícios previdenciários.

No meu entender, volto a repetir, todo membro do partido — progressista ou moderado — pode e deve participar da campanha ativamente. Mas o Ministro de Estado deve obediência à política do Presidente da República. Quando o partido se desvincula do Governo, ele fica com o partido ou com o Governo. Dr. Jader

preferiu o cargo e as facilidades do Governo.

O Ministério da Previdência é uma função muito honrosa, mas para ser exercida com seriedade e competência. Antes do Plano Cruzado a exerci, de 15-3-85 a 14-2-86. Foram 11 meses de trabalho duro e probo, carregado de êxito, no esforço comum de toda a casa.

Depois do decreto do Plano Cruzado (28 de fevereiro de 1986) e durante sua vigência, o notório representante do Governo do Dr. Sarney na Bahia, era como ainda é, o Ministro das Comunicações, Sr. Antônio Carlos Magalhães. Mas o povo baiano quis sua liberdade e votou esmagadoramente no candidato das oposições reunidas. Em 16-10-89, Waldir Pires.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — V. Ex^a será atendido. (Pausa)

Na sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 552, de 1989, de Líderes e diversos Srs. Senadores, solicitando urgência nos termos do art. 336, letra c do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 58, de 1989, para o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1989 (nº 1.456/89 na Casa de origem), que cria a 17ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, e dá outras providências.

A proposição não foi votada naquela sessão, por falta de *quorum*. Passa-se, portanto à votação do requerimento.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1989, será incluído em Ordem do Dia, na segunda sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Em 18-10-89

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado do Ceará em substituição ao Senhor Senador Afonso Sancho adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do PFL Anteciosas saudações. — Nome Parlamentar: *Alacoque Bezerra*.

Em 18-10-89

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa no período de 20 a 22 de corrente, para breve viagem ao estrangeiro, em caráter particular.

Atenciosas saudações. — Senador *Gomes Carvalho*.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — As comunicações lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 556, DE 1989

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei do DF nº 29, de 1989, que altera a estrutura da administração do Distrito Federal, extingue órgãos e dá outras providências, a fim de que figure a Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1989. — Senador *Meira Filho*.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Aprovado o requerimento, a proposição figurará na Ordem do Dia da próxima sessão. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1989

Dispõe sobre a realização, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de levantamento populacional no intervalo entre os censos decenais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizará, no período compreendido entre os recenseamentos gerais, previstos no art. 2º da Lei nº 4.789, de 14 de outubro de 1965, um levantamento especial, de campo, para atualização da estatística da população do País, através da contagem rápida do número de habitantes.

Parágrafo único. O levantamento será realizado nos anos de final 5 e coletará, ainda, as características da população e dos domicílios a serem definidas pelo IBGE, segundo critérios técnicos.

Art. 2º Para a realização do levantamento previsto no artigo anterior serão consignados ao IBGE, nos orçamentos da União, referentes aos exercícios financeiros dos anos de final 4 e 5, os recursos necessários para os trabalhos de preparação e execução.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A legislação referente aos recenseamentos brasileiros prevê a realização de levantamentos de população com periodicidade decenal, nos anos terminados em zero. Esse critério já aparece na legislação relativa ao primeiro recenseamento de população de âmbito nacional, o de 1872, constando igualmente de disposição da primeira Constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1891, que, com

vistas a permitir a representação política proporcional da população, na composição da Câmara dos Deputados, determinava a realização decenal do Censo Demográfico.

2. Os censos constituem mais importante fonte de dados estatísticos a nível municipal de que se dispõe. Esses dados têm variadas aplicações de interesse dos municípios, sendo, em face de determinações legais, utilizados para o cálculo de quotas de fundos federais a eles atribuídas (como o Fundo de Participação dos Municípios); vinham servindo, ainda, para instruir projetos de criação de novos municípios, para efeito de comprovação de um dos requisitos estabelecidos, por lei, para essa criação, que é o atendimento dos níveis mínimos de população fixados, até a promulgação da nova Constituição.

Além dessas aplicações, os dados sobre a população municipal, levantados através dos censos decenais ou obtidos por intermédio de estimativas calculadas nos períodos intercensitários, vêm tendo ainda outras variadas utilizações de interesse dos municípios. Entre essas utilizações estão, por exemplo, a fixação do número de vereadores, a distribuição de *royalties* pela exploração marítima de gás e petróleo pagos aos municípios compreendidos nas áreas de produção, industrialização e distribuição do produto, além de aplicação em várias matérias de ordem administrativa no âmbito de competência das prefeituras municipais.

3. As estimativas de população dos municípios nos intervalos intercensitários vêm sendo elaboradas como base no incremento populacional verificado entre os dois últimos censos, por métodos de tendência utilizando-se técnicas visando a minimizar as distorções que podem ocorrer nessas estimativas de população calculadas para áreas menores. A dinâmica populacional dessas áreas pode ser freqüentemente afetada pelo componente migratório, que sofre modificações acentuadas em virtude de fatos de natureza conjuntural, de difícil previsão.

O IBGE, ao efetuar as projeções de população a nível municipal, pelo método de tendência, tem tido necessidade de utilizar, algumas vezes, um sistema misto, recorrendo a levantamentos paralelos de campo, através de contagem rápida, nos casos de áreas de ocupação recente, e de intenso fluxo migratório, constituindo zonas de crescimento atípico, nas quais o cálculo com base na tendência de crescimento observada em período anterior determinaria fortes distorções. Essa contagem rápida foi efetuada, nas estimativas de 1985, em áreas de fronteira agrícola, ou áreas pioneiras de migração intensa, especialmente em Municípios situados nas regiões Norte e Centro-Oeste.

4. Os dados de população constituem instrumento fundamental para as atividades de planejamento econômico-social, quer na área do poder público, a nível federal, estadual e municipal, quer na área das atividades privadas.

Com a promulgação da nova Constituição brasileira, foram aumentados substancialmente os recursos a serem repassados pela União aos Estados e Municípios, e esse maior volume de receita irá estimular o desenvolvimento de atividades de planejamento setorial, como elemento indispensável ao emprego desses recursos, fazendo crescer a necessidade de dados e informações mais desagregados, entre os quais os de população.

A dimensão territorial do Brasil e seu efetivo demográfico, caracterizado por importante movimentação interna da população, acarretam dificuldades para estimar-se o contingente populacional existente, sobretudo em áreas menores. A dificuldade é tanto maior quanto mais distanciado estiver dos últimos recenseamentos o período que é objetivo de previsão.

A realização de pesquisas domiciliares por amostragem não permite geralmente uma desagregação maior das informações obtidas, não fornecendo assim dados a esse nível. Por outro lado, a periodicidade decenal do Censo Demográfico determina uma defasagem acentuada, ao longo do período intercensitário, para avaliação dos efetivos e da estrutura demográfica das unidades municipais.

Esses cálculos de estimativas populacionais, que vêm sendo efetuados pelo IBGE para todos os Municípios do País, em anos recentes (1975, 1985 e anos posteriores), têm provocado freqüentes reclamações por parte de autoridades municipais, que alegam que o dado apresentado não reflete a realidade demográfica do Município.

Para contornar esse problema, o IBGE tem realizado, algumas vezes, em caráter excepcional, levantamento especial, de campo, para atender à solicitação de prefeituras municipais, mediante a realização de uma contagem rápida da população do Município. Tal prática só se verifica, porém, em circunstâncias especiais, quando as alegações do interessado apresentam consistência, justificando a revisão pleiteada. Por outro lado, esse tipo de levantamento vem sendo realizado apenas nos casos em que o Município interessado se dispõe a custear os trabalhos, só atendendo assim às municipalidades com mais recursos, em condições de financiar a operação.

5. Para que a oportunidade de revisão dos dados não fique restrita aos Municípios que dispõem de meios para custear um levantamento, e para que todos tenham o mesmo tratamento e as mesmas oportunidades, torna-se necessária a realização de uma contagem de população de caráter geral, abrangendo todos os Municípios do País, no meio do decênio intercensitário.

Esse novo dado proporcionaria uma base mais segura para as estimativas, podendo reduzir substancialmente as distorções decorrentes do distanciamento, no tempo dos números censitários usados como ponto de referência para as projeções; e das mudanças de tendências acaso verificadas ao longo do período intercensitário.

Em virtude do exposto, apresentamos projeto de lei que dispõe sobre a realização, pelo IBGE, de levantamento populacional no inter-

valo dos censos decenais. Em face do elevado alcance da matéria, esperamos que a proposição seja aprovada pelos nobres colegas parlamentares.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1989.
— Senador Divaldo Suruagy.

(A Comissão de Assuntos Sociais — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74, DE 1989

Dispõe sobre a remuneração do Vice-Governador do Distrito Federal e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A remuneração do Vice-Governador do Distrito Federal é fixada em valor correspondente àquele estabelecido, na Resolução nº 213, de 1988, para a remuneração dos Secretários do Governo do Distrito Federal, acrescido de cinco por cento.

Parágrafo único. A remuneração estabelecida neste artigo é inacumulável com a de qualquer outro cargo ou função que o Vice-Governador vier a exercer no Governo do Distrito Federal.

Art. 2º A remuneração fixada nesta Resolução será reajustada nas mesmas datas e nos mesmos índices adotados para os servidores do Distrito Federal.

Art. 3º Enquanto não fixada, para o exercício financeiro seguinte, nova remuneração para os cargos de Governador, Vice-Governador e Secretários do Distrito Federal, prevalecerão os valores estabelecidos em virtude da aplicação do disposto nesta e na Resolução nº 213, de 1988.

Art. 4º A despesa decorrente da aplicação desta Resolução correrá à conta de dotação orçamentária própria do Distrito Federal.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

De acordo com o disposto no inciso V do art. 1º da Resolução nº 157, de 1988, cabe ao Senado Federal fixar, para cada exercício financeiro, a remuneração do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários do Distrito Federal.

O Senado Federal, através da Resolução nº 213, de 1988, fixou, apenas, os valores da remuneração do Governador e dos Secretários do Distrito Federal.

Com a indicação do Vice-Governador e sua posse, perante o Senado a 21 de agosto próximo passado, necessário se torna que esta Casa, em seu funcionamento como Câmara Legislativa do Distrito Federal, estabeleça, tam-

bém, a remuneração correspondente àquele cargo.

Este o objetivo do presente Projeto.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 1989. — Mauro Benevides — Meira Filho — Francisco Rollemberg — Márcio Lacerda — Wilson Martins — João Menezes — Ney Maranhão — Chagas Rodrigues — Maurício Corrêa — Lourival Baptista — Pompeu de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A proposição que acaba de ser lida é de autoria da Comissão do Distrito Federal. Nos termos regimentais, poderá receber emendas, no prazo de cinco sessões ordinárias, perante a Mesa, a partir do momento da publicação da matéria em avulso. Se receber emendas, voltará à Comissão do Distrito Federal, para exame das emendas; se não, a matéria estará em condições de ser incluída na ordem do Dia, para apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1989

(Incluído em Ordem do Dia, nos Termos do art. 375, V, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1989 (nº 113/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ivaí Emissora FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário, da Comissão — de Educação.

A matéria constou da sessão ordinária anterior, tendo a votação sido adiada por falta de quorum.

Passa-se à votação do Projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1989 (Nº 113/89, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Ivaí Emissora FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato que outorga permissão à Ivaí Emissora FM Ltda., para ex-

plorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1989 (nº 57/89, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das convenções sobre pronta notificação de acidente nuclear ou emergência radiológica, aprovados durante a sessão especial da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, de 24 a 27 de setembro de 1986. (Dependendo de parecer.)

Solicito ao nobre Senador Leite Chaves o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois daquele acidente nuclear em Chernobyl, o Mundo ficou muito preocupado com a operação das usinas atômicas. Aqui mesmo no Brasil, em Goiânia, também sofremos o problema, com consequências irreversíveis, ficando todos preocupados. E o Brasil, que opera também nesse setor, inclusive dispondo de usinas nucleares, está bastante preocupado e não podia deixar de se unir ao mundo na tarefa de prevenir acidentes e, quando ocorrerem de imediato, agir de conformidade com os interesses internacionais, para que os prejuízos possam ser evitados.

Em face do determinado no art. 49, XIV, da Constituição Federal, vieram ter ao Congresso Nacional, encaminhados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os textos da "Convenção sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear" e da "Convenção sobre Assistência no caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica", aprovados durante a sessão especial da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, que se realizou em Viena, de 24 a 27 de setembro de 1986.

Como é do conhecimento geral, a questão nuclear, outrora circunscrita aos meios científicos, transformou-se, nos tempos modernos, em assunto de trato corriqueiro até para as camadas menos esclarecidas desta nossa "aldeia global". E tal assunto cresceu de importância, nas últimas décadas, à proporção que todos nós passamos a absorver preocupações com a insegurança propiciada pelos múltiplos artefatos nucleares instalados em várias regiões do globo, inclusive no Brasil, tenham eles finalidades bélicas ou não.

3. Em decorrência das preocupações acima referidas, a Agência Internacional de Energia Atômica, com sede em Viena, Áustria, e da qual o Brasil faz parte, tratou de examinar e equacionar o importante tema da segurança nuclear, principalmente após o trágico acidente de Chernobyl, quando ficou patente o perigo

da "importação-exportação" não-desejada da radioatividade para países limítrofes e suas consequências catastróficas. A insegurança nuclear, hoje, é um problema mundial, tal o número de usinas atômicas construídas nos cinco continentes.

4. O texto da "Convenção sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear", em anexo, dá um passo importante no que concerne à implementação de mecanismos para aumentar a segurança nuclear, objetivando bloquear a chamada "liberação internacional transfronteiriça" da radioatividade, em caso de acidente. É através da cooperação internacional que se pode e se deve atingir tal desiderato, isto é, "evitar acidentes nucleares e minimizar as consequências de qualquer acidente desse tipo que possa ocorrer", como bem lembra o preâmbulo da dita "Convenção". O mesmo texto alcança, ainda, diversos tipos de instalações e atividades relacionadas com a matéria e que devam ser objetos de cuidados especiais, inclusive com a notificação imediata da ocorrência à AIEA, em caso de acidente.

5. O texto da "Convenção sobre Assistência no caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica", por outro lado, impõe-se como complementação da "Convenção" citada no parágrafo anterior. Se, por qualquer razão, o acidente nuclear vier a acontecer, ela propõe a facilitação na prestação de assistência, visando "impedir ou minimizar ferimentos ou danos que possam ocorrer" na hipótese. Por fim, o mesmo texto não descarta até mesmo as condições financeiras sob as quais a assistência de um Estado-Parte, mediante notificação à AIEA, pode ser concedida.

6. No que concerne às partes adjetivas dos Acordos (solução de controvérsias, entrada em vigor, emendas, denúncia etc), estão elas, a nosso ver, também em consonância com o preceituado pelas normas de Direito Internacional Público.

7. Quanto ao texto do projeto de decreto legislativo, composto de três artigos, nada temos a opor quanto ao mérito. Todavia, parece-nos haver, no art. 1º, ligeiro equívoco redacional. É que, efetivamente, são duas as Convenções submetidas à apreciação do Congresso Nacional, conforme explicitação tanto da Mensagem Presidencial quanto da Exposição de Motivos do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores: uma, a "Convenção sobre Pronta notificação de acidente Nuclear"; outra, a "Convenção sobre Assistência no Caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica". Portanto, deve o projeto guardar, em termos de titulação, similaridade absoluta com os atos administrativos indicados, em benefício da clareza e da distinção que a matéria requer.

8. Em assim sendo, somos pela aprovação do texto do projeto de Direito Legislativo nº 27, de 1989, com a seguinte emenda de redação:

Art. 1º
Onde se lê:

"São aprovados os textos das Convenções sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica,

aprovadas durante a sessão especial da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, de 24 a 27 de setembro de 1986."

Leia-se:

"São aprovados os textos da "Convenção sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear" e da "Convenção sobre Assistência no caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica", aprovadas durante a sessão especial da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, de 24 a 27 de setembro de 1986."

É o nosso parecer, s.m.j.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer é favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Em discussão o projeto e a emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1989

(Nº 57/89, na Câmara dos Deputados)

Aprova os textos das Convenções sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica, aprovadas durante a sessão especial da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, de 24 a 27 de setembro de 1986.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os textos das Convenções sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica, aprovadas durante a sessão especial de Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, de 24 a 27 de setembro de 1986.

Art. 2º Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos ou ajustes complementares de que possa resultar a revisão ou a modificação do presente documento.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte a emenda aprovada:

Art. 1º
Onde se lê:

"São aprovados os textos das Convenções sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica, aprovadas durante a sessão especial da Conferência Geral da

Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, de 24 a 27 de setembro de 1986."

Leia-se:

"São aprovados os textos da "Convenção sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear" e da "Convenção sobre Assistência no caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica", aprovadas durante a sessão especial da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, de 24 a 27 de setembro de 1986."

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — **Item 3;**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 1989 — Complementar, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que fixa as alíquotas máximas dos impostos sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos e sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência municipal, nos termos do inciso I do § 4º do art. 156 da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 170, da Comissão *De Assuntos Econômicos*, favorável, nos termos de substitutivo que oferece.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior, tendo a votação sido adiada por falta de *quorum*.

Passa-se à votação da matéria que, nos termos dos inciso III, letra a, do art. 288, do Regimento Interno, depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo ser feita pelo processo nominal. Tendo havido, entretanto, acordo entre as Lideranças, a matéria será submetida ao Plenário simbolicamente.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria irá à Comissão Diretora, a fim de ser redigido o vencido para o turno suplementar.

É o seguinte o substitutivo aprovado

— 3 —

EMENDA Nº 1 — CAE (SUBSTITUTIVO)

Fixa as alíquotas máximas dos impostos sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos de competência municipal, nos termos do inciso III do art. 156 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As alíquotas máximas do imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, de competência dos municípios, não excederão de:

I — 3% (três por cento) para gasolina automotiva, álcool e óleo combustível; e,

II — 1% (um por cento) para os demais combustíveis líquidos e gasosos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência comunica aos Srs. Senadores que o item 4 da pauta está adiado, em razão do *quorum* qualificado.

É o seguinte o item adiado:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Senhores Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6º do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos, tendo

PARECER, sob nº 145, de 1989,

— da *Comissão Temporária*, favorável ao prosseguimento da tramitação da matéria, com voto vencido dos Senadores Chagas Rodrigues e Maurício Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — **Item 5:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1989 (nº 2.236/89, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a redação do inciso I, alínea "b", do art. 32 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para incluir o Município de José de Freitas na jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Teresina, Piauí, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 235, de 1989, da Comissão

— de *Constituição, Justiça e Cidadania*.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, inciso II, letra d, combinado com o art. 277, do Regimento Interno.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 1989

(Nº 2.236/89, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Altera a redação do inciso I, alínea b, do art. 32, da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para incluir o Município de José de Freitas na jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Teresina — PI.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I, alínea "b", do art. 32, da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32.
b))

I — Teresina: o respectivo município e os de Altos, Demerval Lobão, Campo Maior, José de Freitas, Monsenhor Gil e União; e no Estado do Maranhão o de Timoní;"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — **Item 6:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1988, de autoria do Senador Leite Chaves, que susta o Decreto nº 96.991, de 14 de outubro de 1988, que "atribui competência para autorização de pagamentos e recebimentos por meio de outras instituições financeiras", tendo

PARECER, sob nº 174, de 1989, da Comissão

— de *Constituição, Justiça e Cidadania*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, inciso II, letra d, combinado com o art. 277 do Regimento Interno.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 1988

Susta o Decreto nº 96.991, de 14 de outubro de 1988, que "atribui competência para autorização de pagamento e recebimentos por meio de outras instituições financeiras".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado o Decreto nº 96.991, de 14 de outubro de 1988, que "atribui competência para autorização de pagamentos e recebimentos por meio de outras instituições financeiras", publicado no *Diário Oficial* de 17 de outubro de 1988.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 1989 — Complementar, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que exclui da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza a exportação para o exterior dos serviços que menciona, nos termos do inciso II, § 4º, do art. 156 da Constituição Federal, tendo PARECER, sob nº 192, de 1989, da Comissão

— de Assuntos Sociais, favorável, com as emendas que apresenta de nºs 1 e 2-CAE.

Em discussão o projeto e as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação da matéria, nos termos do inciso III, letra a, art. 288, do Regimento Interno, que depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo ser feita pelo processo nominal. Tendo havido, entretanto, acordo entre as Lideranças, a matéria será submetida ao Plenário simbolicamente.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

— 7 —

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 166, DE 1989-COMPLEMENTAR**

Exclui da incidência do imposto sobre Serviços de qualquer natureza a exportação para o exterior dos serviços que menciona, nos termos do inciso II do § 4º do art. 156 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, de competência municipal, não incide nas exportações para o exterior dos serviços a seguir discriminados:

I — de engenharia, arquitetura e urbanismo;

II — de organização, programação, planejamento, assessoria, levantamento e processamento de dados, consultoria e auditoria;

III — de assistência técnica, científica e semelhantes, inclusive os amparados por marcas e patentes;

IV — de reparos navais.

Parágrafo único. Nos casos em que as empresas exportadoras de serviços não tenham condições de concorrer com os preços no mercado internacional, apesar dos incentivos fiscais federais à sua atividade específica, poderão elas requerer a isenção do imposto ao órgão competente do Executivo municipal que concederá o favor sempre que esgotadas as possibilidades de incentivos fiscais adicionais por parte da própria União.

Art. 2º Estão também fora do campo de incidência do imposto a que se refere esta lei todos os serviços assim declarados em acordos ou tratados internacionais de tributação e reciprocidade, ou outro de que o Brasil participe.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação, em globo, as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas. A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São as seguintes as emendas aprovadas:

EMENDA Nº 1 — MODIFICATIVA

Caput do art. 1º — acrescente-se um inciso com a seguinte redação:

“V — outros serviços definidos pelo Executivo Municipal como relevantes para a expansão da atividade econômica exportadora.”

EMENDA Nº 2 — MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 1º do projeto:

“Parágrafo único. Nos casos de exportação de serviços não compreendidos nos itens do art. 1º e que gozem de isenção de incentivos fiscais federais, os exportadores terão o direito de requerer ao órgão do Executivo Municipal a isenção do imposto sobre serviços.”

Justificação

O novo inciso V visa a criar flexibilidade para que “outros serviços”, a juízo do Executivo municipal, possam vir a beneficiar-se da não incidência. A rápida mutação tecnológica permite e prevê a ocorrência de novos serviços exportáveis não compreendidos na listagem do projeto em causa.

No tocante ao § 1º, a intenção manifestada pelo ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso era ampliar o disposto no caput do art., permitindo que a exportação de serviços não tradicionais tivesse ampliada a sua capacidade de concorrência, com a isenção do imposto sobre serviços. A emenda proposta visa apenas eliminar a possibilidade de interpretações dúbias do texto original.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 1989 — Jorge Bornhausen, Presidente em exercício — Roberto Campos, Relator — Lourival Baptista — Severo Gomes — Nelson Wedekin — Márcio Lacerda — Gomes Carvalho — Meira Filho — Silvio Name — Moisés Abrão — Maurício Corrêa — Aluizio Bezerra (sem voto) — Olavo Pires.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Item 8:

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado

nº 34, de 1989, que dispõe sobre a regularização ou desconstituição de parcelamentos urbanos implantados no território do Distrito Federal, sob a forma de loteamentos ou condomínios.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 557, DE 1989

Nos termos regimentais, requeiro o adiamento da matéria constante do item 8 da Pauta, por 48 horas.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1989. — João Menezes.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em razão da aprovação do requerimento, a matéria deixa de ser apreciada na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Item 9:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1989**

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos do

art. 358, do Regimento Interno.)

Modifica o § 3º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (1º signatário: Senador Olavo Pires.)

A Comissão incumbida do exame da proposição não emitiu parecer no prazo regimental de trinta dias improrrogáveis.

Assim, a matéria foi incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358, do Regimento Interno, para que o Plenário deliberasse se a proposta deve ter prosseguimento em sua tramitação.

Em votação o prosseguimento da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1989.

Os Srs. Senadores que aprovam o prosseguimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria terá prosseguimento normal.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Item 10:

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 172, de 1989 (nº 398/89, na origem), de 9 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Mattoso Maia Arnado, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Coreia.

Item 11:

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 174, de 1989 (nº 403/89, na origem), de 14 de agosto do corrente ano, pela qual

o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Júlio Gonçalves Sanchez, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Item 12:

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 179, de 1989 (nº 457/89, na Casa de origem), de 30 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Régis Novaes de Oliveira, Embaixador do Brasil junto à Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

Item 13:

Discussão, em turno único do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 185, de 1989 (nº 515/89, na origem), de 11 de setembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Sérgio Damasceno Vieira, Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.

Item 14:

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a mensagem nº 186, de 1989 (nº 516/89, na origem), de 11 de setembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Felipe de La Torre Benítez Teixeira Soares, Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — As matérias constantes dos itens 10 a 14 da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias, a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(A sessão transforma-se em secreta às 16 horas e 22 minutos e volta a ser pública às 17 horas e 2 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) Item 15:

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 187, de

1987, (nº 509/89, na origem), de 8 de setembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cherubim Rosa Filho, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga que se abrirá, em novembro vindouro, com a aposentadoria compulsória do Senhor Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar Antonio Geraldo Peixoto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A matéria constante do Item 15 da Ordem do Dia, de acordo com o disposto no art. 383, alíneas *g* e *h* do Regimento Interno, deverá ser apreciada em sessão pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação deverá ser feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa)

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votaram SIM 37 Srs. Senadores; e NÃO 2.

Não houve abstenção.

Total: 39 votos.

O parecer está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à votação do Requerimento nº 555, de 1989, de urgência (art. 336, item e do Regimento Interno), para o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1989, lido no Expediente.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. João Menezes (PFL — PA.) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas já está aprovado.

O Sr. João Menezes — Então, eu peço verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas aí é preciso o apoio de mais três Srs. Senadores.

O Sr. João Menezes — V. Exª não estava olhando para cá. Eu estava em pé, Sr. Presidente, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu anunciei. Ninguém pediu a palavra, porque, mesmo que eu não visse, eu o ouvia.

O Sr. João Menezes — O Secretário da Mesa estava falando a V. Exª aí, estava indicando; e eu estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas ouvir era fácil, mesmo que eu não estivesse vendo.

O Sr. João Menezes — Mas V. Exª não ouviu. De maneira que eu peço a V. Exª que me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª tem a palavra.

Peço ao nobre Senador Luiz Viana o seu voto, que é indispensável para que haja *quorum*. Basta um sair para não haver *quorum*.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu eminente amigo e conterrâneo Deputado Jorge Arbage apresentou um projeto de lei visando a criação de mais um feriado, com a sua inteligência característica realmente tem sido campeão em matéria de dias feriados. Assim é que, já em 1986, apresentou um projeto de lei, no qual o § 2º de um de seus artigos dizia:

“O disposto nesta lei não se aplica aos feriados das demais comemorações do calendário religioso.”

Quer dizer, todos os feriados religiosos, de qualquer religião — católica, budista, presbiteriana — ou culto como a umbanda, poderiam ser comemorados sob a égide de uma nova lei.

Posteriormente, vem outro projeto de lei também querendo fixar o feriado de Nossa Senhora Aparecida contrariando o que estabelece a lei. O projeto não passou e o feriado de Nossa Senhora Aparecida está sendo comemorado de acordo com a lei.

Outro projeto de meu colega e amigo Jorge Arbage pretende tirar da lei mais o seguinte:

Serão comemorados, por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrem nos sábados e domingos e os dos dias 1º de janeiro — Confraternização Universal e 7 de Setembro — “Dia da Independência” — 25 de dezembro — Natal — Sexta-feira e *Corpus Christi*. Pretende incluir na lei dos feriados o dia de *Corpus Christi*.

Se aprovarmos esse projeto de lei, que revoga todas as disposições em contrário, o feriado do “Dia do Trabalho” que deve ser comemorado no 1º de maio, cai, também, por terra e vai ser comemorado de acordo com a lei, isto é, na segunda-feira anterior ou posterior.

Como vê V. Exª, esse número todo de feriados que se quer, faz-me lembrar Ibrahim Sued. Diz ele que “O Brasil é o país do feriado”.

Realmente, se formos incluir todos os dias santificados, vão alcançar um grande número de feriados, porque não podemos ter dias religiosos, uns, preferindo outros...

Então, pergunto eu: por que não se faz um feriado para o dia de Nossa Senhora de Nazaré, lá em Belém, que é comemorado com o Círio de Nazaré, que é, talvez, a maior procissão do mundo, a maior profissão de fé, que também teria direito a ter o seu dia?! O dia de Nossa Senhora Aparecida, lá, também teria direito a figurar como feriado no dia exato.

Assim, Sr. Presidente, voto contra a urgência para esse projeto de lei, porque me parece ser o mesmo contra as normas, contra o trabalho, contra tudo. É um projeto complexo, que precisa ser examinado com cuidado, sendo indispensável o estudo nas Comissões Técnicas, para organizar um projeto que atende aos interesses sociais e trabalhistas do País. Espero que este Congresso não aceite o pedido de urgência e dê seu voto contrário, a fim de que continue em vigor a Lei atual, de nº 7.320, que regula esses feriados até que se faça uma lei definitiva.

Era esse, Sr. Presidente, o aspecto que gostaria de esclarecer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de saber se já foi publicada a resolução aqui votada em plenário a respeito dessas matérias urgentes urgentíssimas, e se já estaria em vigor a decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa já remeteu a matéria à publicação, mas eu não poderia informar a V. Ex.^a com certeza, se foi ou não publicada, porque, como sabe V. Ex.^a, o *Diário do Congresso* não sai no dia seguinte.

A Presidência já assinou a resolução e a mandou à publicação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Então, não se sabe com segurança se já está em vigor ou não?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não é possível confirmar a publicação. Apenas que a Mesa já remeteu à publicação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, o projeto demonstra que estamos votando esta questão sem prestar muita atenção no que está sendo votado.

Fizemos uma lei algum tempo a respeito dos feriados, a fim de se evitar os chamados "feriadões", para que, quando determinada data caísse numa quarta ou quinta-feira, nos poupássemos desse nosso mau hábito de "enforçar" a sexta-feira ou a segunda-feira. Procurou-se antecipar a comemoração desses feriados para segunda-feira. Estamos vendo que, às vezes, temos um feriado antecipado para a segunda-feira e mantido na quinta-feira, como ocorreu em Brasília, há pouco tempo.

Deveríamos pensar um pouco sobre esta questão. Como se está fazendo, está-se tornando sem efeito a lei anterior votada pelas duas Casas do Congresso. Como se está fazendo, ficamos praticamente com quase todos os feriados sem a antecipação para segunda-feira. Isto é benefício para o País? Será que para o Brasil não é importante evitarmos tantos feriados assim como está no nosso calendário? Será que não é necessário meditarmos um pouco sobre esta questão e verificarmos

o que interessa mais para o desenvolvimento deste País?

Sr. Presidente, era para esta questão que gostaria de chamar a atenção dos nobres Senadores. Esta matéria é importante para o País. Vamos meditar a seu respeito. Vamos verificar se não demos evitar o andamento dessa proposta ou, se for o caso, fazer uma nova proposta acabando com a lei que prevalece até o momento, porque o que está ocorrendo — desculpe-me, Sr. Presidente, a expressão — é uma bagunça nacional. Com esta expressão, chamaria a atenção dos Srs. Senadores: o que está ocorrendo é uma bagunça neste País. É feriado na segunda-feira, é feriado na quinta-feira, e agora vamos acabar com os poucos feriados que ainda estão sendo antecipados. Ora, vamos resolver de uma vez por todas, mas vamos pensar principalmente no bem do País, no seu desenvolvimento e em quanto custa cada dia de trabalho perdido.

Ora, Sr. Presidente, sou católico, apóstolico, romano e alguns me chamam de papa-hóstia, mas não podemos concordar com o que se está pretendendo fazer.

Com isso, creio que já consegui chamar a atenção de alguns colegas. O meu voto será contrário ao regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação. (Pausa)

O Sr. Mansueto de Lavour — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mansueto de Lavour.

O SR. MANSUETO DE LAVOUR (PMDB — PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não precisaria ilustração melhor que a situação legal em que vivemos, sobre a antecipação dos feriados: não está interessando ao País, não dá certo. Na semana passada tivemos aqui um feriadão, com antecipação do dia 12 de outubro, feriado nacional em homenagem à Padroeira do Brasil, que deveria ter sido antecipado para segunda-feira, mas aqui tivemos feriados na segunda e na quinta-feira: dois feriados. Quer dizer, o objetivo, o espírito da lei original, que, aliás, é uma imitação de países estrangeiros, se não estou enganado, do saudoso Deputado JG de Araújo Jorge, foi bom, isto é, para quem não exerce o estrangulamento, o enforcamento de dias úteis no meio de dois feriados, então, se juntavam por questão de comodidade, de facilidade, e havia o interesse do País. Neste caso, eu daria razão ao eminente Senador Jutahy Magalhães, mas na prática a teoria é outra.

O que estamos presenciando é que, realmente, essa antecipação do feriado desvirtua o sentido dos feriados nacionais. Não se deve antecipar o "Dia de Finados", a festa da Paz etc. Neste ponto, os maiores interessados, que são as autoridades religiosas, têm, constantemente, pedido a derrogação dessa legislação de antecipação dos feriados.

Eu diria que, em termos práticos, e dentro deste objetivo de quem fala, mais trabalho, menos feriado, inclusive os feriados ilícitos daqueles que se aproveitam de dias intercalados para não comparecer ao trabalho, é preciso voltar ao que era antes, dá mais certo. Se há muitos feriados no meio da semana, vamos diminuí-los. Concorro até que um feriado nacional seja uma data ímpar — não há razão para que sejam quatro, cinco, feriados nacionais. Não vejo por quê. Não é o caso. Mas, na prática, Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa idéia, boa, de antecipar os feriados não funcionou, não deu certo. E agora, o que estamos discutindo, e possivelmente votando daqui a pouco, é uma proposta de lei do eminente Deputado Federal pelo Pará, Jorge Arbage. S. Ex.^a quer excluir dessa antecipação de feriados nacionais duas datas que, pela sua significação, pela sua importância, não devem ser, também no meu entender, antecipadas, porque perdem o seu significado. Uma delas é o 12 de outubro, que causou dois feriados na mesma semana aqui, em Brasília. E principalmente a segunda, que é a tradicional comemoração universal do "Dia dos Mortos" ou o chamado "Finados". Antecipar não significa nada, não tem respaldo na tradição, não se coaduna com os sentimentos de solidariedade, porque a comemoração universal é o dia 2.

Então, neste sentido, tem toda a razão o Deputado Jorge Arbage. Mas quando se avaliou aqui a proposta, veio, então, uma emenda do Senador Jarbas Passarinho, sob o seguinte argumento: retirando-se do regime da lei anterior de antecipação esses dois feriados, 12 de outubro e 2 de novembro, restam apenas três feriados que seriam antecipados.

Como se sabe que não está funcionando esse sistema de antecipação, por que não abolir a antecipação para todos? Para os dois propostos pelo Deputado Jorge Arbage e mais os três que ficariam aí como um resíduo. Concorro com a proposta do Deputado Jorge Arbage de antecipação, e mais ainda com a emenda do Senador Jarbas Passarinho.

Vejo que não há sentido, os objetivos que foram procurados pela lei de maior funcionalidade, maior proveito, de não haver estrangulamento de dias úteis no meio de feriados, tudo isso cessou. A prática é que está dizendo outra coisa: em vez de um simples feriadão de três dias, temos um semanão constantemente, com dois feriados sem que houvesse respaldo legal.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou inteiramente favorável à proposta do Deputado Jorge Arbage com a emenda do Senador Jarbas Passarinho, simplesmente revogando a legislação atual e voltando-se ao sistema anterior. Se há muito feriado e se o povo está trabalhando pouco, vamos contribuir para haver mais trabalho, diminuindo os feriados, e não os antecipando, provocando dois feriados na mesma semana, como se verificou na semana passada.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO *PRONÚNCIA DISCURSO QUE, ENTRE-QUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O Sr. Antônio Luiz Maia — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA (PDC — TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, os feriados ou se referem a datas históricas ou se referem a datas de comemorações religiosas. Estão em jogo, portanto, no caso dos feriados, a história ou a religião e a fé. Razão pela qual, eu também concordo com aquilo que foi proposto pelo nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, no sentido de se pensar duas vezes antes de se tomar uma deliberação tão urgente quanto é proposta, para a eliminação das comemorações nas datas certas. Ou melhor, antes de se votar "sim" ou "não", com referência ao requerimento de urgência para essa matéria de antecipação, na comemoração das datas de feriado nacional.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria que nós refletíssemos em cima exatamente do sentido histórico das datas históricas, e no sentido de fé das datas religiosas.

A comemoração, por exemplo, do Dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, no País inteiro, os católicos comemoram a sua Padroeira no dia 12 de outubro. Não adianta antecipar esse feriado, porque os católicos vão comemorá-lo exatamente na data certa e não na segunda-feira que o precede.

A mesma coisa diz respeito às datas nacionais, como aqui foi anteriormente discutido.

No caso de 21 de abril, este Senado já se posicionou, já votou um requerimento, no sentido de que fosse comemorada a data no dia certo, e não antecipada, porque ela tem um sentido profundo na História nacional.

Sou, Sr. Presidente, por que este requerimento de urgência não seja votado. Pelo contrário, que se faça uma reflexão maior em cima do senso popular, no sentido dessas datas, porque o povo brasileiro ama a sua História, venera os heróis que para ela entraram.

Por tanto, essas datas devem ser preservadas.

Não se pode pensar na antecipação de um 7 de Setembro, de um 21 de Abril, assim como outras datas nacionais, no sentido de fé também, Sr. Presidente. É importante que se respeite a fé do povo. Se o povo tem fé no nascimento do Senhor Jesus, que é comemorado no dia de Natal, a comemoração desse dia não pode ser antecipada, por determinação do Congresso Nacional. Respeitemos a fé popular. Assim, o dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, é 12 de outubro, e essa data tem que ser preservada. O dia dos mortos é 2 de novembro, não é outra data, é um dia universal, portanto, deve ser

preservado. O povo, nesse dia, em massa, visita os seus mortos, é um sentimento de amor, é sentimento familiar, a expressão maior do sentimento de amor familiar que o povo manifesta, através da visita ao sepulcro dos seus mortos, naquele dia venerado de 2 de novembro.

Sr. Presidente, somos, portanto, por que essas datas sejam respeitadas, e, assim, não seja votado o requerimento de urgência nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Gostaria do esclarecimento de V. Ex^a se se manifesta contra a urgência.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Contra a urgência.

O Sr. Meira Filho — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nobre Senador Meira Filho. O Senador Aureo Mello havia solicitado a palavra antes de V. Ex^a. Desta forma, darei a palavra ao referido Senador e, em seguida concederei a V. Ex^a. O nobre Senador Aureo Mello será breve.

O SR. ÁUREO MELLO (PMDB — AM. Para encaminhar a votação.) — Serei breve, sem dúvida, Sr. Presidente, como os demais; aliás, não é hábito meu a prolixidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É uma satisfação que estou dando ao nobre Senador Meira Filho.

O SR. ÁUREO MELLO — Aliás, o Senador Meira Filho é sempre preciso nas suas intervenções.

Quero dizer, apenas, Sr. Presidente, que acompanhei, ao lado do então Deputado JG de Araújo Jorge, a proposição que redundou na legislação que antecipou o feriado. Realmente, o Deputado JG de Araújo Jorge se inspirou, após uma viagem que fez aos Estados Unidos. As empresas, as fábricas americanas adotavam o costume de não esfriar as suas máquinas, não havendo, assim, uma solução de continuidade na questão da produtividade industrial. É o mérito, mais ou menos, o espírito que presidiu a posição de JG de Araújo Jorge. Entendo, Sr. Presidente, que esta matéria, no concenente à parte religiosa, às comemorações religiosas, tem que ser modificada. Não se compreende o "Dia de Finados" antecipado, muito menos o de *Corpus Christi* etc. Quanto a isso, não há dúvida. Há, porém, que analisar, com toda a tranquilidade, a matéria, em termos temporais, razão pela qual faço minhas as palavras do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Cid Sabóia de Carvalho, entendendo que o regime de urgência não deve ser concedido. A matéria deverá, a posteriori, ser examinada em profundidade, acolhido o principal objetivo da proposição, que é situar as datas religiosas em seu devido lugar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Agradeço ao nobre Senador Aureo Mello. Concedo a palavra ao nobre Senador Meira Filho.

O SR. MEIRA FILHO (PMDB — DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, serei muito rápido.

Entendo que o feriado tem que ser disciplinado em todo nosso País; precisamos respeitar a tradição, a fé e o civismo do nosso povo. É preciso que o Congresso Nacional se dedique demoradamente sobre esta questão.

Há feriados que, ao invés de ajudar o lazer, até atrapalham a Nação brasileira, especialmente no meu setor de comunicações. Todo o feriado atrapalha o nosso trabalho. Evidente que temos que respeitar os feriados maiores.

Quero ratificar e dar a minha solidariedade às declarações há pouco proferidas pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho. Vamo-nos debruçar, meditar sobre a matéria e respeitar a fé, a tradição brasileira, vamos respeitar o nosso País.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, conquanto no mérito tenhamos inclinação favorável à proposta do nobre Deputado Jorge Arbage, entende que o ilustre Senador Cid Sabóia de Carvalho levantou uma questão processual extremamente importante e, devemos zelar pelas nossas decisões quando têm alcance social ou econômico mais profundo.

Mas quero considerar um fato: na prática, na verdade, estaríamos revogando, aqui e agora, uma lei discutida exaustivamente ao tempo em que foi proposta pelo nobre Deputado JG de Araújo Jorge. Esta matéria foi discutida, dentro e fora do Congresso, e levou muito tempo para lograr aprovação; passou por inúmeras instâncias, foi discutida nos sindicatos e nas associações de classe, envolveu a sociedade brasileira como um todo — afinal de contas, feriado é algo muito importante neste País — e só ao cabo de pelo menos alguns meses de sucessivas discussões e novas análises, e, depois, mesmo quando levada à sanção, ainda sofreu nova análise.

Sr. Presidente, com todo esse trabalho, com todo esse *brain-storm* que presidiu a evolução desta matéria, estaríamos aqui, em um minuto, derogando a norma vigente, através do processo de urgência, que, por suposto, suprima a análise mais aprofundada da matéria; se houvesse, assim, uma justificação mais plausível para a pressa em se votar esta matéria, se fosse algo que provocasse consequências imediatas muito graves, mas uma das datas citadas, inclusive, já passou, Sr. Presidente!

O nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho tem toda razão; devemos rediscutir a matéria. Se foi erro das legislaturas passadas adotar esse procedimento que, por sinal, é aceito em muitos países, vamos rever a situação depois de ouvir a sociedade, depois de um exame

mais detalhado, depois de um estudo mais circunstanciado sobre a matéria.

Pessoalmente, penso que assiste razão ao nobre Deputado Jorge Arbage, mas o Senador Jarbas Passarinho já estende aos outros feriados; enfim, derroga inteiramente a lei, de autoria do nobre Senador JG de Araújo Jorge, que tanta discussão ensejou neste País, dentro e fora do Congresso Nacional. Creio que isso não pode ser feito às pressas.

Por isso, Sr. Presidente, embora eu insista no mérito, concedo razão ao nobre Deputado Jorge Arbage; a meu ver, não devemos negar ao Congresso Nacional, à Nação, o direito de discutir a matéria mais cuidadosamente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Jarbas Passarinho — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, referiu-se o Senador Marcondes Gadelha exatamente à emenda que apresentei ao projeto do ilustre Deputado Jorge Arbage. Vejamos qual é a situação atual.

Ainda há pouco, dizia o Senador Mansueto de Lavor — fora do microfone — que essa Lei, chamada Lei JG de Araújo Jorge, que teve como auxiliar o nosso Senador Aureo Mello, Deputado, à época, na linguagem popular, não pegou, porque realmente é difícil se conceber comemorar "Dia de Finados" fora do concerto universal de 2 de novembro, e se faça em 30 de outubro.

O que acontece, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que a lei que pretende revogar essa já aprovada na Câmara, antecipa para as segundas-feiras as comemorações de feriados — essa, a que se referiu o Senador Marcondes Gadelha, exaustivamente discutida, como disse o Senador — repito: a lei que se pretende revogar, pelo menos parcialmente, antecipa para as segundas-feiras as comemorações de feriados que caírem em dia de semana; mas ressaltou, desde logo: 1º de janeiro — "Confraternização Universal"; 7 de Setembro, que não podia ser comemorado senão em 7 de setembro; 25 de dezembro — Natal —, senão acabaríamos sacrificando Jesus Cristo antes ou depois da data; e a Sexta-Feira Santa, que tem que ser Sexta-Feira Santa. Só aí já saíram 4.

As alterações posteriores do zeloso Deputado Jorge Arbage, ilustre Representante da Bancada do Pará na Câmara a essas alterações, tenho chamado de canibalismo progressivo, porque S. Exª começou a apresentar um projeto atrás do outro, derrubando datas, à proporção que essas datas sensibilizavam a opinião pública; e com toda razão. Por exemplo, excluiu, por antecipação, o feriado comemorado a 1º de maio — todo Mundo, com exceção dos Estados Unidos, comemora 1º de maio; só os Estados Unidos que não, porque 1º de maio foi justamente a chacina de Chicago — então, os Estados Unidos come-

moram em outra data; e a comemoração de *Corpus Christi*, que, graças à iniciativa do Deputado Jorge Arbage, se não estou equivocado, foi também eliminada da lei.

O projeto, agora, pretende derrubar mais duas datas: são os feriados que recaem nos dias 12 de outubro, que é dia de Nossa Senhora Aparecida, e 2 de novembro, Finados. Ora, restarão — se a lei ainda for mantida — duas ou três datas.

Então, apresentei emenda propondo a revogação completa da lei e conversei com o Deputado Jorge Arbage. S. Exª, pessoalmente, não se opõe, disse até que a oposição foi numa Comissão da Câmara dos Deputados. Não tem sentido a lei original, com onze ou doze datas diferentes, ficar reduzida a duas datas.

De maneira que, para mim, com urgência ou sem urgência, o que interessava era caracterizar precisamente a inadequação dessa lei que se aprovou num momento, aqui, de ilusão de que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil.

Então, é preciso saber se essa data de segunda-feira, por exemplo, passa a ser boa. É verdade que há o velho argumento de que, um feriado no meio da semana, se faz o que se chama, em linguagem vulgar, "enforcamente" do resto dos dias. De qualquer modo, é extremamente esdrúxulo se possa comemorar Finados no dia 30 de outubro, se a lei não for derogada ou se for aproveitada a iniciativa do Deputado Jorge Arbage.

O Sr. Meira Filho — Não pode "enforçar", porque estamos meio enforcados.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu não ouço!

O Sr. Meira Filho — Precisamos acabar com esse negócio de enforçar, porque estamos meio enforcados.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E o pior é o seguinte: vão enforçar Tiradentes de novo, porque uma das datas que ficou é 21 de abril.

Por causa disso, Sr. Presidente, eu propus a emenda. Se a urgência for votada, quero defender, naturalmente, a minha emenda na oportunidade; se a urgência não for votada, levando em consideração as ponderações, eu também vou defendê-la dentro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação o requerimento.

Vamos proceder à nova votação. Na forma regimental, a votação será nominal.

Como vota o Líder do PMDB?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PFL?

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSDB?

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI) — Sr. Presidente, este assunto fica em

aberto para a Bancada. Pessoalmente, subscrevi o requerimento. Uma coisa para mim é a urgência e outra, o mérito da proposição. Em princípio, estou de acordo com as idéias do nobre Senador Jarbas Passarinho, que é pela revogação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Líder do PTB? (Pausa.)

S. Exª não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDC?

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDT? (Pausa.)

S. Exª não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDS?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Abstenho-me.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSD? (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Em face das manifestações das Lideranças, a Mesa declara rejeitado o pedido de urgência. (Pausa.)

Não havendo quem queira recorrer da decisão, através de um pedido de verificação, a matéria continuará o curso normal no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho. (Pausa.)

S. Exª declina da palavra.

O Senador Jarbas Passarinho nos priva do prazer de ouvir a sua intervenção, que ficará para amanhã.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA PRONUNCIÁ DISCURSO QUE, ENTREQUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Durante o discurso do Sr. Marcondes Gadelha, o Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Nabor Júnior — Carlos De'Carli — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Edison Lobão — Hugo Napoleão — Maria Alacque Bezerra — José Agripino — Marcondes Gadelha — Divaldo Suruagy — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — João Calmon — Nelson Carneiro — Hugo Gontijo — Fernando Henrique Cardoso — Marcos Mendonça — Pompeu de Sousa — Dirceu Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa sente-se no dever, com muita satisfação, de associar-se ao pronunciamento do

nobre Senador Marcondes Gadelha, no momento em que S. Ex^a congratula-se com a Força Aérea Brasileira por este avanço considerável, que nos coloca, realmente, numa posição de grande importância, não como potência militar, porém como caminho para potência no campo do desenvolvimento. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é com certo desapontamento que venho à tribuna nesta tarde. A Presidência poderia até perguntar o que me desapontou? Tivemos uma tarde rica. O plenário foi visitado, as galerias estavam cheias, aqui estavam os prefeitos de quase o Brasil inteiro. Esta Casa viveu a festa da posse da primeira mulher nesta Legislatura como Senadora, a primeira Senadora do Estado do Ceará. Esta Casa também assistiu a debates, esta Casa se regozijou com o recebimento pelo Brasil do seu AMX, produto da mais alta tecnologia desenvolvida pelo Brasil e pela Itália.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, há 19 anos nesta data, desde que cheguei ao Congresso Nacional, sempre ouvi uma palavra, uma referência, um elogio, uma homenagem, uma poesia também, à figura de um grupo de pessoas, a uma pessoa específica, que tem sido, no mais das vezes, um anjo tutelar na nossa vida: o médico.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, hoje é o "Dia Mundial do Médico". Hoje este Senado, em nenhum momento, falou nessa classe, falou nessa gente, voltou-se para reverenciar os seus médicos, aqueles que fazem da Medicina brasileira uma grande Medicina, conhecida e aceita no Mundo inteiro.

O Sr. Áureo Mello — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Com muita honra, nobre Senador Áureo Mello.

O Sr. Áureo Mello — É com muito prazer que constato, pelo menos, a presença de dois médicos hoje em plenário, que são V. Ex^a e o Sr. Senador Marcondes Gadelha. E os modestos bacharéis aqui presentes não precisam dizer que se associam plenamente a essa congratulação, das mais justas, com uma classe de verdadeiros abnegados e heróis como são os médicos, que não têm hora para atender, não têm, às vezes, sequer o direito à sua tranquilidade durante o sono. Eu, que tenho parentes que são médicos, estou acostumado a ver o telefone tocar durante a madrugada chamando esses abnegados, para que ajudem a minorar o sofrimento de seus semelhantes.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Muito obrigado pelo apoio que V. Ex^a me traz, Senador Áureo Mello.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando cheguei à Câmara dos Deputados, no dia 18 de outubro, era um dia muito requestado. Os Srs. Deputados solicitavam a sua inscrição, o Presidente da Comissão de Saúde designava

os seus representantes para falar saudando os médicos. Recordo-me muito bem que a primeira vez que ocupei a tribuna para falar do médico, o fiz indicado por uma figura muito querida, o paraibano Janduhy Carneiro, Presidente da Comissão de Saúde. Depois dessa homenagem, voltei à tribuna sempre, quase que todos os anos. Falava do médico ou falava de um médico. Falei de Oswaldo Cruz, falei de Carlos Chagas, falei de Lima, falei de Jorge de Marsillac, falei de Fernando Paulino neste Senado.

Poderia falar hoje, Sr. Presidente, e homenagear o médico brasileiro na figura do Sr. Paulo Niemeyer, que recebe no Rio de Janeiro o título de "Médico do Ano".

Sr. Presidente, é a hora do Ângelus, é a hora da Ave-Maria. Vou-me limitar, tão-somente, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, a ler a prece do médico, que assim se inicia:

PRECE DO MÉDICO

Senhor, eu sou um médico: Um dia, depois de anos de estudos, me entregaram um diploma, dizendo que eu estava oficialmente autorizado a clinicar. E eu jurei fazê-lo... conscienciosamente! Não é fácil.

Senhor, não é nada fácil viver este juramento na rotina sempre repetida da vida dum médico: consultório... diagnósticos... operações... receitas... Contudo, Senhor, eu quero ser médico... alguém junto de alguém. Não mecânico numa engrenagem, mas gente, salvando gente!

Que todo aquele que me procure em busca de cura física encontre em mim algo mais que o profissional.

Que eu saiba parar para ouvi-lo, sentar junto ao seu leito para animá-lo... tomar sua dor como minha para ajudá-lo. É muito importante, Senhor que eu não perca a capacidade de chorar!

Que eu saiba ser médico... alguém junto de alguém... gente salvando gente.

Como tu, Senhor!

Atílio Hartmann

Digo mais, Sr. Presidente, pois quero dar a este tema um enfoque especial. Também, neste mês, nossa Constituição acaba de completar um ano. Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição brasileira, por decisão da maior parte de nós aqui presentes, reservou, pela primeira vez, um espaço importante ao setor saúde, ampliando verdadeiramente a noção do termo em si e adotando um conceito mais moderno que é o de Seguridade Social.

Este conceito é, sem sombra de dúvida, muito mais abrangente, pois, como prevê o art. 194, Seguridade Social "compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência Social".

Consta também do texto constitucional um artigo, o de nº 196, que assegura aos cidadãos deste País que "a Saúde é direito de todos e dever do Estado", e que esse direito será

"garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença".

A partir daí, para se cumprir a Constituição em vigor, tornou-se indispensável reorientar os rumos anteriormente traçados, devendo-se atacar, globalmente, vários problemas ao mesmo tempo, sem dissociar, de maneira alguma, "as ações de caráter econômico das ações de cunho social".

Estamos vivendo agora um período de adequação do texto à nossa realidade, mas temos de lutar para que a Constituição seja cumprida. E, sem essa abordagem concomitante, abrangendo outras áreas problemáticas que estão intrinsecamente ligadas às ações básicas de saúde — tais como a da nutrição, a da educação, a da higiene, a do saneamento básico, incluindo o tratamento de lixo, o abastecimento de água potável, a rede de esgoto e a da distribuição de energia elétrica — será totalmente impossível atingir o estágio de desenvolvimento que almejamos.

Torna-se cada vez mais urgente uma ação concreta e efetiva do Poder Público. Sem a implantação de programas que se destinem a sanar as deficiências existentes em todas essas áreas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tão proclamado "direito à saúde", que fizemos questão de inserir no texto constitucional do País, ficará só no papel. Sem isso, nosso objetivo de introduzir verdadeiros avanços no campo social, visando garantir, a toda a população brasileira, uma qualidade de vida dentro dos padrões dignos a que todo ser humano tem direito, será letra morta.

Infelizmente, ainda há muito a ser feito para melhorar nossos padrões de saúde! O quadro sanitário brasileiro é absolutamente vergonhoso. Aqui, as doenças evitáveis — como a desnutrição, as doenças respiratórias, o sarampo, a difteria, entre outras — e a mortalidade infantil têm incidência só comparável à de países com nível de desenvolvimento muitíssimo inferior ao nosso. As doenças endêmicas, como a esquistossomose, a malária, a doença de Chagas, a hanseníase, típicas de países verdadeiramente subdesenvolvidos, apresentam índices muito elevados no Brasil.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como poderia eu, justamente hoje, Dia do Médico, abordar aqui os problemas da saúde no Brasil, sem me referir a esses profissionais que são, na prática, os principais agentes da prestação da assistência médica à nossa população?

Em primeiro lugar, gostaria de chamar a atenção dos Senhores para um problema grave: o da formação de nossos médicos. Desde meados dos anos 70, verificou-se uma verdadeira proliferação de Faculdades de Medicina em nosso País, existindo atualmente no mercado 9.000 novos profissionais. Este dado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, poderia até parecer positivo, pois havendo atualmente no País cerca de 170.000 médicos, o Brasil se enquadraria dentro dos padrões estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, quanto à proporção do número de médicos por habitante.

Porém, não se podem omitir, aqui, duas circunstâncias extremamente preocupantes:

1) o nível das Faculdades de Medicina.

Em artigo publicado na revista VEJA, o Dr. Assaf Hadba, Vice-Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, afirmou que "80% dos médicos recém-formados nas universidades brasileiras carecem das condições básicas para o exercício da profissão, pois apenas 3% das escolas de medicina dão uma formação adequada a seus estudantes".

2) a concentração dos profissionais nos grandes centros.

A distribuição dos profissionais pelo território brasileiro é extremamente irregular e desproporcional. Nas regiões Norte e Nordeste, há casos de existência de apenas um médico para cerca de 4.000 habitantes, enquanto que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, há um médico para cada 590 paulistas e para cada 350 cariocas.

Entretanto, gostaria de registrar que a atividade desses profissionais que, diariamente, têm de lutar para minorar os sofrimentos do nosso povo e para curar o alto índice e a enorme variedade de doenças que assolam este País, possui características ímpares, que extrapolam o simples exercício burocrático de uma profissão. É inegavelmente necessário um elevado grau de abnegação para, nas condições atuais, pretender continuar-se a exercer dignamente a medicina no Brasil. Digo isso porque a função de curar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a função de salvar vidas perdeu sua dignidade e foi transformada em mera atividade de consumo. Os médicos brasileiros, em sua grande maioria, apesar de serem considerados profissionais liberais, amargam hoje a condição de simples assalariados. E, o que é pior, a de assalariados mal remunerados, tanto pelos órgãos públicos quanto pelos grupos e entidades particulares de prestação de serviços de assistência médico-hospitalar.

Como se pode aceitar que um profissional a quem cabe tomar decisões sobre a própria vida de seus semelhantes, e que é o único responsável pelos acertos e pelos erros de decisões que envolvem tal grau de responsabilidade, possa ser tão mal remunerado, a ponto de ter de se sujeitar a viver correndo de um emprego para outro; a cumprir jornadas sucessivas de acumulação de horários; a dar plantões intermináveis para suplementar seu orçamento.

Bem sabemos que a própria Constituição permite ao médico a acumulação de empregos, mas, em última análise, essa permissão só o beneficia aparentemente. Na verdade, ela funciona muito mais como um fator contrário a ele.

Seria muito melhor que se deixasse de contratar o médico em regime de tempo parcial e se passasse, o quanto antes, à implantação do tempo integral e da dedicação exclusiva.

A adoção dessa política representaria, realmente, um passo adiante no sistema de funcionamento dos serviços de saúde em nosso País, e facilitaria bastante não só a execução,

mas também a própria avaliação da qualidade dos serviços médicos prestados à nossa população.

O que estou aqui afirmando é simplesmente uma questão de racionalização de custos e de investimento na qualidade dos serviços. Depende, sobretudo, de decisão política. Depende da implantação de uma política de recursos humanos que valorize o profissional médico, estimulando-o a trabalhar no setor público, garantindo a ele boas condições de trabalho, perspectivas de carreira e de atualização profissional, salários dignos, e admissão exclusivamente através de concurso público, como, aliás, já prevê a Constituição. Só assim se recuperará o prestígio e o nível que os serviços públicos de saúde já tiveram em nosso País.

Tenho plena convicção de que, se assegurarmos ao profissional médico uma boa formação e as condições indispensáveis ao exercício de sua atividade, estaremos dando um passo importante também para a melhoria dos níveis de saúde da nossa população, pois é preciso que se reconheça a relevância da participação da classe médica na solução deste grave problema social. Indiscutivelmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta categoria profissional que estamos hoje homenageando tem um importantíssimo papel a desempenhar, na recuperação do quadro atual e na reversão dos vergonhosos padrões de saúde que o País tem hoje, indignos e incompatíveis com a importância e com o lugar que o Brasil ocupa no cenário mundial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB —

BA. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez, dando cumprimento à tradição que remonta aos primórdios da Organização das Nações Unidas, ocupou o Brasil a tribuna ao ensejo da sessão de abertura de sua 44ª Assembleia Geral.

Nessa sua última aparição perante as Nações Unidas, proferiu o Presidente José Sarney discurso de trinta e sete minutos, através do qual apresentou e explicitou os pontos de vista brasileiros acerca das mais cruciais questões da atualidade internacional. Abordou ele alguns dos graves temas do momento, tais como a questão ecológica, o tráfico de drogas, a dívida externa e o conseqüente empobrecimento da América Latina, a necessidade da revitalização das Nações Unidas, o monopólio da técnica e do saber por parte das nações industrializadas.

É de se ressaltar que, ao longo de seu pronunciamento, jamais se afastou o Presidente Sarney dos princípios e diretrizes tradicionalmente adotados pelo Brasil no foro internacional, princípios estes que vêm fundamentando a formulação de nossa política externa no decorrer das duas últimas décadas, a despeito das correções de rumo verificadas no âmbito da nossa política interna. Com efeito,

embora acusada por alguns de demasiadamente "principista" ou de meramente "declaratória" (declaratory policy), tem no entanto a política externa brasileira granjeado, ao longo dos anos, o respeito da comunidade internacional pela coerência e fidelidade aos princípios que sempre a nortearam, como os da não intervenção, da solução pacífica dos conflitos, e do respeito à auto-determinação dos povos, princípios estes consagrados pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 4º.

Nada mais representativo dessa coerência do que a advertência do Presidente Sarney, em momento particularmente feliz de seu pronunciamento, quando, ao denunciar situações de pobreza e estagnação em que se debatem os países devedores, ressaltou a necessidade de se adotar uma estratégia para a questão da dívida, que parte do pressuposto da retomada do crescimento dos países devedores.

Com efeito, já em seu histórico discurso proferido perante a mesma Assembleia das Nações Unidas em 1963 — discurso marco de nossa História Diplomática — introduzia o então Chanceler do Brasil João Augusto de Araújo Castro a fórmula que se tornaria conhecida como os "3 Ds": desarmamento, descolonização e desenvolvimento — objetivos pelos quais propugnaria desde então a nossa política externa. Naquela ocasião, mostrou Araújo Castro a fragilidade de uma paz mundial alicerçada em uma estrutura de suposto equilíbrio de forças tanto econômicas quanto militares onde na verdade dois terços da humanidade vivem em níveis de mera subsistência, sofrendo em toda a sua extensão os males sociais e econômicos típicos dos países em estágio de subdesenvolvimento, enquanto, ao lado desse imenso contingente humano, uma minoria da população mundial atinge altos níveis de prosperidade econômica e bem-estar social. Naquela ocasião, alertava o representante brasileiro à família das Nações Unidas para o fato de que:

"...a segurança econômica e social atingida por alguns está em risco, se essa segurança econômica e social não for atingida por todos. Estamos, com efeito, no limiar da construção de uma nova comunidade internacional, em que a sobrevivência de formas econômica e socialmente subdesenvolvidas será um risco coletivo. Vivemos um sistema de causa e efeitos recíprocos. Assim com a paz é indivisível — pois a paz implica um nexo de interdependência cuja consolidação requer a cooperação das soberanias — assim também é indivisível o desenvolvimento econômico e social, condição e expressão dessa paz."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as palavras que acabo de citar, tão adequadas à realidade que neste momento vivemos, datam de mais de duas décadas. Como podemos sobejamente verificar, não se tratam elas de uma fantasia ou de uma abstração, ou de mera figura de retórica.

Não nos seria possível, nesse final de década, exagerar a gravidade do quadro econômico dos países devedores.

E nem poderíamos ousar fazer previsões, senão as mais sombrias, dadas as tendências hoje prevalentes entre as populações desses países, de revolta e desesperança — revolta e desesperança que poderão até mesmo levar a uma completa falência dos chamados "valores ocidentais". Pois, alquebrados pela miséria, pela violência e exploração, ao voltarem esses povos os olhares perplexos para as democracias dos países ricos, nelas nada mais vislumbrarão do que a preocupação imediatista com o seu próprio bem-estar e a sua própria segurança.

Ao destacar em seu discurso na ONU o esmaecimento do conflito Leste-Oeste, com a redução dos armamentos nucleares acordada entre as superpotências, assim como a redemocratização dos países da América do Sul, lembrou o Presidente Sarney aos países credores de que é preciso encontrar uma nova solução para o problema da dívida externa, como forma de evitar o aumento da violência e a cristalização das revoltas que se multiplicam pela América Latina. "Atuemos antes que seja tarde", exortou ele, "antes que os sacrifícios e as frustrações se cristalizem em revoltas. Antes que, em sua autocomplacência, os satisfeitos se tornem insensíveis às justas demandas dos que pouco ou nada têm. Antes que os espaços de negociação se vejam reduzidos pelo temor recíproco e pela confrontação intransitiva".

Ao reclamar uma participação mais efetiva das Nações Unidas "nas grandes causas da cooperação internacional", renovou o Presidente Sarney antiga reivindicação do Brasil — avançada já na Conferência de Cancun, em 1981 — sentido de se conferir à dívida um tratamento político, e não meramente econômico-financeiro, em um foro internacional do porte da Organização das Nações Unidas.

Em que pese, entretanto, a linguagem vigorosa, com laivos de dramaticidade, empregada pelo Presidente em seu pronunciamento na tribuna da ONU, não nos parece possível visualizarmos a adoção de medidas revestidas da necessária eficácia, tais como a suspensão dos pagamentos aos bancos credores — por parte do atual Governo. O Presidente Sarney encontra-se preso a compromissos políticos inconfessáveis com as forças que o apoiam internamente, os quais o impedem de colocar em prática as medidas de impacto capazes de estancar a maciça transferência de recursos em favor dos credores latino-americanos em "exportadores de dólares". Ademais, como bem assinalou um de nossos comentaristas políticos, o Governo Sarney pecou por deixar escapar o momento em que gozava da credibilidade e da popularidade, no âmbito interno, capazes de conferir a necessária legitimidade a uma moratória. Em 1986, quando da implantação do Plano Cruzado, o Governo tudo tinha nas mãos para impor aos credores internacionais uma solução para a dívida que realmente passasse pelos interesses brasileiros.

Assim, mais uma vez se verifica, entre as palavras proferidas pelo Presidente e a realidade de suas ações, uma distância abissal.

Nesse seu melancólico final de mandato, carece o Governo de um mínimo de credibilidade junto ao público interno para que possa convencê-lo de sua sinceridade e seriedade. Na prática, o que vivemos e testemunhamos é a total inércia de sua equipe econômica em face da escandalosa deterioração de nossa economia, fruto em grande medida dos péssimos acordos que vêm sendo negociados com os bancos credores. É necessário que o Brasil adote, junto aos nossos credores, uma nova postura que os force a aceitarem maiores perdas nas negociações da dívida.

Para o sofrido povo brasileiro, as denúncias e apelos formulados pelo nosso Presidente na distante sede das Nações Unidas pouco ou nada significam, habituado que está a testemunhar, estarecido, os abusos e escândalos e a mais absoluta irresponsabilidade no que diz respeito à gestão do dinheiro público, que vêm marcando este Governo.

Por outro lado, foi feliz a postura adotada pelo Presidente Sarney ao fazer-se intérprete do pensamento latino-americano com relação à dívida externa. A dimensão latino-americana de nossa política externa ocupa hoje lugar de destaque em nossas prioridades. Foi-se o tempo em que nós, países do continente sul-americano, dava-nos as costas para contemplarmos, extasiados, nosso gigantesco vizinho do norte e sua sociedade afluente. Estamos hoje compenetrados da importância da substituição do antigo isolacionismo pela integração dos países da América Latina. Trata-se agora de uma questão de sobrevivência, se quisermos legar às gerações futuras um projeto viável, que não poderá deixar de passar pela dimensão continental.

Nesse contexto, fazendo-se porta-voz dos países latino-americanos, o Presidente Sarney apontou os aspectos mais dramáticos daquilo que chamou de "inovação" da América Latina: em 1988, o Produto Interno Bruto da região encontrava-se no mesmo nível de 1978, enquanto que a transferência líquida de recursos alcançara, naquele ano, a cifra de US\$ 29 bilhões. Só o Brasil, nestes últimos cinco anos, remeteu cerca de US\$ 56 bilhões. "É um plano Marshall às avessas", concluiu.

Ao abordar a portentosa questão da proteção ambiental, expressou o Presidente Sarney a sua preocupação com o enfoque que lhe conferem as nações industrializadas. Acusando aqueles países de deterem a maior parcela da culpa pela poluição e destruição do meio ambiente, lembrou que "os países em via de desenvolvimento não podem aceitar, como base para um novo relacionamento internacional, um conceito de desenvolvimento ecológicamente sustentável que confira apenas a eles a tarefa de assegurar o equilíbrio ecológico do planeta".

É interessante observar que as principais nações do Primeiro Mundo, enquanto parecem favorecer a renúncia a uma parcela da soberania por parte dos países em desenvolvimento, em favor de um controle a ser exercido através de uma estrutura supranacional sobre as questões do meio ambiente, mostram-se, por outro lado, inapelavelmente ape-

gadas, do modo mais intransigente possível, à forma mais antiquada de soberania, quando se fala na implementação de um sistema verdadeiramente efetivo de cooperação econômica internacional. Não fosse assim, não teriam as nossas exportações de defrontar-se com toda sorte de empecilhos até que possam instalar-se nos mercados dos países desenvolvidos, e não teríamos de sofrer retaliações por conta da reserva de mercado na informática.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: refletamos, a partir das palavras do Presidente da República, sobre o que representam, de uma perspectiva histórica, esta onda de democratização e este movimento integracionista que avança sobre todo o continente sul-americano. Estamos vivendo, e testemunhando, um momento ímpar da história da América Latina, quando finalmente, se cumpre e se materializa o binômio democracia — integração. É o ideal de Simon Bolívar que parece, finalmente, pairar ao alcance de nossas mãos. São os povos irmãos, irmãos pelos idiomas semelhantes, pela proximidade geográfica, pela afinidade cultural, e principalmente pelo passado colonial do qual emergiram para a liberdade ao cabo de tantos sacrifícios e lutas, que finalmente tomam consciência deste feixe de afinidades, desta inescapável identidade de interesse, para buscar a sua união.

Fomos, durante muito tempo, um continente dilacerado pela luta entre a hegemonia inglesa e norte-americana. Durante mais de um século, os interesses imperialistas ingleses e norte-americanos mantiveram-nos divididos, endividados, imobilizados em uma situação de total dependência das economias industrializadas. O fim da Segunda Guerra Mundial marcaria a consolidação do pan-americanismo na América Latina, cujas diretrizes destinavam-se na realidade a servir os interesses dos Estados Unidos da América, em detrimento de nosso progresso e desenvolvimento.

Essa a tragédia da América Latina.

Hoje, entretanto, animados pela nova consciência da dimensão continental de nossos problemas e respectivas soluções, podemos permitir-nos sonhar com uma América Latina forte, integrada, onde prosperem e se aperfeiçoem as instituições democráticas. Porém, a persistir o quadro de estagnação e empobrecimento com que agora nos deparamos, corremos o grave risco de perdemos tudo aquilo que conquistamos à custa de tanto sofrimento.

Disse de certa feita o Presidente Nixon que para onde fosse o Brasil, penderia também toda a América Latina. O Brasil não alimenta veleidades de hegemonia. Mas o Brasil pode, como o fez o Presidente Sarney na ONU, expressar para a comunidade internacional as aflições e angústias, a perplexidade de todo um subcontinente. E o Brasil pode, corajosamente, tomar as medidas necessárias à retomada de seu crescimento e assim resgatar o futuro de toda uma geração.

"Nenhum país escapa a seu destino", disse Araújo Castro, e, feliz, ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado por vários motivos, por sua extensão territorial,

por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento sócio-econômico, e sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento. As soluções pequenas e mediocres não convêm nem interessam ao Brasil".

Deixo-lhes, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com esta mensagem de fé nos destinos de nosso País, a minha profunda convicção de que, em futuro muito próximo, junto com nossos irmãos latino-americanos, estaremos novamente trilhando os caminhos do progresso e do desenvolvimento, vocação inarredável e aspiração máxima de todo o povo brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourenberg Nunes Rocha.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA (PTB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no transcorrer de setembro passado, o Congresso Nacional aprovou o texto da convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regulamenta o uso seguro do amianto no Brasil. Com isso, os trabalhadores das empresas do setor passam a contar com maior segurança nos seus locais de trabalho, já que as indústrias devem instalar equipamentos adequados para controle ambiental.

No editorial de 13 de setembro de 1989, o *Jornal Diário do Comércio*, da Associação Comercial de São Paulo, enfocou com muita habilidade a repercussão que tal matéria terá junto aos trabalhadores do País, sobretudo os que trabalham no processamento do amianto, matéria-prima fundamental para o desenvolvimento harmônico das indústrias de refratários, têxtil e de cimentos.

Pela importância do assunto, rogamos à V. Exª o obséquio de autorizar a publicação da mencionada matéria nos Anais do Senado Federal, pelo que antecipadamente agradeço. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA EM SEU DISCURSO:

CONVENÇÃO VAI REGULAR USO DO AMIANTO NO PAÍS

O Congresso Nacional acaba de aprovar a Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regulamenta o uso seguro do amianto no Brasil. Com isso, os trabalhadores das empresas do setor passam a contar com maior segurança nos seus locais de trabalho, já que as indústrias devem instalar equipamentos adequados para controle ambiental.

A convenção estabelece também que os trabalhadores devem ter um acompanhamento de saúde constante por um médico especializado, para prevenir doenças ocupacionais. O amianto, se manipulado em condições inadequadas, pode causar doenças pulmonares após longo período de exposição direta do trabalhador ao produto. Pela convenção da OIT, uma comissão irá fiscalizar o cumprimento das normas contidas no documento.

A Convenção 162 contém 22 artigos, todos referentes a medidas de segurança no trabalho nas empresas que extraem e industrializam o amianto, mineral utilizado na fabricação de mais de mil produtos industriais, entre os quais fibrocimentos, fios, embalagens etc. A convenção, que foi aprovada através de Decreto Legislativo nº 51, vinha tramitando no Congresso desde 1986, mas sofreu atraso devido aos trabalhos da Constituinte e por causa de uma emenda equivocada da Câmara, já que a matéria não pode ser emendada.

Empresas

O Brasil é o quarto país a adotar a Convenção 162 da OIT, seguindo decisões do Canadá, Suécia e Finlândia. Para o presidente da Associação Brasileira do Amianto (Abra), João Carlos Duarte Paes, a aprovação da convenção significa um passo importante para garantir o uso seguro do amianto no Brasil. Ele diz que as normas são rígidas em termos de segurança no trabalho, mas muito necessárias.

João Carlos informa que não haverá grandes dificuldades em adequar as empresas às novas normas e que 60% das indústrias de fibrocimento já trabalham seguindo essas recomendações. Segundo ele, o problema maior será em relação às pequenas empresas, algumas das quais sem os equipamentos adequados para garantir o controle ambiental. Alguns desses equipamentos são caros e irão afetar o orçamento das pequenas. Mas, segundo João Carlos, a Abra dará todo o apoio, em termos de informação, planejamento e treinamento, a essas empresas de pequeno porte com dificuldades em se adaptarem às novas exigências.

Das mais de 100 empresas que trabalham com amianto no País, 70% usam o mineral como fibrocimento, o que facilita o controle ocupacional. A Abra conta hoje com 62 empresas associadas e boa parte possui praticamente todos os equipamentos de segurança especificados na Convenção 162, como equipamentos de despoejamento do ambiente de trabalho. "Procuramos orientar nossos associados a adotarem normas de segurança no trabalho para preservar a saúde do trabalhador. As empresas estão preocupadas com essa questão e, por iniciativa própria, já vêm procurando orientação sobre como comprar e colocar esses equipamentos para aumentar a segurança dos operários que manipulam diretamente o amianto", explica João Carlos.

O presidente da Abra considera fundamental a aprovação da Convenção 162 da OIT, para que os trabalhos tenham condições de segurança e a exploração e industrialização do mineral não sofra prejuízos. O produto tem um peso significativo na economia brasileira, sendo utilizado em mais de mil produtos industriais, desde pastilhas de freio a caixas d'água. Além disso, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial do minério, superado apenas pela União Soviética e Canadá.

Detalhes

A Convenção 162 foi definida na 72ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em junho de 1986, em Genebra, da qual participou uma comissão tripartite brasileira — formada por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo — sob a coordenação do então ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. No Brasil, a convenção passou ainda por uma análise da comissão tripartite e depois foi enviada ao Congresso Nacional, para apreciação e votação.

A convenção estabelece, em seu Artigo 15, que "em todos os locais de trabalho onde os trabalhadores estejam expostos ao asbesto (amianto), o empregador deverá adotar todas as medidas pertinentes para prevenir ou controlar o desprendimento de poeira de asbesto no ar". Já o Artigo 18, determina que "o empregador deverá fornecer roupa de trabalho adequada, roupa de proteção especial e equipamento de proteção individual, ficando também responsável pela limpeza, manutenção e guarda dessas roupas".

O Artigo 20, por sua vez, estabelece que "quando for necessário, para proteger a saúde dos trabalhadores o empregador deverá medir a concentração de poeira de asbesto em suspensão no ar nos locais de trabalho e verificar a exposição dos trabalhadores ao asbesto a intervalos determinados pela autoridade competente e de conformidade com os métodos aprovados por esta".

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma concorrida reunião, com a participação de lideranças de todo o País, vem-se realizando em Brasília, desde às 10 horas de hoje, com o maciço comparecimento de Prefeitos e Vereadores de grandes, médios e pequenos municípios brasileiros.

No auditório Petrônio Portella, com as suas dependências lotadas, ouviram-se representantes de todos os partidos, expressando integral apoio a proposições legislativas, que objetivam corrigir distorções no repasse de recursos do Fundo de Participação.

Recorde-se que, na elaboração constitucional, Senadores e Deputados empenharam-se no sentido de que a distribuição tributária fosse processada de molde a permitir a Municípios e Estados um melhor aqunhoamento na Receita da União, pondo-se fim à excessiva centralização que vinha caracterizando a destinação, a cada mês, das respectivas dotações.

Em maio deste ano, ocupando a tribuna desta Casa, reporte-me ao cálculo das quotas mensais do FPM, discutindo, então, os quantitativos do primeiro semestre, situados aquém da expectativa dos edis brasileiros.

A própria Secretaria Geral do Tesouro, através do Dr. Luiz Antônio, incumbiu-se de reexaminar a partilha de tais recursos, a fim de que fossem reparadas as injustiças com as quais são desfavorecidas as nossas comunas.

Do meu Estado, Sr. Presidente, vieram numerosos Prefeitos e Vereadores, estimulados pelo propósito de ver solucionada uma questão de real magnitude, que atenta contra os interesses de 4.500 municípios.

Não pode o Poder Executivo Federal, com a retenção das dotações ou mediante cálculo irreal, subtrair numerário constitucionalmente assegurado às comunidades brasileiras, cuja utilização é considerada fundamental para acelerar o desenvolvimento do País.

As lideranças municipais, que se deslocaram à Capital da República, estão mobilizadas para acompanhar o trabalho do Congresso, apoiando as modificações que vierem a ser processadas no trâmite das proposições, em nossas duas Casas Legislativas.

O Senado não se furtará em acelerar o encaminhamento dos mencionados projetos, garantindo aos Municípios aquilo que lhes é devido no cômputo da arrecadação a cargo do Poder Central.

O PMDB, pela voz de seu Líder Ronan Tito, no plenário do Auditório Petrônio Portella, posicionou-se a favor das prefeituras, inadmitindo qualquer artifício que possa representar prejuízo para os cofres municipais.

Essa atitude correta será unanimemente secundada pela nossa Bancada, com o respaldo das demais representações com assento nesta Casa. (Muito bem!)

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra para breve comunicação:

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra a V. Ex^a para uma brevíssima intervenção, de vez que nos restam apenas 13 minutos, e estamos convocando uma sessão extraordinária para as 18 horas e 30 minutos.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, é justamente para convidar a todos os Senadores da Bancada do PMDB que ocorram ao plenário, porque devemos apreciar, dentro de instantes, na sessão que V. Ex^a está convocando o nome do Dr. Wadico Bucchi, indicado para a Presidência do Banco Central.

Por isso mesmo, faço este apelo a todos os Companheiros que estão nos corredores, ou debatendo com os Srs. Prefeitos que nos visitam hoje, ou mesmo nos seus Gabinetes, que acorram ao plenário, ao toque das campainhas, a fim de que possamos obter o *quorum* necessário para a votação da indicação do Presidente do Banco Central.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, um minuto só, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Com a palavra o nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero reforçar também o apelo do Líder do PMDB, Senador Ronan Tito. Peço encarecidamente aos Membros da Minha Bancada, o Partido da Frente Liberal, com assento no Senado Federal, compareçam ao plenário desta Casa, para atender à sessão extraordinária que V. Ex^a vai convocar, logo em seguida, para a votação do nome do Presidente do Banco Central, Sr. Wadico Bucchi.

Está-se criando uma situação incômoda, pela delonga nesta votação, uma situação que enfraquece a posição do Banco Central nas negociações, e o Senado Federal não pode ser responsável por esta situação.

Apelo, então, a todo o PFL que compareça agora a plenário, para votarmos o nome do Sr. Wadico Bucchi para Presidente do Banco Central, nos termos da convocação que será feita pelo Presidente Pompeu de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa vai cumprir a obrigação regimental de convocar esta sessão a realizar-se às 18 horas e 30 minutos, não sem antes manifestar a sua solidariedade à homenagem que o Senador Francisco Rollemberg prestou pelo "Dia dos Médicos".

Realmente, a profissão médica, e o Senador que presentemente ocupa a Presidência dos trabalhos sabe muito bem disso, porque é filho de médico, a profissão médica, através do juramento hipocrático, constitui a doação do indivíduo à sociedade, e nada mais nobre do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nada mais havendo a tratar, a presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão em turno único, do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a mensagem nº 178, de 1989 (nº 440/89, na origem), de 24 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do doutor Wadico Waldir Bucchi, para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 21 minutos.)

Ata da 155ª Sessão, em 18 de outubro de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro e Iram Saraiva

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Oda-cir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Antonio Luiz Maya — Alexandre Costa — Edisson Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Alacoque Bezerra —

Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Marcondes Gadelha — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Lyra — Divaldo Sruaguy — Teotônio Vilela Filho — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camiata — João Calmon — Nelson

Carneiro — Hugo Gontijo — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Marcos Mendonça — Iram Saraiva — Irapuan Costa Junior — Pompeu de Sousa — Mauricio Corrêa — Meira Filho — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Gomes Carvalho — Silvio Name — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 558, DE 1989

Senhor Presidente,

Com base no Regimento Interno do Senado Federal, art. 336, alínea C, solicitamos a V. Exª que inclua na pauta, em regime de urgência, o PLC-44/89, que cria o Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Goiás, a respectiva Procuradoria, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1989.
— Ronan Tito, Nelson Wedekin — Cid Sabóia de Carvalho — Mansueto de Lavor — Edison Lobão — Fernando Henrique Cardoso. 087

REQUERIMENTO Nº 559 DE 1989

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 210/89.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1989.
— Jutahy Magalhães — Maurício Corrêa — Ney Maranhão — Chagas Rodrigues — Marcondes Gadelha — Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do dia, nos termos regimentais.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito que falará como Líder.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Como Líder. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda há pouco o Senador Marcondes Gadelha, Líder do PFL, usou da tribuna para conclamar os Membros do seu partido a virem até o plenário. E eu, também convoquei como Líder, todos os nobres Senadores do PMDB que estavam ou nos gabinetes ou junto aos prefeitos do Brasil inteiro que hoje, para alegria nossa, visitam o Congresso Nacional, para que viessem ao plenário, a fim de que pudéssemos apreciar e votar o nome do Dr. Wadico Bucchi para Presidente do Banco Central.

Renovo este convite, peço aos Companheiros Senadores acorram ao plenário, a fim de que possamos dar o *quorum*.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para falar do meu assunto predileto — e estou ficando monóculo. É a agricultura, que não espera. Passou o tempo, São Pedro começou a despejar a chuva, não dá para plantar mais. O Governo disse que vai liberar o dinheiro; tivemos três grandes safras, e é verdade, sucessivas, e até agora não temos dinheiro para o custeio, e sem dinheiro para o custeio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há como os agricultores descapitalizados plantarem. Ainda agora, estavam falando alguns Senadores, co-

mo os Colegas João Lyra e Fernando Henrique Cardoso, que passa da hora.

Sabemos que a safra de verão se faz em clima de dois fenômenos: as chuvas de verão é a solaridade; sabemos que encontramos o clímax da solaridade, aqui, no Centro-Sul, no dia 23 de dezembro. Ora, o ciclo da agricultura de sequeiro, como o ciclo dos plantios de grãos — o milho, a soja — são, no mínimo, de 4 meses. Então, precisamos de uma solaridade intensa de 90 dias, no mínimo, para que obtenhamos uma boa safra. Temos, inclusive, diversas áreas já preparadas, aradas, gradeadas, mas falta o dinheiro para comprar os insumos básicos, falta dinheiro para comprar adubo, falta dinheiro para comprar as sementes.

Ainda ontem li na *Gazeta Mercantil*, jornal bastante sério, que trata da economia, que o Governo se comprometeu a, nem que tivesse que emitir, soltar o dinheiro. O problema agora já não é mais dinheiro; é tempo. Desta tribuna conclamo as autoridades financeiras deste País para que atentem para o fato de que existe um tempo, a esse tempo vence; precisamos de dinheiro imediatamente para plantar a nossa safra de verão — soja, milho, feijão, arroz. Sem isso não há comida.

Disse aqui, outro dia, que o brasileiro já aprendeu a viver ou a conviver com uma inflação de 40% ao mês. Nenhum país nos deu este *receituário*, isto é *know-how* — "Brasileiro, profissão esperança". Não sei de nenhum país, em nenhum momento da história do Universo, que convivesse com uma inflação de 40%. Pois o Brasil sabe! Prova que sabe é que está convivendo. No entanto, Sr. Presidente, não sei se vamos conseguir *know-how* próprio para viver sem comida. E se não se plantar imediatamente, não teremos comida. Não haverá milho, não haverá frango, nem boi. Não havendo feijão, não havendo arroz, como o povo brasileiro vai viver?

Então, aproveito este pequeno espaço que me foi dado para fazer esta breve comunicação às autoridades econômicas e financeiras do País; o tempo é agora. Não podemos mais retardar.

E, encerrando, Sr. Presidente, volto a conclamar os Srs. Senadores presentes na Casa a que venham para o plenário, a fim de que possamos apreciar o nome do Dr. Wadico Bucchi, já apreciado na Comissão; é um funcionário de carreira do Banco e, por isso mesmo, deve ser apreciada sua indicação agora no Plenário. O Banco Central está com o cargo vago e esse funcionário está como Presidente interino, e não é bom para a instituição a interinidade. Por isso, Sr. Presidente, volto a conclamar os Srs. Senadores a que venham, urgentemente, para o plenário, a fim de que possamos apreciar o nome do Dr. Wadico Bucchi.

O Sr. Jarbas Passarinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pela ordem) — Sr. Presidente, desejo, ini-

cialmente, apenas fazer uma pergunta à Mesa: o nobre Líder Senador Ronan Tito falou levantando questão de ordem, pela ordem, ou como breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O nobre Senador Ronan Tito usou da palavra como Líder. E assim também a concedo a V. Exª, como Líder.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Como Líder) — Sr. Presidente, agradeço a V. Exª, porque a minha interpretação tinha sido diferente; pareceu-me que S. Exª tinha pedido a palavra para uma breve comunicação, como terminou dizendo, e, neste caso, eu não podia apartear-lo, razão pela qual, V. Exª me concedendo a palavra como Líder do PDS, quero, primeiro, dizer que conclamei a minha Bancada a vir, e ela está totalmente presente, porque o outro componente, que é o Senador Roberto Campos, está fora, S. Exª está ausente com licença do Senado.

Eu queria solicitar aos Senadores que nos estão ouvindo, ainda nos seus Gabinetes, por obséquio, venham ao plenário, porque estamos com possibilidade de número, estamos bem próximo de ter o número para decidir em torno, exatamente, da apreciação da matéria, que é a indicação, para Presidente do Banco Central, do Dr. Wadico Bucchi.

Nós temos o maior interesse em que esta sessão possa ser bem conduzida, e o será certamente, pela Mesa, mas que também possa ter bom resultado. De maneira que, enquanto estamos aqui ganhando um pouco de tempo, para fazer com que os Senadores se desloquem dos seus Gabinetes para o plenário, nós queríamos salientar que me parece ser esta a primeira oportunidade, dentro da nova Constituição, em que vamos ter um nome de Presidente do Banco Central submetido à apreciação do Senado Federal, como já o foi, na Comissão competente, com muito bom resultado, e agora estamos prestes a fazer a votação final da indicação.

Essa indicação é extremamente importante para nós, que temos o objetivo de fazer do Banco Central uma instituição altamente respeitada, inclusive pelo Governo em si, fazê-la independente, autônoma, para que possamos ter condições, amanhã, da condução de uma política econômica no Brasil que possa ter, no Banco Central, a sua âncora fundamental.

Esta, a razão pela qual pedi a V. Exª, Sr. Presidente, a oportunidade de usar da palavra. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 560, DE 1989

Nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, requeiro seja considerado como de licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, o período de 2 a 17 do corrente.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1989.
— Senador Mário Maia.

ATESTADO

Atesto para os devidos fins que o Senador Mário Maia esteve impossibilitado de comparecer as suas atividades no Congresso Nacional durante o período de 2-10-89 a 17-10-89 por motivo de doença.

CID—401.1/8

Em 18 de outubro de 1989. — *Dr. Edgelson Sargino Coêlho*, Cirurgia geral — *Dr. Aderbal Jurema Júnior*.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Aprovado o requerimento, será concedida a licença.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra para reiterar o apelo aos Companheiros da Bancada do PFL para que compareçam ao plenário, a fim de votarmos a indicação do Sr. Wadico Bucchi para Presidente do Banco Central.

O Senado Federal tem que resolver, agora, este problema, não podemos mais prosseguir com esta situação indefinida, para o bem da nossa própria economia, para a estabilidade das instituições e para que o Presidente do Banco tenha autoridade para negociações, a nível internacional e também, para disciplinamento interno dos parâmetros da nossa economia.

Estou convencido de que o PFL acolherá esta solicitação, este apelo ao comparecimento, e votará nos termos propostos pela Comissão específica que analisou, previamente, o currículo e o desempenho do Sr. Wadico Bucchi nas diversas instâncias das instituições financeiras por onde passou. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Marcondes Gadelha, o Sr. Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Peço a palavra como líder Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre senador.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP. Como líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar como líder do PSDB, também exorto a Bancada do PSDB a comparecer ao plenário e, em segundo lugar, dou o meu testemunho de que a pessoa indicada para a Presidência do Banco Central trabalhou durante o Governo Montoro, em São Paulo, foi funcionário do Banco desse Estado e é pessoa de carreira ilibada, do ponto de vista bancário. Não há nada que me pareça possa impedir que o nome do Dr. Wadico Bucchi venha a ser aprovado.

Senhor Presidente, antecipo a opinião da liderança dos PSDB favorável à indicação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência convoca os Srs. Senadores a ocuparem os lugares no plenário, quaisquer que sejam.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 178, de 1989 (nº 440/89, na origem), de 24 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Wadico Bucchi, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Em discussão o parecer. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Passa-se à votação, que será feita por escrutínio secreto.

O Sr. Leite Chaves — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, a comissão aprovou, não houve uma dúvida maior levantada neste caso, mas quero advertir o Senado de que, antes mesmo de a Constituição estabelecer a obrigatoriedade de aprovação dos membros do Banco Central, dos seus diretores, muitos deles já ali estavam. É uma situação diferente daquela de ministros do Supremo Tribunal Federal ou de Cortes Superiores, que o são definitivamente. Essas nomeações, entretanto, são para cargo de confiança, demissíveis *ad nutum*. Acho que, pelas supeitas passadas, pelos fatos havidos em relação até ao presidente anterior, pela sua vinculação a esses diretores, seria o caso de o Senado, para ficar estreme de dúvida dos seus comportamentos, solicitar ao presidente da República, que referendasse os nomes dessas pessoas, encaminhando-os ao Senado. Não tem sentido que o presidente seja agora nomeado, a aprovação confirmada pelo Senado, enquanto diretores de altas responsabilidades lá continuem, sem que haja essa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª tem a palavra.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Para esclarecimento. Sem revisão do orador.) — A sessão é pública, mas o voto é secreto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O voto é secreto.

O SR. RONAN TITO — Estamos votando o nome do Dr. Wadico Bucchi para Presidente do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Exatamente.

O SR. RONAN TITO — Sendo a votação secreta, não há encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Já foi feito. O nobre Senador poderia usar da palavra pela ordem, discussão, mas preferiu um esclarecimento.

O voto é secreto. O debate é amplo. (Pausa) Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa)

(*Procede-se à votação*)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votaram SIM 36 Srs. Senadores; e NÃO, 3.

Houve 2 abstenções.

Total: 41 votos.

Aprovada a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Lembro aos Srs. Senadores que é indispensável a presença à sessão do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, para a votação dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se à votação do Requerimento de Urgência nº 558/89, lido no Expediente (art. 336, c, do Regimento Interno), para o Projeto de Lei da Câmara nº 44/89.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se à votação do Requerimento de Urgência nº 559/89, lido no Expediente (art. 336, c, do Regimento Interno) para o Projeto de Lei do Senado, nº 210/89.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 37, DE 1989.

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o Art. 172, parágrafo único, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1989 (nº 2.974/89, na

Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho da República, tendo

PARECER, proferido em plenário, da Comissão

— de *Constituição, Justiça e Cidadania*, favorável, nos termos de substitutivo que oferece.

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1989

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 376, e, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1989 (nº 138/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, firmado em Brasília, em 15 de maio de 1986. (Dependendo de parecer.)

— 3 —

PROJETO DE LEI DO DF Nº 29, de 1989 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno)

Votação, em turno suplementar, do Projeto de Lei do DF nº 29, de 1989, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que altera a estrutura da administração do Distrito Federal, extingue órgãos e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 236 e 253, de 1989, das Comissões

— *Diretora*, oferecendo a redação do vencido; e

— *do Distrito Federal*, favorável às Emendas de Plenário nºs 1 e 2 e apresentando a de nº 3-DF.

— 4 —

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 53, de 1989, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que estabelece critério de conversão para os valores expressos em OTN e em cruzado, nas proposições que autorizem Estados e Municípios a contratar operações de crédito, tendo

PARECER, sob nº 239, de 1989, da Comissão

— *Diretora*, oferecendo a redação do vencido.

— 5 —

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Senhores Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6º do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos, tendo

PARECER, sob nº 145, de 1989

— da *Comissão Temporária*, favorável ao prosseguimento da tramitação da matéria, com voto vencido dos Senadores Chagas Rodrigues e Maurício Corrêa.

— 6 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1989

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358, § 2º, do Regimento Interno)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1989, de autoria do Senador Olavo Pires e outros Senhores Senadores, que modifica o § 3º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

— 7 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1989

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 358, do Regimento Interno)

Acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal. (1º signatário: Senador Marco Maciel.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.*)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
JOÃO MENEZES NA SESSÃO DE
16-10-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO
POSTERIORMENTE.**

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, "o voto é a fonte da representação e a representação é a alma da democracia. Onde a representação é inautêntica, emasculada e artificial, não existe democracia, mas o autoritarismo, qualquer que seja a sua expressão, de maior ou menor virulência, mas sempre autoritarismo". Palavras de Tancredo Neves, por ocasião de um discurso sobre reforma eleitoral.

Hoje, infelizmente, a situação se assemelha, porque em torno do voto, em torno da representação, esperamos vencer este período de transição, e entrar realmente em uma nova senda, em que se possa estabelecer as normas e os princípios necessários ao equilíbrio, ao processo e ao desenvolvimento do País.

Durante algum tempo, por quase um ano, tive o privilégio de exercer a Vice-Liderança do Governo, e das conversas que tive com o Senhor Presidente José Sarney, quer no Alvorada, quer no Palácio do Planalto, ou quer no seu Sítio Pericumã, nunca trouxe para este plenário qualquer dado dessas conversas que mantive inúmeras vezes.

Entretanto, hoje quero afirmar e declarar que o Senhor Presidente José Sarney não tem candidato à Presidência da República nesta próxima eleição.

Pretende orientar o pleito como verdadeiro estadista, na transição necessária, indispensável, que todos nós queremos.

Renunciou àquele direito que teria, de ter um candidato a disputar este pleito, apenas porque Sua Excelência acha que uma ação maior, que é o exercício de Magistrado da

transição, o chama, e é isso que vai cumprir e fazer.

Ocupei esta tribuna por várias vezes para fazer um exame do panorama eleitoral; e cheguei a propor que se fizesse uma radicalização democrática, isto é, que de um lado colocássemos aqueles que defendem a livre iniciativa, e de outro aqueles que defendem o socialismo.

Infelizmente não fomos ouvidos, não conseguimos fazer com que se corporificasse essa idéia, e estamos presenciando a dilapidação das candidaturas — parece-me que em número de vinte e dois — que representam as facções e formas mais variadas e interessantes, e, por que não dizer, até jocosas.

Na oportunidade quis apresentar e defender a candidatura do cidadão. Leônidas Pires Gonçalves, porque me parecia que poderia solidificar a união das forças da livre iniciativa, para que chegassemos a um pleito com toda ordem democrática e liberdade.

O nosso companheiro, Senador Jarbas Passarinho, homem formado no militarismo, é aqui, e em todo País, tido como um verdadeiro democrata, e o fato de um cidadão vestir uma farda não quer dizer que ele não tenha o espírito democrático, capaz de sustentar o País e a ordem em todas as partes, sem autoritarismo, que é o caso do cidadão Leônidas Pires Gonçalves.

Enfim, as coisas caminham; e o que estamos vendo é que o voto está perdendo a sua expressão, porque os partidos estão se diluindo. Ai estão o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido da Frente Liberal, os dois maiores Partidos, as duas maiores organizações que existem no País. E o que se vê? Vê-se que não adianta nem os arroubos do eminente Líder Ronan Tito — que, infelizmente, não está presente — nem adianta o silêncio inteligente do Líder do PFL, Marcondes Gadelha.

O fato é que as candidaturas foram surgindo e os Partidos foram sendo relegados a um segundo plano, e procura-se fazer uma eleição que é a negação da democracia, porque os candidatos não representam os Partidos, e os Deputados, Senadores e até Vereadores estão procurando o seu pouso, a sua orientação sem o acompanhamento partidário.

O que é triste é que na democracia a base são os Partidos políticos, e os Partidos políticos estão aí, à deriva. Os componentes de todos os partidos políticos não o sustentam, cada um vai procurando o seu lugar onde possa melhor caminhar sem o peso e sem a responsabilidade da camisa do Partido que representa.

Encontramos, por esta razão, candidaturas que vão desde Marronzinho, — que não pode falar — até o candidato do vale-transporte, do vale-alimentação, do vale-residência e do vale-tudo; é isso que encontramos nessa disputa. Por quê? Porque não há uma orientação partidária. Orientação partidária não existe, não se faz, e tanto isso é verdade que Deputados e Senadores, que representam a estrutura democrática do País, estão divididos, cada

um procurando apoiar o candidato que lhe parece mais viável e, quem sabe, até eu.

Tudo é fruto da época, fruto da ocasião, fruto das circunstâncias. Vemos as candidaturas entrando em um funil e na beira encontramos candidatos como Collor, Brizola, Lula, Afif, Covas e outros na beirada do funil como Maluf e alguns bem mais atrás. É essa luta que vai se travando entre eles faz com que já se comece a ter recelo de que serão vitoriosas as forças da esquerda. O que irá acontecer é a "erundinização" do País, como já ocorreu a "erundinização" em São Paulo, ficando todos preocupados sem saber que rumo realmente tomar. Essa é uma verdade que aí está, uma verdade que existe em função do exposto e ainda em consequência de um artigo escrito na Coluna do Castello, vemos que poderá surgir a vitória do Sr. Lula, do PT, que será, segundo dizem, uma ameaça para a Nação. Aqui sempre defendemos que deveria haver a divisão da luta, que colocássemos de um lado aqueles que defendem a livre iniciativa, do outro os socialistas, e, quem ganhasse, levaria. Foi e continua a ser esta a nossa tese. E hoje, alguns que não quiseram, na oportunidade, ouvir ou aceitar uma opinião política isolada, aparecem, como o Sr. Mário Amato, a declarar que se acontecer a vitória de "B, C ou H," sairão centenas e centenas de brasileiros, sobretudo os industriais, que irão se estabelecer em outros países como se aqui não mais se pudesse, com a eleição ter um ambiente propício para a vida, para o trabalho, para o progresso.

Felizmente, em contrapartida, ouvimos o Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Senador Albano Franco, dizer o contrário: "...que os brasileiros estão para trabalhar aqui, que devemos continuar nossa luta, o nosso trabalho". Por isso felicito o Senador Albano Franco pela afirmação, ocorrida em boa hora, em bom momento.

Estamos vendo, nessa luta que aí se trava, candidatos que são tidos como de extrema direita, candidatos tidos como de extrema esquerda e, até como diz a crença popular, candidatos a candidatos à extrema-união.

É verdade. Há um grupo de candidatos que está disputando este pleito sem condições de vitória. Não temos as forças da D. Neila Alkmin, mas damos apenas uma visão do que pensamos e sentimos a respeito do que está acontecendo, devido à nossa vivência política.

Tenho um quadro feito pela *Datafolha* no dia 12 de outubro, que mostra a situação de vários candidatos, sobretudo pelos índices de rejeição e de aprovação. Chegamos à conclusão de que realmente estão dentro do funil, procurando passar no gargalo: Collor, Brizola, Lula, Afif e o Covas; e, pela beira, ainda fazendo força, está o Maluf. Os restantes estão fora da luta.

Chega-se a esse resultado pelo que está acontecendo hoje. Esse exame da *Datafolha* foi feito no dia 12 de outubro. Por ele observamos que o candidato de maior rejeição — e isto é triste para todos nós — é o PMDB, com um índice de 45%. E tristeza maior ainda é ver o candidato do PFL com 24% de rejeição.

Entre esses lá está o candidato Brizola, com 29% de rejeição, e o candidato Lula, com 25% de rejeição.

Então, desse exame que fazemos, se formos comparar com os resultados daqueles que aprovam os candidatos, chegaremos a uma conclusão mais prática.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Ouço o nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador João Menezes, vejo que V. Ex.^a faz uma apreciação sobre o momento político e sobre as próximas eleições e o faz com a sua autoridade, e como democrata. Esta é uma Casa de democratas, em que cada um tem suas idéias e as defende. V. Ex.^a fez referências aos candidatos que, de acordo com as pesquisas, apresentam altos índices de rejeição. Eu gostaria de lembrar a V. Ex.^a vendo o aspecto positivo das coisas, que, o candidato que é apresentado com o menor índice de rejeição, é precisamente o nosso Colega, o eminente Senador por São Paulo, Mário Covas. Gostaria ainda de dizer a V. Ex.^a, nobre Senador, que só há duas maneiras de se chegar ao poder: ou de acordo com a lei ou contra a lei. Para chegar ao poder, contra a lei, uns se servem de golpe, outros de revolução. Nós, que somos democratas, legalistas, defendemos o comportamento de acordo com a lei e com a Constituição. Os candidatos que aí estão, pleiteiam o poder na forma da lei, e aquele que for eleito, como disse V. Ex.^a, deverá tomar posse. Se o nosso povo não se encontra politicamente amadurecido, a culpa não é dele, é, sim daqueles que durante quase 30 anos impediram o povo brasileiro de livremente escolher o seu Presidente da República. Estas eleições vão nos ensinar muito. As próximas eleições serão bem melhores, mas agora o que se impõe é que cada um vote no seu candidato, lute por ele para que o País tenha um candidato que possa atender a esta que é, sem dúvida, a pior crise pela qual o País já passou.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato a V. Ex.^a

Realmente coloquei o candidato Mário Covas dentro do funil, porque S. Ex.^a tem um menor índice de rejeição, de 13%, embora tendo uma aceitação muito pequena, de 7%. Então, por essa razão, penso que S. Ex.^a ainda tem possibilidade de disputar o pleito, motivo pelo qual resolvi colocá-lo, também, dentro do funil, dentro do bolo.

Vemos, por exemplo, que está também dentro desse funil o candidato Collor, sendo o que tem maior índice de aceitação, com 29%; mas, em compensação, é o que tem a maior queda. É um fato muito interessante: além de ter a maior queda, tem um alto índice de rejeição. Ele teve uma queda de 4% e tem uma rejeição de 24%; uma das maiores rejeições aqui no quadro é a do candidato Collor.

Apesar dessa rejeição muito contundente, e apesar de ele estar ainda liderando não sei

se, como nas corridas, S. Ex.^a aguentará a reta final, que me parece complicada porque, apesar de S. Ex.^a ter um alto índice, este vem baixando consideravelmente; em todos os levantamentos, é o candidato que tem maior queda além de uma alta taxa de rejeição, taxa esta que chega a 26%. Se fizermos uma comparação entre a queda que S. Ex.^a está tendo continuamente, a taxa de rejeição e a posição em que se encontra, não é preciso ser grande conhecedor nem grande intérprete da política para se afirmar que S. Ex.^a está correndo dentro do funil, mas com o risco de não chegar ao segundo turno da eleição. Vemos, por exemplo, que o candidato Afif Domingos tem uma aceitação ainda pequena, na pesquisa do dia 2 de outubro — 8% — mas, em compensação, o seu índice de rejeição é também muito pequeno — 15%. Se compararmos o índice de aceitação e o de rejeição, vamos verificar que S. Ex.^a, naturalmente, por esses dados, vai-se encontrar dentro do funil para disputar a reta final.

Isto foi o que pudemos constatar.

O Sr. Leonel Brizola empacou nos 13%, 14% e, como disse o nobre Senador Edison Lobão, não saiu disso, até agora. Mas, S. Ex.^a, também, não tem um índice de rejeição muito grande — 29% e, talvez, isso o esteja ajudando e daí S. Ex.^a ainda está dentro do páreo, porque sua aceitação é de 13%, o que significa o segundo lugar dentro do quadro que se apresenta.

Nestas condições acho que a eleição continua indefinida. A eleição agora, nesses últimos trinta dias, vai tomar o seu caminho, e estão nessa corrida final, no nosso entender, o Sr. Collor, o Sr. Brizola, o Sr. Lula, o Sr. Afif, o Sr. Covas e, um pouquinho por fora, o Sr. Maluf. Essa é a nossa impressão, diante do quadro que estamos apresentando. Os outros estão muito aquém daquela serra.

Sr. Presidente, com o quadro que temos não podemos afirmar, hoje, que candidato estará no primeiro e no segundo turno. Podemos ter no segundo turno: Brizola/Afif, Lula/Afif, como podemos ter Lula e Brizola. Tudo pode acontecer! Aí quero ver, aqueles que não entenderam que era necessário fazer a união das forças que defendem a livre iniciativa como ficarão. Em quem irão votar já que recusaram tudo? Criaram todas as dificuldades. Digo isto porque andei por este País inteiro tentando encontrar um dominador para as forças de livre iniciativa e não consegui, porque cada um tinha seu *parti pris*, sua maneira de examinar e, agora, ameaçam até deixar o País se a vitória for de um homem de esquerda! Agora não podem sair? Quem ganhar, fica! Se o País se "erundinizar", devem ficar. Tem que ficar, para ver o que acontece.

Esta, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a impressão que temos do pleito eleitoral que aí está. Continuaremos a defender, como sempre, a idéia de que quem ganhar, leva. Quem ganhar, tem que levar. Não devemos aceitar essa ameaça. Se o Sr. Lula ganhar, leve! Ninguém quis se unir, cada um quis trabalhar como trabalhava em São Paulo. Agora, nesta

hora, sair do páreo? Não, não pode! Tem que ver o que acontecerá e assumir a responsabilidade.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, terminando, quero dizer que a hora é grave. O País é assolado por todas as espécies de crise, com origens e causas mais diversas. Precisamos acreditar na força da Nação e nos conscientizarmos de que não podemos abandonar esta grande oportunidade da eleição presidencial para, com ela, assegurar a legitimidade do poder e a estabilidade, garantindo a posse de quem vencer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

ATO DO PRESIDENTE Nº 244, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 914493/89-6,

Resolve aposentar, voluntariamente, Maria Auxiliadora Viana de Souza, Assistente Legislativo, Classe "Especial", Referência NM-35, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 433 e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 25/30 (vinte e cinco trinta avos) do seu vencimento, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 17 de outubro de 1989.
— Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 245, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora, nº 82, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.176/89-0,

Resolve aposentar, por invalidez, José Caetano Sobrinho, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 428, inciso III, 429, inciso III, e 414, § 4º da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, artigo 2º, da Resolução SF nº 182, de 1987; artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, e artigo 1º da Lei nº 1.050, de 1950, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 17 de outubro de 1989.
— Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 246, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2 de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013417/89-4,

Resolve manter a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do Senhor Antonio Soares Bordalo Filho, no emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 12 de setembro de 1989, com lotação e exercício no Gabinete do Segundo Vice-Presidente, Senador Alexandre Costa.

Senado Federal, 17 de outubro de 1989.
— Senador Nelson Carneiro, Presidente.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 50/89
Contratada: Cooperativa Central Rural de Goiás Ltda.

Contratante: Senado Federal
Objeto: Aquisição de leite pasteurizado tipo "C", em embalagem plástica de 1 (um) litro, marca GO-GO, destinado ao estoque do Almoxarifado do Senado Federal, durante o exercício de 1989.

Licitação: Convite nº 154/89
Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho 0101001.2229/721, Natureza da Despesa 3120-0500/8.

Empenho: Foi emitida a Nota de Empenho nº 01758/2, de 15-9-89.

Valor Contratual: Estimado em NCz\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados novos).

Vigência: 12-10-89 a 31-12-89.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Porto.

Pela Contratada: Sérgio Souza Neto.

Amaury Gonçalves Martins, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 10, de 1989, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da Hiléia Amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias.

15ª Reunião, realizada em 5 de setembro de 1989

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às nove horas e trinta minutos, na Sala 4, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Leopoldo Peres (Presidente), Jarbas Passarinho (Relator), Mário Maia, Nabor Júnior, Aluizio Bezerra, Aureo Mello e José Fogaça, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a de-

vastação da hiléia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias. Presente, ainda, o Senhor Senador Lourenberg Nunes Rocha. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Ronaldo Aragão, Odacir Soares, Teotônio Vilela Filho e Edison Lobão.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e, solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada.

Com a palavra, o Senhor Senador Jarbas Passarinho, requer que seja oficiado ao Senhor Embaixador Marcílio Marques Moreira, para que forneça elementos de amparo às suas suspeitas, a pretextos de impedir a suposta devastação da floresta amazônica e as dificuldades criadas para com os pleitos brasileiros, quer junto ao BIRD ou ao BID, quer nos organismos financeiros em geral.

O Senhor Presidente defere o requerimento do Senador Relator e convida o Prof. Armando Dias Mendes, Cientista e Pesquisador da Universidade de Brasília, para tomar assento à Mesa. Com a palavra, o depoente inicia sua explanação tecendo algumas considerações sobre a evolução das diversas políticas aplicadas até agora na região amazônica, visando sua ocupação e o aproveitamento do seu potencial de recursos naturais.

Concluindo, o depoente apresenta algumas linha de sugestões.

Prosseguindo, passa-se à fase interpelatória quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Nabor Júnior, Mário Maia, Jarbas Passarinho e Aureo Mello.

A seguir, o Senhor Presidente suspende a presente reunião até às dezesseis horas e trinta minutos.

Reaberto os trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente convida o Dr. Frederico Monteiro Alvares Afonso, Conselheiro do Instituto Superior de Estudos Amazônicos, para tomar assento à Mesa.

Com a palavra, o Dr. Frederico Afonso inicia sua explanação abordando a volta do cacau à região amazônica; as experiências e projetos agrícolas de porte internacional; As experiências de colonização oficial, como no caso de Bragantina e do Núcleo do Iapas em Roraima; os projetos Probor I, II e III no cultivo de seringa e o projeto do Senhor Ludwig.

Concluindo, cita, ainda, o Projeto Cacau/ Pará nas zonas tradicionais de Cametá e Macajuba.

Prosseguindo, passa-se à fase interpelatória quando usam da palavra pela ordem os Senhores Senadores Mário Maia e Jarbas Passarinho.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do depoente e encerra os trabalhos da Comissão às dezenove horas e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 10, DE 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILÉIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS, DESTINADA A OUVIR OS DEPOIMENTOS DOS SENHORES PROF. ARMANDO DIAS MENDES, CIENTISTA E PESQUISADOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E DR. FREDERICO MONTEIRO ALVARES AFONSO, CONSELHEIRO DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS AMAZÔNICOS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Leopoldo Peres
Relator: Senador Jarbas Passarinho
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — havendo número regimental, declaro aberto os trabalhos da CPI da Hiléia Amazônica.

Temos, hoje, a honra de receber, como convidado, o Professor Armando Dias Mendes, cujo nome, na Amazônia, independe de apresentação.

Antes de conceder a palavra ao Professor Armando Dias Mendes, peço ao nobre Senador Jarbas Passarinho, Relator desta Comissão, que se pronuncie.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de ouvirmos a palavra do Dr. Armando Dias Mendes, gostaria de submeter à Comissão uma proposta que estou mandando datilografar, agora, que é dirigida ao Ministro das Relações Exteriores.

Em março deste ano, quando coletei o material, para começar o trabalho da CPI, impressionou-me muito uma conferência que o Embaixador Márcio Marques Moreira fez para o Colégio Interamericano, em Washington, onde S. Ex^a declarava que os países desenvolvidos — não citou, individualmente, os Estados Unidos — estavam fazendo uma campanha contra o Brasil, aproveitando dois temas: um dos temas era Direitos Humanos; e, o outro tema, era exatamente este de Desflorestamento da Amazônia, em que S. Ex^a denunciava isso como uma espécie de manobra para impedir que o Brasil

(Falha na gravação)

...me levou a propor à Comissão — que entrego, agora, ao Presidente — uma proposta para que nos dirijamos à Comissão, em vez de chamar o Embaixador aqui, poderíamos fazê-lo, mas fica muito dispendioso, e através do Ministério das Relações Exteriores, S. Ex^a se pronunciasse em resposta à nossa pergunta, se S. Ex^a poderia oferecer dados concretos que sustentasse a sua tese.

Portanto, esta é a proposta que formulo.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Em discussão a resposta do nobre Relator Jarbas Passarinho.
(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Aprovada.

Concedo a palavra ao nobre Professor Armando Dias Mendes.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Nobre Senador Leopoldo Peres, Presidente da CPI da Hiléia Amazônica; nobre Senador Jarbas Passarinho, Relator desta CPI; nobres Srs. Senadores:

É sempre uma satisfação participar de reuniões em que se debate a Amazônia e o seu futuro. Parece-me que a responsabilidade desta CPI é extremamente significativa, no sentido de que seus trabalhos devem fornecer subsídios para uma avaliação serena, porém, segura daquilo que está acontecendo em relação à nossa região.

Foi pedido — se bem entendi — que eu oferecesse alguma reflexão sobre a evolução das políticas aplicadas até agora, na Região Amazônica, visando a sua ocupação e o aproveitamento do seu potencial de recursos naturais. Imagino que isso pode ser feito através de alguns tópicos que denominei, primeiro, de "Políticas"; segundo, "Características"; terceiro, "Defeitos"; quarto, "Novos Sinais"; quinto, "Novas Visões".

Pareceu-me — e acredito que essa é uma interpretação correta — que interessava à CPI repassar e, eventualmente, avaliar as políticas efetivadas até agora e seus resultados, mas também extrair delas lições que nos permitam contornar as dificuldades e os obstáculos que se antepõem a um efetivo desenvolvimento regional, integrado ao nacional.

Em relação às ações do Poder Público até agora desencadeadas na região Amazônica, abstraindo o período colonial e mesmo grande parte da fase da Independência, Primeiro e Segundo Impérios, costumo propor à reflexão a seguinte periodização: houve uma fase em que a ênfase — perdoado o jogo de palavras — foi na defesa, mais ou menos, no início do século; podemos situar esta fase até o fim da Segunda Guerra Mundial.

A ênfase na defesa verificou-se não apenas em relação à Amazônia, mas também em relação ao Nordeste. Em relação ao último, basta lembrar o fato de que foi nesse período que surgiu a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, ou seja, de defesa contra os efeitos da seca, depois, transformada no DNOCS.

Com relação à Amazônia, o período é marcado pela criação da Superintendência de Defesa da Borracha, em 1912, de vida efêmera, e, posteriormente, a criação do Banco de Crédito da Borracha, em 1942, e da CEDB — Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

Parece-me que a atitude oficial, a atitude do Governo, nesse período, a partir de uma concepção de economia que tinha muito a ver com as doutrinas vigentes na época, eram no sentido de proteger, seja no caso do Nordeste, as populações contra os efeitos de um

fato da natureza, as secas periódicas, seja no caso da Amazônia, proteger a sua economia contra a ameaça que já se efetivava da concorrência internacional.

Vou recordar o episódio da transferência de mudas de *hevea brasiliensis* pelos ingleses para o Extremo Oriente e o surgimento das plantações, que o Brasil não desconhecia estarem sendo criadas, até a chegada da borracha produzida ali, no mercado internacional, com a consequente *débâcle* da economia gomífera amazônica.

A resposta do Governo brasileiro, como disse, foi a criação de uma superintendência para a defesa da borracha, que envolvia, na prática, o I Plano de Valorização de Desenvolvimento Econômico da Região e que não vingou, porque logo no orçamento de 1914 lhe foram negados recursos para o prosseguimento da sua ação.

Convém apenas recordar que, a partir de 1912, quando se atingiu o maior volume exportado de borracha seca da região, em torno de 42 mil toneladas, até o início da Segunda Guerra Mundial, a região viveu uma fase de depressão, de retrocesso, de tal maneira que, nos anos 30, produzimos apenas cerca de 6 mil toneladas.

Todos conhecem também o episódio dos acordos de Washington, negociados entre os governos brasileiro e norte-americano, em março de 1942, no sentido de o Brasil proporcionar aos Estados Unidos da América apoio mediante o fornecimento de materiais estratégicos, entre eles, a borracha.

Como se sabe — arrisco-me a fazer um comentário a esse respeito na presença do ilustre Relator — os exércitos modernos movem-se sobre rodas. E depois que os japoneses haviam ocupado praticamente todas as áreas de plantação de borracha no Extremo Oriente, o produto tornou-se escasso para o esforço de guerra das nações aliadas. Os Estados Unidos havia mentrado na guerra em dezembro de 1941. A borracha era, portanto, um produto estratégico.

Isso significou um aporte de capitais americanos, apoio técnico, apoio financeiro, de tal maneira que no conjunto de medidas e de iniciativas que se desencadeou à época, surgiu o Banco de Crédito da Borracha, como surgiu o Serviço Especial de Saúde Pública, hoje, fundação SESP, como surgiram vários outros organismos que se esgotaram com a própria guerra: o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, o Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico, etc.

O importante é que aquela concepção de que era preciso estimular a produção de um produto estratégico, como a borracha, foi retomado agora, via o mecanismo de financiamento do setor produtivo, uma espécie de super — "aviador", como já foi chamado, que era o Banco de Crédito da Borracha.

A segunda fase ou segundo período, podemos datá-lo de 1945, mais precisamente 1946, até 1966. Era a valorização. Como se recorda, o Deputado Leopoldo Peres representou na Constituinte de 1946, uma emenda

que resultou no art. 199, pelo qual a União, os Estados e os Municípios da Região Amazônica se obrigavam a aplicar, pelo menos, durante 20 anos, no mínimo 3% da sua receita tributária na execução de um plano de valorização econômica da região.

O termo "valorização" é uma das poucas contribuições da Língua Portuguesa ao jargão econômico mundial, resultando em neologismos tais como nosso *valorization*, *valorización*, etc. E tinha aí uma significação muito abrangente que, depois, foi substituída pelo termo "desenvolvimento", mas que visava a dar condições efetivas para uma vida humana condigna a partir de ações que confluíam, quer no setor econômico, quer no setor social, para garantir-lhe essa perspectiva.

O art. 199 somente veio a ser regulamentado pela Lei nº 1.806, do início de 1953, quando foi criada então, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Mais ou menos na mesma época, o Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia, ou seja, como tenho dito em várias oportunidades, deixou de ser o banco de um produto para passar a ser o banco de uma região. Ele assumia as responsabilidades em todos os setores produtivos da região, possibilitando ou estimulando as atividades produtivas.

A partir dos anos 50, ganhou espaço no jargão especializado o termo "desenvolvimento", não apenas no Brasil, sabemos são conceitos que surgiram ou ganharam corpo a partir da II Guerra Mundial: desenvolvimento e subdesenvolvimento. E aí pudemos marcar o surgimento de um terceiro momento na evolução das políticas oficiais em relação aos problemas de desigualdades sociais e regionais porque houve situações em que ganhou maior destaque o esforço, visando ao desenvolvimento nacional, ou seja, a ênfase era dada a alguns setores da economia, alguns setores da vida nacional, na suposição ou partindo do pressuposto de que a expansão e o fortalecimento desses setores significavam a criação de condições efetivas de melhores meios para o atendimento das necessidades humanas do País e dos brasileiros como um todo. Entraram aqui apenas o Plano Salte, da época do Governo Dutra, o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek e algumas providências importantes, entre elas, a criação do BNDE. Mas, houve, também, um momento em que a ênfase principal foi concentrada na dimensão regional do desenvolvimento, sobretudo a partir de 1959 com a criação da Sudene; pouco antes havia sido criado o Banco do Nordeste do Brasil.

Ao contrário do que se diz, habitualmente, não foi a Sudene a primeira experiência de planejamento para desenvolvimento regional, dado que a SPVEA antecedeu-a por alguns anos. Porém, a nova concepção que se introduzia, modificava a linha seguida em relação à Região Amazônica e, inclusive, partia da crítica a resultados colhidos pela ação da SPVEA, à época alvo de fortes acusações de fracassos, de erros e de desvios. Em 1966, a própria SPVEA foi transformada na atual Sudam, ao

mesmo tempo em que, na mesma época, surgiram outras superintendências voltadas para a ação em diferentes regiões do País.

Em 1966, 1967, deu-se o desencadeamento da chamada "Operação Amazônia" que envolvia no seu bojo uma série de medidas de natureza legal e institucional, que modificaram amplamente o quadro de ação do Governo Federal na região: a primeira delas, já referi, foi a transformação da SPVEA na Sudam; a segunda, que aliás antecedeu por poucas semanas a transformação da SPVEA, foi a transformação do Banco de Crédito da Amazônia no Banco da Amazônia S. A., concebido como um Banco de Desenvolvimento, que, na verdade, é um banco misto, com capacidade também para realizar as demais operações bancárias.

Uma terceira lei foi a Lei dos Incentivos Fiscais, ampliando e modificando uma legislação anterior menos ambiciosa. Pode-se acrescentar ainda — isso tudo foi entre setembro e outubro de 1966 — que, em janeiro de 1967, a lei que definiu a política nacional da borracha e, finalmente, em fevereiro de 1967, não mais por lei aprovada pelo Congresso Nacional, mas por decreto-lei, a transformação da Zona Franca de Manaus, que já existia previamente em termos legais, e a criação da Suframa.

Esse período, portanto, desenvolveu-se mais ou menos no final dos 50 até os anos 70.

O quarto período, eu o chamo de integração. Vejam que as datas não são rígidas e períodos posteriores, por vezes, montam sobre períodos anteriores. Eu hesitaria — e no texto escrito assim o fiz — em caracterizar essa periodização como uma sucessão de fases bem delimitadas, e preferi chamá-las de "ênfases".

A ênfase no período que vai, mais ou menos, dos anos 60 até os nossos dias, é a da integração. Nessa época, registra-se não apenas a abertura das primeiras grandes estradas de ligação física entre a Região Amazônica e o resto do País — a primeira delas foi a Belém — Brasília — mas, também programas como o PIN, que, inclusive, foi responsável pela construção, mais tarde, da Transamazônica, e o Proterra.

Já no início dos anos 80, o surgimento do Programa Grande Carajás. Nesse ínterim, a elaboração e execução de alguns planos nacionais de desenvolvimento e a contrapartida regional, os planos de desenvolvimento da Amazônia.

Polamazônia e Polonordeste: megaprojetos. Os grandes projetos começaram a se implantar na região, seja para geração de energia hidrelétrica, como Tucuruí, seja para o aproveitamento de recursos minerais, como é o caso do Projeto Minerometalúrgico de Carajás e, também, o aproveitamento da bauxita em alguns pontos da região.

Eu proponho à reflexão desta Comissão a idéia de que, talvez, estejamos, a partir de 1988 com a promulgação da nova Constituição, iniciando uma nova fase ou pondo ênfase no novo aspecto que se poderia chamar de articulação. A idéia, parece-me, é o fato de que

además da simples integração, cujos efeitos, como veremos adiante, nem sempre são em termos líquidos favoráveis à Região, ademais da simples integração, se deve cogitar agora de um conjunto de ações articuladas que visam estabelecer uma integração física também indispensável, necessária, uma integração econômica, não há o que contestar, mas, sobretudo, a inserção em um projeto nacional harmônico, articulado de tal maneira que as regiões se beneficiem por igual do produto, dos efeitos, dos investimentos ali realizados, ou seja, as regiões exportadoras de renda não vejam frustradas produzir-se o efeito multiplicador desses investimentos fora da Região.

Depois desse repasse muito rápido da evolução recente das políticas de ocupação em relação à Região Amazônica, algumas idéias no sentido de caracterizar o que se verificou nessas últimas décadas. Em primeiro lugar, parece-me claro que a tendência, sobretudo, nos últimos anos, cada vez mais acentuada, é de uma clara inserção da economia amazônica na economia nacional e na mundial. Quer dizer, o fato de que se tenha promovido uma efetiva integração da Amazônia ao todo brasileiro, significou, também, uma integração da Amazônia ao sistema produtivo nacional e, mais ainda, a economia mundial via o aproveitamento de seus imensos recursos minerais.

Aqui não se apresenta uma grande novidade, pelo fato de que, também no período da borracha, por exemplo, a economia regional era relacionada e dependente dos centros mundiais consumidores desses produtos.

Um segundo ponto que, creio, se deve destacar é o fato de que as ações desenvolvidas na Região tem como ótica central a geração, a expansão, o crescimento do produto. Quer dizer, a preocupação não é uma preocupação voltada diretamente e claramente para satisfação de necessidades das populações regionais. É claro que eu estou simplificando e isso deve ser eventualmente considerado em relação a aspectos específicos.

Mas, olhando de um ponto de vista macro, de um ponto de vista globalizante, parece-me que aquilo em que as ações desenvolvidas na Região partiram de políticas de crescimento econômico a sua ênfase foi essa.

Em terceiro lugar, e já está implícito nas colocações anteriores, o fato de que são políticas extra-regionais, políticas que não partiram necessariamente de dentro, não significaram uma auscultação prévia de aspirações e necessidades das populações regionais, embora pudessem e devessem levar em consideração essas aspirações e eventualmente responder efetivamente aos seus reclamos.

Em quarto lugar, e é um desdobramento das considerações anteriores, parece-me nós podemos chegar à conclusão de que não havia um comprometimento maior com essas expectativas regionais. Por fim, deve-se registrar o fato de que muitas ações foram desencadeadas e talvez não pudesse ser de outra maneira, nas circunstâncias do momento é do lugar, sem um perfeito, sem um maior conhecimento científico de certas condicionantes que, como depois se verificou, influíram nega-

tivamente em alguns aspectos nos resultados colhidos.

Quais foram os efeitos principais que puderam ser registrados a partir da evolução dessas ações na região? É claro que houve um crescimento demográfico, embora a região ainda seja hoje, em termos macros, relativamente desprovida de população, todavia, está muito longe de ser aquele deserto humano a que se fazia referência não há muito tempo.

Houve um sensível crescimento demográfico e os percentuais da população regional, dentro do todo nacional, ampliaram-se. Estima-se que hoje estamos em torno de 15 a 16 milhões de pessoas. Ainda neste aspecto, deve-se levar em consideração o fato de que o padrão histórico de ocupação do território, que foi marcado pelo mapa dos rios da região, se alterou substancialmente. O que eu quero dizer, em palavras, mais claras é que, como é sabido, desde o início da ocupação da Amazônia, essa ocupação se fez, como não poderia deixar de ser, ao longo dos rios. Os rios eram as grandes vias de penetração e os núcleos populacionais se fixaram nas suas margens e à pequena distância. É claro que no caso de alguns afluentes que permitiam uma penetração, maior, a população se espalhou para distâncias mais longinquas em relação ao eixo central do rio Amazonas. Porém, em muitos casos, como é o caso dos afluentes da margem direita, sobretudo na Amazônia Oriental, quando à pequena distância da foz desses rios se verificavam obstáculos, corredeiras, cachoeiras, etc., essa penetração parou a uma distância relativamente curta da própria calha do rio Amazonas.

A partir da construção dos grandes troncos rodoviários, Belém-Brasília, depois a Santarém-Cuiabá, embora incabada a Brasília-Acre e a Transamazônica, passou-se a verificar a possibilidade, que se tornou efetiva, de uma penetração maior em áreas até então inacessíveis, inclusive, ocupação mais significativa de áreas de terra firme, já não apenas da várzea, como era o caso da ocupação condicionada pelos cursos d'água.

Esse é o primeiro aspecto que deve ser considerado. Apenas à guisa de ilustração, se deve levar em conta, por exemplo, o fato de que entre os Censos de 1970 a 1980 a região amazônica foi a região que, populacionalmente, mais creceu no Brasil. Cresceu muito mais do que a média nacional e cresceu mais do que se verificou em outras regiões.

E se nós decomposermos a Região Amazônica, considerada como um todo, em algumas sub-regiões ou subáreas, nós vamos verificar que as taxas de crescimento, como é o caso de Rondônia, foram, de fato, extremamente aceleradas. Houve situação em municípios em que essa taxa chegou próxima a 20% ao ano, taxa geométrica anual de crescimento populacional, números absolutos.

Em alguns municípios do sul do Pará, embora não chegando às taxas de Rondônia, houve também um crescimento extremamente acelerado.

Em contrapartida, e é importante registrar esse fato, porque ele vai ter repercussões mais

adiante, Estados do Sul do País tiveram a sua taxa de crescimento populacional extremamente reduzida e até certas áreas em que houve perda em números absolutos da população. O Estado do Paraná, por exemplo, entre 1970 e 1980, acusou um crescimento positivo, real, apenas na Grande Curitiba; praticamente, todos os outros municípios do Paraná perderam população que se deslocou ou para a Grande Curitiba ou para Rondônia, para o norte de Mato Grosso, para o sul do Pará, etc. Nós sabemos que grande parte do fluxo migratório verificado nesse período para essas subáreas amazônicas veio do extremo sul. No Rio Grande do Sul, não na mesma escala que no Paraná, mas também houve municípios do Rio Grande do Sul que tiveram perda absoluta da população.

Talvez não seja o momento de nós analisarmos por que isso se verificou no Sul e por que também capixabas, além de nordestinos, que tradicionalmente se dirigiam para a região, também foram para lá. O importante é registrar o fato de que se conjugaram dois fatores complementares: de um lado, a expulsão da mão-de-obra pela modernização, pela transformação verificada na agricultura do Sudeste e o do Sul — foi quando surgiu a figura do bóia-fria — e de outro lado a atração da terra abundante e barata que parecia ser a solução para aqueles que de repente se viam sem condições de se manter no setor produtivo do campo.

Esse é o primeiro aspecto, extremamente importante. Há numerosos estudos a respeito das migrações verificadas para a região, e também nas migrações internas dentro da região e que são bastante intensas em algumas subáreas, além do crescimento demográfico significativo da população urbana. Belém e Manaus estão entre as capitais brasileiras que mais cresceram populacionalmente nesse período.

Em segundo lugar, creio que é importante registrar o fato de que a integração da Amazônia ao todo nacional teve uma contra partida, de sinal invertido, dentro da região. Ela significou a desintegração regional. Hoje, só forçando um pouco as palavras, ou baseado essencialmente em alguns aspectos físicos — mesmo esses são mais diversificados do que se poderia supor algum tempo atrás —, só assim se pode falar ainda em Amazônia no singular.

Na verdade, a Amazônia se fragmentou. A desintegração significou o quê? Significou que certas interligações e certas dependências econômicas que haviam entre algumas subáreas da região desapareceram. Todos sabemos, por exemplo, que durante o período de expansão da economia gomífera, mais ou menos entre os anos 60 do século passado e o início da segunda década do século atual, o aviação dos seringais dos altos rios, na extremidade ocidental da Amazônia, seja no Amazonas, seja no Acre, ou mesmo na área que depois se converteu no atual Estado de Rondônia, se fazia pelo suprimento das casas aviadoras sediadas em Manaus e Belém. É claro que isso era extremamente antieconômico porque significava um percurso de mi-

lhares de quilômetros e muitas vezes em rios que durante alguns meses do ano não davam navegação, mesmo para embarcações de porte médio ou até pequenas; havia todo um problema logístico de suprimento dos seringais e de retirada da produção dos seringais. Mas, o fato é que isso criava uma articulação e uma ligação entre as diversas sub-regiões da Amazônia, que se perderam, que desapareceram com a abertura das estradas. Quer dizer, as várias subáreas da Amazônia passaram a se ligar diretamente com o Sudeste, com o centro dinâmico do País, a fazer suas exportações e suas importações por caminhão de e para São Paulo, para outros pontos do Brasil, sem necessidade de transitar mais, quer por Manaus, quer por Belém, e fazer aquele longo périplo de navegação fluvial e, depois, de navegação de cabotagem que se fazia à época e que demandava meses. A título de curiosidade, registre-se o fato de que a distância, por via aquática, entre Belém e os altos rios no Acre, por exemplo, é equivalente ou superior à distância entre Belém e Porto Alegre, por via de cabotagem.

Essa desintegração regional significou o fracionamento que tem repercussões, também, na própria postura e nas próprias atitudes dos líderes empresariais, políticos, etc., da região. E, de repente, por exemplo, com o surgimento e o fortalecimento, a rápida expansão da Zona Franca de Manaus, conseqüentemente, uma política própria de ação, na chamada Amazônia Ocidental, significou o fato de que os interesses da Amazônia Ocidental, como um todo, ou, principalmente os interesses centrados nas indústrias localizadas em Manaus, passaram a ter muito pouco de comum — se é que tem alguma coisa em comum — com os interesses dos empresários, por exemplo, da Amazônia Oriental, que obedecem a um outro padrão de ação e que respondem a um outro tipo de atitude e de investimento.

Eu próprio e, seguramente, muitos dos presentes, já temos tido oportunidade de participar ou de testemunhar o fato de que encontros, congressos, etc., que se convocam para discutir o problema da Amazônia no singular, põem a nu, fazem vir à tona uma série de contradições e até de conflitos entre interesses das duas grandes Amazonas. Mas me parece que essa desintegração regional se tornou mais aguda e se aprofundou na medida em que o próprio Governo federal multiplicou e diversificou as suas ações na região. Ele próprio, fazendo surgir novos instrumentos de intervenção, novos instrumentos de ação — vou usar uma expressão usada recentemente pela Professora Berta Becker, que, há muito tempo, estuda também os aspectos da geografia econômica e social da Amazônia —, criando novos "territórios administrativos" na região. Isso significa o quê? Significa que, além da ação da Sudam e do Banco da Amazônia, que têm por jurisdição toda a Amazônia legal, definida pela Lei nº 1.806 de 1953, a Suframa, por exemplo, superpõe, sobre o mesmo espaço, a sua ação a partir de uma nova visão de um outro tipo de medidas que respondem, exclusiva e diretamente, às necessidades, en-

fim, daquele conjunto de atividades que se concentra na Zona Franca de Manaus e algumas projeções para o resto da Amazônia Ocidental. Por outro lado, a partir de 1980, com a criação do Programa Grande Carajás, que foi confiado a um conselho interministerial sediado em Brasília, um outro território administrativo federal se superpôs sobre a Amazônia Oriental. É uma extensa região, mais ou menos 800 a 900 mil quilômetros quadrados, abrangendo grande parte do Pará, do Maranhão e que não tem nada a ver com a ação da Sudam, não respeita a ação da Sudam e não é respeitada por ela. São duas políticas e dois instrumentos que têm suas regras próprias, sua lógica própria, etc., embora possam, eventualmente, coincidir. Mas as suas decisões obedecem a processos diferentes, conduzidos por agentes inteiramente distintos e, eventualmente, a partir de óticas conflitantes. Só para dar um exemplo, sem aprofundar ainda a matéria — talvez volte mais adiante —, lembre-se o fato de que o Programa Grande Carajás já aprovou algumas dezenas de projetos para a produção de ferro gusa, ao longo da ferrovia da Serra de Carajás a São Luís do Maranhão. E, evidentemente, essa política é contestada pelo risco concreto que significa de destruição de extensas áreas de floresta natural para a produção do carvão vegetal, necessário a esse tipo de empreendimento. Portanto, uma contestação que parte de alguns organismos regionais, inclusive estaduais, por exemplo, o IDESP — Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, e que não foi levada em consideração pelo Conselho Interministerial. Somente agora, depois da Nova República, também freqüentado pelos Governadores da área interessada, ao decidir aqui, em Brasília, sobre o assunto.

Não quero falar, apenas de "raspão" vou-me referir ao fato de uma série de outras iniciativas do Governo federal terem se superposto à área de ação dessas agências tradicionais e mais abrangentes. Foi o caso, por exemplo, do Getat, agora praticamente desativado, mas que, durante muitos anos, desenvolveu um longo trabalho de levantamento, de pesquisa, de reflexão, sobre toda a Bacia do Araguaia/Tocantins; ou do Gebam, com relação ao Baixo Amazonas, naquela área entre Pará e Amapá, e outras iniciativas de natureza análoga. Então, isso tudo reflete e agrava a tendência, aquilo que chamo de desintegração regional. Difícilmente, hoje — repito —, se consegue hoje reunir numa mesa visão, numa mesma atitude, numa mesma postura, as lideranças políticas, sociais e econômicas da Amazônia no singular, da Amazônia como um todo. É claro que existem aspectos que permanecem comuns, aquilo que diz respeito à discussão sobre o papel do extrativismo, aquilo que diz respeito ao tratamento a ser dado às comunidades indígenas, coisas desse tipo.

Em terceiro lugar, parece-me que essa desintegração regional teve um efeito evidente, é um corolário dela, que é o aumento da dependência econômica da Amazônia em relação ao Centro-Sul, em relação, mais especifi-

camente, ao Sudeste, ao centro dinâmico desenvolvido do País.

É claro que, enquanto a Amazônia era até fisicamente isolada, quase que isolada do resto do País, por inexistência de vias internas de superfície, por dificuldades na navegação de cabotagem e pela insuficiência do transporte aéreo para resolver problemas de circulação de mercadorias de certo porte e de valor unitário relativamente alto, é claro que, nessa situação, a Amazônia tinha que se bastar a si mesma em muitas coisas e tinha que suprir as suas necessidades a partir de sua própria produção interna, ainda que resultante de processos de produção obsoletos, arcaicos e antieconômicos, quando comparados com outros mais modernos, já aplicados em outras regiões do País. Mas, na medida em que se furou essa barreira natural, na medida também em que, a partir dos anos 30 (portanto, ao que antecedeu de muito esta fase a que estou me referindo, creio que desde a Constituição de 1937, em que desapareceu a possibilidade da existência de barreiras tarifárias entre os Estados da União, que existiam na Velha República), então, a partir da conjugação disso tudo, se verificou, é claro, como não podia deixar de ser, um aprofundamento dessas dependências. Porque, é lógico que os produtos os a partir de um sistema produtivo mais moderno e, portanto, mais eficiente, capaz de reduzir os custos unitários, são colocados na região por um preço competitivo em relação aos produzidos lá. Apenas recorde, para efeito de ilustração, por exemplo, o fato de que toda uma próspera indústria de calçados existente no Pará desapareceu, ou perdeu a significação que tinha, bem como o beneficiamento de algodão e muitas outras coisas desse tipo. Isso tudo foi desarticulado, foi desarrumado e, também, no próprio setor agrícola, a região passou a ser importadora crescente de produtos do Centro-Sul. Os caminhões da cooperativa de Cotia, por exemplo, chegam com freqüência, apenas para dar um exemplo, a Belém, e seguramente, acredito, devem chegar ao Acre e outras regiões amazônicas.

Então, houve um aprofundamento dessa dependência que deve ser olhada também pelo ângulo de que os mecanismos automáticos do mercado nacional, desde que desapareceram as barreiras tarifárias, agora um mercado único, integrado, operam sempre — e isso não é um fenômeno tipicamente brasileiro, se verifica em qualquer parte do mundo — em favor do centro dinâmico, do centro desenvolvido. As relações de troca, por exemplo, as relações comerciais entre a Amazônia e o Centro-Sul são sempre favoráveis ao Centro-Sul. Ele tem muito mais a exportar para a região do que a importar da região.

Então, a nossa balança comercial interna é uma balança que favorece e agrava a desigualdade preexistente. Mas há outros mecanismos mais sutis, como é, por exemplo, o da desapropriação de rendas geradas dentro da região pelo sistema financeiro nacional, quer dizer o fato de que, ironicamente, a região amazônica exporta capitais para o Centro-Sul

do País. E não apenas para o Centro-Sul, senão também, através das multinacionais que estão operando sobretudo no setor mineral, para o exterior, mas são multinacionais associadas a capitais brasileiros.

Só para fazer um parêntese e quebrar um pouco a aridez da coisa revelo que, em certo momento, anos passados, eu fiz um pequeno exercício de quanto significava, em termos de sangria de rendas regionais, o conjunto das loterias, a loteria federal, a loteria esportiva, agora a sena, e loto, etc. De vez em quando aparece alguém que é beneficiado por lá, mas não há dúvida nenhuma que esse é um mecanismo altamente concentrador, porque é claro que concentrando-se a grande maioria das apostas no centro econômico e populacionalmente mais significativo do País, pela lei das probabilidades, é claro que a maioria dos prêmios vão ser pagos nessa região e vão ser pagos com o quê? Com o dinheiro recolhido em todo o País, inclusive na Amazônia. Isso é apenas um pequeno parêntese à guisa de ilustração para amenizar o tema.

Há, pois, todo um conjunto de mecanismo e de relações — alguns preexistentes, é claro — que favorecem o aumento dessa dependência, outros que se agravaram com a desintegração regional a que eu me referi.

Também, a propósito, é interessante lembrar, por exemplo, que há algumas décadas, quando foram melhoradas as condições das estradas interligando os vários Estados, a partir do Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro, que ainda era a Capital, São Paulo, etc. Franklin de Oliveira, que nós sabemos é um nordestino radicado no Rio Grande do Sul, publicou um trabalho com esse propósito, chamando a atenção para o fato de que o Rio Grande do Sul tinha se transformado num "outro Nordeste". De repente ele passou a exportar a lá, em vez de exportar os cobertores e produtos fabricados a partir da lá, e depois importar de São Paulo esses produtos fabricados com a lá gaúcha que havia sido para lá exportada. Tornou-se, portanto, um exportador de matérias-primas, que é historicamente o papel da Amazônia na divisão nacional e internacional do trabalho.

Em quarto lugar, creio que é importante assinalar o fato de que esta profunda transformação que se verificou na região, nas décadas recentes implicou também na ampliação de algumas desigualdades, agora não mais inter-regionais, mas dentro da própria região.

O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer, é claro, que ou por "virtudes próprias" ou por defeitos na aplicação dos mecanismos dos incentivos fiscais, eles tenderam a se concentrar inicialmente no que diz respeito ao incentivo à atividade industriais, nos grandes centros urbanos da região. E principalmente, se nós conjugarmos isso com os mecanismos da Zona Franca, nas duas grandes capitais da região, Belém e Manaus.

Deve-se registrar o fato de que a Zona Franca de Manaus, por exemplo, criada, como disse, não por lei amplamente discutida e votada no Congresso Nacional, mas por decreto-lei,

foi o produto da engenhosidade de um eminente amazonense à época Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, Dr. Arthur Amorim. Foi ele quem concedeu e propôs sub-repticiamente — não vai nenhum sentido pejorativo no termo — a criação da Zona Franca pelo mecanismo mais fácil e expedito do decreto-lei.

Mas o que significou isso na prática? Significou que os incentivos daquela legislação de outubro de 1966 "naturalmente" tinham mais possibilidades de serem aplicados em relação ao setor industrial no entorno de Belém, quer dizer, onde havia aqueles pré-requisitos mínimos para os investimentos produtivos desse caráter; por outro lado, a partir da implantação do efetivo funcionamento da Zona Franca de Manaus, foram introduzidos incentivos próprios, que são outros, diferentes dos que a Sudam administra para a região como um todo, e podem se somar a eles. Isso tudo significou aquilo que hoje nós vemos em Manaus, quer dizer, uma próspera indústria de eletrodomésticos etc. abrigando dezenas de milhares de operários, mas tendo como efeito o quê? Tendo como efeito o esvaziamento populacional da Amazônia Ocidental.

Nós sabemos que hoje Manaus concentra algo como 2/3 da população do Estado do Amazonas. Se isso é bom ou ruim, é matéria a discutir. Estou apenas registrando o fato.

Em escalas menores isso se reproduziu de certo modo, como disse, em relação a Belém. Além do mais, os incentivos aplicados ao setor agropecuário possibilitaram o surgimento de numerosos empreendimentos, sobretudo de grandes fazendas, no sul do Pará, norte do Mato Grosso e depois em outras áreas.

Não quero discutir ainda no momento afé que ponto o sistema de incentivos foi ou não eficaz, e as suas distorções. Voltaremos ao assunto. Quero apenas registrar agora o fato de que se concentraram determinadas atividades, determinados empreendimentos e consequentemente se passou a criar uma nova potencialidade econômica em áreas localizadas da região, sem que seus efeitos positivos comunicassem ao restante da região — leia-se ao restante da população amazônica. Quer dizer, para usar o jargão dos economistas, o efeito multiplicador para adiante e para atrás desses investimentos fazia-se, com maior frequência, em favor de empresas ou de investidores situados fora da região.

É claro que quando são investidores sediados, por exemplo, em São Paulo — e todos sabemos que a Associação dos Empresários da Amazônia é, na verdade, constituída de investidores do Sul — são eles que ao se apropriarem da renda gerada, não são obrigados a reapplicá-la na região. Não há mecanismos de retenção dessa renda gerada na região.

As grandes empresas que operam no projeto minero-metalúrgico de Carajás e associadas ou são multinacionais ou são estatais, como a Vale do Rio Doce. A Vale do Rio Doce é um capítulo à parte. Na verdade, é uma empresa multinacional brasileira extremamente eficiente, porém que age como empresa privada. Dificilmente, nós podemos ver na

ação da Vale do Rio Doce projeção da instrumentação de uma política global de desenvolvimento nacional ou regional. Ela não tem nenhuma obrigação de reapplicar os seus lucros, na região amazônica.

Em quinto lugar, creio que se deve destacar, e esse é o grande tema em discussão, hoje, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, a desordem ecológica, para usar um termo que está sendo mais ou menos consagrado. Eu próprio, na semana passada, estava no Rio de Janeiro, participando de um seminário que tinha por título "A Amazônia e a Desordem Ecológica". Era um seminário patrocinado pela Unesco, pela Fundação Ford, por uma outra fundação alemã, outra canadense, além de organismos nacionais.

O que é que se pretende dizer com desordem ecológica? Esse é um grande tema e evidentemente vamos voltar a ele em mais de uma oportunidade. Mas, em resumo, pretende-se dizer que a ação de desenvolvimento da região se fez desordenadamente e em condições predatórias. Destroi-se a natureza e se compromete, com isso não apenas o futuro da própria região, mas o futuro da humanidade.

A acusação mais pesada é em relação aos projetos agropecuários, porque eles significam o desmatamento de extensas áreas para substituir a floresta pelo pasto e, consequentemente, isso tem repercussões nos ecossistemas, gerando-se algo irrecuperável que vai pesar sobre as futuras gerações. Também há uma crítica forte em relação aos efeitos da construção das grandes represas para geração de energia elétrica. E a própria abertura das estradas, dos grandes troncos rodoviários, não apenas pelo fato em si, de que é um rasgão na floresta, mas pela circunstância consequente de que isso possibilita a penetração de grandes levas de migrantes. Enfim é um conjunto de postulações que convergem na mesma direção e levam à mesma consequência lógica.

Se as estradas são danosas, se as hidrelétricas são inconvenientes, se os projetos agropecuários são prejudiciais e assim por diante, então, o que se deve fazer é parar tudo isso. Talvez eu esteja caricaturando, mas o faço consciente e deliberadamente para destacar as implicações das atitudes que se vem tomando aqui e lá fora em relação à região.

E aí entra toda uma mitologia, já hoje em dia mais ou menos desmascarada e, seguramente, neste CPL, já amplamente debatida e eviscerada, de forma que creio que não deva me deter sobre isso. A Amazônia não é mais o "pulmão do mundo", como se dizia há algum tempo atrás, passou a ser, talvez, o climatizador do mundo. É como se fosse um grande aparelho de ar condicionado, que serve para regular temperaturas ambientes no mundo inteiro, isso dentro da visão que num artigo recente, publicado no jornal *A Crítica*, de Manaus, numa edição especial do fim de julho sobre o problema, chamei de projetos naturalistas.

Vejo que há, hoje, dois tipos, não de projetos, mas de visões ou de teorias a respeito

da Amazônia. Primeira, aquelas visões que são de caráter naturalista, quer dizer, baseadas essencialmente na natureza, que seria intocável. Se a Amazônia é indispensável à saúde planetária, então ela não pode ser mexida. Isso tem duas vertentes, o projetos "bom ar", é preciso preservar o bom ar do resto do mundo, e a outra vertente, que é o Projeto Central Park em escala mundial. Então, a Amazônia deve ser mantida intocada, como um grande parque para os ócios dos habitantes do mundo desenvolvido que poderão ir ali fazer um turismo ecológico, não sei bem o que significa isso, quando lhes aprouver.

Por outro lado, há propostas integracionistas, que são aquelas que pretendem integrar as potencialidades, as enormes potencialidades econômicas da região a partir dos seus recursos naturais, nas correntes dominantes da economia mundial, brasileira ou mundial.

As suas duas versões, portanto, são: a "Amazônia Patrimônio da Humanidade" e a "Amazônia para os Brasileiros" — e eu pergunto quais brasileiros — se utilizarem dos seus recursos. A Amazônia é vista, para usar a expressão de um colega nosso de Belém, o Professor Wilton Brito, um imenso almoxarifado, que dispõe, ali, nas suas prateleiras, de todos esses minérios, essas coisas fundamentais para o futuro da humanidade, que podemos ir lá e retirar ao bel-prazer dos diferentes interessados.

A Amazônia é também vista — e esta é uma visão que tende a crescer dentro do País — como a grande usina de força da economia brasileira. A Amazônia passa a ser grande produtora de energia elétrica, uma vez esgotados, os mananciais do Centro-Sul do País. As grandes usinas projetadas pela Eletronorte para o Rio Xingu são tomadas como a solução para a fome da energia elétrica do Sudeste desenvolvido e como garantidora da possibilidade da continua expansão do setor produtivo da área economicamente avançada do País.

Mas, enfim, neste quinto ponto, o efeito macroregional que quero colocar, é o da desordem ecológica no sentido de que, de fato, alguns recursos naturais estão sendo destruídos, que há um desmatamento progressivo que preocupa, embora, talvez, tenha havido muito alarmismo a esse respeito, como o relatório preliminar da CPI já colocou em evidência — e os números são conflitantes, segundo as fontes que fazem a medição desse efeito —, há espécies vegetais e, sobretudo, espécies animais que estão se perdendo, estão desaparecendo, porque não houve o cuidado de preservá-las. A Amazônia é o maior repositório de vida do mundo, vida em termos de vida animal e vida vegetal, é o maior banco biogênético da humanidade. Isso, sim, precisa ser preservado, não devemos admitir ou contribuir para que investimentos na região ponham em risco essa riqueza de que a humanidade necessita, sem dúvida nenhuma. E aí entra, então, a grande contradição, que vou apenas referir, porque ainda não é o momento de discutir: como conciliar a preservação dessa riqueza natural, naquilo em que ela é funda-

mental, indispensável para a própria vida humana sobre a face da terra, naquilo que ela tem de extremamente rico e ainda desconhecido — a maioria das espécies da região ainda não são sequer cientificamente conhecidas —, como conciliar essa preservação com as exigências de programas e planos de desenvolvimento, quer de caráter regional, ou seja, para responder às necessidades da população da região, quer de caráter nacional, projetos de desenvolvimento inseridos num contexto mais amplo de um progresso técnico e uma expansão econômica socialmente equilibrada que beneficie por igual a população de todo o País?

Como digo no artigo publicado em *A Crítica*, sob o título provocativo de "Introdução às Teorias de Salvação da Amazônia", os projetos naturistas exigem que a Amazônia continue virgem e os projetos integristas ou integracionistas necessitam que ela seja violada. Como articular essas duas coisas e celebrar um casamento decente é algo que está ainda em aberto.

Isso tudo desembocou neste ambiente catastrófico, a nível mundial, que se desenhou em relação à Amazônia.

No início da reunião, o ilustre Relator, Senador Jarbas Passarinho, propunha à Presidência, e a Comissão aprovou, que fosse ouvido o Embaixador brasileiro em Washington sobre uma acusação que ele teria feito há pouco tempo atrás, de que há todo um concerto mundial dos países desenvolvidos no sentido de bloquear o desenvolvimento nacional brasileiro a partir da denúncia dos crimes ecológicos que se estão cometendo na Amazônia.

Seguramente, isso é uma matéria para reflexão e eu gostaria de voltar ao assunto mais adiante, porque há realmente suspeitas que, no mínimo, merecem ser levadas em consideração. De repente, o grande guardião da pureza ecológica da Amazônia é o Banco Mundial. Ele passa a fazer tantas exigências em relação aos aspectos ambientais dos projetos, por exemplo, das hidrelétricas, na região que praticamente as torna inviáveis por se negar a suprir os recursos de financiamentos de que elas dependem para sua efetivação.

O termo catastrófico não foi por mim inventado para colocar nesta reflexão. Nesse mesmo Seminário que assisti na semana passada, os antropólogos discutiam a "antropologia da catástrofe", ou seja, quais são as reações do ser humano, das coletividades urbanas e dos indivíduos frente a essa perspectiva, frente a essa visão, a esse cenário apocalíptico que está se colocando na frente dos seus olhos e a denúncia de que se a Amazônia não for contida, se a Amazônia não for controlada, enfim toda a humanidade será condenada a perecer num prazo relativamente curto.

Eu deixo a matéria aqui apenas registrada neste momento para que retomemos a essa reflexão, se for o caso, mais adiante.

Portanto, abusando da paciência de todos, eu me propus até agora a fazer um repasse das políticas públicas em relação à Amazônia, sobretudo no presente. Não me detive nas coisas que ocorreram no período colonial e no império, as suas características e os seus

efeitos principais. Reparem que não pretendi fazer uma listagem de efeitos exaustiva e não quis me deter em aspectos muito particularizados, pretendi antes oferecer uma visão articulada em dimensão macro que, é claro, é imperfeita, talvez incompleta e que precisa ser questionada, discutida e aprofundada. Porém agora eu quero propor à reflexão de V. Ex.^{sa} dois novos tópicos, que têm a ver mais com o que está acontecendo hoje na Amazônia e com o que pode acontecer para adiante.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — (Faz soar as câmpainhas.) ...É só para informar que V. S.^{as} tem só mais dez minutos. Por mim teria mais uma hora porque está muito boa a sua explanação.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Tudo bem. Em termos de novos sinais, o que pretendo dizer é que, em primeiro lugar, aquele próprio clima catastrófico, apocalíptico, já referido, permitiu o surgimento ou o aumento de uma consciência ecológica. Eu creio que isso é muito positivo. De fato nós estávamos muito distraídos em relação a esses aspectos e continuávamos agindo como historicamente agia o colonizador e explorador das riquezas naturais do novo mundo, como se elas fossem inesgotáveis e como se a ação predatória sobre ela não tivesse consequências danosas irreversíveis.

Em segundo lugar, registro algumas respostas que parecem positivas, do próprio setor produtivo. Não há tempo de aprofundar a matéria e eu mesmo não dominaria todos os aspectos da questão. Limite-me a registrar, por exemplo, o fato de que parece (não posso afirmar, são apenas, até agora, notícias de jornal) que o reflorestamento homogêneo, exemplo tipo Jari, que até agora era extremamente questionável e até do ponto de vista econômico bastante discutível, começa a oferecer resultados positivos. Se for verdade, é promissor.

Por outro lado também, um pesquisador americano, da Universidade da Pensilvânia, trabalhando até seis anos no Cepatu em Belém, apresentou, semana passada, um documento onde registra a sua experiência em relação às atividades madeireiras e pecuárias no Pará. Isso não pode ser estendido a toda a região, mas ele apresenta o resultado de algumas observações que mostram como parece estar surgindo um novo tipo de pecuarista e madeireiro também já preocupado com a reposição da floresta.

Então, há projetos de reflorestamento em execução, em escala bastante considerável no sul do Pará e há cuidados que não havia no início da aplicação do sistema de incentivos fiscais em favor do setor que permitem agora obter uma produtividade e um rendimento sustentado, quer dizer, continuado ao longo dos anos que não implica na destruição dos recursos naturais, mas inclusive na sua reposição, com uma resposta econômica positiva, considerável.

Em terceiro lugar, começa a surgir um conjunto de resultados que nós podemos chamar de corajamento de pesquisas agronômicas e

agrológicas em curso, quer na região, quer fora dela. E o caso da domesticação de certas espécies nativas. Agora mesmo, não foi nem na região, foi em Campinas, no Instituto Agrônomo de Campinas, jornais noticiam que eles obtiveram uma espécie de palmito híbrido, uma enxertia entre o açaizeiro, nativo da Amazônia, e a Juçara, que é da mesma família mas com algumas características diferentes. O enxerto permite então a plantação, em larga escala, dessa palmeira para extração do palmito, de tal maneira que isso poderia afastar o fantasma da distribuição dos açais da região.

Há o caso do dendê, da rurinha do cacau, do guaraná, do cupuaçu, etc., algo que começa a produzir resultados produtivos e aproveitáveis economicamente. E também começaram a ser divulgados os primeiros resultados da experiência que há trinta anos, aproximadamente, vem sendo feita sob o patrocínio da Sudam e com apoio da FAO, de manejo de florestas nativas do Tapajós. Foi até uma divulgação muito polêmica porque os responsáveis por esse manejo oferecem algumas conclusões inesperadas como o fato de que o Ideal desse manejo será via — o que eles chamam — florestas secundárias, pela eliminação de subbosques inibidores. Quer dizer, há certas espécies nativas que inibem o crescimento das espécies que economicamente se deseja aproveitar. Portanto, informam, devem ser suprimidas essas espécies inibidoras, para que os subbosques ou essas florestas secundárias, regeneradas naturalmente (quer dizer, é a própria floresta manejada que permite a sua regeneração) permitam um aproveitamento econômico que, segundo eles, pelas experiências colhidas até agora no Tapajós, vai de 6 a 9 vezes acima do resultado colhido a partir da exploração da floresta nativa intocada.

Se esse resultado se confirmar, é extremamente promissor porque abre um imenso caminho para o aproveitamento econômico sem destruição da floresta nativa, porém, digamos assim, corrigida pela ação do homem.

Em quarto lugar, o renascimento do extrativismo. Seguramente a Comissão tem entre os seus membros pessoas que, pela própria vivência, poderão dar um depoimento muito mais seguro e eficiente do que o meu. Algumas notícias têm sido divulgadas, no sentido de que experiências feitas em alguns lugares do Acre e de outros pontos da Região mostram que o aproveitamento inteligente da floresta nativa, que diz, recursos de flora e recursos de fauna e eventualmente de subsolo permite aos seus ocupantes um rendimento econômico superior, por exemplo, ao que teria aquela mesma área se desmatada e transformada em pasto para gado.

Inclusive, há um dado muito interessante de pesquisa feita numa ilha sobre o Rio Guamá em frente a Belém, a ilha do Combu. Não chega a ser uma experiência no sentido de uma ação deliberada, é apenas um levantamento de dados relativos à ação espontânea dos habitantes da ilha em que mostra que eles estão obtendo um rendimento *per capita* em torno de 3 mil dólares/ano simplesmente

pela extração de essências naturais, de certos tipos de frutas, de certos animais que vão vender em Belém. E ainda se dão ao luxo de trabalhar apenas 3 dias por semana, segunda-feira não é dia para trabalho e nem sexta-feira, apenas terça, quarta e quinta.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Que nem o Parlamento.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — E estão satisfeitos. Por outro lado, começam a surgir agora para as primeiras reservas extrativistas, com toda uma ação desencadeada a partir de trabalho com os sindicatos rurais de seringueiros, por exemplo, que começaram a dar alguns frutos. Recentemente foi criada a reserva de Mapiaí Inauini, não sei se o nome está correto e há até uma notícia curiosa de um grupo de ecologistas italianos que está se propondo a adquirir uma área, para mantê-la como reserva extrativista, fazer uma experiência de aproveitamento das potencialidades da própria floresta, numa região que eu não localizo, alguns dos presentes esclarecerão. Segundo os jornais se chama Rio Tejo — não sei se o Rio Tejo transmigrou para a Amazônia ocidental — lá no alto do Juruá.

O SR. NABOR JÚNIOR — É Tejo Moa, vem do Peru, da Serra do Tejo Moa.

O SR. ARMANDO MENDES — Muito obrigado, Senador.

Por outro lado, nota-se o recrudescimento, digamos assim, da demanda de produtos florestais no exterior, quer dizer, a descoberta do óbvio. Pois temos uma série de frutas para oferecer e que têm um gosto diferente, que são boas de tomar, nós, os paraenses sabemos muito bem disso, com as nossas sorvetarias, e que agora parece que começaram a ser descobertas lá fora e a demandar quantidades crescentes desses produtos.

Em quinto lugar, correndo um pouco, a atenuação da pressão demográfica. Aquele fato que se verificou entre 1970 e 1980, e também nos primeiros anos da década de 1980, se atenua. Segundo os dados mais recentes que consultei, atualmente estariam chegando a Rondônia algo em torno de 5.000 a 6.000 pessoas/mês, quando houve períodos em que chegavam 65 mil migrantes cada mês. Os fluxos migratórios, portanto, não se estancaram, mas, seguramente, houve uma queda substancial, o que significa que a pressão pela abertura de novas áreas para a produção agrícola ou mesmo para criação de gado começa a se atenuar. Há, inclusive, casos de refluxos, de grupos de migrantes que retornam a suas regiões de origem.

Em sexto lugar, a queda do ritmo de desmatamento, matéria que já foi analisada em profundidade por esta Comissão. Acrescento apenas um fato novo divulgado após a publicação do relatório preliminar da Comissão, que é, para surpresa de muita gente, o êxito e o resultado positivo que já começa a se verificar da ação do Ibama, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, sobretudo no sul do Pará. De repente, aviões, helicópteros, veículos foram postos à disposição do Ibama, uma ação efetiva foi

desencadeada, muitas pesadas foram aplicadas e o número de queimadas e a extensão dos desmatamentos, pelo menos no sul do Pará, parece ter diminuído sensivelmente. E a explicação que os dirigentes do Ibama dão é de que pela primeira vez estão tendo recursos, porque as próprias multas que são aplicadas revertem a favor do órgão e são por ele utilizadas na ampliação dos mecanismos de controle.

Isso parece, finalmente, promissor pelo fato de que indica a possibilidade de uma ação real de controle desses abusos, na medida em que haja meios disponíveis.

Em sétimo lugar, alternativas tecnológicas que surgem para a solução de problemas crônicos. Por exemplo, todo mundo comenta hoje aquilo que se chama o desastre de Balbina, o fato de que Balbina significou a inundação de uma área mais ou menos equivalente à área do Lago de Tucuruí, para gerar uma porcentagem ínfima de energia, se comparada com a energia gerada por Tucuruí, com todas as implicações ecológicas negativas que isso significa.

Agora parece que a Eletronorte já está desenvolvendo um projeto, associada à Petróbrás etc., para aproveitamento do gás natural do Urucu para geração de energia elétrica, que não tem essas implicações e que significa um investimento mais racional.

Em oitavo lugar, a inserção regional, para usar a própria linguagem do programa ou seja, a preocupação de fazer com que os grandes investimentos hidrelétricos na região tenham um reflexo direto e imediato, positivo, benefício, sobre a economia da região e em favor dos níveis, dos padrões de vida das populações regionais. Que não sejam, fundamentalmente, grandes usinas geradoras de energia elétrica para exportação, como foi o caso inicial de Tucuruí.

E, por último, o abandono de alguns mitos, matéria que já foi discutida aqui, em grande parte, que me permita, por isso, passar por cima.

Só para concluir, Sr. Presidente, se me tolera por mais uns poucos minutos, eu só gostaria de referir que entre as novas proposições que se apresentam hoje em dia no Brasil e no exterior em relação ao futuro da Amazônia devemos levar em consideração algumas que nos parecem ou dignas de serem examinadas e aprofundadas, ou fonte de preocupação muito séria, pelas implicações de natureza política que elas envolvem.

Algumas dessas propostas significam a possibilidade de se desenvolver, o que se poderia chamar uma barganha, no bom sentido, com a dívida externa. Por exemplo, o conhecido cientista Thomas Lovejoy, do Smithsonian Institute, propõe a possibilidade de perdão de uma parte da dívida, em troca do compromisso nacional de preservar a região, para sermos justos, sem prejuízo do desenvolvimento de projetos que possam possibilitar a melhoria das condições de vida das populações locais.

Parece que era na mesma linha, mas infelizmente não tive acesso ao documento, a não

ser algumas notícias imprecisas da imprensa, a proposta que causou muita celeuma, feita assim um tanto arrogantemente pelo representante do Pnuma, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em uma conferência que se realizou aqui em Brasília, creio que em abril deste ano. Seria também um compromisso pela preservação, pela via de conversão de parte da dívida, não conheço os mecanismos propostos para fazer isso.

Uma outra linha de sugestões, aparentada dessas, porém com algumas diferenças substantivas, é a que fala na criação de um imposto ambiental. A proposta é do Professor Samuel Benchimol, sei que ele já esteve aqui, seguramente tratou da matéria. É alguma coisa semelhante a um fundo ecológico que o Ministro do Interior defende ou a cobrança de Royalties pelo Brasil, como proprietário da Amazônia, em função do uso do oxigênio purificado que a Amazônia fornece ao resto do Mundo. É algo que conheço apenas de referências indiretas, que teria sido sugerido pelo Professor Mário Henrique Simonsen, não tenho detalhes a respeito.

Há idéias relacionadas com o que se chama desenvolvimento pós-industrial para a região, a possibilidade de se promover a expansão do setor produtivo a partir das potencialidades naturais da Região, sem prejudicá-las, em benefício direto das comunidades locais. Essa é uma visão, não quero dizer agropastoril, mas uma visão baseada essencialmente no fortalecimento de pequenas comunidades, não oferece uma resposta às necessidades e às características das populações urbanas das grandes cidades.

Uma sugestão que me pareceu muito curiosa, surgida em um artigo do Professor e ilustre Deputado César Maia — e o curioso aí não é no sentido restritivo, curioso por partir de uma pessoa oriunda de outra região, embora descendente de amazônidas, creio que o pai dele é ou era paraense — mas que retoma uma velha idéia por nós discutida durante muito tempo na região e que nunca obteve ressonância fora dela e ainda hoje, ao contrário, encontra fora da região uma grande resistência: a idéia de que uma região com as características da Amazônia, uma região de fronteira, de periferia, uma região em grande medida humana ou populacionalmente desocupada, ou seja, ainda por desbravar. Não pode ser considerada na definição dos investimentos a serem ali, realizados em função de uma proposta de crescimento, de desenvolvimento econômico e social da mesma maneira que uma região desenvolvida, com as características do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, do Paraná, etc... O Deputado César Maia retoma sem usar o termo, uma idéia que os economistas franceses há trinta anos chamavam de investimentos de antecipação, quando propõe que os investimentos e a infraestrutura em capital social básico na Amazônia antecedam os investimentos produtivos o que é lógico, e parece elementar. Mas conforme disse, a proposta não encontra ressonância nos centros decisórios deste País. A bem da verdade, registre-se o fato de que a Amazônia,

excluída do Plano Rodoviário Nacional, há mais ou menos 30 anos, foi reposta neste Plano por considerações e preocupações de natureza estratégica. Os grandes troncos rodoviários que se desenharam, a partir de então, tiveram essa inspiração.

Da mesma maneira, o Plano Nacional de Telecomunicações não considerava a Amazônia, porque havia uma análise de custo-benefício e era antieconômico fazer os pesados investimentos que o sistema de telecomunicações exigiria na região e não haveria um retorno compensador para isso. Foram razões de ordem estratégica que determinaram a inclusão da região no Plano Nacional de Telecomunicações. De outra maneira, continuaríamos lá, isolados no resto do País.

São investimentos de antecipação. Eles antecipam e criam condições para que os investimentos produtivos possam se instalar na região. Muitos presentes aqui se lembram que, quando a Belém — Brasília foi aberta, circulou-se a expressão que era a "estrada das onças", porque ela não tinha nenhuma função econômica. Ela serviria apenas para as onças transitarem em direção não sei de onde. Com relação à Transamazônica disseram e continuam dizendo a mesma coisa até hoje. E assim sucessivamente... Diz-se o mesmo, agora — não morro de amores pela maneira como foi feita — da Ferrovia Norte-Sul. Creio que a idéia em si é válida. Deveria ser estendida, não sei por que não o foi até o Pará — não há nenhuma justificativa para isso. O argumento de que se precisaria dobrar a produção de grãos da área que vai ser cortada pela ferrovia para torná-la econômica é um argumento infantil; enquanto não houver estrada não vai dobrar nunca a produção. É a estrada que vai criar condições para aumentar a produção agrícola nesta região. Isso é que precisa ser feito. Fico muito feliz que uma pessoa que representa o Estado do Rio de Janeiro com a sua competência reconhecida, nome de maior respeito nos meios econômicos, nos meios acadêmicos da universidade brasileira, o Professor e Deputado César Maia, retorne essa idéia dos investimentos de antecipação. É isso que precisa ser feito.

Finalmente, perdoe-me, Sr. Presidente, quero apenas me referir ao fato de que se desenvolve agora, aqui e lá fora, a proposta de um projeto de desenvolvimento auto-sustentável para a região.

É claro que esse conceito de desenvolvimento auto-sustentável ou auto-sustentado é antigo, mas tinha uma conotação de caráter puramente econômico, enquanto hoje passa a ter também uma conotação, não sei se preponderante, mas, pelo menos, equivalente, de caráter ecológico. O conceito auto-sustentável pode significar o fato de os investimentos realizados e a multiplicação dos efeitos desses investimentos na própria região garantam a esta uma dinâmica própria, que permita sustentar as taxas de crescimento, de tal maneira que a renda *per capita* e a sua distribuição equilibrada se mantenham ao longo do tempo.

Muitas vezes quer significar também um desenvolvimento que permita utilizar adequada, inteligentemente os recursos naturais sem destruí-los, permitindo renová-los ou recuperá-los, sempre que possível (alguns, é claro, não são renováveis), de tal maneira que o uso desses recursos pelas gerações atuais não comprometam a possibilidade do seu uso pelas gerações futuras. É uma auto-sustentação do ponto de vista ecológico, do ponto de vista de potencialidades utilizáveis por sucessivas gerações sem nenhuma perda irreparável.

Isso desemboca na necessidade de algo que parece hoje em dia já mais ou menos um consenso na consciência de políticos, de lideranças, de acadêmicos, pessoas que pensam a matéria no plano acadêmico e no plano científico, que é a necessidade do zoneamento econômico e ecológico da região. Esse zoneamento, a meu ver, significa o ataque às causas daqueles efeitos negativos que se acumularam ao longo dos anos e as propostas implicam, por exemplo, no corte a determinados tipos de incentivos ou, pelo menos, na sua redução; na diminuição das pressões demográficas sobre a região. Isso é extremamente importante, porque a Amazônia não gerou ela própria os seus problemas, importou-os de outras regiões. Se, de repente, centenas de milhares de paranaenses, catarinenses, gaúchos, capixabas, nordestinos, goianos, se dirigiram para a região, é porque não encontraram mais condições adequadas de subsistência, de vida digna na sua região de origem.

A origem do problema, portanto, não está na Amazônia, está fora dela. E só há uma maneira de diminuir essa pressão demográfica, migratória, resolvendo os problemas na sua origem. Isso significa, eventualmente, reforma agrária; significa reforma do sistema produtivo como um todo. Talvez, signifique redirecionar em grande parte o setor produtivo, por exemplo, da agricultura, não tão exclusivamente como ocorre agora — exclusivamente é um pouco forçado — ou seja, não tão preponderantemente para o mercado externo e mais para o mercado interno.

Significa consolidar a ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste nas fronteiras econômicas já desenhadas; significa formas de ocupação não predatórias, por exemplo, essas experiências que parecem agora se materializar, das reservas extrativistas. Isso é um ataque às causas daqueles problemas que se foram acumulando nas décadas recentes da região. Estou aqui reproduzindo no mesmo passo a proposta de um pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais que, há muitos anos, estuda os problemas migratórios e demográficos da região. É um brasileiro naturalizado mas é americano de origem. Trata-se do Professor Donald Sawyer.

Por outro lado, além do ataque às causas, a meu ver, esses elementos significariam um controle dos fatores que atuam sobre a região. Em primeiro lugar, a necessidade de se ampliar, consolidar e aprofundar o conhecimento científico integrado da região. Do ponto de vista científico, a região é uma incógnita em

muitas coisas. Muitos dos temas amazônicos não podem ser abordados senão a partir de uma visão integrada, isto é, multidisciplinar ou interdisciplinar.

Essa necessidade foi reconhecida e proclamada nas conclusões do seminário da semana passada no Rio de Janeiro. Era um seminário para pesquisadores, para o mundo acadêmico. No ano passado, dentro da mesma linha, tinha sido realizado um seminário, reunindo os setores regionais, quer empresariais, quer seringueiros e outros, de maneira a conjugar as duas visões.

Logo, há necessidade de atacar cientificamente alguns problemas da região, através do estudo de equipes multidisciplinares e através do esforço, que não é fácil, de uma análise interdisciplinar em que se suplantem as fronteiras entre as disciplinas científicas e se tratem conjuntamente os diferentes aspectos que a matéria envolve.

Em segundo lugar, a difusão desse conhecimento e de uma outra proposta que foi aprovada neste seminário: a da necessidade de promover uma ação articulada dos institutos de pesquisa. Hoje em dia, multiplicam-se pesquisas sobre o mesmo assunto em vários pontos, desperdiçam-se recursos e não se insere a totalidade dentro de um amplo quebra-cabeças, em que cada um construiria alguma peça ou algumas peças, mas de maneira articulada numa visão conjunta.

Se o tempo permitisse, deveríamos traçar algumas idéias a respeito de uma política nacional de desenvolvimento que leve em conta as diferenças inter-regionais, com respeito à identidade regional, e os instrumentos para isso e os parâmetros constitucionais definidos pela Carta de outubro de 1988, que ainda estão no aguardo da sua regulamentação.

Não é demais terminar fazendo referência a algumas propostas, oriundas quer do mundo acadêmico, quer do mundo político. Não vou comentar, mas apenas registrar a sugestão de uma pessoa que está acima de qualquer suspeita, como o Professor Presidente François Mitterrand, da França, no sentido de que o Brasil devesse renunciar a parte de sua soberania sobre a região amazônica, a fim de que os países desenvolvidos pudessem dizer o que fazer e como fazer lá dentro. Afinal, ele não é nenhum tolo, nenhum irresponsável; é o Presidente da França que faz essa proposta. Mas é curioso que ele não proponha que todos os países do mundo renunciem a parte de sua soberania para que o problema da poluição mundial, em conjunto, seja enfrentado por um programa comum, em igualdade de condições.

Conviria recordar aqui, como já é amplamente sabido, que a Amazônia é um poluidor da atmosfera mundial, mas não é o maior. Os maiores poluidores da atmosfera mundial são os próprios países desenvolvidos do Hemisfério Norte.

Há uma proposta curiosa de dois professores da Universidade do Texas, Katzman e Cale, mais ou menos nessa linha de renúncia ao direito de desenvolvimento da Amazônia, em troca de alguns benefícios de caráter finan-

ceiro, que compensariam a renúncia. Esses recursos financeiros seriam repassados a uma fundação criada dentro do país, que administraria os recursos. Dessa fundação, participariam, com voto predominante, os países desenvolvidos e as organizações econômicas principais, quer da Europa Ocidental, ou CDE, quer do mundo socialista, o que é bastante curioso. E se beneficiaria de *royalties* para venda de licença para pesquisa, o que significaria, portanto, na prática, a renúncia à soberania nacional sobre a região, a qual passaria a ser administrada por uma fundação internacional.

Há uma outra proposta extremamente mais interessante para nós, de um outro professor de uma universidade americana também, mas que foge a esses aspectos — digamos — ameaçadores, naquilo que diz respeito à capacidade, de o Brasil gerir o seu próprio futuro, dentro dele o da Região Amazônica.

Terminaria aqui pedindo desculpas à Presidência e aos presentes pelo abuso do tempo, mas, enfim, o tema amazônico é amazônico também na sua extensão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Encerrada a exposição do professor Armando Mendes, quero apenas fazer uma observação. Quando V. S.^a pediu que a Presidência tolerasse por mais algum tempo, quero dizer que a Presidência, fugindo às suas normas, alegrou-se em poder conceder-lhe mais algum tempo.

Muito obrigado.

Consultaria ao professor Armando Mendes se deseja que se suspenda a sessão por alguns minutos enquanto repousa ou se quer passar imediatamente à fase de interpelações. (Pausa.)

Com a palavra, como interpelante, o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Professor Armando Mendes, realmente a exposição que o senhor acaba de fazer perante esta Comissão foi uma das contribuições mais valiosas que obtivemos aqui, para orientar os trabalhos desta Comissão e, certamente, o relatório final apresentado pelo Senador Jarbas Passarinho.

Já o conhecemos de muito tempo, assistimos a várias palestras que o senhor fez quando era Presidente do Banco da Amazônia, na Câmara dos Deputados, na Comissão da Amazônia, a qual pertenci, e sabemos realmente do seu valor, da grande experiência que o senhor tem em relação ao desenvolvimento da Amazônia.

Fiz algumas anotações aqui para orientar as interpelações que faria, mas, em virtude do adiantado da hora, vou me restringir a apenas dois aspectos.

Primeiro, como o senhor se referiu ao renascimento do extrativismo. Sabemos que o extrativismo é preservacionista; ele não concorre para a devastação da região. Sabemos também que foi em decorrência do abandono dessa atividade na região que ocasionou a venda dos seringais na Amazônia para a implantação de fazendas na região, principalmente no Acre, em Rondônia, etc. Também

sabemos que a venda desses seringais por parte dos seus proprietários decorreu, principalmente, da quebra do chamado monopólio da borracha, no governo Castello Branco, até por inspiração do Dr. Artur Amorim, que era o Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, naquela época, dirigido pelo atual Senador Roberto Campos.

O senhor foi Presidente do Banco da Amazônia, onde fez uma gestão profícua, séria, competente, honesta — todos nós reconhecemos. Gostaria de ouvir sua opinião a respeito dessa proposta que resultou na queda do monopólio da borracha, em 1967, inadimplência dos seringalistas e, conseqüentemente, da venda dos seringais para os investidores do Sul implantar o projeto pecuário na região. Seria a primeira indagação.

A segunda indagação seria a respeito da conversão de parte da dívida externa do Brasil. O senhor se reportou, mas não firmou uma posição, um conceito nesse ponto. Gostaria, então, de ouvir a sua opinião a respeito desse tema, se essa proposta é aceitável, se é conveniente aos interesses do País e da região, ou não, a conversão de parte da dívida externa pelo compromisso de se preservar a Amazônia. São essas as perguntas que teria a fazer a V. S.^a

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Pois não, Senador Nabor Júnior. Muito obrigado por suas palavras.

Creio que os dois temas são extremamente importantes, centrais, na nossa discussão. Na verdade, tinha aqui algumas anotações relacionadas ao futuro da região e os cenários alternativos desejáveis, a respeito dos quais poderíamos imaginar a construção de uma Amazônia diferente. O tempo não permitia e talvez não fosse mesmo um objeto próprio dessa discussão, na CPI do Senado.

Começando pelo fim, em relação à conversão da dívida externa, limitar-me-ia a dizer que, de fato, tenho registrado, não posso dizer que tenho acompanhado, as propostas feitas. Apenas conheço-as de notícias de imprensa. Salvo no caso desta última a que me referi, dos dois professores norte-americanos da Universidade do Texas, em Dallas, encontrei um trabalho recente do professor Roberto Santos, da Universidade Federal do Pará, o qual foi apresentado em um seminário sobre "Populações Humanas e Desenvolvimento Amazônico", realizado — creio — na Universidade da Amazônia Colombiana, em Florencia, sob iniciativa e patrocínio da Unamaz, que é a Associação das Universidades Amazônicas. Essa Associação surgiu há dois anos, precisamente em setembro de 87, em uma reunião realizada em Belém, e congrega todas as universidades da Pan-Amazônica não apenas a Amazônia brasileira, mas também dos outros países que têm alguma área amazônica. Está desenvolvendo uma série de programas na área de ensino, treinamento a nível de pós-graduação, pesquisa e informação e documentação sobre a região.

Outro seminário realizado na Universidade da Amazônia Peruana em Iquitos, se debruçou

sobre o tema Informação e Documentação na Amazônia, ou seja, como colocar o conhecimento disponível sobre a Região a disposição daqueles que têm alguma coisa a dizer sobre a Pan-Amazônia.

Nesse texto do Professor Roberto Santos ele faz uma alusão à proposta, que é um tanto estranha e delirante, porque passa por cima da consideração da existência dos Estados binacionais.

É claro que podemos em um plano filosófico, ao imaginar uma humanidade futura diferente da atual, em que as barreiras nacionais estejam superadas e sejamos todos irmãos, que igualmente nos tratemos, independentes de longitudes e atitudes. Acho que é uma utopia digna de consideração e dedicação, mas para futuro — parece-me — um tanto remoto.

Como se propõe que uma parte da dívida seja convertida num fundo financeiro administrado por uma fundação que, embora se situando nos limites territoriais da nação Amazônica em causa, vai ser administrado por um consórcio em que predominam representantes dos países desenvolvidos e de algumas organizações internacionais de países desenvolvidos do Primeiro Mundo, capitalista ou socialista, começo a ter alguns arrepios. Veja bem que de certo modo isso é uma retomada de uma idéia que, felizmente, não vingou do Instituto Internacional da Hileia Amazônica.

Como V. Ex.^a sabe, sua criação foi proposta, em 1946, salvo equívoco, na Unesco, órgão recém-criado da constelação das Nações Unidas, pela delegação brasileira, mas foi deturpada na sua formulação de tal maneira que, na prática, o Brasil e outros países Amazônicos abririam mão de parte de sua soberania em favor de um instituto internacional em que os países desenvolvidos praticamente davam as cartas. E foi este Congresso, a partir de uma campanha nacional de esclarecimento e combate em que se destacaram pelo exemplo do Deputado Arthur Bernardes e o Senador Augusto Meira, do Estado do Pará, que se recusou a homologar o acordo e aí não vingou. Então, é uma retomada. Porém, honestamente, não disponho de dados suficientes para fazer uma análise em profundidade de tais propostas dessa doença; apenas uma delas.

Em tese, não me oporia em considerar a idéia de o Brasil se beneficiar do perdão de uma parte da dívida em benefício do compromisso firme de preservar a ecologia regional, sem prejuízo das ações que se façam indispensáveis para o benefício das populações locais. Não se pode, a partir da preservação, condenar as populações ribeirinhas, os povos da floresta a vegetarem em condições de vida subumana. É o mínimo que tem que ser feito, ainda que eventualmente fira aquela pureza ecológica, para que aquelas populações que já lá estão se beneficiem do progresso científico, tecnológico, econômico, social, etc.

Parece que a nossa preocupação central deve ser com o homem, com a população. Eu, pessoalmente, quando falo em Amazônia, e penso em termos de futuro da Amazônia, de desenvolvimento da Amazônia, penso no

desenvolvimento do ser humano, que é o único desenvolvimento. O resto é instrumento, é meio para que parte desses fluxos migratórios devam ser estancados naturalmente, porque a própria taxa de crescimento populacional do País está se atenuando. Entre os censos 70/80 elas ainda eram 2,8% ao ano; está reduzida, hoje, a 1% ou muito menos. Se não estancarmos o problema vai continuar se agravando, é claro. Há de haver uma resposta para as aspirações da população.

Em tese, repito, não me oporia a examinar uma proposta séria — não essa a que estou me referindo — de conversão em que o Brasil não abra mão de sua responsabilidade de administrar os recursos em benefício da preservação ecológica ou que não abra mão do poder de deliberar sobre a produção de uma vida mais digna para as populações que lá estão, ou que para lá se dirigirem. Assim pode-se pensar em igualdade, com os demais países, dentro de uma proposta global.

O que repudio é a idéia de que a Amazônia está sentada no banco dos réus, de que ela é responsável de tudo o que de ruim está acontecendo ou pode acontecer para o resto do mundo, por problemas ecológicos, que o Brasil deve ser condenado à execração pública mundial porque é o dono da Amazônia e não sabe administrá-la adequadamente. Não conheço em detalhes as propostas que têm surgido a esse respeito. Reservo-me, portanto, dar minha opinião mais fundamentada no caso de vir a conhecê-los.

Com relação ao antigo extrativismo, de fato devemos considerar toda uma mudança, uma transformação de atitudes a respeito, da questão. Eu próprio participei e partilhei, durante muito tempo, da visão de que o extrativismo estava condenado definitivamente. Era um processo que historicamente tinha seus dias contados e não poderíamos basear qualquer proposta de desenvolvimento humano, social, da região, com base na atividade extrativista. A idéia que se faz, por exemplo, é de que a borracha — V. Ex.^a conhece muito melhor do que eu, numa vivência do terreno —, a borracha nativa oferece a possibilidade de algumas árvores, alguns pés por hectare, enquanto a heveicultura não exige aquele trabalho penoso de abertura das "estradas", com todas as dificuldades que se conhece para chegar a elas, para sangrar a seringueira e extrair aquele látex. A produção que se obtém por hectare é uma produção que, teoricamente, se multiplica quando se faz o plantio racional, porque num hectare de agricultura se concentram centenas de árvores, ao contrário de um número limitado de hectare da floresta nativa, etc. É claro que o seringueiro de cultura enfrenta problemas que na floresta não existem, por exemplo, o problema de moléstias que, uma vez contaminando uns pés, rapidamente se propaga aos demais. Essa é uma das vantagens do extrativismo, uma das vantagens proporcionadas pela heterogeneidade da mata virgem, o fato de que as espécies estão espalhadas e a doença que ataca uma unidade dificilmente se transmite às outras, pois há uma barreira natural de outras espécies que

não são afetadas por aquela doença e que protege outras árvores mais adiante.

Como disse, as informações iniciais que tenho a respeito são ainda muito preliminares e nós precisamos vê-las com cautela. Essa análise feita, por exemplo da ilha de Combu, como me referi, mostra que o rendimento atinge uma média que os estudiosos que fizeram esse levantamento calculam em torno de três mil ou três mil e duzentos dólares-ano por pessoa. Referi que os protagonistas dessa vivência têm aspirações limitadas, eles continuam vivendo nas suas casas simples, modestas, desfrutam de alguns benefícios do progresso tecnológico — televisão, rádio, barco a motor — para irem a Belém levar os seus produtos, fazer suas compras, visitar os amigos, os vizinhos, que às vezes ficam a quilômetros de distância.

Parece-me que é válido rever o assunto, reconsiderar-se a possibilidade de sustentar populações a partir de uma base extrativista, e isso deve ser incentivado. A minha dúvida é se o modelo é aplicável à generalidade da população numa região como a Amazônia. Parece-me, em princípio, que isso pode ser bom, pode ser válido para grupos populacionais relativamente reduzidos, localizados em área bem delimitada, mas creio que dificilmente se poderia generalizar esse tipo de resposta às necessidades da população para a totalidade da população da Amazônia: dezesseis milhões de pessoas. Vamos trazer todo o mundo para os seringueiros, os castanheiros etc.? Não creio. As populações urbanas têm outro tipo de horizontes, de aspirações, de expectativas, inclusive de hábitos já adquiridos, que talvez não se satisfizessem plenamente, não só com o estilo de vida que o extrativismo impõe como com os resultados concretos que ele proporciona.

Permito-me, todavia, dar uma notícia muito rápida de algo que tenho sugerido como matéria para reflexão, em outros estudos já publicados: a necessidade de considerar a Amazônia na sua heterogeneidade. Mais uma vez, retomando o que disse antes, é muito difícil, hoje, cada vez mais difícil, pensar na Amazônia no singular. Ela não é uma e homogênea nem mesmo no ponto de vista físico. Há subregiões que se diferenciam bem de um lugar para o outro, mas sobretudo do ponto de vista cultural, econômico e social, há diferenças consideráveis. Por exemplo, hoje em dia, toda a ênfase está colocada na discussão dos problemas surgidos com a ocupação crescente da terra firme, a partir dos grandes eixos rodoviários e de algumas frentes de penetração, deslocamento da fronteira econômica nacional na direção sul-norte. E um novo problema surgiu do choque entre o posseiro, o garimpeiro, o extrativista, o grileiro, as grandes empresas, os grandes empreendimentos, etc.

Há toda uma população ribeirinha, tradicional, histórica, os primeiros ocupantes da região, que não está sendo considerada nessa reflexão, está sendo considerada marginalmente. Há toda uma população urbana extremamente significativa, que não está sendo considerada nessas propostas. As respostas

que podemos ter para os chamados "povos da floresta", como são hoje denominados, seguramente não é a mesma resposta que devemos ter para outros contingentes populacionais da região. É preciso que haja projetos que respeitem as especificidades de cada agrupamento populacional e que não signifiquem o refecimento, o isolamento anacrônico das populações regionais em si mesmas, quer dizer, se reconvertendo à economia de auto-subsistência, com apenas um pequeno excedente da produção para o mercado, para obterem aquilo que não podem produzir no local, e se contentando com estilos de vida menos complexos e menos diversificados, de menor acessibilidade aos benefícios que o progresso científico, tecnológico e econômico pode proporcionar.

Em outros textos, em outras oportunidades, tenho desenvolvido a consideração de que também grandes projetos já estão lá implantados, alguns outros não vamos ter condições de evitar que se implantem. Eles respondem, inclusive, a uma "vocalização regional" para dar solução a problemas nacionais. Não podemos nos furtar a isso. A minha proposta não é de autarquização da Amazônia. Não pretendo que ela se torne autárquica ou independente, mas, por outro lado, tem que ser levado em consideração esse outro tipo de visão de mundo, de concepção de vida que certos grupos populacionais podem ter e devemos satisfazer através de procedimentos como esses, de um aproveitamento racional de manejo da floresta, em bases extrativistas.

Não sei se satisfiz à sua indagação.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Senador Mário Maia, V. Ex.^a quer interpelar?

O SR. MÁRIO MAIA — Infelizmente, não pude estar presente a esta Comissão desde o início da palestra do Prof. Armando Dias Mendes e, portanto, estou pegando o trem andando. Mas, pelas perguntas formuladas pelo Senador Nabor Júnior, e em respostas muito sabiamente colocadas pelo Prof. Armando Dias Mendes, imagino que posso colocar também as minhas perguntas e preocupações, que são permanentes e objeto de questões que tenho feito insistentemente a outros debatedores, a outros conferencistas que têm comparecido a esta Comissão. O objetivo é ver a uniformidade e o pensamento sobre o mesmo assunto, qual a opinião dos estudiosos da região.

Como V. S.^a deixou transparecer, a região Amazônica é realmente muito complexa. São dezenas de amazônias dentro de uma mesma Amazônia, desde a das nascentes dos rios, à Amazônia da várzea, da flora, e têm sido objeto de discussão de outros estudiosos. Uma preocupação que nos assalta a todos é a formação biofisiológica da Amazônia, que é a mais recente, a sua existência mais primitiva, no extrativismo, e como nós podemos, através do extrativismo, desenvolver a Amazônia?

A Professora Clara Pandolfo, uma estudiosa, uma cientista da Amazônia, faz uma referência muito interessante e define a Amazônia do

ponto de vista de subsolo, que, por se situar a vasta Planície Amazônica entre dois planaltos, escudos cristalinos, que são as rochas mais primitivas da formação da terra, que deram origem à formação, são núcleos de formação de todos os continentes, tanto o americano, o escudo canadense, o guiano e o brasileiro e os outros escudos da África, dos continentes. Mas, aqui na América, a Amazônia se situa entre dois escudos cristalinos, que é o escudo guiano e o escudo brasileiro, que têm, nos estudos dos geólogos, a existência mínima de três bilhões e 500 milhões de anos. Com o decorrer do tempo, foi-se desgastando, com a erosão, e se formando essa vasta planície sedimentar, que tem sedimentos primitivos, também, que foram se transformando nos sedimentos mais modernos, mais recentes. Então, na Amazônia há solos de desde 3 bilhões e 500 milhões de anos, conforme a profundidade, até os mais recentes quaternários, que formam as margens dos rios, formando os solos de várzeas e a vegetação de várzea também, que são os mais recentes.

A formação amazônica fitológica é a mais recente formação geomorfológica da região, que teria a existência de 10 a 15 mil anos para cá, que teria essa floresta atual passado a se formar a partir da última glaciação para cá.

Temos acentuado, quase conceitualmente, que o extrativismo a que nos referimos é o extrativismo referido a parte de floresta: o extrativismo da borracha, da castanha, das madeiras, das essências nobres. Mas, não nos referimos ao extrativismo mineral, que é o que tem se acentuado ultimamente, a partir dos estudos do Projeto Radam, para cá, que identificou várias províncias, verdadeiras províncias minerais, não só de ferro como de todos os outros metais industriais de valor estratégico pelo seu uso intenso e pela raridade, também.

Então, verifica-se que na Amazônia, em comparação com a variedade múltipla fitológica, pela variedade também múltipla dos minerais. Então, nesse conceito de extrativismo, como V. S^a pode nos orientar, no que diz respeito para o desenvolvimento, preservando os direitos das populações nativas, como V. S^a acentuou: as ribeirinhas e os seringueiros, mas num conceito não apenas de preservacionismo, como aquele que não pode ser tocado porque não vale a pena tocar, porque se tocar vira deserto, comparando com o conceito conservacionista, aquele que podemos tocar e explorar e tornar a natureza mais rica do que ela é, com a inteligência humana, como V. S^a poderia nos orientar nesse desenvolvimento do extrativismo, abrangendo não apenas o extrativismo clássico da floresta, o extrativismo da borracha, castanha e as essências, como agora no recente extrativismo mineral, uma vez que, à primeira vista, fica mais ou menos conflitante porque para fazer a extração do subsolo, o extrativismo do subsolo implica na depredação do solo. Como compatibilizar e ter essas duas naturezas de extrativismo?

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Muito obrigado, Senador Mário Maia.

Devo confessar que o assunto da Amazônia tem mais perplexidade do que respostas. Creio que isso é mais ou menos o sentimento da maioria dos que se debruçam sobre os problemas da região.

O Presidente me pede para eu ser menos amazônico na extensão das respostas. Vou tentar resumir meu pensamento a respeito. (Risos)

O SR. JARBAS PASSARINHO — O grande drama é a fatura do indagador e do expositor...

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — O extrativismo mineral se expandiu na Amazônia, nos últimos anos, como todos sabemos, os garimpos de ouro etc., e o extrativismo de castanha e coisas assim.

Nós ficamos, nesse tema, perante um dos problemas clássicos como o que se coloca, em posições frontalmente contrárias e conflitantes, uma resposta puramente econômica guiada pela preocupação da eficiência e uma resposta de natureza social, guiada pela preocupação da equidade.

Se analisarmos de um ponto de vista imediato, o problema do ponto de vista social, é claro que vamos desejar e estimular a manutenção e até a expansão das atividades garimpeiras, porque ali são dezenas de milhares, ou talvez centenas de milhares de pessoas que se ocupam dessa atividade.

Se queremos dar uma resposta que seja economicamente justificada, factível, teremos que substituir o garimpo, a atividade extrativista, por uma atividade mineradora industrial, o que exige pesados investimentos, mas de retorno garantido e de acesso aos mercados internacionais ou nacionais, pela maneira mais articulada com o sistema produtivo como um todo.

Por outro lado, é claro que a atividade extrativista tem um potencial predatório muito maior. Todos sabemos disso, todos estamos conscientes, hoje, do que significa a poluição de muitos rios pelo uso do mercúrio. Se bem que, recentemente, se tenha noticiado que professores e pesquisadores da Universidade do Pará desenvolveram um equipamento que permite utilizar o mercúrio sem os efeitos negativos que isso gera até o momento; é certo que esse equipamento ainda não foi industrializado, não está disponível e temos que temer por uma poluição altamente prejudicial, inclusive à saúde humana, à vida humana, das populações que ficam rio abaixo, que ficam a juzante das atividades garimpeiras.

É muito difícil conciliar uma resposta que signifique garantir oportunidade de ocupação economicamente ativa para essa massa de pessoas que se dirigiu para o garimpo e conciliá-la com as preocupações ecológicas e, ao mesmo tempo, inserir essa atividade nos circuitos do sistema econômico, tal como ele se apresenta em todo o País. Não vejo resposta, senão de fato substituir gradativamente, a atividade garimpeira, por uma atividade industrial de extração mineral, desde que isso se faça dentro de um conjunto de iniciativas, dentro de uma programação macroeconômica para a região que permita absorver essa mão-

de-obra em outras atividades economicamente produtivas, mas sustentáveis na dupla dimensão a que eu me referi antes. Atividades, inclusive, mais seguras, do ponto de vista da auto-sustentação do trabalhador e de sua família, ainda que não permitam eventuais surtos de riqueza individual, decorrente da sorte de alguém que de repente descobriu uma pepita que vale não sei quantos milhões de cruzados.

Não vejo, por mais que isso possa parecer numa ótica de prazo curto contestável, solução a médio e longo prazos, senão a substituição por uma atividade economicamente mais rentável. Insisto: desde que consideremos a questão nas suas múltiplas dimensões e, portanto, criando alternativas de emprego para essas pessoas que ainda hoje se dirigem para os garimpos.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dr. Armando Mendes, acho que a sua exposição foi muito útil para os objetivos desta Comissão. É evidente que gostaria de explorá-lo muito mais, mas ainda temos aqui, também, inclusive o Dr. Afonso, e existe um hábito aqui no Congresso que, a partir de 13 horas nós falamos só para dois ou três.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Principalmente na Semana da Pátria.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ainda mais na semana da Pátria.

Os assuntos são múltiplos e foram desdobrados de maneira magnífica.

Gostaria de ouvir mais, por exemplo, sobre o problema dos incentivos fiscais, e o Dr. Armando ficou de falar, se fosse necessário, posteriormente, sobre ele.

O que me intriga muito, no problema da ocupação da Amazônia, é que durante muito tempo nós que somos agora povos da floresta, V. Ex^a e eu, e os outros, Mário Maia, os quatro Senadores, pelo menos, que estavam aqui, passamos tanto tempo da nossa vida inteiramente marginalizados dos interesses de estratégia nacional. Vivíamos de teimosos. E, no meu Exército, tínhamos a responsabilidade apenas de garantir as fronteiras, e era uma garantia meramente simbólica, porque quando fui Chefe de Estado Maior do Comando Militar da Amazônia, eram onze mil quilômetros de fronteira, só desse Comando, onde havia, e em condições irregulares de espaçamento, onze unidades militares, uma das quais com 34 fuzis apenas. Então, era meramente simbólica. Como agora se fala, por exemplo, nessa possibilidade de invasão de agentes do narcotráfico colombiano barrados na fronteira amazônica. Quero ver barrá-los.

Quem conhece a floresta, como nós conhecemos, verifica que é absolutamente impossível fazer uma cerca que possa impedir essa penetração. Mas nós, pelo menos, cumprimos um papel, que foi o papel de balizar a fronteira e tentar, através de um projeto que me coube até desenvolver, com o General Décio Esco-

bar, na ocasião, sem grande êxito depois, que foi o da preparação das colônias militares.

O objetivo das colônias militares era, exatamente, fazer com que o soldado que, nesse caso, podia casar, constituir família, pudesse se radicar na região, depois que ele tivesse o licenciamento para o serviço ativo.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Um pouco de lime romano?

O SR. JARBAS PASSARINHO — É. Poder ser. Mas acontece que entre nós o problema de território era completamente diferente. E, então, eu chamava o meu General de "o último Vice-Rei", porque ele dava sesmarias, se fosse necessário, para um soldado, que podia ficar com seis mil e seiscentos metros de frente por seis mil e seiscentos de fundo. E não conseguimos. Clevelândia não foi bem sucedida. Tivemos um resultado razoável com bubalinos, na área apenas de Clevelândia, e isso mostra até hoje que, com a Calha Norte, por exemplo, todo esse problema se relacionou, outra vez, com uma suposta garantia militar contra penetrações de forças estrangeiras no Brasil.

Depois veio o problema do Poloamazônia. Antes, falando dos incentivos fiscais, em que Dr. Armando foi, no meu entender, um dos grandes teóricos e práticos da aplicação da operação Amazônia. Eu tinha àquela altura, uma dúvida, se o que era melhor era incentivo fiscal ou seria, por exemplo, fazer algo como o Peru fez, que depois o próprio Peru não se deu bem, com a lei da selva. Que me parece um pouco semelhante à Suframa, porque a lei da selva evitaria essa indiscutível corrupção generalizada na captação de recursos, dos incentivos, e faria com que as empresas que tivessem possibilidade ou desejo de atuar na Amazônia, tivessem isenção de impostos. Era isso que a lei da selva previa. E, de algum modo, com as vantagens que a Suframa recebeu, ela superou isso, mas com as características que o Dr. Armando citou, ela transformou Manaus numa macrocefalia do Amazonas. Penso que 60%, no mínimo, da população se transferiu para lá.

Assim dá para perceber porque o Poloamazônia já visava ao contrário. Enquanto nós, na área militar, visávamos vir dos lindes para o interior, o Poloamazônia fazia pólos que se desenvolvessem e, à proporção em que eles se desenvolvessem, aumentassem os seus raios de ação, eles interpenetrariam e a área inteira ficaria desenvolvida. Bom; aí, (muito *en passant*) falamos dos grandes projetos, que é um dos objetivos que temos que analisar aqui na Comissão.

Esses grandes projetos foram bem ou foram mal?

A chamada ocupação com a pata do boi, na Amazônia, que era muito importante ouvirmos. Até sugeriria, se fosse possível, depois — já que a aula do Professor Armando teve que se encerrar pelo prazo — obter dele, que naturalmente é um homem muito fértil de pensamento, bibliografia, material, para ser remetido à Comissão.

Relativamente ao problema da migração, fiquei apenas com uma dúvida, porque com a colocação, por exemplo, de perda populacional do Paraná e outras áreas, como Rio Grande do Sul etc., o que vimos, inclusive nas campanhas eleitorais e aí tem que juntar um pouco do político com a inteligência universitária — era feita uma pergunta, geralmente pelo Governador que comandava os comícios: milhares de pessoas: Quantos são paraenses adultos, aqui? Não se levantavam dez braços de paraenses adultos. Agora, a massa populacional não era de paraenses, não era de gaúchos; era de goianos e maranhenses, especialmente os maranhenses que ocuparam o Jari, que ocuparam Serra Pelada, que fizeram essa transferência.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Talvez tenha sido assim no caso do Pará, mas talvez no caso de Rondônia foi um pouco diferente.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Bom, aí é diferente. Estou falando do meu problema pessoal aqui então, para o lado de Rondônia, é diferente.

Quando estivemos no Ministério da Educação, por exemplo, e vimos alguns defeitos do Projeto Rondon, que discutíamos por não ter permanência no tempo, lembro-me de ter recebido uma carta de um cabo eleitoral meu de Mocajuba, que dizia que o Projeto Rondon, na sua fase inicial, tinha aparecido lá, tinha sido ótimo, passaram dois meses lá, as mulheres tiveram partos apoiados, e perguntava como era agora, daqui para adiante. E disse a ele: vá para a Tabela do Knauss. Faça a tabela até o novo Projeto Rondon chegar aí e resolver o assunto.

Então víamos choques culturais importantes. Por exemplo a Universidade de Minas Gerais em Altamira. Ora, Altamira era uma área fechada totalmente. Era uma sociedade patriarcal antes da Transamazônica. Depois da Transamazônica, um problema completamente diferente, a partir do que o Dr. Armando salientou, com a desintegração da região. Era um choque, como foi o choque da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Rondônia.

Então, aí a idéia seria mais ou menos saber se essas diversas políticas de ocupação, pelos seus acertos e pelos seus erros, poderiam sugerir a alternativa que o Dr. Armando a ela se referiu.

Tenho umas pequenas dúvidas, por exemplo, quanto a sua condenação, pareceu-me que foi uma condenação total, quanto à possibilidade do ferro gusa, do pólo guseiro, na região do Marabá. Ao contrário, achei que, quando no fim dos anos setenta, a Companhia Vale do Rio Doce propôs o aproveitamento da região, em função da presença de Tucuruí, então o pólo aluminiífero importante do Brasil seria o Pará, e depois deslocou-se para o Maranhão, e por *cause*, é, ao mesmo tempo, ele teria, ao pé da obra, as melhores jazidas de minério de ferro, de muito boa qualidade, e o melhor redutor para produzir o ferro gusa mais puro, que é o redutor vegetal. Então,

o problema, para mim, seria caracterizado, exatamente, na necessidade da capacidade de fiscalização pelo Estado.

Então, o Dr. Armando referiu-se ao Ibama e aqui quero fazer uma ligação com o problema de propostas que recebemos. Eu mesmo recebi dignitários alemães, e canadenses, que vieram aí, e achei muito interessante o que eles propunham: Em vez de querer o nosso François Mitterrand dividir a nossa soberania relativa, eles propunham participar de uma fundação, que seria dirigida por brasileiros, através de recursos, e teríamos a obrigação de aplicar esses recursos, mediante, naturalmente, uma satisfação. E esses recursos seriam para quê? Especialmente para termos uma polícia florestal, que não temos, como o canadense propunha, recursos humanos treinados para poder fazer o que estamos fazendo agora, assessoramento remoto, aviões, helicópteros, para, rapidamente atuarem na área e obstaculizarem a devastação. Nesse ponto estava eu inteiramente favorável.

No caso do ferro gusa, se obriga a fazer o quê? Cada empresa que vai lá fazer uma determinada produção tem que ter um projeto de viabilidade, e nesse projeto de viabilidade se prova que conhece a fazenda do desmatamento, e quando ele chega no ponto desmatado já deve ter chegado com a regeneração da floresta, de maneira que tudo outra vez se faz sem prejuízo final da floresta, sem a devastação.

A desordem ecológica, em relação ao clima, tivemos aqui doutores, Phd de Climatologia, que provam claramente que o problema ainda hoje é altamente discutido. A própria questão do efeito estufa é altamente discutida. E, até o Dr. Alvim citou uma coisa interessante. Por exemplo: se tirarem 20%, derrubarem toda a floresta amazônica de uma vez, perderíamos cerca de vinte por cento das chuvas regionais, e isto iria diminuir a temperatura das regiões temperadas e frias e entraríamos em uma nova Era Glacial. Ao contrário, com o efeito estufa, aumenta-se a temperatura. E então diz eles: será muito bom para a União Soviética, por exemplo, ou para a Sibéria, que teriam um clima temperado, ou ainda no Canadá. Seria, ainda, algo discutível.

O problema da moratória, apresentado pelo Professor Samuel Benchimol, que não o fez aqui pessoalmente, porque o mandou primeiramente como documento, é aquela utopia a que o Dr. Armando se referiu e o considero como tal, mas ele não se referiu a Samuel Benchimol, eu é que me estou referindo, porque penalizar Estados Unidos e União Soviética, porque os países industrializados jogam cinco bilhões de toneladas de Co₂ na atmosfera por ano. O Brasil, que aparece como principal vilão na estória, aparece com trezentos e trinta e seis milhões de toneladas por ano, de desmatamentos e mais consumo de combustíveis líquidos.

Ora, como fazer com que a ONU possa obrigar Estados Unidos, União Soviética, Japão, etc., a pagar cem dólares para cada emissão de toneladas de Co₂ que eles joguem

na atmosfera? Seria o ideal a fazer! Com isto, eles pagariam, inclusive em um ano, pela moratória do Dr. Benchimol, todo o débito do Terceiro Mundo com os bancos privados e os multinacionais. Creio que seria excelente, mas é a teoria da concordância, de quem não quer pagar.

Relativamente ao problema do Programa Nossa Natureza, eu gostaria de ouvir uma palavra do Dr. Armando Dias Mendes, se tiver, sobre como interpreta esse problema Nossa Natureza. Seria uma alternativa realmente boa, desde já, ela está em ser, porque ainda está tramitando no Congresso, se poderíamos ter o tipo de observação a respeito.

Finalmente, esta questão levantada, agora, pelo nobre Senador Mário Maia, que é a questão dos garimpeiros com as reservas indígenas, como a área dos Yanomamis, por exemplo.

Já tivemos, no passado, cassiterita, na área de Rondônia, e foi possível fazer, porque foi feito com o Ministro Costa Cavalcante exatamente a substituição da garimpagem predatória pela industrialização. Mas como fazer, hoje por exemplo, na área dos Yanomamis, com quarenta mil garimpeiros colocados dentro do Território de Roraima?

São essas perguntas assim *en passant*, porque eu as gostaria de fazer muito mais, mas diante desse avanço de tempo, eu pediria ao Presidente que visse que fiz várias perguntas ao depoente.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Muito obrigado, Senador Jarbas Passarinho.

Realmente, são dez perguntas que provocam dez palestras. A função do Relator é perguntar. É muito simples dizer: você tem um minuto para perguntar e você tem dez para responder, mas não se precisa de um minutos para perguntar, por exemplo, o que é a vida. Será que, em dez minutos, responde-se o que é vida? Não sei. (Risos.)

Mas as perguntas formuladas envolveriam, é claro, brincadeiras à parte, uma série de algumas palestras seguidas de debates para aprofundamento dessas questões.

Então, muito rapidamente, o Senador Jarbas Passarinho tem razão em cobrar um comentário maior, a respeito da experiência dos incentivos fiscais. Esse é um tema extremamente atual, porque a Constituição de outubro de 1988 consagra a utilização dos incentivos fiscais, entre outros instrumentos, para a promoção do desenvolvimento regional. E há colegas de universidade, da área científica, que se opõem intransigentemente a essa idéia, alegando os próprios defeitos da aplicação do sistema ao longo desses vinte e tantos anos, quase trinta anos, porque, embora limitadamente, já antes da legislação de 1966, havia legislação de incentivos fiscais.

É muito difícil resumir, em poucas palavras, uma posição a respeito, mas talvez pudéssemos partir da seguinte proposta de reflexão: e larga medida, quer-me parecer, o chamado fracasso e as distorções do sistema de incentivos fiscais não se devem tanto ao instrumen-

to em si, e mais à sua má-administração, má-gestão.

Há relatório de técnicos do IPEA, datado de um ou dois anos atrás, pouco divulgado, mas citado em vários estudos a respeito do assunto, o que mostra como um número muito restrito de projetos pecuários, por exemplo, foram efetivamente implantados, e a grande maioria deles, ou estão em fase de implantação, muito atrasados em relação aos cronogramas iniciais, ou simplesmente foram abandonados em termos de um mecanismo esquisito, que se chama recompra, que permite ao investidor recuperar aquela parcela dos valores de Imposto de Renda que ele deveria recolher e que aplicou aí, e reaplicá-la em outras atividades inclusive, fora da região.

Então, tenho a impressão é claro que esta é uma resposta muito sintética e, portanto, defeituosa e imprecisa de que o problema está menos no sistema em si do que na sua aplicação. É claro que qualquer sistema, qualquer mecanismo, qualquer instrumento que seja mal aplicado, mal fiscalizado e que não funcione como foi previsto, "dá com os burros n'água", vai ter que levar a resultados indesejáveis e inconvenientes, extremamente prejudiciais.

Em um sistema em que oitenta ou noventa por cento dos projetos não são acompanhados, o investidor não é cobrado da aplicação, ou não-aplicação, ou má-aplicação do que fez, não sofre qualquer sanção, não perde o seu projeto, continua tendo capacidade de solicitar novos recursos e reaplicá-los, e assim por diante, é claro que os resultados têm que ser extremamente negativos ou, pelo menos, discutíveis.

Mas foi o sistema em si? Não creio.

Em publicação que fiz, há cerca de treze ou quatorze anos, dando continuidade a um livro publicado há pouco menos de vinte anos, se para lá vai tanto tempo, intitulado "A Invenção da Amazônia, neste segundo texto "Instrumentos para a Invenção da Amazônia", publicado como caderno do "Núcleo de Altos Estudos Amazônicos", da Universidade Federal do Pará, associado ao Departamento de Economia da UNB, onde no momento eu trabalhava, proponho uma série de novos mecanismos, ou mecanismos reformulados, entre eles o de incentivos. Baseio-me inclusive, da experiência de muitos países que os aplicaram e continuam aplicando, sem esses resultados tão negativos ou tão censuráveis como aqueles que se denunciam, hoje, caso da experiência brasileira. E vejam que o sistema de incentivos, na sua amplitude maior, começou no Nordeste. Os que existiam para a Amazônia era muito limitados. Então, foi a própria experiência nordestina que inspirou a extensão do sistema, talvez imprudentemente, à Amazônia, com essa amplitude maior.

Os incentivos aplicados em relação ao Nordeste, embora nem todos os resultados sejam altamente favoráveis, não estão sendo acusados das mesmas inconveniências e dos mesmos resultados tremendamente discutíveis. Pelo menos no que acontece na Amazônia,

portanto, é um problema que tem a ver, um pouco, com a maneira como a coisa é conduzida.

À guisa de curiosidade também chamaria a atenção para o fato de que a concepção da estrutura da SUDAM, tal como foi inserida na sua lei original, de outubro de 1966, era diferente da estrutura da Sudene, em que se levava em consideração que as especificidades da Amazônia não reproduziam aquelas que são próprias do Nordeste. E havia, inclusive um órgão técnico, do mais alto gabarito, que deveria ser o órgão de triagem dos projetos a serem incentivados.

Mas numa reforma, a meu ver, prematura e infeliz, pouco tempo depois, quando Ministro do Interior o General Albuquerque Lima, o modelo nordestino, da Sudene, foi simplesmente transplantado para a Sudam, sem levar em consideração as diferenças de realidade física, humana, cultural, social, econômica, etc. Então, passou a prevalecer novamente...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mudou o nome de SPVEA para Sudam.

O SR. ARMANDO DIA MENDES — Não. Depois. Então, o Conselho Deliberativo da Sudam, em grandes medidas, voltou a atuar com base em critérios predominantemente políticos. Não é em si mau, é claro que o político tem que interferir no processo, mas nem sempre está ele muito preocupado com esses aspectos de eficiência econômica. A própria natureza da composição do Conselho Deliberativo, que em princípio deve reunir os Ministros, ou seja, representantes diretos, acabou significando, na prática, uma reunião de pessoas do terceiro, quarto, quinto escalão de cada Ministério, cumprindo certas instruções, às vezes não muito precisas, e baseando-se quase como um ato de fé em alguns pareceres preparados por órgãos supostamente técnicos, também de nível inferior, da própria Sudam. Então, eu contexto muito, pelo menos, como ponto de partida para reflexão, a idéia que se difundiu que o sistema de incentivos em si é ruim, deve acabar. Não me parece que isto esteja comprovado, o que está comprovado, a meu ver, com base no relatório do IPEA, para se falar num documento de maior consistência, é que eles foram mal-administrados.

O Pólamazônia desapareceu, se não me engano, em 1987. Era uma concepção que se inspirava, em larga medida nas propostas do Professor François Perroux, eminente economista francês, embora em outro contexto sócio-econômico totalmente distinto do nosso, mas que foi adaptado, de alguma maneira, à realidade amazônica. Significava, por outro lado, Senador Jarbas Passarinho, em retomar, agora a partir de uma outra linguagem, de outro arcabouço teórico, etc. algo que se continha, a meu ver, no próprio programa de emergência do primeiro plano quinquenal da SPVEA. Elaborado em 1954, esse Plano já identificava certas áreas prioritárias a partir de critérios, aí sim, eminentemente regionais. Isso se deve muito à inteligência de Sócrates Bonfim, que foi o relator desses textos, para con-

centrar as ações daquilo que, na época, se chamava de valorização econômica e por extensão, valorização social. O termo, como disse, é um neologismo do economês, introduzido no Brasil a partir da experiência, da valorização do café, desde o convênio de Taubaté, em 1906. E aí era outra coisa, era também algo que se situava dentro daquela ótica, a que me referi no início, de defesa. Era um programa de defesa do café no mercado mundial, quando não havia uma política nacional de café e, sim, uma política dos Estados produtores de café, que concorriam entre si. Dessa época, resolveram-se unir para terem uma ação comum concertada. É claro que o termo adquiriu depois uma conotação muito mais abrangente, que foi introduzida no texto constitucional e depois no legal, do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. E aqui eu gostaria de retomar uma colocação que fiz antes, muito sumariamente. Agora, fala-se, é mais ou menos consensual, que a Amazônia deve ser objeto de um ambicioso zoneamento econômico e ecológico. De inteiro acordo, mas não creio que seja suficiente. Se a Amazônia não pode ser entendida nem planejada como algo isolado do resto do Brasil, se ela tem que ser entendida como uma parte componente de um todo nacional, e que esse todo nacional, por sua vez, também se insere nos grandes contextos mundiais. Então, o zoneamento econômico — ecológico da Amazônia não é bastante. Porque a Amazônia continuará a ser vítima, digamos, para usar uma palavra forte, provocativa, da pirataria de outras regiões, em relação às suas potencialidades. Onde é que se está plantando borracha hoje em dia, a seringueira, a *hevea brasiliensis*? Em São Paulo. Por quê? É mais barato ter a produção de borracha junto à indústria de artefatos de borracha, não é preciso transferi-la, transportá-la de milhares de quilômetros de distância, e tudo se faz ali mesmo, se esgota ali mesmo. Mas, é desejável do ponto de vista de um desenvolvimento econômico nacional integrado que se faça, prevalecer essa lógica, que é a lógica concentracionista do capital? A ser assim, é claro que a Amazônia nunca terá vez para nada, porque a pesquisa científica e a experimentação científica estão aí, para adaptar as espécies a condições de clima, de solo, etc., diferente das originais. Há algumas áreas em São Paulo, como a Baixada Santista, parecidas às da Amazônia, pelo menos do ponto de vista de precipitação pluviométrica, como é também, o caso do sul da Bahia, onde igualmente se faz plantação de borracha associada à de cacau.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Permita-me Dr. Armando?

Por outro lado, também há quem defenda no Sudeste, mais tarde, a transferência da potência, não do potencial, hidro-energética da Amazônia para o Sudeste.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Eu me referi a isso, volto ao assunto se necessário.

Então, dentro desta lógica do capital, é claro que a Amazônia continuará sendo temporariamente exportadora de certas matérias-pri-

mas que a natureza lhe proporcionou, mais isso mesmo ameaçada, sempre que for possível, pela transferência das espécies para as áreas onde se consome, onde se utiliza, industrialmente, essas matérias-primas. Pimenta do reino está sendo plantada em vários lugares deste País, até juta, que é uma cultura de várzea. Introduzida pelos japoneses na Amazônia, inclusive com crédito de bancos oficiais, com incentivos, como por exemplo, no caso da borracha fazia a SUDHEVEA, parece-me que foi extinta recentemente. Mas isso corresponde a uma política nacional integrada, equilibrada, de desenvolvimento, que considere as realidades regionais diferenciadas? Não. Não corresponde.

Então, o zoneamento econômico-ecológico não é a solução para a Amazônia, se ele se limitar às fronteiras da Amazônia. Não basta dizer: aqui não vamos permitir projetos pecuários, porque aqui é região de mata densa, e não deve ser derrubada a floresta, logo o gado não tem vez aqui. Aqui é área de mineração, aqui é área disso ou daquilo. Acho que o zoneamento regional é necessário e importante, mas não é suficiente. Tem que haver o zoneamento nacional.

Agora, mesmo o Governador de São Paulo está lançando ações concentradas em três frentes: a de, construção de habitações, a descentralização do sistema educacional, repassando as responsabilidades maiores para os municípios e um amplo e ambicioso programa de industrialização. Pelo amor de Deus! Mais indústria para São Paulo! Mesmo que não seja na Grande São Paulo, que seja descentralizada, seja nos municípios do interior, mas ainda em São Paulo? Por que não pensar na associação da industrialização, por exemplo, das matérias-primas que a natureza fornece na Região Amazônica, como as fontes abundantes de energia elétrica que estão ali e não em São Paulo? Por que não pensar em utilizar o potencial hidroelétrico, de Kararaó, agora Belmonte, — Kararaó é um nome maldito —, e de várias outras represas ao longo do Rio Xingu, para transportá-la através de uma união de cinco mil quilômetros até ao Sudeste? Esta bem que as fontes de energia da Amazônia se interliguem com os sistemas das várias áreas do País e que se obtenha assim o maior aproveitamento. Mas por que não pensar em utilizar essas fontes para o processamento e a transformação das matérias-primas regionais? Isso só poderá ser feito por uma política de zoneamento nacional, quando se estabelecerem restrições, limitações, desincentivos, e até proibições, como em outros países mais avançados já fizeram. A França fez isso, a Inglaterra está fazendo, por que o Brasil não pode fazer? Tem é que haver um contrapeso entre incentivos de um lado, e desincentivos de outro. Você não pode realizar certas atividades em certos lugares; se você quiser, faça com recursos próprios e não com financiamentos oficiais. Eu não lhe dou financiamento oficial. Eu não dou nenhuma isenção.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Aumente nas restrições na Amazônia em plantar café, por exemplo, ou açúcar.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Ainda agora, há um mês, Belém estava com falta de açúcar, por que a produção local não era mais suficiente e não se conseguia importar. Então, tem que haver, do meu ponto de vista, o zoneamento nacional. Haverá condições políticas para isso? Não sei. A resposta está com os Srs. Mas, será mais uma falácia se nós não nos limitarmos ao zoneamento econômico-ecológico da Região Amazônica em si, isoladamente.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Dr. Armando, sobre isso, permita-me lembrar, ainda com as recordações do tempo de militar, que o General Camelan — e eu já o citei aqui na Comissão — foi o primeiro chefe de missão militar, e a única missão militar que o exército brasileiro teve foi francesa depois de algum tempo que ele tomou conhecimento do problema brasileiro, ele disse que, como Oficial de um Exército, que era colonial, porque tinha a Indochina, tinha todas as áreas de domínio da França, fora do território metropolitano, era o primeiro que ele via no Brasil em que a metrópole convergia com a sua área subsidiária sem o mar.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Sem continuidade física territorial.

Quando eu uso o termo de colônia, colonialismo, nos meios acadêmicos do Centro-Sul é um espanto; há uma alergia violenta a isso.

Os grandes projetos são matéria para uma enorme reflexão, que em grande parte tem sido feita. Eu próprio tenho textos publicados. Tive oportunidade, há algum tempo atrás, de oferecer ao Senador Jarbas Passarinho e outros parlamentares um livro que contém alguns desses textos.

Parece-me inevitável que haja grandes projetos, na medida em que há grandes ocorrências, grandes jazidas minerais e de potencial hidroelétrico, e a escala econômica mundial, hoje, é nessa base. Mas, sem dúvida, temos que refletir um pouco sobre alternativas.

Tucuruí não beneficia diretamente a maior parte das populações dos municípios por onde passam as suas linhas; ela não foi feita por isso; foi feita para complementar e equilibrar o fornecimento de energia elétrica ao Nordeste e para alimentar alguns grandes projetos de produção de alumínio que, como sabemos, é um consumidor voraz de eletricidade; a matéria-prima da transformação da bauxita em alumina e depois de alumina em alumínio é a energia elétrica. O resto é secundário. Também Belém está abastecida, dentro da área mais povoada do Pará; a região nordeste do Pará, sona brangantina, sona guajarina, são abastecidas por Tucuruí. Mas não é o seu objetivo.

Se voltarmos a pensar em atividades extrativistas, integradas, auto-sustentáveis, em comunidades, pequenas comunidades espalhadas em determinadas áreas da Floresta Amazônica, e de outras áreas da região, então é

legítimo pensar também na alternativa das usinas para aproveitamento dos potenciais de baixa queda; isto é, o aproveitamento de cursos d'água, que não dispõem em altos desníveis, mas que com baixas quedas podem gerar energia em escala menor, todavia suficiente para abastecer as necessidades de consumo daquelas comunidades no entorno.

A Eletrobrás e a Eletronorte, sua subsidiária, reagem, assim, escandalizadamente a essas propostas. Eu não domino o assunto, não sou um técnico na matéria, mas me parece que é válido pensar nisso, também.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — A França acrescentou dez milhões de quilowatts no seu potencial instalado a partir disso.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Exatamente. Consideram-se ainda outras fontes potenciais enormes que a região tem, como a biomassa, por exemplo; até para exportar. Há propostas no sentido de que a Amazônia possa se converter na grande supridora de energia elétrica, e não apenas do Centro-Sul do País, mas de grande parte da humanidade, pelo aproveitamento inteligente, auto-sustentado, quer dizer, sem depredação, sem perda líquida da sua biomassa. Mas, por enquanto, a bioenergia é uma matéria objeto de pesquisa, de experimentações em escala de laboratório — ainda não pode ser generalizada; mas talvez seja um dos caminhos.

Fico lhe devendo, Senador Jarbas Passarinho, uma discussão mais aprofundada sobre os grandes projetos, porque não sairíamos daí tão cedo.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Eu lhe agradeço muito.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — A observação sobre as migrações de sulistas em parte, já foram respondidas. De fato, não foi para o sul do Pará que se dirigiram, foi mais para a Amazônia Ocidental.

Os choques culturais são claros, são evidentes, e são agravados, inclusive, pela própria integração — digamos — física da Amazônia. As redes de televisão estão aí, por todo este País, e o linguajar de Ipanema se generalizou, hoje, em detrimento dos linguajares locais.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Ipanemizaram o Brasil. Senador, é um problema um pouco mais complicado. Veja, não é que eu seja, em princípio, contra a possibilidade de esse subproduto — digamos assim — da grande exploração minero-metalúrgica de Carajás. Agora, o estilo, o modelo adotado para essas unidades de produção, ao longo da estrada que cerca Carajás, implica em aproveitamento intensivo muito grande da floresta nativa para a produção do carvão vegetal. É claro que há um compromisso formal de reposição da floresta; há um compromisso formal de reforestamento, porém, alguns guseiros foram muito claros ao mostrar que, se eles forem obrigados a isso, os seus empreendimentos deixam de ser rentáveis.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Ai eles deveriam ser proibidos, porque senão,

Dr. Armando — permita-me um aparte — como é que eu vou fazer a indústria madeireira também? Se eu não tiver uma indústria madeireira seletiva para poder preservar a floresta — aliás, conservá-la, não é preservá-la — como é que eu vou fazer também a exportação da madeira?

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Não tenho dúvida; estou de inteiro acordo.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Se O Ibama tiver, por exemplo, força — e aí sim que esse auxílio externo podia ser muito útil a nós, mas a partir do momento em que preparássemos meios e instrumentos, recursos humanos, para impedir a mesma coisa que você se referiu na questão dos incentivos; no que um grande escritor brasileiro, Tenório Cavalcanti, que escrevia com metralhadora, disse uma vez que não se pode culpar a vassoura pela existência do lixo.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — É, o Rima, o Relatório de impacto do Meio Ambiente, tem que ser respeitado e não o é, em grande parte (e é o que aconteceu também com os incentivos); quer dizer, é aquilo que se põe no papel na hora de elaborar o projeto, para mostrar a viabilidade, etc., depois não é respeitado e não é cobrado. O problema não é do sistema em si.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — principalmente a falta de cobrança e de fiscalização.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Claro, da sua administração. Assim, em relação não a projetos à margem da Estrada de Ferro Carajás. Alguma coisa, não sei localizar bem, na Amazônia Ocidental, está sendo cogitada, ou negociado já, a substituição do carvão vegetal pelo carvão mineral, importado da Colômbia. Não sei se isso seria uma resposta adequada do ponto de vista ecológico.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — O duto não é o mesmo, o ferro-gusa de carvão vegetal é muito mais puro.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Bom, é uma parte técnica que, realmente, não domino; apenas estou me baseando, por exemplo, um relatório muito interessante do IDESP, analisando todos os impactos do projeto guseiro ao longo da estrada.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — É, realmente é perigoso, inclusive recebi um telex do Secretário Executivo do Projeto Carajás que me preocupou. E veja a explicação que ele dá: no momento não está havendo nenhum perigo em relação à floresta porque os pólos guseiros estão trabalhando com os resíduos das serrarias. Ele vai buscar isso lá em Paragominas? Por quanto sai? Isso me preocupa.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Não, a coisa foi aprovada sem nenhuma preocupação com esses impactos. A reação aos efeitos negativos na ecologia foi posterior, agora, procura-se consertar de alguma maneira, etc...

Quanto à proposta canadense, de fato, eu não a conheço; tenho apenas algumas referências superficiais, como disse em resposta a uma indagação do Senador Nabor Júnior. Não me negaria a analisar qualquer proposta desse tipo, desde que séria, desde que respeite a nossa autonomia, a nossa soberania, a nossa capacidade de levar adiante a condução do assunto. Creio que esses primeiros resultados colhidos pelo Ibama ao sul do Pará mostram que isso é viável, desde que haja recursos. Então, se os recursos nos chegarem, com a vantagem de aliviar a nossa dívida externa, etc., muito bem, serão bem recebidos.

Quanto ao clima, de fato, é um assunto que também não domino, não é bem o meu quintal, mas, enfim, se está vindo à tona é que, de fato, também no terreno científico havia muita mitologia, havia muito chute, se me permitem a palavra, quer dizer, havia muita coisa que se dizia sem o conhecimento sólido, sem nenhuma investigação mais aprofundada do ponto de vista científico, sem nenhuma observação mais adequada e prolongada no tempo sob condições de controle, dos resultados, etc., etc.. A *Veja*, da semana passada, publicou nas páginas amarelas uma entrevista com um eminente cientista da Universidade de Harvard, Michael McElroy, onde a afirmação que faz em resposta à primeira pergunta, é simplesmente esta: não vai haver falta de oxigênio no mundo, não há hipótese alguma de faltar oxigênio no mundo; infelizmente, ele não justifica, do ponto de vista científico, por que diz isso. Se é verdade, então grande parte de tudo de que se está acusando até agora, a Amazônia, de riscos potenciais, de ameaças iminentes, etc., cai por terra. O que parece claro é que ainda se conhece bem esses processos naturais, que retiram e repõem oxigênio; desapareceu aquele mito de que a Floresta Amazônica criava oxigênio, produzia oxigênio; quer dizer, em termos líquidos, proporcionava uma sobra de oxigênio. Não, ela apenas o reprocessa. Não vamos voltar a isso.

Por fim a questão da moratória proposta pelo Professor Benchimol, na verdade um imposto mundial. É claro que não temos, ainda, um governo mundial, um mínimo de articulação mundial entre os diferentes países que nos permita sonhar com a possibilidade de, em prazo razoável, obter algo desse tipo, quer dizer, todos os países medindo o grau da sua responsabilidade na poluição mundial e pagando proporcionalmente, em favor de um programa mundial de controle ambiental.

O que me parece válido na proposta do Professor Benchimol é a sua potencialidade de escândalos. Proporia ao Governo brasileiro, se pudesse, a um Governo capaz de liderar coisas, não apenas no plano nacional, mas no plano mundial, um futuro Governo brasileiro, que levantasse a bandeira lá fora para escandalizar. É preciso mostrar o grau de responsabilidade dos desenvolvidos que nos cobram a pureza da atmosfera, e pelo menos enconstá-los na parede e obrigá-los a pensar em termos sensatos, em conjunto conosco, o que fazer com a Amazônia? Não nos impor

soluções sem nenhum fundamento, emocionais, etc., e preconceituosas, como acontece atualmente.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Nesse aspecto não foi esse caso a que V. Ex.^a se referiu do Pinuma, que causou mal-estar e foi objeto, inclusive, de uma resposta imediata do Governo brasileiro.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Certo, nessa linha, sim, acho que a proposta Benchimol é válida, acho que seria importante difundir essa proposta. Como Governo brasileiro, eu até aliciaria, digamos assim, outros governos e países em situação semelhante à nossa para promover uma grande conferência internacional sobre a responsabilidade dos países desenvolvidos na poluição mundial. Não é discutir a Amazônia, é discutir o problema mundial, na sua totalidade, colocar os países desenvolvidos no banco dos réus.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Debate ecológico universal.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — É claro.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — O Brasil está-se propondo a sediar a próxima conferência mundial.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Penso que se deveria chegar lá com propostas desse tipo para escandalizar, como disse, colocar na parede os outros. O Professor Ignati Sachs, que é muito conhecido nosso, inclusive frequenta o Brasil há mais de quarenta anos, em uma conferência sobre o assunto, proferido na Suíça, em maio deste ano. Ele é de país desenvolvido, mas ele adquiriu a sensibilidade, a consciência do outro lado da questão por estar conosco, não apenas com o Brasil, há muitos anos. Ele disse, em resumo: "Não, os países do Hemisfério Norte, a Europa Ocidental, os Estados Unidos, o Canadá, também o Japão e também os países do Primeiro Mundo e da Europa do Leste não têm autoridade para cobrar coisas dos pobres em termos de restringir investimentos, de proibir certas iniciativas enquanto não derem exemplo, enquanto, por exemplo, eles não obrigarem os seus automóveis a dispor de um filtro, que existe, e que não foi tornado obrigatório até agora, porque custa algo em torno de 200 dólares por unidade. Então, para não aumentar o preço do automóvel em 200 dólares, eles continuam jogando gases na atmosfera. A mesma coisa em relação às indústrias poluentes. Existem filtros para todas elas o que, é claro, aumenta o custo do investimento. Isto tem uma repercussão na rentabilidade, etc., na viabilidade econômica da empresa, e por causa disso não se faz realidade. E jogam cinco bilhões de toneladas de poluentes na atmosfera e ficam cobrando da Amazônia e do Brasil a responsabilidade, porque jogamos trezentos milhões por ano.

A Amazônia, segundo depoimento de vários amigos cientistas, pesquisadores, etc., brasileiros e estrangeiros, que têm vindo a essas reuniões, a Amazônia e o Brasil estão sendo

apresentados lá fora como os grandes vilões da humanidade, os responsáveis por tudo de mal que está acontecendo ou que irá acontecer daqui por diante para o futuro da humanidade. Só podemos inverter essa ótica, ou pelo menos paralisá-la, através de uma contra-ofensiva. Aí que acho que a proposta do Professor Benchimol é válida. É claro que sabemos de antemão que ninguém vai aprovar esse imposto, mas serve para mostrar o tamanho da responsabilidade deles.

O SR. ÁUREO MELLO — Seria interessante, inclusive, que se alinhassem todos os detalhes, os itens, todos os aspectos, todos os desse plano, dessa contra-ofensiva, da responsabilidade mundial na poluição, na desoxigenação, naquilo exatamente que nos acusam e publicar, divulgar através de todos os meios de comunicação mundiais, em itens sintéticos e inteligíveis a parte da responsabilidade deles. Por exemplo, como se fosse uma dessas notas pagas, que se costuma colocar nas primeiras páginas dos jornais, repondo a verdade dos fatos. A responsabilidade mundial por excesso, por ausência de filtros, por excesso de poluentes injetados na atmosfera e ao mesmo tempo da parte da Amazônia, mas isso divulgado até as fezes à sociedade, ao ponto de conscientizar à população mundial, porque a maioria das pessoas entra nisso de boa-fé, entra acreditando que está empunhado uma bandeira idealista. Outro dia falei com uma senhora sueca, a Suécia, inequivocamente é um país que podemos considerar dos mais adiantados, dos mais neutros, dos mais evoluídos, e ela estava consciente de que o Brasil e a Amazônia estavam contribuindo para a desoxigenação do mundo e essas teses todas que eles têm divulgado, e sabemos que, por trás disso, existem aquelas segundas intenções. O ideal era que, por exemplo, podia partir até da própria punição. O relacionamento de todos os itens, de todos os aspectos, da responsabilidade dos países principalmente ditos adiantados do mundo, nessa questão da qual nos acusam. Isso devia ser divulgado através de televisão, através da imprensa e de todos os meios e, inclusive, mesmo que fosse preciso um investimento.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — O problema, nobre Senador, se tivéssemos que chegar a um relatório preliminar, dentro daquela tese que o Dr. Armando falou de alarmismo, que chamaria de histerismo internacional, nosso relatório teria tomado conta do mundo. Mas como ele provou o contrário, faz-se o silêncio total sobre...

O SR. ÁUREO MELLO — Exatamente, pois é isso que é preciso divulgar, divulgar a prova, a conclusão de que eles que estão errados. Isso divulgado perante a massa, perante o povo porque continuam a existir...

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Esse até vai ser menos ofensivo a nós, porque ele levou umas mordidas de formiga de fogo, ajudou... Agora o problema maior, ao que me parece, são determinados senadores americanos importantes, como o Senador Timothy

Wirth, vamos discutir ainda, vou propor ao Presidência e à Comissão a discussão interna nossa sobre o projeto do Senador Albert Korr que está sendo votado no Congresso americano e o Senador Korsten, que declarou lá que exatamente era a mesma farsa, o mesmo mito de que estamos prejudicando o fornecimento de oxigênio para eles. Quando dissemos, o Senhor tem problema no pulmão? Deve verificar se não é efizema pulmonar em vez de ser problema da Amazônia.

O SR. ÁUREO MELLO — Inclusive, esses indivíduos que cientificamente, honestamente são nossos amigos, congregá-los, relacioná-los e engajá-los na própria campanha de reposição da verdade. Isso que é importante.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Já houve quem levantasse a suspeita, registrou esse fato no artigo publicado na edição da *Crítica*, de 28 de julho, que já me refezi, que o que está por trás dos obstáculos ao financiamento da construção de hidrelétricas na Amazônia, via Banco Mundial e outros organismos internacionais, é o *lobby* da indústria nuclear, não sei se é verdade. A indústria nuclear, ela própria também está muito no banco dos réus, porque apresenta considerável potencial de risco.

O SR. ÁUREO MELLO — Se me permitir um rápido aparte, também os plantadores de coca e também os contrabandistas de ouro, segundo foi denunciado no artigo do Professor daqui da Universidade, que hoje está na Alemanha... Porque quanto menos o Exército aparecer lá, quanto menos houver interferência oficial, mais as plantações se ampliam, mais o contrabando de ouro se concretiza.

O SR. ARMANDO DIAS MENDES — Por outro lado, apresenta o veto que teria sido apostado pelo Presidente Bush, embora isso não tenha ficado muito claro, mas de qualquer maneira a resistência também ao financiamento do prologamento da estrada que ligaria o Brasil ao Peru, em Pucallpa. Estaria refletindo o temor de que com isso se abriria o acesso dos produtos brasileiros e de outros países da região aos mercados do Pacífico, onde, claro, não querem competidores e foi adiante. Pode ser que isso seja até manifestação do outro lado da história mundial sobre o assunto. Não quero me envolver naquilo que já se convencionou chamar de teoria conspiratória da História.

Não pretendo que haja uma conspiração mundial contra a Amazônia. É claro que há um jogo de interesses econômicos que não ignoram e nem devemos com isso, também, minimizar — é claro — o papel da Amazônia nisso tudo. Ela tem papel importante, há um risco sem dúvida nenhuma, se os desmatamentos não forem controlados. Não se trata de eximir a nossa responsabilidade ou de deixar de assumir posições claras sobre o assunto. Mas, também, não há por que nos submetermos, enfim, a uma gritaria concertada, sem muito fundamento. Ficou devendo ao Senador Jarbas Passarinho uma referência ao Programa Nossa Natureza. De fato, ainda não me detive

nos detalhes do programa. Mas, em linhas gerais me parece válido, não seja real possibilidade de implantá-lo. Pessoalmente o que eu posso dar é um testemunho, de que, em certo momento, fui chamado individualmente para oferecer um depoimento perante o grupo que elaborava o programa. E, no mesmo dia, estava lá a Sr. Clara Pandolfo também chamada em caráter individual, para uma conversa de 1 ou 2 horas, com pessoas da região, não muitas mais. O programa é algo que foi elaborado aqui em Brasília, nos gabinetes, inclusive ligados à área de segurança nacional, sem muita participação e sem muito aproveitamento da experiência dos organismos regionais que, boa ou má existe e que deve ser levada em consideração. Em encontros sobre a Amazônia, com a participação ampla dos nossos irmãos sulistas e estrangeiros, eu costumava dizer: "Há sinais de vida inteligente na Amazônia". Então, seria interessante chamar algumas pessoas de lá para dizerem sobre como eles pensam, como eles tentam, como eles têm vividos esses assuntos. Esse Programa feito muito à revelia, sem prejuízo disso, não obstante, como digo, em linhas gerais, embora não tenha lido a ninguém em detalhe, me parece que pode servir de ponto de partida e poderíamos discutir aspectos específicos.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Antes de dar a palavra ao Sr. Relator, para que agradeça, em nome da Comissão, presença do Dr. Armando Mendes que deu a todos nós uma extraordinária aula sobre economia Amazônica, eu gostaria de, comunicar que está aqui presente o Dr. Frederico Afonso para ser ouvido.

Eu gostaria de consultar à Comissão se devemos ouvi-lo imediatamente, na sequência, ou se devemos suspender a sessão e ouvi-lo à tarde?

O SR. JARBAS PASSARINHO — O meu parecer dado ao nosso Presidente foi exatamente propondo ao Dr. Afonso... Porque, hoje, com certeza, não deveremos ter nenhuma deliberação no plenário do Senado. E aí, por volta das 16:30, poderíamos retomar à reunião, se o Dr. Afonso concordasse em retornar aqui.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — É lógico.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Porque já são dez para as treze horas e debates seriam prejudicados por esse intervalo. O Dr. Afonso concorda?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Sr. Relator, para agradecer a presença do Dr. Armando.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Considero que temos alguns que justificam na Amazônia essa declaração que ainda há pouco o Professor Dr. Armando fez de que há pessoas inteligentes na área. Ele é uma das pessoas que dão sinais constantemente...

O SR. DR. ARMANDO MENDES — Há sinais de vida inteligente...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E acho que a Comissão se propõe, Dr. Armando, fazer um trabalho mais rápido, por isso a razão do relatório preliminar porque o grande problema era aquele, queimadas, hoje, nós vilão do mundo inteiro, para poder chegar à uma conclusão. Depois chegarmos ao fundamental, o essencial é essa fase agora. É como fazer esse desenvolvimento auto-sustentado, que foi tão bem definido aí por V. Ex.ª ainda há pouco.

E as idéias que foram trazidas na palestra de hoje, eu acho que fertilizam muito o nosso raciocínio aqui dentro da Comissão Parlamentar. Vamos ouvir, ainda, pessoas que são altamente qualificadas como o Dr. Afonso, que foi um dos nossos mais brilhantes dirigentes do senatur dos Amazônias, já temos apiniões que permitem divergências, portanto, a partir das dúvidas é que devemos chegar a alguma coisa que seja compatível com o esperado na Comissão Parlamentar, as comissões, de um modo geral, são consideradas inocuas, pois não têm poder de execução mas na verdade elas fornecem um material extraordinário para quem quiser se debruçar sobre o estudo de temática brasileira, e a sua participação eu acho um ponto alto, como foi ainda antes de V. Ex.ª outros depoimentos aqui. E vejo, com muito prazer, que o estúdio da Amazônia, que conheci há quanto tempo, tive a honra de trabalhar com V. Ex.ª na equipe da SPEVEA, continua o mesmo homem lúcido, que é capaz de nos dar lições magistrais como foi esta manhã.

Agradeço-o, muito, como Relator, a contribuição que nos deu hoje.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Srs. Senadores, suspendo a sessão, convocando a continuação da mesma para às 16:30h, desta tarde, para ouvirmos o Dr. Frederico Afonso.

Muito obrigado.

(Suspende-se a reunião às 13h.)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Srs. Participantes, vamos dar continuação à reunião de hoje. Apresento o Dr. Frederico Monteiro Alves Afonso, humaitense, um dos melhores especialistas em assuntos agrícolas e, como amazônida, também um conhecer profundo da região da qual é filho.

Concedo a palavra, para sua exposição, ao Dr. Frederico Monteiro Alves Afonso.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Sr. Presidente, Senador Leopoldo Peres, Sr. Relator, Senador Jarbas Passarinho; meus Senhores e minhas Senhoras, é com extrema satisfação a oportunidade que tenho de vir à CPI da Hileia Amazônica fazer um relato que não tem muito de teorizações, mas é muito mais uma experiência vivenciada e uma história, que está justamente agora apenas nos seus capítulos iniciais, que é a questão da volta do cacau a sua origem.

Ao trazer para a CPI da Amazônia o problema do cacau, permito-me recordar tantos insucessos que a Amazônia já impôs a projetos agrícolas, sejam eles de porte internacional, como foi o caso de Forlândia e Belterra, que em 1927 trouxe alguns milhares de dólares para tentar fazer uma agricultura aveícola nas paragens paraenses, em que elementos técnicos como o problema da sempre falada doença das folhas, como o problema de relacionamento e de escassez de mão-de-obra mas, principalmente, o posterior advento da produção de borracha sintética fizeram daquele projeto um fracasso.

Tivemos também as experiências de colonização oficial, não a colonização oficial mais recente, da qual ainda apenas estamos tendo as primeiras análises, as primeiras informações, mas a colonização oficial na Bragantina e do núcleo do IAPA em Rondônia que pouca coisa deixou, senão a destruição e o deserto, pois ainda recentemente em Rondônia tivemos oportunidade de discutir esse tema da desertificação da Bragantina e o técnico do Cepatur — Embrapa, ao Professor Cláudio Faleze, dizia que em absoluto vê destruição e vê problemas de maior monta na colonização da Bragantina. Mas, de qualquer forma, a Bragantina não conseguiu fazer nada mais do que alguns punhados de agricultores bem sucedidos e outros, na sua maioria, mal sucedidos.

Temos o exemplo de hoje, já um pouco debatido aqui pelo Professor Armando Mendes, quando se discutia o problema dos incentivos fiscais e a pecuarização da Amazônia, quando se discutia dos insucessos, e o relatório sobre o qual falava o Professor Armando Mendes — e tenho aqui uma cópia em mãos — ele diz que na análise feita dos projetos implantados e dados como implantados, a maioria desses projetos não conseguiam sequer ter rebanhos constituídos, que equivaliam à produção de um ano; não é a questão de ter alcançado o plantel para o qual se propunha, mas ter no todo o aproveitamento do rebanho, sem falar no maior mal que fez a pecuarização para a Amazônia, que foi a questão de criar e implantar uma estrutura agrária absolutamente injusta da grande propriedade naquele mundo.

Depois tivemos de novo a borracha, através dos sucessivos Probor um, dois e três, em que deveríamos ter implantado 380 mil hectares de 1972 a esse pedaço e nada mais alcançados que 106 mil hectares de seringa de cultivo. Não precisamos dizer que não conseguimos alcançar o alto abastecimento, e muito menos excedentes de exportação que o Probor 3 anunciava.

Hoje a Amazônia é declaradamente inapta ou não é uma solução boa para o plantio da Hêvea e se prefere aquilo que está sendo conceituado como zona de escape, que são as áreas já referidas hoje aqui do planalto paulista, seja do litoral capixaba, a Bahia não tão zona de escape, mas na mesma sorte de problemas de doenças das folhas, como é a nossa Amazônia.

Mas, de qualquer forma, a Sudhevea não logrou, não conseguiu fazer aquilo que se pretendia, e o engraçado é que o modelo que a Sudhevea tem para financiar e custear os projetos e veículos tem um contraditório, e que logo mais iremos nos referir entre o cacau, a Ceplac e o seu desenvolvimento. E contraditório consiste em que quanto menos borraça o Brasil lograr produzir, mais recursos arrecadará a Sudhevea para seus programas, porque a taxa de organização e regularização do mercado da borracha é aplicada em cima de uma equalização dos preços da borracha extrativista das nossas regiões amazônicas comparada com o preço da borracha que vem da Malásia, que chega em uma relação de um para dois ou dois é meio de desfavorabilidade para o produto amazônico.

Por último, sem me atrever a esgotar, porque seria algo inalcançável, inatingível teríamos o megaprojeto do Sr. Ludvig, mega em tudo, por qualquer parâmetro que se queira aferir, de ter feito uma aplicação inicial de um bilhão de dólares com a ideia de florestas homogêneas de guimelina, logo seqüenciada pelo pinus e ora felizmente buscando alternativas mais adequadas para a região, que é o eucalyptus lograndis. Em cima disso a combinação com a extração do caulim, com o problema da pecuária para a sustentação do projeto e também para excedentes, e o absoluto fracasso que foi o Projeto Rizícula, de São Raimundo.

Então, essas coisas que me permito passar aos Senhores, e são exemplos que parece bem que a Amazônia ainda está naquela fase em que não sabemos explorá-la convenientemente e não temos ainda os ingredientes para fazer com que seja a Amazônia desenvolvida e seja oportunizada pela agricultura ou pela agropecuária.

Começamos a falar um pouco do cacau como uma opção ecológica, e dentro dessa questão da opção ecológica, não é apenas um gancho para fazer o modismo da discussão, que se trava dentro do panorama nacional e internacional, mas é que realmente o cacauero é uma planta originária da Amazônia, e que desde a Amazônia até a parte central da América, das latitudes em torno de 18 graus norte e 15 graus sul, tem características absolutamente reprodutivas do ambiente da floresta, que é o seu *habitat* natural. E a biomassa do cacauero e das espécies a ele associadas, porque dificilmente você encontra o cacauero sozinho, isolado, ele invariavelmente está, ou com o sombreamento da floresta-mãe, que foi raleada, que foi entressacada e ali se alinhava e se plantou o cacauero, ou é um cacau plantado com corte raso, onde se faz a exploração econômica dessas espécies de maior valor, seqüenciada pela queima, e logo em seguida reconstituída através de um sombreamento provisório de bananeiras, que contribui para fechar rapidamente a área — pois em seis meses um bananal, nas nossas condições, na Amazônia, já está perfeitamente batelha, e já dando condições de se colocar em baixo dessa manta de bananeiras, o cacau.

Essas duas oportunidades, seja a da derruba total, que para alguns já é uma violentação, seja a do plantio em mata caborocada ou em mata raleada, de qualquer uma delas que se tome é seguramente uma reprodução ou uma limitação da floresta original, onde se tinha ou não ocorrência de cacauais.

Discutir os valores de uma ou de outra talvez não seja bem a oportunidade, mas poderíamos dizer que, via de regra, nos trabalhos que a Ceplac vem conduzindo na Amazônia, a técnica mais utilizada ou o método mais utilizado é o da derruba total, porque na nossa Amazônia é muito difícil fazer aquilo que deveria ser feito, ou seja, fazer um raleio das árvores e deixar uma sombra mais ou menos distribuída, porque convivem espécies do porte de uma castanheira e do porte de um mogno que tem uma copa com uma derrama de pouco mais de 4 a 5 metros de diâmetro.

Além disso, as nossas florestas têm sempre sistema radicular muito superficial, e quando se faz um raleamento a área remanescente fica em um eterno *cai-cai*. Nesse *cai-cai*, cair uma árvore amazônica no meio de um bosque de cacau recém-plantado, significa a destruição de algumas centenas de plantas, e também tem um outro efeito muito prejudicial economicamente que é retardar o ciclo produtivo do cacau. Quando você tem o cacau estabelecido à sombra da bananeira, você tem um sistema de abre-e-fecha de guarda-chuva, ou guarda-sol, onde você dá choque de luz em cima das plantas ali estabelecidas e tem um cacau que em dois anos, dois anos e meio, ou três anos, já esterne produção de 150 quilos por hectare. Quando você tem a árvore da floresta servindo como sombreamento definitivo, você tem uma situação de retardar, pelo menos, dois e até três anos esse ciclo produtivo do cacau.

A nossa Amazônia, indubitavelmente, é o berço da cacauicultura, é o berço de ações; desde 1676 a 1681, a Coroa portuguesa já incentivava, e parece até um pouco de imaginação, se dizer que por volta dessa época se ordenou o estabelecimento de plantações experimentais nas proximidades de Belém, para que os colonos pudessem se informar a respeito dos melhores métodos de cultivo.

Libertou-se os funcionários reais das primeiras proibições contra a participação no comércio, permitindo-lhes exportar cacau por conta própria. Em 1681 declarou-se a exportação de cacau isenta de todos os direitos alfandegários pelos próximos seis anos e sujeitas a metade dos direitos nos quanto anos seguintes. E autorizou-se os membros das Ordens religiosas, no Vale, a enviar ao Reino quantidades substanciais de cacau, livre de todos os direitos. Poder-se-ia dizer que, na realidade, essa, talvez, tenha sido a primeira experiência de incentivos fiscais para a qual a Assembleia foi oportunizada.

A despeito de todas essas medidas traçadas, e elas vinham muito mais em resultado dos problemas com o mercado internacional do açúcar pelos quais passava a região, ela não foi seguida, não foi atendida, porque se preferia — como quase ainda hoje se prefere —

o extrativismo puro e simples, e a organização de expedições para coletas de cacauais nos bosques semicultivados ou até matas de cacau existentes em todo o interior da Amazônia, da qual se poderia referir aqui às áreas de Cametá, às áreas de Mucajuba, às áreas de Baião, no Estado do Pará, e também a região das ilhas e mais acima, no meu Estado, às áreas de Itaquiara, Urucará e Parintins.

Nesse período a produção brasileira era, notadamente, a produção amazônica de cacau, e tem-se referências históricas de períodos em que pelo Porto de Belém são exportadas quantidades muito variáveis. E variáveis porque estavam a depender da possibilidade de organizar essas expedições, da existência ou não de barcos para transportar o produto para Portugal, e esses registros anotados vão em variações de 14 toneladas/ano até 3 mil toneladas de cacau.

Por isso, e aqui repito, inclusive, um Deputado de Belém que certa vez, numa ação muito conflitante com um outro deputado baiano, tentava restabelecer a história de quem era mais tradicional, falo do Deputado Jorge Arbage, falava que quem é mais tradicional, sem sombra de dúvida, é a cacauicultura amazônica e a do Pará. E, foi daí do Pará que um xará meu, em 1746, o Sr. Frederico Varnaud, levou para as várzeas do Rio Pardo, no Município de Canavieiras, as primeiras sementes que, entregues a Antônio Dias Pereira, permitiram forjar-se a cacauicultura baiana, que hoje é a expressão econômica, expressão cultural, expressão vivencial que todos estamos acostumados a ver e ouvir em todos os elementos de difusão.

Num quinquênio mais recente temos uma produção de cacau, da Amazônia, estabelecida em torno de 1.500/2.000 toneladas, nada mais passava do que isso.

Quando o Brasil saía de 170, 180, 270, 250 mil toneladas a relação de produção da Amazônia, basicamente representada pela produção paraense com umas duas terceiras partes e a produção amazonense com uma terceira parte, ela pouco passava e não alcançava quase um por cento da produção nacional de cacau. Essa produção ainda hoje pode ser vista, lá no Tocantins, em Cametá, onde a interferência do homem com tecnologia é praticamente ainda muito reduzida; lá ainda se vê a colheita de cacau com o laço. Há poucos anos, eu diria que há 15 ou 16 anos, se introduziu um dos instrumentos da coleta de cacau, que é o podão e se lançava cacau, se engargulava com o cipó e se puxava dilacerando todas as almofadas florais, o fruto do cacau. Da mesma forma não se fazia a fermentação do cacau, pois saía da coleta diretamente para os tupés, onde secados eram, se havia a transformação necessária dos elementos internos, indispensável para uma boa qualidade do produto. E nessa zona tão tradicional não é difícil de se identificar que o cacau, por si, pouco valia, ele era o somatório com a alcoubá, com o murumuru, com a andiroba que davam sustentação, e também a seringueira que nos mesmos moldes tradicionais era sangrada à machadinha, coletado no cas-

co do uruá, pegado no tronco da seringueira com a tabatinga do Tocantins.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Por isso são chamados de sociedade de côcoras (inaudível).

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Sociedade de côcoras.

Feitas essas antecedenças — acho que olhar para trás, no retrovisor da História, é muito importante para se poder caminhar para frente — chega a Ceplac à Amazônia, em 1965, em Belém, num escritório muito modesto e pobre, agasalhada no antigo Ipean. E costume dizer e escrever, às vezes com a resistência de alguns colegas meus, de que essa primeira posição da Ceplac ao chegar, em 1965 na Amazônia e em 1970 em Manaus, tem pouco a ver com a sociedade local e de compromissos de fazer do cacau o elemento vetor do seu desenvolvimento ou do seu acrescentamento; ela tinha nitidamente atitudes colonialistas que passavam por estudar os problemas das doenças, principalmente a "vasoura de bruxa", para que quando, num dado momento chegasse essa senhora, as plagas baianas já tivessem um nível de desconhecimento razoável, e, principalmente, para a exploração das matas amazônicas na coleta de materiais genéticos, materiais originários da floresta, que viessem a entrar em produção, entrar em testes, entrar em avaliações para serem a nova base genética para os cacauais baianos e capixabas.

Essa etapa inicial, quanto tínhamos um técnico em Belém, um em Manaus, é sequenciada no período de 70/75, que eu chamo a época do reconhecimento do meio ambiente e principalmente o estabelecimento inicial do Programa de Integração Nacional. Nessas épocas temos dois fatores importantes, históricos, que faço questão de aqui levantar e testemunhar. É o de que hoje muitos escrevem que a Ceplac foi fazer a cacauicultura da Amazônia, que é a grande interessada, é assim, mas é preciso que se diga, por questão de justiça, que muito mais a Ceplac foi chamada a contribuir pelos Governos estaduais — e não posso deixar de referir a passagem do Governo Fernando Guilhot, que há pouco o Senador Jarbas Passarinho fez referência, quando era Secretário de Agricultura o Dr. Eurico Pinheiro e que se celebrou — e eu tive oportunidade de participar da elaboração do Projeto Cacau/Pará, que cobria o período 71/74 que ambitionava fazer as substituições dos pimentais decadentes da zona de Tomeaçu e da zona Bragantina, Santa Izabel-Castanhal, que estavam sendo dizimados pela fuzareoze. E os agricultores japoneses já batlhavam com substitutos para essa agricultura que já estava em decadência, e aí tinha todas as experiências; tinha cacau, seringueira, tinha o urucu, e dentre essas oportunidades o cacau foi uma que se saiu muito bem.

Esse Projeto Cacau/Pará teve ao longo desses anos uma perspectiva de fazer um plantio de 4 mil hectares e ele se desenhava, para essas zonas de pimentais decadentes e para

as zonas tradicionais de Cametá, Mocajuba, Baião, e se conseguiu introduzir uma postura de fazer plantar cacau na Transamazônica, que estava recém sendo aberta.

É preciso que se diga que dos 4 mil hectares se logrou plantar em torno de 1.600 a 1.900 hectares, e a zona de maior dinamismo, de maior pujança para o trabalho da Ceplac, que na ocasião trabalhava em convênio com o Ipean, com a Carpará, com o Banco do Brasil, e com o Idesp, foi a zona da Transamazônica que plantou mais da metade da área, quando se esperava que fossem ser as áreas de substituição de pimental decadente que fossem sair na frente. E, mais recentemente, nós entramos num período — aí sim, a gente tem que dizer que a Ceplac é a parceira maior, a atriz maior do cenário amazônico "cacaucola". A partir de 1976, quando é aprovado o Procacau, que foi um programa decenal, de 76 a 85, que ambitionava, por causa da economia mundial e, particularmente, da economia do cacau brasileiro, fazer um crescimento da nossa produção, agregando-se 300 mil hectares de novos plantios com os quais a Amazônia foi contemplada em 150 mil hectares. Especificando: Rondônia, 100 mil hectares; Pará, 50 mil hectares; o nosso Amazonas com 10 mil hectares; e outros Estados, assim, genericamente, mais 10 mil hectares. Então, nós teríamos uma meta no Procacau abrangente e global de 170 mil hectares.

Dessa situação até os dias atuais nós temos períodos em que tivemos extrema dificuldade de confrontar o mundo baiano cacaueiro, político, administrativo, de governantes com o nosso cenário amazônico que se começava a desenhar. E se teve essa dificuldade principalmente, Srs. Senadores, meus amigos presentes aqui, em função de que quando o Procacau foi aprovado, ele foi aprovado com uma participação do Governo Federal, que incluía no custeio do projeto total cerca de 1/3 dos seus custos totais a cargo do Governo Federal; e essa contribuição vinha atenuar o problema da confrontação baiano-amazônica, porque é de se ver logo a resistência que se gerou quando os produtores baianos contribuiriam, como contribuem, com parcelas de seus recursos que saem da exportação do cacau, da taxa de confisco cambial, hoje imposto de exportação, e que teriam outro lado. Essa falta, essa falha — eu aqui escrevi no meu documento, que pretendo passar ao Presidente da Comissão dentro de mais uns 15 ou 20 dias — chamei de pecadilho. O pecadilho deu uma tremenda dificuldade política que foi aquela dessa resistência de passar recursos, e não só recursos, passar sementes híbridas, passar pessoal técnico. Nós tivemos um grande número de pessoas que foram arrecadadas, como eu próprio fui arrecadado. Temos no fundo da sala o Dr.

que foi o nosso contraparte em Belém. Temos outras pessoas que lá estão e que foram arrecadadas dentro do núcleo da Bahia para ir à Amazônia. E só foi possível...

O SR. JARBAS PASSARINHO — E o que podemos entender por arrecadar?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Arrecadar é transferir uma pessoa que está num lugar para outro. (Risos) Gente também se arrecada.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — A isso eu chamaria mobilizar.

O SR. MÁRIO MAIA — Ele não quis falar arregimentar porque seria muito militar a expressão, não é?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Eu aqui digo que essas resistências que foram interpostas só puderam ser superpassadas por que eu interpreto assim: em primeiro lugar, nesse período inicial do Procacau, 77, 78, 79 e 80, nós tivemos aquilo que é conhecido como os anos de ouro do cacau. Nós tivemos preços excepcionais, acima dos 3 mil dólares por tonelada, que deram muito dinheiro. Muito dinheiro que permitiu, inclusive, que ele fosse jogado para a Amazônia para custear essas ações iniciais sem muita queixa. Mas, mesmo assim, com queixas fortes.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Fundamentalmente na Bahia, pelos produtores baianos.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Certo. Ela é dos governantes, dos políticos e dos produtores indistintamente.

Eu diria que uma outra segunda razão, talvez a mais importante, é a forte posição dos governos militares que priorizaram recursos e incentivos para a Amazônia nessa etapa, não apenas pela questão da doutrina de segurança nacional dos 11 mil quilômetros que V. Ex.^a, hoje, pela manhã, se referiram, faixa de fronteiras, vazios populacionais, mas, também, por uma questão psicossocial que envolvia prestígio e popularidade. Historicamente todas as nações encontram nas guerras o momento de união nacional. O Brasil, tradicionalmente um País pacífico, encontrou na integração da Amazônia a receptividade e a ressonância na atenção de cada brasileiro. As elites e as massas, juntas, no ideal comum, reduzindo as tensões sociais e políticas no desenvolvimento da região Amazônica, contribuindo não apenas para a integração econômica e territorial mas, também, para a integração política do País.

Para ilustrar essa questão de quanto valia o sistema então predominante, eu diria que numa das ocasiões em que o General Candau da Fonseca, do Emfá, visitando o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, na Bahia, recebia e ouvia queixas dos produtores sobre a evasão de recursos da Bahia para a Amazônia. E, o General Candau, cortando, dizia: "Os senhores deveriam se sentir muito orgulhosos em contribuírem para integração da Amazônia".

E por último, eu não poderia também dizer que pessoas que vivenciaram esse largo período também deram a sua contribuição. Nós tivemos um Secretário-Geral que permaneceu Secretário de 68 até 1984, e que era um homem de ESG. Então, a doutrina esguiana, o

"integrar para não entregar" prevalecia e dominava as mentes que então comandavam a Instituição Ceplac. Dentro dessa moldura a gente pensa interpretar razões suficientes para que da confrontação e das dificuldades iniciais existentes se pudesse ter as coisas aí traçadas.

Eu, talvez, tenha feito aqui um equívoco para as pessoas que não tenham muita familiaridade com a Ceplac — e eu falando em Ceplac — eu devo voltar um pouco e dizer que a Ceplac é um órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e encarregado pelo setor agrícola cacauero. A Ceplac tem duas peculiaridades muito fortes: uma primeira que devo dizer é que ela sobrevive e vive através das taxas de arrecadação ou de impostos que são arrecadados na exportação, 10% do valor IOB do cacau que sai. Então, se nós conseguimos alcançar 600 mil dólares, 60 mil devem vir para a Ceplac utilizar.

O SR. JARBAS PASSARINHO — É importante fixar esse ponto.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Ponto que a cada momento vem sendo esgarçado, vem sendo desgastado porque em 83 nós deixamos de ser taxa de confisco cambial para passarmos a imposto de exportação, e esses vínculos não são tão estreitos quanto foram no passado. Eles, hoje, são vínculos muito mais na cabeça das pessoas que viveram. Até há pouco, em 1987, quando se falava na reforma administrativa dos órgãos públicos brasileiros, eu ouvi, dentro de uma sala do Ministério da Agricultura, dizer-se que a Ceplac tinha que se institucionalizar, tinha que ser uma Fundação de Direito Público porque possuía recursos próprios. E ainda traduziam, os técnicos-burocratas do Ministério da Agricultura, que o imposto é igual a um direito assegurado para a vida da Ceplac. A gente sabe que imposto não gera vinculação, mas existe e tem servido como referencial de cálculos dos orçamentos da Ceplac.

Uma outra peculiaridade é o modelo institucional que a Ceplac tem. A Ceplac não se assemelha a coisa nenhuma que temos dentro do sistema agrícola brasileiro, porque a Ceplac tem, dentro da mesma casa, a pesquisa; a experimentação agrícola; a extensão rural; recursos de formação de capacitação de técnicos agrícolas, técnicos em agropecuária, tecnologia de alimentos, agrimensura, enfim; e treinamento de capacitação de trabalhadores rurais e proprietários rurais. E, mais ainda, um departamento que não é muito reconhecido, mas que tem prestado muitos favores e muitos serviços à região, que é o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento, que faz a colocação de pequenas estradas vicinais, de linhas de transmissão, de construir metade do Porto de Ilhéus. E esses recursos todos são colocados na cacauicultura da Bahia, na cacauicultura da Amazônia sob um comando único regional.

Na Amazônia, nós tínhamos um departamento chamado Departamento Especial da Amazônia. O especial dele resultava que, em vez de estar dividido por atividades de pesqui-

sa, extensão, ensino — que são os departamentos que atuam no sul da Bahia — ele tinha conglomeradamente as ações de pesquisa, de extensão rural e, mais recentemente, de ensino, mas sob a égide de um único departamento que então se regionalizava e que se dividia no espaço amazônico.

Feita essa digressão, só para eu poder me tornar mais claro para as pessoas aqui presentes, eu diria — e os Membros da Comissão têm aqui cópias de umas tabelas, que não leremos detidamente todas elas, que dão a justificativa de por que a cacauicultura foi para a Amazônia e lá está se estabelecendo. A primeira justificativa é uma justificativa de política agrícola, de expansão da fronteira, promovendo a reconquista da liderança brasileira de cacau no mercado internacional. Quando o pro-cacau, foi desenhado com essa missão, com essa expectativa de chegarmos as 700 mil toneladas de cacau.

Ela tem uma justificativa ecológica, porque se trata de um cultivo perene, tipicamente conservacionista e mantenedor do equilíbrio do meio ambiente, imitando a floresta, ou sendo, uma floresta econômica. Tem uma justificativa econômica, porque assegura ao agricultor conveniente remuneração, porquanto contribui para a melhoria das balanças de pagamento regionais e nacionais, através do crescimento da receita cambial; e promove uma melhor redistribuição da produção a nível nacional. Quando antes nós falávamos — e ainda hoje vemos em algumas publicações, a Bahia produzindo 98%, qualquer problema climático, qualquer problema de pragas ou de enfermidades atingindo o sul da Bahia, poderia causar graves prejuízos, como, agora, há dois anos, nós estamos vivendo no palco baiano e no palco capixaba, que é uma seca muito prolongada que jogou para baixo a produção baiana de 100 mil toneladas, em 87, para 90 mil toneladas em 88. Se não tivéssemos já o começo de uma produção, ainda que incipiente na Amazônia, que já dá 40, 50 mil toneladas/ano, nós teríamos todos os ovos dentro de uma mesma canastra, dentro de um mesmo cepo.

E, por último, falávamos na questão do estratégico, porque lá é capaz de colocar pessoas nesses vazios demográficos, dando essa atividade de fixação do homem à terra.

Foram usados três critérios básicos para a localização de projetos cacaueros, um dos quais o climático.

O cacauero é uma planta típica das regiões tropicais, subtropicais, com pouca capacidade de suportar períodos muito prolongados de estiagem. Na região produtora da Bahia a distribuição da chuva, ao longo do ano, se dá com uma regularidade sem grandes déficits hídricos. Essa característica possibilita a produção de cacau durante quase todo ano. Já nas regiões produtoras de cacau, no continente africano, Trinidad, Gana, Nigéria, Costa do Marfim, os períodos secos são bem mais marcados, e são aproximados ao que temos em termos de características climáticas do Pará, de Rondônia, do Acre, do Amazonas e do Mato Grosso.

O SR. JARBAS PASSARINHO — O da Malásia é comparável ao da Amazônia.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — A Malásia não. A Malásia tem período secos, mas é um pouco menos grave do que na África. Na África nós temos 4, 5 meses de período seco e reproduz um pouco as figuras que temos, por exemplo, na Transamazônica, onde tem-se um período muito longo, mas um período longo que é compensado pelo enevuado que quase sempre predomina na região e pela profundidade de solos e a excelência das terras roxas, que ocorrem principalmente entre Altamira/Felixlândia, e depois passando por Uruará, chegando até Presidente Médici.

Depois do clima, tem o problema dos solos. E, em se tratando de solos, queremos sempre nos referir, e fomos muito criticados por termos procurado localizar as plantações de cacau em cima de terras de mediana ou de alta fertilidade natural. Isso porque não era possível se visualizar uma agricultura de cacau feita às custas de pesadas correções com calcário, que vinham de outros lugares, ou de adubações também fortes, que iam castigar e tornar a agricultura de cacau da Amazônia praticamente não competitiva com outras agriculturas de cacau.

E, por último, uma situação em que procuramos também fugir um pouco do que era tradicional. Se hoje, aqui, agora, o Professor Armando Mendes estivesse, eu tenho certeza que seria criticado por ele ao dizer que as populações ribeirinhas, as populações tradicionais, os povos da floresta estariam sendo colocados à parte, à margem, porque o desenvolvimento da cacauicultura não se fez nitidamente em cima das áreas produtoras tradicionais. Cameta, hoje consegue ter uma área ampliada de cacau, mas é uma agricultura sujeita a uma série de jogos de azar. Jogos de azar tão profundos quanto era a cafeicultura do norte do Paraná, sujeita a cada ano, a cada 2 ou 3 anos, a uma geada. No Pará — quem é de lá sabe, e temos aqui representantes — cada período de cheia, cada maré lançante faz com que as áreas sejam submersas, é a Amazônia submersa que ainda se tem lá. Então, nós preferimos sair dessas áreas de jogo de azar e ir para terra firme, terra firme aonde estivessem fertilidade natural mais alta.

E, por último, o critério também estabelecido foi aquele de se buscar casar a ação da Ceplac, de plantar cacau, com a atividade de outras instituições públicas federais que já estavam atuantes na Amazônia, através do programa de integração nacional. Vale dizer, nitidamente, o Incra. E aí, então, se tem a ação da Ceplac na Transamazônica, que me referi há pouco, quase 2/3 partes do cacau paraense estão no eixo da Transamazônica, entre Altamira e Taitú, são 27, 28 mil hectares de cacau ali plantados, e também na colonização oficial do Incra, em Rondônia, no eixo da BR-364, entre Ariquemes e Cacaú. Mas, também, não foi só aí. No Acre, mais recentemente, nós estamos trabalhando em conjugação de esforços com o Incra, no de Humaitá,

a 30, 40 kms da cidade de Rio Branco. E, também, no Mato Grosso, nós estamos em cima de uma colonização, só que uma colonização particular, nas áreas de Alta Floresta, colonizadas pela Imbeca. Então, a partir desses estabelecimentos, de como fazer e onde fazer, nasceram o que chamamos de pólos cacauzeiros da Amazônia, copiando o então modismo do Pólo Amazônico. Nós já tínhamos os pólos agrominerais, os pólos agrícolas, e desenhamos o Pólo cacauzeiro. Então, você tem aí esquematicamente colocado o pólo da Pré-Amazônia Maranhense; o Pólo do Norte do Bico do Papagaio, de Goiás; tem, no Pará, o Pólo de Altamira, o Pólo Trombetas; aqui ficou faltando, aqui nesse norte de Goiás, bem no bico; que já é formado pelo Teles Pires, o cacaúsinho de Alta Floresta, Paranaíba, o Pólo Cacauzeiro de Rondônia e o Pólo Cacauzeiro do Acre. Esses pólos foram trabalhados em etapas diferentes, não nasceram todos da mesma vez. E esqueci-me de falar justamente da minha terra, que não chega a ser um pólo, é uma área menor, em menor quantitativos, que se desenhava para ser um distrito agropecuário da Suframa, nas vizinhanças de Manaus. Essas áreas têm condições diferenciadas, têm condições climáticas também diferentes, e, mais na frente, discutiremos os resultados alcançados num e noutro, e os problemas que resultaram, sobre a pujança de um, o descrédito de outro e até o abandono de algumas áreas de cacau.

Esses resultados, temos nesse quadro a evolução de área e hectares existentes e assistidos na Amazônia. É uma série que vai até 86, e que vemos em cada Estado assinalado; isso aí é ano; cada número desses é aquilo que se fez dentro do ano. O Pará soma, na lateral direita, as coordenadas, e dentro do ano na vertical. E preferiria que ao invés de se deterem nessas áreas, nessa tabela, vissem uma seguinte, porque temos absoluta consciência de dizer e de referir que a Ceplac não é a ganhadora de todas as batalhas, não estamos aqui em termos de ufanismo, nós estamos em termos de realidade, e colocar as áreas cacauzeiras que foram implantadas até 86 e as áreas que remanescem, tendo assinaladas aí as áreas de maior perda. No Pará, de uma área plantada de 33.822, houve perdas em torno de 10.000 e remanescentes de 23.000 mil hectares, com perda de 30%. A perda maior que se deu, inclusive se deu e foi necessário fazer o fechamento de um escritório local, foi o escritório de Monte Alegre, que, apesar da excelência da qualidade de solos, o clima foi muito inconstante e continua inconstante, e se levou a uma decisão de se fechar essa área.

Meu Amazonas, dentro das áreas da Suframa, tinha conseguido até 86 fazer uma implantação de 2.665 hectares e perdeu 2.000, ficando reduzido a 605 hectares, com a perda de 77%.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Tem algum problema?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — O problema da Amazônia é um

pouco mais complexo. Senador. O problema da Amazônia, eu diria, e espero que o meu conterrâneo não fique de nenhuma forma melindrado, não existe agricultura no Estado do Amazonas. O Amazonas tem ademais no plantio da junta na várzea e ademais da exploração de guaraná em Maués, nada a fazer de agricultura. O Amazonas não foi ainda tocado. Duas experiências de colonização que se fizeram; uma o Incra e a outra o Instituto de Terras da Amazônia, lá no Juma, foram absolutamente fracassadas. E quem sabe se não seja assim que deva ser, pelo menos enquanto a gente não tenha mais conhecimento para desenvolver o nosso Estado.

O Mato Grosso também teve problemas muito sérios, mas que tiveram alguma coisa a ver com o clima. Mas, o problema mais sério do Mato Grosso foi o problema do ouro, o cacau é amarelo mas não compete com o ouro, certo? E os garimpos de Alta Floresta, de Planeta dos Homens, de Paranaíba fizeram com que houvesse uma queda muito grande na área, quase 60%, mas que, em seguida, quando a febre do ouro atenuou — não vou dizer que foi superada — houve uma recomposição e num quadro mais à frente teremos a oportunidade de vermos o Mato Grosso se reerguendo mais um pouco.

O Maranhão: é uma área, a mais privilegiada delas, em termos de fatores locais; a nossa área fica em Santa Inez, próximo a Macabau, uns duzentos e poucos quilômetros de São Luiz, num cruzamento de duas estradas asfaltadas, com solo de fertilidade média. O Maranhão já vinha sendo estudado pela Ceplac desde 1969 e somente em 1976 entramos lá. Entramos, com dificuldade, e logo em seguida veio o mesmo problema climático que, saindo de toda a pré-Amazônia, adentrou o Pará, pegou o norte de Goiás, a Transamazônica, as áreas cacauzeiras de Marabá também sofreram muito e o Maranhão foi o maior — seguido de Goiás — insucesso que a Ceplac teve — de 3.100 hectares resultaram perda de 90% com um remanescente de 308 hectares.

O Acre, do nosso Senador Mário Maia, tem uma história bem mais recente. O Acre entrou no jogo do cacau apenas a partir de 1981. Eu tive oportunidade, quando o governo Dantinhas existia, estava vivo ainda, em 1972 — 1973, ir com o pessoal da coordenadoria do Incra de Rondônia tentar vender o projeto do cacau. Não era nem vender o projeto cacau, mas o projeto Estatuto da Terra, e assisti a uma manifestação do então governador de que enquanto ele fosse governador, o Estatuto da Terra não prevaleceria naquele Estado. E V. Ex^a sabe muito bem, como homem de lá que é, como político que é, que o Incra só veio se estabelecer no Acre bem depois de 1972-1973. No Acre, tínhamos um sonho, um sonho bem verdadeiro, mais para o futuro, de estabelecer uma grande coleção de germoplasma, próximo do centro da origem, que fica lá pelo lado de Tabatinga, já na fronteira peruana, e a partir desse núcleo experimental, que gradativamente ia acumulando os potenciais da agricultura de cacau da Amazônia,

se passar para uma colinização ou estabelecimento de uma área produtiva que poderia ser viabilizada pela tão sonhada saída, Japiim, boqueirão da Esperança, Apucalpa, para chegar a Calhau.

O SR. JARBAS PASSARINHO — A perda foi relativamente pequena, no Acre.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — É, no Acre a perda não foi tão grande e está em melhor posição atualmente — este dado aqui é de 1986.

Goiás foi o desastre total e absoluto. Se V. Ex^a virem a cidade de Tocantinópolis, onde se localizou o nosso escritório, onde seria hoje a cidade de Tocantins, e houve uma desativação do pólo cacauzeiro de Goiás, que tem um potencial agrícola para produzir grãos da maior qualidade, terras riquíssimas, mas não tem uma colsa essencial no pé da planta do cacau que se chama água. E me perguntam sempre se irrigação não seria uma alternativa para isso e se virmos como se teve oportunidade de passar rapidamente na lâmina de solos potenciais de implantação de áreas em cima de "filé mignon", em cima de solos muito bons, mais de um milhão de hectares, na Amazônia, não vejo por que se insistir e fazer projetos de irrigação, caríssimos, a não ser que sejam projetos compactados, projetos de assentamento com água. Eu conheci, em meus 29 anos de cacauicultura, uma única área irrigada, extensiva, lá no Peru, Fazenda San Antonio, tinha mil e quinhentos hectares com irrigação por infiltração, e condições de nebulosidade e hora de brilho solar muito mais acentuadas que a Transamazônica, então a evaporação da água é bem menor.

E, por último, Rondônia, com 43 mil hectares de cacau implantado, onde teve perdas menores e esse dado também já sofreu modificações. Então, no final, se poderia dizer que dos 90 mil hectares de cacau plantados, tivemos perda de 23%, que dão um remanescente para a área de 3/4 partes. Se isso se considera sucesso ou insucesso é uma coisa que deixo ao julgamento de V. Ex^a.

Por último, em termos de resultados alcançados e de coisas feitas pelos técnicos, e principalmente pelo agricultor que aderiu ao projeto cacau na Amazônia, temos esse dado mais atualizado, de 1987, onde se inclui o esquema de trabalho da Ceplac nessas áreas com os números de escritórios regionais, o pessoal técnico-agrícola, o pessoal agrônomo, o número de agricultores assistidos, a relação técnico-agricultor, as áreas cacauzeiras plantadas e a média de área cultivada por agricultor. Nesse ponto aqui, quero fazer a referência de que com excessão da área Cacauzeira de Alta Floresta — onde tem alguns plantadores de expressão — com excessão do Município de Ariquemes — onde se fez uma licitação de terras públicas para plantar cacau —, toda a cacauicultura da Amazônia é agricultura do pequeno, do homem que chegou para pegar um pedaço de terra e a Ceplac se juntando ao Incra levou o conhecimento do cacau para dele fazer um acréscimo das áreas cultivadas. É uma situação favorável do ponto de vista

de preços baixos que estamos hoje, ter assim maior poder de competitividade para enfrentar esses preços baixos, mas também é uma dificuldade porque tem-se que ter serviços essenciais, extensão rural, serviços de suprimento de insumos, para esse nível de agricultor, muito mais favoráveis e muito mais presentes do que se estivéssemos trabalhando com grandes plantadores de cacau. Parece-me que esse fator da redistribuição de renda e da possibilidade de esses cidadãos evoluírem para uma situação que está no quadro que dá uma localização e a evolução da produção de cacau no período 83/87, vemos que essas toneladas de cacau que já são produzidas hoje, em 1987, 55 mil toneladas divididas entre Rondônia, 35 mil; Pará, 18 mil; e outros Estados, 2 mil toneladas, mostram que uma contribuição já está sendo dada à economia regional e, claro, que virá atrás disso o amadurecimento das áreas plantadas nos últimos anos.

O SR. JARBAS PASSARINHO. — Ainda não compensa a perda da Bahia, não é?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Hoje, se todas as áreas estivessem já em plena produção e todas elas manejadas a um nível bom e sem problemas de "vassoura de bruxa" e sem problemas que começam a agudizar relações de trabalho, como depois discutiremos quando formos discutir problemas como o garimpo de ouro, em Rondônia, garimpo de Cassiterita, e se falava hoje sobre a lavra mecanizada de Rondônia, nós voltamos a 1970/71, estamos de novo na lavra manual, na pá e picareta, acabando com a chamada província estanífera de Rondônia.

Essa situação, da qual eu falava, do departamento especial da Amazônia, com as suas atividades de pesquisa, as atividades de extensão rural e as de ensino, chamo a atenção de V. Ex.^a para uma situação que hoje começa a preocupar...

Bom, vou primeiro para os resultados alcançados em termos de pesquisa. A maior conquista que a Ceplac fez a nível de cultura de cacau da Amazônia foi a captação de recursos humanos e a constituição de um grupo de inteligência em termos da ciência agrônômica e ciência agrônômica cacaueira que conta com um número já bastante razoável, mas não ainda aquilo que gostaríamos: a massa crítica de pesquisadores já constituída por 7 doutores, PhDs, um ainda em curso, 20 mestres, 5 em curso e 9 profissionais graduados em Química, em Engenharia Florestal a nível de graduação universitária. Esse número de profissionais atuando na área de agricultura de cacau é absolutamente novo. Não podemos nem exigir muitos resultados de pesquisas desse grupo porque, em 1975, quando fui trasladado de Rondônia para o Pará para começar a dirigir o departamento especial da Amazônia nós éramos apenas 3 mestres — um especialista em solo, um em genética e eu com a minha especialização a nível de economia agrícola. Hoje, temos 20 mestres, 7 doutores e estamos fazendo uma coisa que para mim é essencial e absolutamente indis-

pensável: quando se discute os problemas da agricultura da Amazônia há de ver e sentir que não se pode ficar a resolver os problemas da Amazônia somente localizados no Cepatu e Belém, somente localizados no centro nacional de seringueira e dendê em Manaus. É preciso ver como superar as dificuldades locais e de condições de vida dos ambientes onde estão os problemas, onde estão as plantações, onde ocorre a necessidade da presença do técnico e quase sempre, irremediavelmente, de pessoas qualificadas e experimentadas.

Essa tem sido a maior dificuldade. Não é dificuldade só da Ceplac; a dificuldade é também da Embrapa. A Embrapa teve, quando eu andei por Belém, estabelecido um núcleo de pesquisas na Transamazônica, o Epae em Altamira, que fechou, arrecadou e levou para Belém; teve o Epae em Capitão Corso que fechou, arrecadou e levou para Belém.

E, se o Sr. visita o centro nacional de seringueira e dendê em Manaus, o Sr. não vê nenhuma ação interiorizada, onde pesquisadores labutem, vivam e troquem experiências com o agricultor, que planta e que sofre e que se angustia.

Hoje, nós estamos com uma mudança nessa direção e temos em Rondônia, já em treinamento e retornando de treinamento, 6 ou 7 especialistas em economia, em melhoramentos, em fitomologia e em hetomologia, que não serão homens de ponta, que é a nossa retaguarda experimental de pesquisa de maior profundidade básica. Está em Belém e, muito mais atrás ainda, você tem o recurso do centro de pesquisa de cacau, onde nós temos mais de 200 profissionais pesquisando as coisas básicas do cacau.

—Ao lado desse resultado de capacitação de recursos humanos, à que dou a maior importância, nós temos a questão de diagnóstico nutricional dos solos desses pólos cacaueiros estudados.

Estas áreas foram levantadas, foram estudadas, em regime semidetalhado, um para 60 mil em escala de sobrevôo, onde existia fotografia a esse nível de detalhe.

Temos também estudos bastante interessantes sobre a possibilidade que foi dada pela questão da riqueza residual das adubações maciças experimentais na zona de Paumeaçu e na zona de Santa Isabel Castanhal. Vale dizer que Paumeaçu deve ser hoje uma das áreas de maior produtividade agrícola de cacau, no Brasil, onde temos o agricultor japonês, não fazendo agricultura de cacau, mas, eu diria quase que horticultura de cacau. São agricultores que trabalham áreas de 6, 7, 8, 10 hectares e que têm produtividade em torno de 100, 150 arrobas por hectare. Eles conhecem a planta quase que pelo nome.

Um resultado bastante interessante que nós temos, hoje, já alcançado em Belém, é de que trabalho sobre calagem realizado em lacto solo amarelo de textura média na zona bragançana e pesada em Manaus evidenciaram a não-resposta do cacaueiro à aplicação de calcário, sustentando a recomendação da prática nessas

regiões e, conseqüentemente, minimizando os custos da implantação dessas lavouras.

Temos um, que, para mim, é o maior e, se a Ceplac não tivesse feito isso para a própria Amazônia, ela estaria fazendo para a agricultura nacional de cacau e para a agricultura mundial, que é a maior coleção de germoplasma de recursos genéticos de cacau do mundo. Quatorze expedições sucessivas fizeram se acumular, na estação de recursos genéticos próximo de Belém, um banco germoplasma que tem 1.749 acessos, sendo 984 clones, 765 famílias de progenes, com 17 mil genótipos diferentes, que ainda estão por serem testados e levados a agricultor. Mas, resultado já alcançado dessas primeiras combinações híbridas testadas e avaliadas dão um patamar de produtividade de cacau, aos 4 anos de idade, que sobrepassa os 1 mil quilos e alcança até mil e quinhentos em condições experimentais.

Esse material, que a gente chama de híbrido amazônico, é uma conquista que vai, gradualmente, sendo incorporada nas futuras plantações e nos futuros programas, sempre servindo de base para intercâmbio, não somente inter-regional, Bahia-Amazônia, mas, principalmente, para negociações bilaterais com os países produtores, que não têm nenhuma reserva genética como é o caso da Malásia, como é o caso dos países africanos.

A Amazônia estabeleceu campos de produção de semente. As primeiras plantações feitas, Srs. Senadores, foram feitas na base de transporte de semente de cacau, vindo em pré-germinação, ou com excesso de bagagem, como fez o pioneiro da cacaicultura de Tomeaçu, trazendo quilos de sementes acondicionadas em sacos com pó de serra, para levar para Tomeaçu, ou quando nós levamos para Transamazônica, como nós levamos para Rondônia, em vôos de Búfalo, feito pela FAB, transportando um milhão de sementes em cada vôo. Depois, logo mais, trazendo transporte em forma de fruto, em 5 ou 8 dias de viagem, dos frutos, dentro de sua embalagem original, até serem entregues ao agricultor.

Hoje, a Amazônia é mais do que suficiente em termos de sementes híbridas. Ela não precisa mais recorrer aos serviços baianos e ela é auto-sustentável em termos de produção de semente.

Existem, também, o estabelecimento de postos meteorocrários na rede de estações experimentais. Temos um em cada lugar desse. Santa Inês tem uma estação experimental; Transamazônica, lá em Vila Pacau Medicilândia, tem estação experimental; Rondônia, em Ouro Preto, Alta Floresta, em Alta Floresta; Amazonas, lá no KM 65 da Manaus Caracará, a Emeque. Nessas áreas, você tem dados e postos de 2º grau, 2ª categoria e aprovacionam dados que são indispensáveis para fazer a tomada de decisão em cima de controles de pragas, em cima de doenças.

Só para voltar um pouco atrás e mostrar que, quando nós fizemos essa corrida de abrir não sei quantas frentes, sempre me perguntam porque se foi para tantos Estados; só ficou

de fora, praticamente, Roraima e Amapá, e eu justifico: quando se fez isso, se fez por duas razões básicas: em primeiro lugar, como não se conhecia o ambiente amazônico, não adiantava muito se querer dizer que ia ser aqui e só aqui. Então, esparramou-se cacau nesses 6 Estados, 7, contando Goiás. Goiás, quando entrou com o trabalho feito em conjunto com a Secretaria de Agricultura, tinha uma área fértil em solo, mas de clima pouco conhecido. O clima de Tocantinópolis foi conhecido através de extrapolações de postos que ficavam, de um lado, em Carolina, de outro lado, em Marabá, ao norte, Imperatriz e, ao sul, Araguaína. Com essas distâncias quilométricas de 400, 600 quilômetros de um posto a outro, não seria fácil ver o que aconteceu, por não termos as particularidades e uma série histórica que todo bom climatologista diz que, para fazer uma normal climática, tem que ter 20 a 25 anos de idade. Como é que nós vamos ter 20, 25 anos de idade, se você não tem núcleo sequer instalado? Quem sabe, daqui a logo mais, nós vamos ter uma série de coisas aí?

Na área de controle e convivência com a vassoura de bruxa, tem uma grande expectativa aí que, inicialmente, se falou muito em questão de controle biológico, pro que se descobriu, um colega nosso, no laboratório de Belém, a identificação d'um fungo, que foi identificado como *cadrobotrium Amazonenses*, que é um hiperparasita da doença *crinopeles pernicioso*, que é um nome feio da vassoura de bruxa.

O extrato desse fungo tem uma ação paralisante, que faz com que, não somente a vassoura de bruxa, mas, uma série de enfermidade da agricultura brasileira, possam vir a ser potencialmente trabalhadas com essa coisa. Não vai ser um controle biológico, porque o controle biológico fungo a fungo não existe. Existe controle biológico fungo — inseto, mas, fungo a fungo não, porque todos dois variam com muita rapidez. Então, não há essa possibilidade. O que se vai fazer é, a partir da identificação dos elementos, e esse colega nosso que fez esse trabalho em Belém, inicialmente, depois, fez o seu doutoramento na Inglaterra está buscando identificar os elementos que são os constituintes desse extrato para, então, partir para um trabalho químico. Ele será um controle químico futuramente.

E tem também uma ação de prever e prevenir a chegada da vassoura de bruxa, de um cordão fitossanitário, que os srs. todos já devem ter sido várias vezes incomodados nos postos de embarque da Amazônia, o que não impediu, de nenhuma forma, que, recentemente, a vassoura de bruxa chegasse à Bahia.

Esta situação que acabamos de descrever da pesquisa só foi possível depois que a cacauicultura foi estabelecida na Amazônia. Ninguém pode fazer propostas como aquelas propostas sociais que se hoje ouviu de criar um ambiente infra-estrutural, para, então, depois, fazer a aplicação do econômico.

Quem dera que fôssemos nós um País evoluído para ter uma Amazônia toda estudada em termos de seu clima, em cima de suas

relações de populações de inseto esse, inseto aquele, fungo esse, fungo aquele, para, depois, dizer: não! aqui, é realmente viável fazer isso ou aquilo.

Isso é um sonho. Esse instrumental todo que a Seplac colocou a uso da sociedade amazônica só foi possível depois que se implantaram esses milhões de hectares de cacau, que se transformaram em realidade através de empréstimo do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia, todos esses esforços feitos aí.

A gente tem ainda a assinalar que, ao lado dessas ações de pesquisas, a Ceplac tem aquele relato que fiz do mérito de pessoas, que fazem assistência do cacau, que fazem diretamente a integração pesquisa assistência técnica, sob um comando único, e o fomento.

Já me referi a questão da entrega das sementes híbridas ao cacauicultor a custo zero, tínhamos uma revenda de material agrícola, em que cada escritório local tinha acoplada a uma revenda, que era mantida pelo Fundo Rotativo, o FUMAR, onde se entregava aqueles produtos básicos como sacolas plásticas, inseticidas, formicidas, fertilizantes, nebulizadores, ferramentas como facções, etc. Esse serviço é ainda absolutamente indispensável senão em praças públicas como Castanhal, Santa Isabel, Altamira, talvez, no interior. Não vejo como um agricultor de cacau, de lá de Tucumã, de lá de Alta-Floresta tenha condições de ir a casa comercial mais próxima e comprar um insumo desses.

Infelizmente esse fundo rotativo de revenda de materiais agrícolas está sendo encerrado por recomendações do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional, que, a partir deste ano, já não temos possibilidade de utilizar esta revenda.

Todo este trabalho foi feito, e foi feito através de um extensionista muito grande, que foi o prego favorável, e de um outro instrumento da maior valia, que foi o crédito, sem o crédito e principalmente o crédito do qual nos valíamos, de taxas de juros de 7%, 12%, 35% a.a. possibilitaram que se fizessem em todos esses cacauais implantados.

Entre 1975 a 1985, foram concedidos empréstimos, em valores corrigidos, base 85, de 755 milhões, 363 mil 675 mil cruzeiros.

Nos anos de 78, 79, 80 e 81, foram os anos de maior dinamismo e que nesses 4 anos se plantou 75% do total do cacau levado ao solo.

Com a chegada de 81/82, começou-se a viver a realidade dos empréstimos agrícolas e as correções plenas. E uma vez ouvimos dizer que crédito para cacau dificilmente haveria naquelas condições anteriores, e que quem plantou, plantou, quem não plantou, plantasse.

Ao lado de empréstimos financeiros, nessas condições de favorabilidade, tínhamos também um instrumento da maior valia, que se chamava FUSEC, Fundo Rotativo Suplementar para a Expansão da Cacauicultura que, ao lado do crédito possibilitou aquele agricultor que chegou ao Pará que chegou a Rondônia, chegou ao Acre, e que não tinha nenhum valor

capital para garantir o empréstimo que ia tomar, tivesse avalizado integralmente ou parcialmente a sua operação, se ele tinha uma licença de ocupação, ou autorização de ocupação à Ceplac, ou acreditar no cacau, por ter um organismo que assiste ao cacau, por ter selecionado o agricultor, por ter selecionado a área que se planta, avalizava essa operação e então dava a garantia de aval, em vez de garantia real. E anos depois, quando já titulado e regularizada a área e já incorporado esse valor, o aval deixava de existir e tivémos muito, poucas perdas em cima desse mecanismo. Quando o Ministro Pedro Simon, passou pelo Ministério da Agricultura, fez um dos trabalhos "Agricultura, ano 2000", foi um dos poucos, para não dizer o único, exemplo que ele foi buscar na Ceplac, para dizer que deveria ser estendido e criado um fundo de igual natureza, para proporcionar e oportunizar o acesso ao crédito, a pequenos agricultores, que não tivessem como resguardá-lo.

Ele apenas cometeu um pequeno equívoco, quando ele disse que isso só serviria para a agricultura da Amazônia. Não é bem verdade, porque ele serviu para a agricultura de cacau do Sul da Bahia, principalmente em áreas onde o agricultor tinha, por determinadas práticas locais culturais, impenhorabilidade e em intercomunicabilidade, em que o camarada não podia hipotecar a sua fazenda, então, o aval da Ceplac seria de garantia, e o cidadão tomava o dinheiro. E serviu também para garantir adiantamentos para a subscrição de cotas-partes do sistema cooperativista da Coper-cacau.

É preciso dizer também, e rapidamente se diz, que depois do escândalo da Sunamam, em 1985, todas as instituições públicas brasileiras ficaram impedidas de avaliar, e por via de consequência, também a Ceplac também ficou, ninguém procurou saber se tinha algum escândalo no FUSEC, o fato é que ele ficou inviabilizado.

Temos também situações de integração de esforços com outros Ministérios, o Ministério do Trabalho, nos deu, através do Senar, grande apoio e recursos para capacitação de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores rurais. Um período que foi bastante frutífero enquanto se fez uma intensidade muito grande de treinamento em cima de podadores de cacau, controladores de doenças, até combatadores de pragas, beneficiadores de cacau.

A Ceplac, ainda, ao lado da questão assistencial, revenda de material agrícola, tem, também, aliás tinha também e parece até que estamos falando uma coisa do passado, tínhamos — tínhamos uma atribuição de fazer a classificação de cacau para exportação que era um atributo só da Ceplac, mas tinham os escritórios locais que faziam a qualificação do produto do agricultor.

E os Senhores têm, na última lâmina, que está neste conjunto, uma evolução da qualidade do cacau de 77 a 87, onde se vê uma situação alentadora até 1981 e 1982, onde se vê esse pontilhado que desse de 90%, caindo a patamares de 30% de cacau, tipo refugo, e essa linha cheia que é o cacau superior cres-

cendo a atingir 20 a 25%, e em anos mais recentes a situação, de novo se complicando, com o cacau sendo de padrão inferior, alcançar patamares de 60%, e o cacau superior se tornando quase que não ampeável.

Isso af as pessoas que estão vivendo mais de perto a situação hoje, identificam como sendo basicamente, em primeiro lugar, resultante da falta de instalações de beneficiamento. A medida em que se plantou o cacau não esqueçamos que a corrida do cacau foi de 76 a esta parte, portanto, 13 anos, ninguém vai fazer a instalação de um beneficiamento de cacau, secagem, de fermentação, ou do que seja, a partir do primeiro ano de plantio, vai fazer depois. Então, se espera amadurecer; quando se esperou amadurecerem as áreas cacauíferas, acabou o crédito. Então, hoje estamos no primeiro lugar sem instrumental, sem aparelhamento adequado para fazer a correta fermentação, a adequada secagem do produto. E aí é preciso se dizer que a qualidade do cacau, essa qualidade que se chama de adquirida, que vem do manuseio, da colheita no tempo certo, da fermentação no tempo correto, da secagem necessária, um atributo ou atributos que são de natureza intrínseca, de um maior rendimento industrial. Traduzindo, a amêndoa do cacau da Amazônia tem um alto teor de gordura e tem o ponto de fusão desta mesma manteiga mais alto, o que permite que o cacau originário das nossas áreas, que estão em torno de 3, 4, 5, 9 graus de latitude Sul, em posições absolutamente parecidas com o cacau africano, tenham maior competitividade no mercado interno, desde que essas qualidades venham a ser exploradas. É uma coisa absolutamente necessária e imprescindível de fazer, porque não adianta ter a qualidade de dentro, se a sua exterioridade está comprometida.

Agora, para não deixar de falar na terceira perna do modelo institucional da Ceplac, dizemos que a partir de 1977, em Rondônia, se implantou e se instalou uma escola média de agricultura, que estava dentro de um projeto antigo de fazer esta modelagem institucional se repetir em áreas amazônicas. E no seu Estado, se pensava, se sonhava, anteriormente, com uma escola média na área da Transamazônica. Quando houve aquele problema de expansão da cacauicultura, expansão e melhoria do ensino técnico, no período Bornhausen, no MEC, Altamira foi agraciada com uma escola de nível industrial, então, não houve como conseguir a agrícola para lá.

Por último, eu gostaria de partir para uma coisa que não estou fazendo alarmismo aqui. Mas, desta situação que descrevemos, de que cem mil hectares, a nível de Amazônia, valem muito pouco, em termos de ocupação espacial, mas vale pouco em termos de nucleação em torno do qual outras economias serão geradas, serão criadas. A Bahia tem 2 milhões de hectares de pastos, que foram feitos às custas de poupança de cacauicultores. Tem uma produção de 9 mil toneladas de borracha natural de plantio, que veio de uma economia saída do cacau. Há uma série de outras econo-

mias que se geraram em torno da economia do cacau.

Temos uma preocupação muito grande que quero deixar com os Srs.: assim como repassamos os insucessos de Forland Belter, Probor I, II e III, até insucessos da Jari, somente agora, tenho, no jornal, a notícia de que, depois de 21 anos, vem-se a ter o primeiro resultado econômico favorável, com a exploração das florestas plantadas artificialmente lá e já em outro caminho de outra espécie, não tenho receio de afirmar que, se não houver uma mudança profunda, em termos de tratamento da agricultura de cacau, vale dizer, da instituição Seplac na Amazônia e no Brasil, estaremos fadados a ter mais uma pessoa, futuramente, a listar a atividade de cacau como insucesso e como uma falta de conhecimento e de postura técnica para resolver esses problemas.

Veja bem: estamos prevenindo os recursos genéticos, com os quais tantos estão preocupados. Tentamos preservar os recursos genéticos. Estudamos os climas, solos, temos técnicos formados. Só que tudo isto é muito pouco em cima dos desafios que estão a nos angustiar.

Hoje, que ele não é mais o tão poderoso coordenador científico da Ceplac, mas continua sendo sempre um homem muito referenciado, eu gostaria de deixar aqui registrada uma frase que o Dr. Paulo Alvim escreveu há muito tempo e que diz:

"É curioso observar que a Amazônia, apesar de não ter ainda logrado alcançar o seu desenvolvimento econômico, já contribuiu de forma decisiva para promover o desenvolvimento em outras regiões. Essa contribuição veio atrás de duas espécies nativas: a seringueira e o cacaueteiro. Na Malásia, o cultivo da seringueira é levado desta parte para as colônias britânicas e possibilitou uma melhoria sensível nas condições de vida das populações rurais. Os países africanos Gâmbia, Nigéria e Costa do Marfim, hoje, lideram a produção mundial de cacau. Por que — pergunta Alvim — a Amazônia não logrou promover o seu próprio desenvolvimento econômico e social com essas espécies nativas, a seringueira e o cacaueteiro, que tanto fizeram em outras localidades também de clima tropical. Seria o caboclo da Amazônia inferior ao negro africano ou ao nativo da Malásia? Ou seria nossa situação econômica, em alguma forma, diferente se a Amazônia fosse gerida pelos gringos colonizadores da Malásia e da África?"

O mesmo Dr. Alvim responde, concluindo:

"Será totalmente impossível planejar, com segurança, o desenvolvimento da Região Amazônica, como de qualquer outra, seja com o cacau, seringueira ou pecuária, sem antes contarmos com instituições de pesquisas e assistência técnica do mais alto nível, capaz de fornecer o embasamento para a ação que viria ar-

rancar a região do estado de atraso da economia de recoleção e das condições de pobreza infra-humanas em que ainda vivem os caboclos da Amazônia."

Acrescentando, dizemos apenas que não é preciso atravessar os mares para ver exemplos, porque o cacau que saiu da Amazônia foi do sul da Bahia e do Espírito Santo fazer o crescimento do bem-estar de uma série de pessoas.

Nessa questão da retaguarda, pesquisa experimental, temos de colocar coisas pontualizadas, como, por exemplo: quadro de pessoal do Departamento de Pessoal da Amazônia. Continua o mesmo de 1985? Não. Conseguiu decrescer de 777 para 748. Recursos orçamentários da Ceplac, em valores corrigidos: esse ano, eles vêm passando a picos de 80, 81, 82, para descender até quase a uma vez e meia a menos de recursos daqueles anos anotados.

Se se pensar que o número de técnicos, de recursos que necessitam são cada vez maiores, porque só têm mais áreas a cuidar, os problemas magnificados no controle de doenças, nas práticas agrícolas, nas questões de formação e informação de mercado, o Sr. teria visto que é absolutamente indispensável uma modificação desse panorama. E, como já me anuncia o nosso presidente do fim do nosso tempo, queremos dizer e lembrar que toda aquela situação de perda dos instrumentos, de avais do Fusep, perda da revenda de material agrícola, perda de uma coisa importante, que foi o sistema de financiamento através de adiantamentos salariais, para que os nossos pensionistas tivessem o seu próprio carro, sem precisar estar com carros oficiais, manejados por profissionais.

Tudo isto faz com que a gente anteveja uma situação de dificuldades. Para deixar ainda a preocupação maior, temos de trazer a situação desses prejuízos que são os institucionais.

A Ceplac, desde que a nova República entrou, com todos os ventos de esperanças que sopraram, conseguiu escapar de uma reforma administrativa, sair de uma operação desmonte, conseguiu sobrepassar o enxugamento de quadro, com demissão de 980 estáveis, não ser incluída no orçamento de 89. Mais recentemente, estamos na ladainha de novo, os Srs. receberam planfetos, apelos de preservarem o imposto de exportação de cacau, porque este imposto não é do agrado, não do produtor, mas não é do agrado do sistema exportador, industrial e dos megaprodutores de cacau, aqueles Srs. que detêm, não pouca coisa. Na estrutura de produção da Bahia, 4% das fazendas produzem 32% da produção. Então, essa extrema concentração de renda faz com que esses Srs. que, às vezes, se confundem com compradores de cacau, com exportadores e até com industriais, se associem e batahem na mesma direção. É preciso criarmos uma coisa limpa. Nada de Estado interferindo na economia. Para que Estado? O Estado é incompetente. Estamos aí a acabar com o Estado em todos os lugares. Queremos até postear a Petrobrás, a Eletrobrás e companhia

limitada. Então, não seria a Ceplac que iria ficar livre desses assédios e dessas ameaças.

O imposto de exportação de cacau estava com o voto pronto dentro da assessoria do Ministro Mailson, e não sei porque, não saiu. Raciocino e entendo que extinção ou suspensão — suspensão só determinadas coisas fisiológicas que suspendem e geralmente não voltam — significa a liquidação da Ceplac. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isto.

Essa proposta está tendo hoje, infelizmente, tenho de fazer essa referência aqui, através de uma pessoa da maior credibilidade, que foi Seplac mil anos e que colocou, na tarde de 1º de agosto, uma proposta de privatização da Ceplac, onde, ao longo de uma proposta de fundação de direito privado, ele vê uma Ceplac sem ingerência do Estado, fazemos isso, aquilo e aquilo outro. O que nos preocupou, como estudiosos da coisa do cacau e particularmente como vinculado à Amazônia, da Amazônia e preocupados com ela o parágrafo em que ele diz:

"Respondendo que, analisadas as experiências e participações passadas e consideradas as características do cacau e da sua região e concentração de produção, ambiências, reações, anseios da sua gente, somente pensaria em uma hipótese da Ceplac privatizada: dirigida pela comunidade cacaueira e apoiada — apoiada apenas — pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Ninguém pode negar que parece justo, e mais do que justo, que todo o patrimônio físico e intelectual da Ceplac seja preservado para a região sul-baiana, como o capital inicial da nova fundação que absorveria a Ceplac."

Então, estamos, hoje, em uma conjuração de esforços em cima de acabar com o modelo institucional que teve, tem e pessoas inteligentes e mais comprometidas com o processo de redistribuição de renda, como é o caso do imposto sob taxa de confisco cambial do cacau, venham a ter acesso e ao comando da política agrícola do cacau.

Erá o que eu tinha a dizer. Desculpem-me pelo cansaço que lhes dei. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — O expositor gostaria de interromper?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Não, vamos direto.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — São três minutos para cada interpelante, inclusive, hoje, para o Relator.

O SR. MÁRIO MAIA — Acabamos de ficar convencidos de que o que o Dr. Armando Mendes falou de manhã é uma verdade: há sinais de inteligência na Amazônia. E Humaitá acaba de nos brindar com esses sinais bem evidentes. Nós queríamos saber, dentro da síntese do tempo que temos para perguntar, qual a experiência ou quais as providências que a Ceplac tomou, com respeito à Amazônia Ocidental, com a experiência de Rondônia e do Acre? Foi referido aqui que existe uma experiência-piloto do Projeto de Assentamento

de Humaitá, em torno de Rio Branco. Temos, por mais de uma vez, aqui, colhido a informação de que, na Amazônia, uma das manchas de terra mais férteis estaria, por uma fatalidade, no Acre. Nessa altura dos acontecimentos, não sabemos se é para o bem ou para o mal. Vemos o mapa que serviria de orientação nesse sentido.

Parece que a parte mais fértil do Acre é do Purus para o ocidente. A parte leste ainda tem influência de solos mais pobres, em torno de Rio Branco, onde está havendo um grande desmatamento, na terra do nobre Senador Jarbas Passarinho, Xapuri. Mas, para o ocidente, onde as terras são mais onduladas, a partir do Purus, principalmente, no vale do Juruá, a mancha de terra se tornaria mais fértil. A Ceplac tem alguma experiência nesse sentido e já pensou em estimular a implantação de um pólo cacaueiro nessas terras?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Nobre Senador, devo lhe dizer que, no caso do Acre, o que houve, de um lado, — não para imprimir desculpas —, foi o pouco caso ou a falta de demonstração prática de interesse em agricultura de cacau, pelo menos, no período que demandou entre 1972 e 1981.

Em 1981, um Governador chamado Macedo, depois de idas e vindas sucessivas em audiências presidenciais, conseguiu um documento, um cartão, em que o Presidente João Baptista Figueiredo mandava que a Ceplac abrisse um posto de serviço com uma equipe mínima, que estava descrita como um agrônomo, um técnico agrícola, um escrivão e um motorista. Fomos tão obedientes que ficamos até quase outro dia com essa equipe mínima no Acre.

O SR. MÁRIO MAIA — Foi sediado em Rio Branco?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Sim. Sediado em Rio Branco. Não fomos para o lado a que V. Exª se refere, onde estão os chamados solos mais férteis, a partir de Manoel Urbano, dirigindo-se para Caracá, até chegar a Cruzeiro do Sul, já na fronteira peruana, porque seria realmente começar pelo mais difícil. Tentamos, quando escolhemos as áreas férteis, quando combinamos com os esforços da colonização do Inra, fazer, na Amazônia, aquilo que é mais fácil, mais viável. Senão, não estaríamos contando e falando sobre isso.

Acredito que, no futuro, seu Estado terá essas oportunidades. No momento presente, é improvável, não somente pelas dificuldades que eu colocava. Este ano, só para dar um exemplo das nossas dificuldades, na nossa estação experimental de Altamira, em Medicilândia, para fazer polinização para alcançarmos seis a oito milhões de sementes, tivemos que suspender as refeições dos colegas que trabalham na base de Belém, porque não havia recursos de serviços de terceiros para pagar a mão-de-obra, para fazer essas mesmas polinizações. É a situação em que estamos, lamentavelmente. Não me envergonho de di-

zer isso aqui. Mas, haverá uma oportunidade, quando tivermos uma outra postura de instituição, instituição revitalizada, instituição permanente, instituição que não está, a cada minuto, no cambaleio de cair e de morrer e também quando o quadro internacional for mais favorável. Hoje, estamos com excedentes de produção altíssimos que fizeram despencar o preço de cacau de dois mil e quatrocentos dólares, de dois anos atrás, para um mil e cem, um mil e trezentos dólares, hoje.

Então, penso que é prudente, razoável e desejável que façamos no pólo cacaueiro — vamos chamar de pólo, polinho, área — de Humaitá, onde há uma experiência de colonização já razoavelmente estável, de quase mil famílias, novecentas famílias, com acesso permanente de uma estrada asfaltada e com algo que temos de mencionar: um interesse muito grande da coordenadora, hoje superintendente, Drª Otília, que tem procurado, a cada passo, a Ceplac para essa somação de esforços Ceplac-Inra-Governo do Acre.

O SR. MÁRIO MAIA — Agora, só por curiosidade, vou fazer uma pergunta, como leigo no assunto. Por que chama "vassoura de bruxa" a planta e quais são as suas características? Vassoura de bruxa, na nossa informação de infância, é uma vassoura voando com uma bruxa em cima. Qual é o aspecto físico de uma planta para ter esse apelido?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Esse nome vem do espanhol *escoba de bruxa*. A planta tem uma superbrotação nos ramos que, inicialmente, ficam aquosos e que, quando amadurecem, ficam secos e retorcidos, como se fossem fios de uma vassoura. A planta toma esse aspecto na rama, no fruto, no almofada floral, em todo o lugar.

O SR. MÁRIO MAIA — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho). — Estamos com sorte hoje, porque passamos da macro para micro com muita rapidez. De manhã, estávamos com interpretações sobre a estrutura econômica, e, agora, ouvimos a sua exposição.

Tive a audácia, como major, de, diante dos fracassos sucessivos na tentativa de agricultura na Amazônia, como o problema a que V. Sª se referiu da falência da heviacultura, dizer, numa conferência que fazia na Sudam, que a Amazônia iria se integrar mais rapidamente na economia nacional, pelo seu subsolo, do que pelo seu solo. Isso, hoje, me preocupa enormemente. Uma província metrogénica, como a do Carajás e outras tantas que temos, podem levar a uma competição desleal, como essa que o Dr. Afonso citou, ainda há pouco, entre o amarelo do ouro e o amarelo do cacau.

Para nós, o fundamental seria termos uma garantia de que essa biodiversidade da Amazônia, tão falada agora, permita exatamente determinadas áreas de cultivo do seu solo e,

portanto, uma atividade de agricultura e outra de silvicultura.

Quando o Dr. Alvim nos fez uma exposição, S. Sr. mostrou bem um consórcio de cacau com outras espécies vegetais. Existe isso na Amazônia, no momento?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Existem projetos de consórcio entre seringueira e cacau. Há um perto de Belém, saindo para Mosqueiro, de pupunha e cacau. E as próprias essências da Amazônia seriam um consórcio.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E o urucum, por exemplo?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Não sei, porque o urucum tem um porte que é praticamente idêntico ao do cacau. Ele não vai lá em cima para fazer uma sombra projetada ou superposta ao do cacau. No sul da Bahia, com o fracasso de alguns seringais, já se fez a intercalação com o cacau, o que vem dando muito certo. Há um experimento, perto da nossa estação experimental de Altamira, que leva a isso. E há ainda experimentos em Ouro Preto e, já a nível de agricultor, no Projeto Machadinho, em Rondônia, há áreas estabelecidas de consórcio seringueira-cacau, seringueira-café.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E manga-cacau?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Manga, não, porque temos que ter uma sombra de folhas leves, folíolos não tão densos. Uma copa de uma mangueira fecha demais a área e não deixa passar aquela meia luz que o cacau precisa.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O Cepacu tem experiência nesse campo de consórcio?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Tem. Esses experimentos a que me referi não são da Ceplac, são do próprio Cepacu.

Essa questão de acasalamento, de intercalação de cultivos é relativamente nova e traz algumas dificuldades. Eu, como estudioso de administração rural que pretendo ser, vejo que, se colocar uma atividade de cacau conciliada com uma de seringueira ou como uma de café, como temos projetos com essas três entidades, sobrevivendo em cima de um mesmo pedaço de terra, vai haver para o agricultor de qualquer nível, mesmo um empresário, uma extrema dificuldade em conciliar o conhecimento das enfermidades do cacau, da seringueira e do café, da economia de produção dos três, da combinação de mão-de-obra de seringueira durante o ano todo, menos no período de dormência, com o cacau meio ano e o café naquele pique. Há que ver coisas que podem ser combinadas. Em termos de fator terra, a seringueira-cacau vai bem, mas em termos de mão-de-obra, não.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu era ainda capitão quando o Capitão Janari Nunes foi nomeado 1º interventor do Território

do Amapá e ele defendia a agricultura consorciada já naquela altura, só que a diferença era entre a silvicultura, digamos a cultura da hévea, com a de ciclo rápido. Então, a sustentação do ciclo rápido ou pelo ciclo rápido dá sustentação para esperar que a hévea pudesse começar a produzir com 5 ou 8 anos.

O SR. — Esta mentalidade é que induziu o consórcio café-seringueira, o café sai rápido, com 1 ano e meio ele começa a dar as primeiras catagens, e o seringueiro quando fecha, sombreia demais quase que inviabiliza a produção do café. Mas ele já deu a contribuição da renda para aquele período de maturação do projeto seringueira.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Agora, para conclusão do relator, como proposta depois da Comissão, o Sr. sustentaria o princípio de que, dentro dessa biodiversidade, há campo para se explorar, exatamente na área amazônica, regiões selecionadas, atividades como essa do plantio do cacau, com segurança para uma produção auto-sustentável?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Eu acredito e tenho certeza que sim. Agora, hoje, eu reveria muitas coisas que fizemos, por exemplo, eu não partiria para repetir as experiências e feitos de grande plantador de cacau. Cacau na Amazônia, para mim, é cacau para pequeno produtor, pequeno produtor que eu chamo é de 8 a 15 hectares de cacauais plantados, se possível sendo trabalhados com a mão-de-obra do conjunto familiar, porque enquanto não resolvermos o problema do controle da vassoura de bruxa, que indagava o Senador Mário Maia, é um serviço ingente, é um serviço artesanal remover toda aquela folhagem, toda aquela galharia em cima de uma área de 500 hectares, de 200 hectares ou de 300 hectares, e não é por outra coisa que os projetos financiados da Sudam muito poucos, foram viabilizadas, e felizmente foram muito poucos, não passam de 15 projetos de Sudam, e essas áreas de lá de Ariquenes, onde tem 90 plantadores de mais de 100 hectares, também são as áreas mais abertas e mais dificilmente manejáveis.

Agora, tenho uma preocupação com esta questão. Eu, nitidamente, não sou nenhum ambientalista, não sou nenhum conservacionista, pela minha formação fui treinado e capacitado para produzir. Vi, com muita preocupação, toda esta coisa que hoje se coloca em cima de fazer da Amazônia uma grande reserva e, agora mesmo, nós estamos aí, inclusive apresentamos recentemente, em um encontro em Rondônia, um trabalho, eu e o colega Torinho que estava no fundo da sala, onde se comparava a agricultura do cacau do pequeno produtor com a proposta que está mais badalada, mais trabalhada que se chama Pemaci. V. Ex. sabe que o Pemaci é Projeto do Meio Ambiente e Proteção das Comunidades Indígenas. Eu, honestamente, Senador, não acredito naquilo, acho que é um engodo, acho que é uma mistificação, porque concordo em gênero, número e grau com o ex-Senador e

hoje prefeito de Rio Branco, que em uma carta me dizia que o tempo do seringueiro extrativista já passou, já foi ultrapassado. E o que é o assentamento extrativista? Nada mais é do que bater o retrocesso na história e fazer com que famílias voltem a ser o que foram. É possível que os seringueiros de hoje, que estão no Acre, que estão em algumas áreas remotas do Amazonas e em algumas áreas do Vale do Guaporé em Rondônia, consigam se estabelecer ainda como extrativistas, mas a segunda geração, os filhos desses camaradas, não vão ficar lá, por que o que pode conseguir o seringueiro extrativista? Eu, que sou filho de seringalistas também, lá do Rio Machado, sei que mil quilos de borracha seca é uma senhora produção. O seringueiro de mil quilos é um senhor seringueiro, fala-se em 500 e 700 quilos como coisas mais razoáveis. Acabou-se com o Banco da Amazônia, em termos de agente financeiro para isto e deixou esse camarada entregue à própria sorte. Se não houver uma intervenção em termos de fazer com que a gerência desse projeto seja supridora de abastecimento, comida, que possibilite produzir alguns itens dentro do próprio extrativismo e haja a intervenção na comercialização, eu não vejo para onde vai isso. Esses camaradas serão guardas florestais para proteger uma identidade amazônica florestal em benefício de quem, eu pergunto?

O SR. MÁRIO MAIA — Permite só uma consideração para esclarecimento? Somos partidários de fazer uma apreciação crítica e achar uma solução adequada, mas fala-se muito no momento, principalmente no Acre, mormente após a morte de Chico Mendes, na criação das reservas extrativistas. É uma idéia nossa, também como leigo, sou médico acreano também da região, mas nós tínhamos em mente, conversando com elemento da Embrapa há 5 ou 6 anos, não como projeto definitivo, mas como um projeto de transição, o adensamento dos seringais nativos que vêm agora em socorro, muita gente está falando, mas nós já falávamos antes, o adensamento dos seringais nativos com as espécies vegetais adequadas, justamente para evitar doenças, sendo uma nucleação de transição para a cultura mais variada, inclusive introduzindo nesse adensamento não apenas a seringueira, só adensando os seringais nativos para uma maior produtividade após 5, 6 ou 10 anos, como também a introdução de outros elementos complementares para pequenos produtores, como o Sr. falou agora sobre o cupaçu.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu acho que o Dr. Afonso já me deu a alegria e a honra de vários contatos pessoais e eu pretendo explorá-lo mais, mas é que hoje eu tenho que sair daqui e fazer uma palestra na Adesg que começa agora as 8 horas e ainda tenho que ir pegar a minha casa e pegar material para fazer isto. As perguntas do Senador Mário Maia são interessantes porque S. Ex. um homem que conhece profundamente a área eu estou muito rejubilado na nossa comissão, porque ela é constituída só de povos

da floresta, nós somos povos da floresta, é o novo nome do emozônida.

Mas, antes de agradecer a sua contribuição, que me parece excelente para esta pergunta que eu lhe fiz, se é possível fazer determinado tipo de agricultura, consorciado ou não, independente ou não, para podermos fazer zoneamento, o Dr. viu hoje que o Dr. Armando Mendes, colocou-se contra o macrozoneamento, o Dr. Bechimol, também é contra, e eu também na medida em que declara que esse levantamento feito aqui pela Embrapa, este mapa da Embrapa que caracteriza que ali só pode haver pecuária, só pode haver agricultura, ali só pode haver silvicultura e assim por diante, nós temos que descer um pouco mais a análise das áreas mais detalhadas para poder chegar a estas conclusões, mas seria um absurdo se nós chegássemos a uma conclusão também de que nada podemos fazer na Amazônia a não ser o seu subsolo, e que automaticamente isto deveria ficar como um grande aquário pictórico para os alemães, os americanos, os franceses, o que seja. Então nós vamos chegar a uma conclusão nesta comissão a respeito das diversas vocações que a Amazônia tem. Naturalmente que vamos ficar preocupados com o problema estratégico, quer dizer, a Amazônia em relação ao Poder Central ou vice-versa, nós, como eternos produtores e fornecedores de matéria-prima ou nós, também, industrializando essa matéria-prima desde logo e aproveitando recursos naturais renováveis ou não que nós temos lá.

Desde o início eu vi uma coisa aqui, e hoje o Dr. Afonso falou também, que me leva a uma pequena curiosidade. A Amazônia é o maior banco de germoplasma do mundo, para quê? Nós podemos exportar isso para o mundo ou isto é em proveito, como o Dr. Afonso mostrou, da nossa própria economia rural?

O SR. — Eu diria que na primeira etapa para o nosso proveito. Veja bem o material plantado na Bahia, quando foram levadas as primeiras sementes, era um material qualquer vamos dizer que tivesse a prudência e o bom senso de alguém que colheu frutos de uma árvore bem posta, cheia de frutos, e os levou para lá, mas hoje, o sistema de seleção de plantas é muito mais rigoroso e a multiplicação destes indivíduos não se faz apenas através da semente, mas de material colhido de borbulhas que são enxutadas e que mantêm todas aquelas qualidades daquele indivíduo selecionadas no seio da floresta e depois multiplicadas e replicadas, o que vem assegurar ali, a 7, 8, 10, 12 km de Belém, uma planta que foi selecionada lá no alto Purus do Acre com as mesmas condições de precocidade e tal. Isto beneficiará a agricultura de cacau brasileira e servirá, inegável e indiscutivelmente, para o fator de intercâmbio técnico. Só que nós temos que ser um pouco mais cuidadosos e um pouco mais brasileiros, ao fazer esse tipo de coisa. Veja bem, nós estamos precisando fazer, material melhorando, híbrido e matérias-mães e de dendê. Se aqui estivesse o Professor Batista Vidal, ia dar uma

aula completa sobre as pontencialidades de Tefé, 70 milhões de hectares. Como nós vamos fazer isso, se não temos quase nada sobre genética de dendezeis? No intercâmbio cacau da Malásia, que está entrando como produtora de cacau, e que não tem recursos genéticos a sua disposição, e esse intercâmbio se fará.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Talvez, na minha pergunta, eu não tenha sido feliz. Porque eu estou raciocinando com a Alemanha, com a Europa, com os Estados Unidos, que se vêm preocupando com o maior banco de germoplasma, onde, evidentemente, no meu entender, a transferência seria muito pouco provável, não é?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Para essas pessoas, diretamente, sim. Fala-se, aí, também, na cura, na geração de remédios que vão curar a Aids, que vão curar isso, que vão curar aquilo.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Como Relator, eu agradeço, muito a sua excelente contribuição. Acho que se o Dr. Afonso permitir, nós ainda bateremos a sua porta para pedir novas explicações.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Eu já vou quase a meio caminho desse trabalho que estamos preparando. Creio que até o fim do mês de março, espero não seja tarde, tenha esse documento para entregar ao Presidente da Comissão, para compor a ata, para ser aproveitado, sei lá de que forma.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Muito obrigado. (Conversas perdidas.)

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — A experiência que temos é que o cupuaçu é planta hospedeira, por excelência, da "vassoura de bruxa". Então, onde a gente trabalha com cacau, a gente quer ver o cupuaçu um pouco longe, um pouco distante. Existem trabalhos que já falam do cacau feito a partir da amêndoa do cupuaçu. Ele é um chocolate muito mais amargo, e como não há expressivas plantações de cupuaçu, não teria, vamos dizer, validade industrial, a não ser como uma fábrica caseira, uma coisa muito pequena, muito incipiente para ser utilizada na industrialização. O grande valor dele é, sabidamente, a popa, para a fabricação de geléia, de sucos.

O SR. MÁRIO MAIA — E, também, a produção de frutos por área é, também, limitada.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — É pequena e sabe-se muito pouco, na realidade. Veja bem, cacau, que nós já temos na Bahia, vamos falar em pesquisa mais consistente. De 1963 para cá, não temos nem 26 anos de pesquisa com o cacau. E sobre o cupuaçu não se sabe, absolutamente, nada, a não ser que o cupuaçu é o cupuaçu, que tem aquela mutação do cupuaçu sem caroço, para levar para casa, e nada mais do que isso.

O SR. MÁRIO MAIA — Essa informação é muito importante, porque aqui, no Brasil, já ouvi falar em vários momentos, e às vezes

sêm fundamento científico, lógico, com entusiasmo pelo cupuaçu, inclusive falando de suas propriedades. Eu, agora, também, concordo, não passou do meu convencimento, de industrializar a popa, aí, sim, produzir o cupuaçu, para dizer...

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Veja bem, Senador, uma das dificuldades que a pesquisa com cacau, com a entrada dos novos híbridos, das novas linhagens, esse novos materiais, que são diferentes internamente, traz para o parque industrial manufatureiro, é que a entrada de mais de um milhão de hectares de novas plantações oriundas do híbrido estão começando a modificar as receitas. Os tipos de misturas, os *blendings*, que estão sendo feitos no mundo. A indústria chocolateira, no mundo, talvez seja uma das mais tradicionais, uma das que tem a coisa mais fechada, mais "segredinho", competitiva com a do uísque, com a do fumo, essas coisas. Então, o Senhor tem, primeiro, uma plantação comercial expressiva de cupuaçu, para, a partir dele, industrializar, fazer com que as pessoas se habituassem a comer o chocolate a partir do cupuaçu, é um longo tempo. Parece-me que, muito mais sábio, é aproveitar e trabalhar em cima das coisas, porque nós temos um caminho aberto, um trabalho relativamente adiantado.

O SR. MÁRIO MAIA — Então, a opinião é complementar da outra, eu queria ouvir a sua opinião sobre o que nós falamos, das reservas extrativistas com adensamento de seringueiras nativas.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Eu vou lhe passar às mãos um trabalhinho, trabalhinho porque é pequeno, não é questão de modéstia, não. Quando Cesário ainda era Superintendente da Sudepe, e a conversa nasceu num jantar na casa de um amigo comum, aqui, em Brasília, o Senador — que na época não era Senador — Kalume...

O SR. MÁRIO MAIA — Passei 12 dias visitando as miniusinas, já depois que o Cesário tinha saído, e vendo o residual que tinha sido. Quer dizer, uma idéia ótima, só que não foi para frente.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Veja bem, na ocasião, eu discutia o seringal extrativista, fazendo a defesa do seguinte: esse seringal que o Sr. explica, ele, reaberto, não na mão do seringalista, porque o seringalista é uma pessoa que, praticamente, desapareceu, como desapareceu a Casa Aviadora, desapareceu o seringalista...

O SR. MÁRIO MAIA — Tem que ser uma nova estrutura. Completamente, uma nova estrutura sócio-econômica.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Então, nessa nova estrutura, veja bem, tem que haver uma figura gerencial e, presumidamente, de uma associação de Estado produtor, seja uma cooperativa, seja o sindicato dos seringueiros, seja o que for, associado, para daí, a partir dessa reabertura, com

essas intervenções e trazer a comida, precisa trazer o açúcar, o sal, o fumo, a munição, a cachaça etc. comercializar, em comum, o produto. Fazer as inovações técnicas que podem ser feitas. Nós temos o exemplo, lá do rio Madeira, de incentivo com o Eprel, estimulante com o Eprel, que dá magnífico aumento de produção. Isso aí, até já se faz. Acabar com a penalização do seringueiro, ficar naquela defumação pirolenhosa, para fazer a asséptica. Para sair para a folha fumada. Porque o seringueiro, ao chegar do trabalho, ele não tem que enveredar para aquele caminho de defumar à toa. Ela seria entregue a uma central, a um grupo de pessoas outras, que trabalhassem, que produzissem, ele, então,...

O SR. MÁRIO MAIA — Como aquela experiência das miniusinas.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — ele seria penalizado, Senador, ele não é um homem de agricultura, eu tive experiência em Rondônia, fiquei 6 anos lá dentro de Ouro Preto, o Projeto Ouro Preto, lá na BR-364, as pessoas que foram selecionadas e que eram antigos seringueiros, me lembro, aqui, de um nome, logo: Parari. Parari foi um desastre como produtor de cacau. Porque um homem que foi seringueiro a vida toda, não vai pegar numa motosserra, não vai trabalhar num cavador, não vai mesmo. Mas esse camarada pode cuidar de pequenos animais, ter uma criação de porcos, de sei lá o que, para dar uma contribuição de proteína animal. E eu, ao invés de fazer o adensamento, faria um seringal de cultivo. Faria um cacau ou faria um castanhal e quê, num gradualismo, digamos que o canto-do-cisne deste seringal extrativista avance mais 10 ou 20 anos. Quase que uma geração. 20 anos. Uma geração. Ao fim destes 20 anos, o Sr. teria estabelecido, ali do lado, quem conhece o seringal sabe que existe, um milhão de hectares que eu tenho, só há manchas de seringueiras, concentração de seringueiras em 50 mil, 100 mil hectares, e olhe lá. O resto, é terra de ninguém. E nessa outra terra de ninguém, far-se-iam as outras atividades agrícolas que fossem de acordo com aquele ambiente, com aquela pretensão de se fazer, ali. Quer dizer, o seringal seria um ponto de passagem para outra. E já que é não derrubar, já que é preservar, o seringal ficaria ali, como uma testemunha, como um lugar para se selecionar, ainda, matérias de germoplasma, de sangue daquele seringal que lá estava, enquanto se faz o outro estabelecimento de plantio. Eu não sei que coisas, que interesses foi que levaram a sair da Amazônia, completamente, hoje os plantios de seringueira estão indo para outro lado.

Agora eu vou lhe trazer este trabalho que, inclusive, confronta e discute, um pouco, com o projeto básico do tema que foi elaborado, aqui, no Mirad.

O SR. MÁRIO MAIA — Porque eu estive, há uns cinco anos, quatro, seis anos, com o grupo da Embrapa, em Rio Branco, e visitei, lá a sede da Embrapa. E conversando sobre estas preocupações, eu falei que, pelo menos

na área do Acre, pode-se comparar, esquematicamente, a um trevo. A colocação do seringueiro é a três pernas de estrada, não é? Eles cortam uma hoje, outra amanhã, e alternam. Já no Juruá, são duas pernas de estrada. Então, naquele trevo, fecha o seringal com uma propriedade dele, por exemplo, uma reforma agrária silvestre. Ficar com a área dele que varia de 70 a 120 hectare é estimular naquela área fechando o trevo, dando um formato triangular, e portanto, a colonização seria poligonal formada por pequenos triângulos, que seriam as três pernas de estrada naquela área a adensar de 150, 180 madeiras passar para 1000 madeiras no intervalo entre uma madeira e outra.

Conversando com o pessoal da Embrapa, verifiquei que entre a seringueira que tem 10 ou 50 metros de uma para a outra, ali cabia duas ou três aleatoriamente. Dai uma idéia, porque eu também parto do raciocínio de que na mata existe a doença tal qual existe na plantação homogênea. É que lá, devido a heterogeneidade, o predador está em equilíbrio com o fungo que ataca a folha da seringueira. Ele come algum broto mas não come todos porque o predador vem e come. O equilíbrio é biológico.

E quando há plantação homogênea no descampado, vem a doença e, quando ela ataca, mesmo não tendo o predador, ocorre o desequilíbrio. Onde ela tem o seu *habitat* equilibrado adensa mais a seringueira numa fase de transição. Podendo implantar-se outras pequenas àquele núcleo.

O pessoal da Embrapa disse que já haviam feito esta experiência no Projeto Padre Peixoto. Eles pagaram uma colocação com a autorização de um pequeno seringalês, proprietário, num seringal e disseram-se que isto que o Sr. está falando está certo. Mas ao invés de plantarmos árvores estamos fazendo espalhamento. Vamos ao seringal e identificamos as seringueiras que estão em estado latente de crescimento devido à competição das outras árvores. Às vezes ela brota, germina atinge um tamanho e fica latente. Quando a gente espelha, está com quatro anos de observação, três anos e pouco, quando se espelha, isto é, derruba, abre mais a luminosidade, ela cresce de repente em um ano. Adensamos com a própria árvore, sem plantar.

Não é uma solução definitiva mas, para esta que aí está, seria um meio-termo entre o que está havendo. Vai o proprietário do Sul, compra o seringal e faz um programa de derrubar 2 mil hectares, indistintamente, todas as árvores, tocar fogo e transformar em campo de pastagens. É o irracional. Esta transição teria um aspecto conservacionista e ir transformando devagar numa subcultura dominado com o cacau e outras espécies, introduzindo a pecuária de pequeno porte criatório, fazendeiro de 30, 40 e 50 e formava um núcleo sócio-econômico dentro daquele seringal e iria depois ver com o tempo qual a economia melhor daquele local. E não transformar abruptamente o seringal nativo em campo de pastagem.

Isto é que está criando os conflitos e as indagações de depredação de solo, etc. E haveria um certo conservacionismo até que se pudesse achar a solução adequada, econômica, científica, técnica e outras mais.

O SR. — O problema todo é que enquanto tivermos restritas possibilidades de trabalhar para saber de que forma plantar, qual planta a plantar, como trabalhar, sem se obter resultados de pesquisa, é muito difícil e aí é que vem o problema básico no qual tentei centrar a minha conversa.

O SR. — Mas por aí é que ficamos. Por exemplo, a experiência na Amazônia e no Acre também não foi diferente, derrubaram as matas e fizeram seringaais homogêneos nativos. Não deu certo porque a doença está grassando. Alguns estão dando a um custo muito grande com pulverizações anuais, etc.

Essa seria uma transição enquanto chega concomitantemente, como o Sr. falou, o estudo em incentivar realmente os órgãos como a Cepac. Ao invés de acabar com a Cepac — porque ela não é um simples órgão econômico da política de produzir cacau e vendê-lo — estou vendo que é um órgão com tecnologia e ciência desenvolvidas de pesquisa. É um órgão de pesquisa, como o Museu Goeldi, como o IMPA que estão jogados sem nenhum recursos. É pegar esses órgãos de pesquisa no que diz respeito à Amazônia, dar recursos necessários para formar recursos humanos, de pesquisa e procurar esses caminhos através da pesquisa. Porque é uma tagédia o que está se fazendo: eliminar. Há três anos a Bordoun fez um programa em Chapuri e fui ver. Derrubaram 3 mil hectares de uma vez, aleatoriamente, onde tem a maior mancha de castanheiras da Amazônia Ocidental em Chapuri. Derrubaram castanheiras, seringueiras, mogno, cedro, itaúba, maçaranduba, tocaram fogo e transformaram.

O SR. — Senador, o que tenho certeza é a de que V. Ex.^a não está de acordo com coisas a que se coloca, por exemplo. Há um noticiário recente do *Jornal do Brasil*, 25 de junho de 1989:

BIRD e Brasil acertam plano de ocupação da Amazônia.

Acordo feito. O Governo brasileiro com a ajuda do BIRD vai tentar dirigir a ocupação racional de 250 mil quilômetros de territórios de Rondônia, Acre e Amazônia, tamanho da Alemanha Ocidental.

É a segunda tentativa de planejamento...

Isso para permitir o asfaltamento da estrada que leva ao Acre. O básico para a assinatura desse acordo foi definido com cláusula contratual do financiamento da pavimentação da estrada BR-364. A obra foi orçada em 146 milhões de dólares, 60% do Brasil, 49% do BIRD dos quais 10 são do... E o que ele irá beneficiar? Não é perfeito. Mas é o melhor que a incipiente discussão democrática na Amazônia conseguiu produzir.

Efetivamente, dos 3.300 índios na área do programa apenas 1/3 terão suas terras classifi-

cadadas como colônias indígenas. E prevê-se a criação de dez reservas extrativistas beneficiando 3.524 famílias de seringueiros e uma estação ecológica e 11 florestas nacionais.

Uma manchete desse tipo não leva a nada. Tenho certeza de que V. Ex.^a está preocupado e o nosso Senador do Amazonas tem mais razão de estar torcendo de que não chegue a correria de colonização no Amazonas. Porque lá vai ser pior. Porque V. Ex.^a está contando com cento e cinquenta e tantos mil quilômetros quadrados dos quais setenta, oitenta são de terras boas.

O SR. — Gostaria de fazer-lhe uma pergunta.

O SR. — Pois não.

O SR. — O Senhor falou que a Amazônia, a Vale do Juruá principalmente, segundo um colega seu, seria uma área apropriada para o dendê. Das conversas que tive com o Senador Mário Maia a respeito do assunto, da tese desse seu amigo, o que V. Ex.^a sabe, o que poderia nos transmitir?

O SR. — O que eu sei de experiência prática, porque dentro do Centro de Pesquisa do Cacau, na Bahia, que é a primeira ou segunda área porque o Pará está correndo e o Amapá já vem logo, na área da Ceplac, em termos experimentais, tivemos por três ou quatro anos de um Projeto que se chama Dendiesel. É o diesel a partir do dendê ou de todo o óleo vegetal. Não apenas o dendê, mas o óleo de mamona.

O SR. — Dendiesel.

O SR. — Dendiesel. Dendê do "diesel". É uma marca que criamos para tentar "badalar". O diesel do dendê, passando por um processo de transesterificação, ou seja, transforma-se o óleo no estar de um óleo. É algo que já tem conhecimento, já tem *know how*, não há o que dificultar.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Não há segredo nisso.

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Entra direto no bico de uma bomba injetora, que pode ser uma motosserra, pode ser um motor estacionário gerador de energia, pode ser um trator, pode ser um carro a "diesel", qualquer coisa.

E, quando ele fala no Kwait, no Tefé, está fazendo as plantações de dendê e passando por este processo de transesterificação. É uma economia absolutamente renovável. Por exemplo, o Proálcool não está dando certo no momento; não sei se logo mais não vamos voltar atrás no Proálcool e continuar incentivando o álcool. Basta ter uma crise qualquer no Golfo Pérsico para ficarmos aqui tremendo de medo.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Mas há um aspecto: é que o Proálcool é quase todo subsidiado e caro para o País. O dendiesel seria a mesma coisa?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Não sei, não existe nada em termos comerciais, existe em termos de conhecimento técnico, gerado de que o diesel transesterificado move motores e existe o conheci-

mento de clima, solo, de potencial de produção. Vários pesquisadores, inclusive um inglês, andou pelas nossas terras e identificou áreas como Amazônia, lá de Tefé, aquela zona das beiradas de Belém, onde existe um microclima bem parecido e que já tem uma plantação expressiva da Empasa, indo para a Ilha de Mosqueiro; correndo para Bragançinha, o Banco Real está fazendo uma ampliação dos seus plantios, no valor de 100 milhões de dólares, promovendo o plantio de dendê; e o sul da Bahia.

Essas áreas...

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Um momento, Frederico. Houve quem depusesse aqui, dizendo que talvez a área ideal para o dendê fosse a área do Vale do Juruá. Se não me engano, foi o Professor Alvim. V. S.^a não tem nenhuma informação?

O SR. FREDERICO MONTEIRO ALVES AFONSO — Não, não tenho. Vejo falar sempre em Tefé. Inclusive, tem a SOFIC, que anda por lá já há algum tempo, não é de agora.

Entretanto, desenvolver e atuar em uma infra-estrutura naquela região, para poder fazer o desenvolvimento disso, gasta-se dinheiro. Mas, quem sabe se as circunstâncias econômicas do mundo não vão nos obrigar a partir para isso? E depois tem outra: petróleo é um recurso que não é renovável. O que vamos colocar para queimar no nosso carro depois?

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 3 minutos.)